



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 27ª REUNIÃO

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**20/06/2018
QUARTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Jorge Viana**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 20/06/2018.**

27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quarta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 41/2018 - Não Terminativo -	SENADOR LASIER MARTINS	10
2	MSF 47/2018 - Não Terminativo -	SENADOR ANTONIO ANASTASIA	93

2ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	PDS 70/2018 - Não Terminativo -	SENADOR FERNANDO COLLOR	162
2	MSF 54/2018 - Não Terminativo -	SENADOR JORGE VIANA	164
3	MSF 52/2018 - Não Terminativo -	SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO	245

4	MSF 57/2018 - Não Terminativo -	SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA	332
---	---	-----------------------------------	------------

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana

(19 titulares e 18 suplentes)

TITULARES	MDB		SUPLENTE
Edison Lobão(8)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 Aírton Sandoval(8)(14)(26)(27)	SP
João Alberto Souza(8)	MA (061) 3303-6352 / 6349	2 Valdir Raupp(8)	RO (61) 3303-2252/2253
Roberto Requião(8)(14)	PR (61) 3303-6623/6624	3 Hélio José(PROS)(8)	DF (61) 3303-6640/6645/6646
Romero Jucá(8)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115	4 Marta Suplicy(18)(22)(23)	SP (61) 3303-6510
Fernando Bezerra Coelho(22)	PE (61) 3303-2182		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
Gleisi Hoffmann(PT)(6)	PR (61) 3303-6271	1 Fátima Bezerra(PT)(6)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682
Kátia Abreu(PDT)(6)(17)(25)	TO (61) 3303-2708	2 José Pimentel(PT)(6)	CE (61) 3303-6390 / 6391
Jorge Viana(PT)(6)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	3 Paulo Paim(PT)(6)	RS (61) 3303-5227/5232
Lindbergh Farias(PT)(6)	RJ (61) 3303-6427	4 Humberto Costa(PT)(6)(17)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Bloco Social Democrata(DEM, PSDB)			
Antonio Anastasia(PSDB)(3)	MG (61) 3303-5717	1 Cássio Cunha Lima(PSDB)(3)	PB (61) 3303-9808/9806/9809
Paulo Bauer(PSDB)(3)	SC (61) 3303-6529	2 Ronaldo Caiado(DEM)(9)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Ricardo Ferraço(PSDB)(3)(13)(24)	ES (61) 3303-6590	3 Flexa Ribeiro(PSDB)(12)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)(9)	RN (61) 3303-2361 a 2366	4 Tasso Jereissati(PSDB)(13)	CE (61) 3303-4502/4503
Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
Lasier Martins(PSD)(7)	RS (61) 3303-2323	1 José Medeiros(PODE)(7)	MT (61) 3303-1146/1148
Ana Amélia(PP)(7)	RS (61) 3303 6083	2 Gladson Cameli(PP)(7)	AC (61) 3303-1123/1223/1324/1347/4206/4207/4687/4688/1822
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PODE, PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE)			
Cristovam Buarque(PPS)(5)	DF (61) 3303-2281	1 Vanessa Grazziotin(PCdoB)(5)	AM (61) 3303-6726
Rudson Leite(PV)(5)(19)(28)	RR	2 Randolfe Rodrigues(REDE)(2)	AP (61) 3303-6568
Bloco Moderador(PTC, PR, PTB, PRB)			
Fernando Collor(PTC)(4)	AL (61) 3303-5783/5786	1 Wellington Fagundes(PR)(4)(15)(16)(11)(20)	MT (61) 3303-6213 a 6219
Pedro Chaves(PRB)(4)	MS	2 Armando Monteiro(PTB)(4)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125

(1) O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

(2) Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

(3) Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

(4) Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

(5) Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

(6) Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

(7) Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

(8) Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

(9) Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

(10) Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

(11) Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

(12) Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).

(13) Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).

(14) Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).

(15) Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).

(16) Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

(17) Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).

- (18) Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (19) Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (20) Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
- (21) Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- (22) Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
- (23) Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
- (24) Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
- (25) Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
- (26) Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
- (27) Em 28.05.2018, o Senador Ailton Sandoval foi designado membro suplente pelo MDB (Of 67/2018-GLPMDB).
- (28) Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 42/2018-GLBPMC).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAUJO SOUZA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA

Em 20 de junho de 2018
(quarta-feira)
às 10h

PAUTA
27ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

1ª PARTE	Indicação de Autoridade
2ª PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. . (18/06/2018 12:27)
2. . (18/06/2018 13:12)
3. . (19/06/2018 12:36)

1ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 41, de 2018****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 07/06/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

ITEM 2**MENSAGEM (SF) Nº 47, de 2018****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 14/06/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

2ª PARTE**PAUTA****ITEM 1**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 70, de 2018**- Não Terminativo -**

Aprova o texto do Protocolo de Emenda à Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e seu Protocolo, adotado em Mendoza, em 21 de julho de 2017.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Relatoria: Senador Fernando Collor

Relatório: Pela aprovação

Textos da pauta:

[Projeto de Decreto Legislativo \(PLEN\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

ITEM 2**MENSAGEM (SF) Nº 54, de 2018****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

ITEM 3**MENSAGEM (SF) Nº 52, de 2018****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Suécia e, cumulativamente, na República Letônia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

ITEM 4**MENSAGEM (SF) Nº 57, de 2018****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

1



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 41, DE 2018

(nº 265/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 265

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente na República do Uzbequistão.

Os méritos do Senhor Tovar da Silva Nunes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de maio de 2018.

EM nº 00100/2018 MRE

Brasília, 15 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **TOVAR DA SILVA NUNES**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **TOVAR DA SILVA NUNES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE TOVAR DA SILVA NUNES

CPF.: 029.431.398-23

ID.: 8616 MRE

1959 Filho de Viriato da Silva Nunes e Hebe Maroni Nunes, nasce em 6 de fevereiro, em Birigüi/SP

Dados Acadêmicos

1981 International Relations, Comparative Foreign Policy e International Economics pela Harvard University/EUA

1982 Direito pela Universidade de São Paulo

1983 CPCD - IRBr

1986 Ciclo Longo Completo, Ecole Nationale d'Administration/Paris (ENA)

1992 CAD - IRBr

1999 Mestrado em Economia Política Internacional pela London School of Economics and Political Science, Londres, Reino Unido

2000 Especialização em Diplomacia Pública pelo Institut de Sciences Politiques, Paris/FR

2004 CAE - IRBr, O Impacto da Trade Promotion Authority nas Negociações da ALCA, à Luz dos Interesses Comerciais Brasileiros

Cargos:

1984 Terceiro-secretário

1988 Segundo-secretário

1995 Primeiro-secretário, por merecimento

2001 Conselheiro, por merecimento

2005 Ministro de segunda classe, por merecimento

2011 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1985-86 Divisão das Nações Unidas, assistente

1986-88 Divisão de Política Comercial, assistente

1988-91 Missão Permanente em Genebra, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário

1991-94 Embaixada em Quito, Segundo-Secretário

1994-95 Divisão do Meio Ambiente, assistente

1995 Presidência da República, Assessor Especial

1995-97 Presidência da República, Chefe de Gabinete do Secretário de Comunicação Social

1995 Conselho de Administração da Radiobrás, Presidente

1997-2001 Embaixada em Londres, Primeiro-Secretário e Conselheiro

2001-03 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Chefe de Gabinete

2003 Coordenação-Geral para as Negociações da ALCA, Chefe

2003-06 Divisão da Área de Livre Comércio das Américas, Chefe

2006-11 Embaixada em Berlim, Ministro-Conselheiro

2011-13 Gabinete do Ministro de Estado, Assessor Especial

2013-15 Gabinete do Ministro de Estado, Chefe do Gabinete

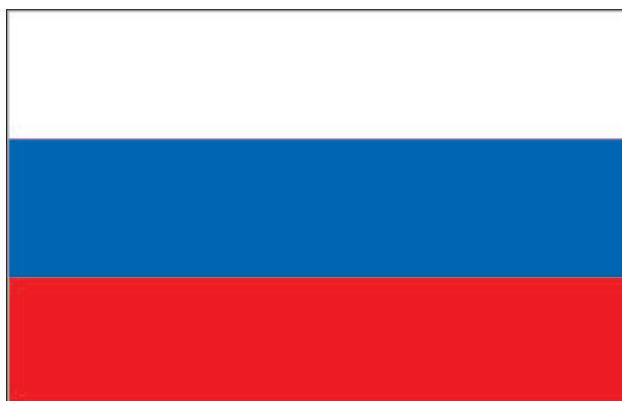
2015 Embaixada em Nova Délhi, cumulativa com a Embaixada junto ao Reino do Butão, Embaixado

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RÚSSIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2018

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Federação da Rússia
GENTÍLICO	Russo, Russa
CAPITAL	Moscou
ÁREA	17.098.242 km²
POPULAÇÃO	143,1 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL	Russo (oficial) e outras 27 línguas cooficiais
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos ortodoxos (63%); ateus (16%); cristãos não praticantes (12%); muçulmanos (6%); outros (1%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Federativa semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; Assembleia Federal: Duma de Estado (450 membros) [Câmara Baixa] e Conselho da Federação (166 membros) [Câmara Alta]
CHEFE DE ESTADO	Presidente Vladimir Vladimirovich Putin (desde 2012)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Dmitri Anatolyevich Medvedev (desde 2012)
CHANCELER	Sergey Lavrov (desde 2004)
PIB NOMINAL (2017)	US\$ 1,469 trilhão
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP) (2017)	US\$ 4 trilhões
PIB PER CAPITA (2016)	US\$ 8.748,36
PIB PPP PER CAPITA (2017)	US\$ 27,900
VARIAÇÃO DO PIB	1,8% (2017); -0,2% (2016), -3,8% (2015.), 0,6% (2014), 1,3% (2013), 3,4% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0.798 - 50.º lugar (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA	70,1 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO	99,7% (UNESCO)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	5,3%
UNIDADE MONETÁRIA	Rublo
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Serguey Akopov
COMUNIDADE BRASILEIRA	800 (estimado)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB)

BRASIL - RÚSSIA	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 (abril)
Intercâmbio	5.451	7.985	4.280	6.062	7.160	5.931	5.650	6.769	4.685	4.320	5.381	1.477
Exportações	3.741	4.653	2.868	4.152	4.216	3.140	2.974	3.829	2.464	2.300	2.736	564
Importações	1.710	3.332	1.412	1.910	2.944	2.790	2.676	2.940	2.221	2.021	2.644	912
<i>Saldo</i>	2.031	1.321	1.456	2.241	1.272	350	298	888	243	279	91	-347

APRESENTAÇÃO

A Rússia é o maior país em extensão territorial, com 17.075.200 km². Seu território estende-se através de toda a área nordeste da Ásia e da Europa até o Mar de Bering.

O Império Russo nasceu a partir das vitórias do Principado de Moscou contra os mongóis. Ivan, o Terrível (reinou de 1547 a 1584), primeiro governante a adotar o título de czar, impulsionou a unificação dos Eslavos do Leste – presentemente Ucrânia, Belarus e regiões do rio Volga –, e gradualmente expandiu seus domínios através da Ásia. Pedro, o Grande (reino: 1682-1725), redirecionou a política russa em direção ao Ocidente, anexou a região do Báltico, fundou São Petersburgo e introduziu o ensino obrigatório para os filhos da nobreza, mas impôs um regime de a servidão, que foi finalmente abolido em 1861. Catarina, a Grande (reino: 1762-1796), depôs seu marido, Pedro III, expandiu a frota russa do Mar Negro, obtendo seguidas vitórias sobre o combalido Império Otomano, e cultivou o Iluminismo na corte, ao mesmo tempo em que esmagava revolta contra a servidão, liderada por Pugachov, em 1773. Sob o domínio dos czares, entres os séculos XVII e XIX, o Império Russo tornou-se importante potência europeia, tendo sido capaz de derrotar as forças de Napoleão. Uma tentativa de modernização do país (Alexandre II, 1855 a 1881) foi seguida de uma reação conservadora (Alexandre III, 1881 a 1894) e malsucedida economicamente, que contribuiu para solapar as bases do regime. O czarismo, contudo, só seria derrubado pelas revoluções de 1917, a segunda das quais culminaria no estabelecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

O ano de 1905 é considerado o prólogo da Revolução Russa, após a derrota da Rússia czarista contra o Japão. A derrota abalou a popularidade do czar Nicolau II, e a revolta interna que se seguiu serviria de precedente para a revolução de 1917. Um parlamento, a Duma, foi estabelecido em 1906, porém a agitação política e social continuou e foi agravada, durante a Primeira Guerra Mundial, pelas derrotas militares e pela escassez de alimentos. Dá-se o nome de Revolução Russa ao conjunto de duas revoluções que levaram à derrocada do regime czarista na Rússia e, em seguida, à instalação de um regime comunista. Nicolau II foi forçado a abdicar em março de 1917, sendo instaurada então uma república cuja estrutura de poder desde cedo se dividiu entre um parlamento convencional e soviets (conselhos) populares, que não se reconheciam mutuamente. As tensões assim geradas desembocaram na Revolução de Outubro de 1917.

A Revolução Russa foi seguida por período de guerra civil, ao final da qual se consolidou o domínio comunista liderado pelos bolcheviques de Lênin. A então União Soviética era integrada ainda pela Ucrânia, Belarus e três repúblicas do Cáucaso.

Joseph Stálin tomou o poder em 1927, tornando-se Secretário-Geral do Partido Comunista. Stálin rejeitou o “capitalismo de estado” da NEP (Nova Economia Política) de Lênin. A partir de 1928, forçou a industrialização do país e

a “coletivização” da agricultura, que levou a deterioração da situação social. Também ocorreu aumento da repressão política, especialmente no período de 1934 a 1937.

Apesar do Pacto de Não-Agressão (“Molotov-Ribentrop”) assinado em agosto de 1939, a Alemanha nazista atacou a URSS, que havia se transformado em potência industrial e logrou se impor no conflito, mas ao custo de um imenso sacrifício (segundo alguns cálculos, morreram até 27 milhões de cidadãos soviéticos). A expansão iniciada antes e continuada durante a Segunda Guerra Mundial resultou na criação de quinze repúblicas alinhadas com Moscou. Assim, Letônia, Lituânia, Estônia e Moldova foram incorporadas ao país soviético. O Transcáucaso foi subdividido em Armênia, Geórgia, Azerbaijão, e Repúblicas Casaque e Quirguiz. Stálin logrou ainda que o Ocidente reconhecesse uma ampla zona de influência soviética na Europa do Leste, onde Moscou instalou regimes títeres.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a vitoriosa União Soviética emergiu como uma das duas superpotências mundiais, dando início quase imediatamente à rivalidade com os EUA. O bloqueio de Berlim oriental (1948-49) e a detonação de um artefato nuclear em agosto de 1949, provocaram a escalada da Guerra Fria.

A morte de Stálin, em 1953, desencadeou uma acirrada disputa pelo poder. Venceu Nikita Krushev (Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética – PCUS, de 1953-64), identificado com a burocracia dirigente do PCUS. Sob essa nova liderança, a União Soviética passou por um processo de liberalização do regime. Internamente, Krushev deu início a um processo de abertura que recebeu os nomes de “degelo” e “desestalinização”. Contudo, foi também partidário da construção do muro de Berlim (1961). As relações com a China deterioraram-se, devido a divergências ideológicas e à distensão com o Ocidente. A crise dos mísseis de Cuba (1962) levou as superpotências à beira do confronto nuclear. Em 1964, Krushev foi afastado do poder e sucedido por Brezhnev (1964-1982).

Em meados da década de 1980, Mikhail Gorbatchov concebeu as chamadas “glasnost” (abertura) e “perestroika” (reestruturação). E por meio de encontros de cúpula EUA-URSS, promoveu o fim da Guerra Fria e a redução dos armamentos nucleares de ambos os países. A “perestroika” foi planejada para introduzir um novo dinamismo na economia soviética. A “glasnost” libertou dissidentes políticos e permitiu maior liberdade de imprensa. Gorbatchov enfrentou, no entanto, grandes resistências dos burocratas partidários e acabou destituído quando as repúblicas se rebelaram contra o governo central, resultando no fim da URSS, em 1991.

A Federação da Rússia surgiria então como principal herdeira da dissolução pacífica da União Soviética em diversas repúblicas. O governo de Boris Iéltsin seria marcado por instabilidade econômica, pela crise de 1998 e pela guerrilha no Cáucaso. O sucessor designado de Iéltsin, Vladimir Putin, teve como missão combater a instabilidade do período anterior. Em 1999, já era o principal

ministro da Rússia e com a renúncia de Iéltsin, em 31 de dezembro do mesmo ano, assumia como presidente interino, sendo eleito como presidente da Federação da Rússia em março de 2000. Putin tem buscado a modernização do país, aliando maior integração econômica com o resto do mundo (obteve junto à OMC, em 2002, o status de economia de mercado) com fortalecimento do poder central. Foi reeleito em 2004. Em 2008, o candidato ao Kremlin, Dmitri Medvedev, venceu com larga vantagem a eleição presidencial russa. Vladimir Putin foi reeleito para um terceiro e um quarto mandatos em 2012 e 2018, respectivamente, e deverá ficar no cargo até 2024.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Vladimir Putin, presidente: Nasceu em 7/10/1952, em Leningrado (hoje São Petersburgo). Graduiu-se em Direito, pela Universidade Estatal de Leningrado, em 1975. No mesmo ano, ingressou na KGB (Comitê para a Segurança do Estado), órgão ao qual serviu, entre 1985 e 1990, em Dresden, na República Democrática Alemã - RDA. Após o colapso da RDA, retornou a Leningrado, onde trabalhou na Universidade Estatal. Entre 1991-1996, foi chefe da Comissão de Relações Exteriores da prefeitura de São Petersburgo. Entre 1996-1998, passou a trabalhar como vice-diretor do Departamento de Administração das Propriedades da Presidência e, em seguida, como vice-chefe de Gabinete da Presidência. Em julho de 1998, o presidente Iéltsin nomeou-o diretor do Serviço Federal de Segurança (FSB) e, em agosto de 1999, primeiro-ministro. Com a renúncia de Iéltsin em 31/12/1999, tornou-se presidente em exercício e, em março de 2000, venceu as eleições presidenciais, com 53% dos votos. Em 2004, Putin foi reeleito com o apoio de 71% do eleitorado. Seus dois primeiros mandatos foram marcados pelo fim da guerra na Chechênia, pela reestruturação e recuperação econômica do país e pelo fortalecimento do poder central. Impedido constitucionalmente de disputar um 3º mandato em 2008, Putin lançou a candidatura de Dmitri Medvedev, que venceu com 71% dos votos. Durante o mandato de Medvedev, Putin voltou a ocupar o cargo de primeiro-ministro. Voltou a eleger-se presidente em 2012, com 63% dos votos, e, em 2018, com 76% dos votos.



Dmitri Medvedev, primeiro-ministro: Nasceu em 14/12/1965, em São Petersburgo, e graduou-se em Direito pela Universidade de Leningrado, em 1987. Iniciou sua atividade política na primeira metade dos anos 90 como assessor da Prefeitura de São Petersburgo. Tornou-se assessor direto de Vladimir Putin na Comissão de Relações Exteriores da prefeitura de São Petersburgo. Em 1999, após a renúncia de Boris Iéltsin e a assunção de Putin como presidente provisório, Medvedev foi alçado ao Gabinete presidencial. Em 2000, foi diretor da primeira campanha presidencial de Putin e tornou-se membro do Conselho Executivo da Gazprom (em 2002, assumiria a direção-geral da companhia). Em 2005, foi designado vice-primeiro-ministro. Em 2008, com o apoio de Putin, elegeu-se presidente pelo partido governista, com 71% dos votos. Levou o país à recuperação econômica após a crise financeira de 2008-2009. Foi com o Brasil um dos protagonistas na criação e consolidação dos BRICS e logrou concluir o processo de acesso da Rússia à OMC em 2011. Com a eleição de Vladimir Putin à Presidência, foi nomeado, em 2012, primeiro-ministro. Após a reeleição de Putin, em 2018, foi reconduzido ao cargo. É o principal articulador das tratativas com o Parlamento sobre reformas de modernização da economia e do aparato estatal.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Rússia estabeleceram relações diplomáticas em 3 de outubro de 1828. Entre 1828 e 1917, foram mantidos laços formais, mas a distância geográfica, as dificuldades de comunicação e as próprias conjunturas históricas dos dois países não favoreceram maior aproximação. Após 1917, ano da Revolução Russa, as divergências ideológicas paralisaram as relações, que se viram interrompidas em duas ocasiões (entre 1918-1945 e entre 1947-1961).

Em 1961, no governo parlamentarista de Hermes Lima, as relações diplomáticas foram restabelecidas. Nos anos seguintes, na persistência da Guerra Fria, as relações vão se desenvolver, sobretudo, no campo comercial, com base em mecanismos de comércio compensado.

O escopo do relacionamento começa a ampliar-se no contexto dos processos paralelos de redemocratização do Brasil e da abertura política da URSS, com a perestroika de Mikhail Gorbachev. O principal marco político desse processo foi a visita do então presidente José Sarney à URSS – a primeira de um chefe de estado brasileiro –, em outubro de 1988. Com a derrocada do comunismo e o fim da URSS, o relacionamento bilateral intensificou-se e tornou-se mais próximo.

Em janeiro de 2002, o então presidente Fernando Henrique Cardoso realizou a segunda visita de um presidente brasileiro à Rússia, ocasião em que se instaurou a parceria estratégica entre os dois países. Em novembro de 2004, o presidente Putin realizou a primeira visita de um chefe de estado russo ao Brasil. Durante essa visita, criou-se a Aliança Tecnológica Brasil-Rússia e estabeleceu-se a meta de elevar o comércio bilateral ao patamar de 10 bilhões de dólares. Dmitri Medvedev esteve no Brasil, como presidente, em dezembro de 2008. O ex-presidente Lula, por sua vez, visitou a Rússia em outubro de 2005 e em maio de 2010. A ex-presidente Dilma Rousseff realizou visita de Estado a Moscou em dezembro de 2011, ocasião em que manteve reuniões com o presidente do Governo, Dmitri Medvedev, e com o presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin, e participou do II Fórum Empresarial Brasil-Rússia. O presidente Vladimir Putin e a ex-presidente Dilma Rousseff realizaram visitas recíprocas, em 2014 e 2015, por ocasião das Cúpulas do BRICS em 2014 (Fortaleza) e 2015 (Ufá).

O presidente Michel Temer realizou visita a Moscou em 20-22 de junho de 2017. Durante a visita, houve a assinatura dos seguintes acordos: Declaração Conjunta sobre Diálogo Estratégico em Política Externa; Plano de Consultas

Políticas para 2018-2021; Memorando de Entendimento na Área de Cooperação Econômica e de Investimentos; Memorando de Entendimento sobre intercâmbio de informações a respeito do fluxo de mercadorias e veículos; e Protocolo sobre Cooperação, Informação, Intercâmbio e Assistência Mútua no Sistema Uniforme de Preferências Tarifárias da União Aduaneira Eurasiática.

O presidente Temer já havia visitado Moscou em 2011 e 2015, na condição de co-presidente da Comissão de Alto-Nível (CAN), órgão superior de coordenação das relações bilaterais, presidido pelo vice-presidente da República e pelo primeiro-ministro russo. O presidente Michel Temer manteve também encontro com o presidente Vladimir Putin à margem da IX Cúpula BRICS em Xiamen, China, em setembro de 2017. Os mandatários brasileiro e russo já haviam se encontrado na Cúpula do BRICS de Goa, em 2016.

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, manteve reunião com o chanceler russo Sergey Lavrov à margem do Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em outubro de 2017. Na ocasião, foi assinado Acordo para o Estabelecimento de Centros Culturais entre o Brasil e a Rússia.

Realizaram-se, ainda, em 2017, a X Comissão Intergovernamental de Cooperação (CIC, Brasília, 22-23/5/2017), presidida pelo secretário-geral das Relações Exteriores e pelo vice-ministro do Desenvolvimento Econômico da Rússia, Alexey Gruzdev, bem como a Comissão Política (Moscou, 4/5/2017), mecanismo que consiste em consultas entre as autoridades das duas chancelarias a cargo de assuntos multilaterais.

Nos últimos anos, a tentativa de redefinir a identidade da Rússia como “potência emergente” intensificou sua aproximação com países como o Brasil, junto ao qual a Rússia desempenhou papel protagônico na criação do agrupamento Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). A Rússia também defendeu maior protagonismo dos BRICS, o que aumenta as perspectivas de cooperação com o Brasil.

O desenvolvimento da dimensão parlamentar do relacionamento bilateral atesta a maturidade da parceria estratégica brasileiro-russa. Os então presidentes do Senado, Senador Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara dos Deputados, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), participaram, no dia 8 de junho de 2015, do 1º Fórum Parlamentar do BRICS. O então presidente da Câmara dos Deputados, deputado Henrique Alves, realizou visita a Moscou e São Petersburgo em 2013.

O Brasil manteve postura positiva nas negociações para o acesso à OMC da Rússia. As duas partes têm reiterado o objetivo, anunciado originalmente por

ocasião da visita do presidente Putin ao Brasil, em 2004, de elevar o comércio bilateral a US\$ 10 bilhões (o máximo a que se chegou foram US\$ 7,9 bilhões em 2008).

Assuntos consulares

O setor consular da Embaixada do Brasil em Moscou presta o apoio necessário à comunidade brasileira no país, juntamente com um Consulado Honorário, sediado em São Petersburgo.

Estima-se haver cerca de 800 brasileiros estabelecidos na jurisdição da Embaixada. Não há, no momento, detentos brasileiros na Rússia.

O número de brasileiros residentes na Rússia tem crescido nos últimos quatro anos, devido à maior presença de estudantes brasileiros em universidades russas, especialmente nas cidades de Kursk e de Belgorod, próximas à fronteira com a Ucrânia.

POLÍTICA INTERNA

No plano da política interna, o fim da URSS deu lugar a grandes distúrbios durante a década de 1990. Os principais marcos desse período foram a tentativa de golpe de Estado em 1993, a guerra civil na Chechênia e a grave crise econômica de 1998. Em resposta à tentativa de golpe, o então presidente Iéltsin fez aprovar, ainda em 1993, nova Constituição que fortaleceu consideravelmente os poderes da Presidência (incluindo a prerrogativa de dissolver a Câmara Baixa do Parlamento).

De acordo com a Constituição de 1993, a Federação da Rússia é um Estado federal democrático com forma de governo republicana, no qual vigora o princípio da separação de poderes. A Federação russa é composta de Repúblicas, territórios, regiões, cidades com status de Unidade da Federação (Moscou e São Petersburgo), regiões autônomas e áreas autônomas. Atualmente, a Federação da Rússia compõe-se de oitenta e três unidades. São titulares do Poder Público o presidente, a Assembleia Federal (Conselho da Federação e Duma de Estado), o Governo e os tribunais da Federação da Rússia. O titular da soberania e única fonte de poder na Rússia, na expressão consagrada na Constituição Federal, é seu “povo multinacional”. O russo é a língua oficial em todo o território da Federação Russa, e às Repúblicas constituintes é reconhecido o direito de estabelecer suas línguas cooficiais, sem prejuízo da língua russa.

A Carta Magna de 1993 estruturou o Poder Legislativo em formato bicameral. A Câmara Alta do Parlamento é o Conselho da Federação, que se compõe de dois representantes de cada unidade federativa, perfazendo, atualmente, o total de 166 membros. São eleitos de forma indireta (um pelo Poder Legislativo da respectiva unidade, outro nomeado pelo Poder Executivo central, “ad referendum” do Legislativo local) para mandatos cuja extensão varia segundo as legislações de cada unidade federativa. A Câmara Baixa do Parlamento é a Duma de Estado, que dispõe de 450 representantes eleitos diretamente para mandatos de cinco anos.

Com a renúncia de Iéltsin, em 31 de dezembro de 1999, Vladimir Putin tornou-se presidente em exercício, vencendo as eleições presidenciais de março de 2000, com 53% dos votos. Em 2004, Putin foi reeleito com o apoio de 71% do eleitorado. Em contraposição à instabilidade política e socioeconômica dos anos 1990, seus dois primeiros mandatos foram marcados pelo fim da guerra na Chechênia, pela reestruturação e recuperação econômica do país (com fortalecimento do setor estatal e ênfase na exportação de recursos energéticos) e pelo fortalecimento do poder central.

Diante da proibição constitucional a sua candidatura a um terceiro mandato consecutivo, Putin favoreceu a escolha de Dmitri Medvedev como candidato presidencial do partido governante, o Rússia Unida, em 2008. Medvedev elegeu-se com 71% dos votos. Em sua gestão, buscou desenvolver projetos de cunho mais liberal, dando prioridade a programa de modernização da economia russa, de modo a reduzir sua dependência das exportações de petróleo e gás. Medvedev conduziu a Rússia à vitória no breve conflito com a Geórgia, em 2008, e levou o país à recuperação econômica após a eclosão da crise financeira internacional.

Em maio de 2012, Vladimir Putin assumiu a Presidência pela terceira vez, com 63,6% dos votos. A eleição deu-se em meio a protestos expressivos contra o sistema político vigente. Liderança incontestável na Rússia, Putin goza de popularidade, sobretudo, entre os eleitores mais pobres, os habitantes das regiões industriais e produtoras de recursos minerais, e as populações muçulmanas e do extremo oriente. Em todos esses setores persiste o apelo de sua plataforma nacionalista, que, apesar das críticas de setores mais liberais, logrou estancar a instabilidade dos anos 1990. O ex-presidente Dmitri Medvedev foi nomeado primeiro-ministro. Desde então, arrefeceram os grandes protestos do inverno setentrional. Paralelamente, o Governo fez aprovar leis que impõem maiores restrições à realização de grandes atos públicos e aumentam o controle sobre ONGs que recebem recursos do exterior.

Em março de 2018, Vladimir Putin, foi reeleito para um quarto mandato, que se estenderá até 2024. Putin venceu com 76,6% dos votos válidos. Em números absolutos, recebeu 56.202.497 votos, recorde histórico. O índice de comparecimento às urnas foi de 67,5%, ligeiramente abaixo da meta de 70% desejada pelo Kremlin. A campanha de boicote da eleição empreendida pelo líder opositor Alexei Navalny não surtiu efeito. Putin venceu, com larga margem, inclusive nos bastiões da oposição liberal, Moscou e São Petersburgo. O resultado foi uma dupla vitória para Putin, em razão do alto comparecimento às urnas e do amplo apoio logrado. Em evento de comemoração da vitória na Praça Vermelha, após a reeleição, Putin evocou o orgulho patriótico. No calor das celebrações, afirmou que, sem descuidar das questões de segurança, o foco do seu novo mandato será a agenda doméstica, com o intuito de acelerar o crescimento econômico e melhorar o padrão de vida da população. O primeiro-ministro Dmitri Medvedev foi reconduzido ao cargo.

POLÍTICA EXTERNA

Desde a posse de Vladimir Putin como presidente, em 2000, a política externa russa tem sido marcada pelo esforço de restabelecer o prestígio internacional do país e confirmar seu status de grande potência. A política externa russa então caracterizou-se (1) pela busca da preservação da influência de Moscou no espaço pós-soviético e regional; (2) pela retomada de relacionamento mais harmônico com a Europa Ocidental; (3) pelo equacionamento das diferenças que persistem com os EUA; (4) pela aproximação da Ásia como alternativa ao espaço europeu; (5) pela defesa do papel central do Conselho de Segurança das Nações Unidas em temas de paz e segurança internacionais, onde mantém estreita coordenação com a China; e (6) pela promoção de mecanismos que fortaleçam a voz das grandes potências emergentes, como o BRICS e o G-20.

Após o 11 de setembro de 2001, verificou-se período de cooperação com o Ocidente no combate ao terrorismo islâmico. Nessa época, a Rússia exerceu influência sobre os países pós-soviéticos da Ásia Central para que permitissem a instalação de bases e soldados norte-americanos e sobre a aproximação da Aliança do Norte afegã aos norte-americanos, com o objetivo comum de derrocar os Talibãs, bem como permitiu o trânsito de suprimentos militares por espaço aéreo russo.

O diálogo Washington-Moscou foi, no entanto, gradualmente esfriando-se nos anos seguintes, especialmente com a invasão do Iraque, os planos do Governo Bush de instalar escudo antimísseis na Europa Central, a presença norte-americana na Ásia Central, as "revoluções coloridas" que derrubaram regimes afins a Moscou e a incorporação à OTAN dos três países bálticos. A Rússia passou, então, a assumir postura mais assertiva de sua posição especial no seu exterior próximo e de denúncia do unilateralismo. Antes da crise ucraniana que eclodiu em novembro de 2013, o relacionamento com o Ocidente passou por momentos de tensão durante a guerra da Geórgia (2008).

No governo Obama, EUA e Rússia realizaram esforço de equacionar suas diferenças. Muito embora tenha havido êxitos nesse âmbito (assinatura de novo acordo bilateral de desarmamento e controle nuclear, o START-III), ainda persistem muitas diferenças, agravadas com os conflitos na Síria e na Ucrânia, e com as sanções ocidentais aplicadas após este conflito.

Na esteira do conflito ucraniano, consolidou-se na Rússia a noção de que chegou ao fim a era pós-Guerra Fria. A política externa russa depara-se com enormes desafios: (i) evitar o isolamento internacional; (ii) abrir ao país novos

mercados exportadores; e (iii) garantir o influxo de capitais e tecnologias. A liderança russa confere especial valor à aproximação com a Ásia, especialmente com a China.

Em vigor desde 1º de janeiro de 2015, a União Econômica Eurasiática (integrada por Rússia, Cazaquistão, Belarus, Armênia e Quirguistão) é considerada prioridade. A liderança russa vislumbra seu projeto de integração como parte de um movimento mais amplo de reorientação do desenvolvimento do país em direção à Ásia, também chamado de "*pivot* para o leste". O país também aposta na Organização de Cooperação de Xangai, formada por Rússia, China e países da Ásia Central, à qual aderiram, em 2017, Índia e Paquistão, abrindo o caminho para se tornar o principal foro de desenvolvimento e segurança para a Ásia continental.

No contexto da crise com o Ocidente e das dificuldades econômicas que enfrenta o país, a associação com os parceiros do BRICS tem sido crescentemente valorizada pelo lado russo. A Rússia classifica o BRICS não só como um símbolo da tendência global rumo à multipolaridade, mas também como "o principal vetor" dessa tendência. A Rússia deseja transformar o BRICS em mecanismo mais robusto para tratar da agenda política e econômica mundial.

A Rússia enxerga a América Latina como um dos polos emergentes em uma ordem global policêntrica. O país demonstra especial interesse no campo da cooperação militar e venda de material de defesa (Venezuela) e dos investimentos em produção de energia (Argentina), bem como infraestrutura (Nicarágua). No contexto das sanções econômicas sofridas e impostas pela Rússia, países como o Brasil e a Argentina se mostram como opções para o fornecimento de commodities ao mercado russo. No campo político, tem-se reforçado as tradicionais relações com Cuba, Venezuela e Nicarágua.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Panorama econômico

Após registrar significativo crescimento econômico ao longo de dez anos consecutivos (1999 a 2008), a economia russa sofreu forte retração em 2009, em função, sobretudo, dos efeitos recessivos da crise financeira mundial. No biênio 2010-2011, a economia do país voltou a crescer a uma média em torno de 4,4% ao ano, tendo fechado 2012 com expansão do PIB russo de 3,4%. Em 2013, todavia, a economia da Rússia perdeu dinamismo, crescendo apenas 1,3% em razão, particularmente, do fraco desempenho da demanda agregada. Em 2014, a economia russa continuou perdendo dinamismo, ficando o crescimento de seu PIB limitado a apenas 0,6%. Em 2015, houve forte decréscimo no nível de atividades, que resultou em retração do PIB de 3,8%. Em 2016, ocorreu crescimento real negativo do PIB da ordem de 0,2%.

O ano de 2017, no entanto, foi caracterizado pela recuperação do preço do petróleo no mercado internacional e pela consequente recuperação no nível de atividades, o que ficou evidenciado pelo comportamento do PIB, que cresceu 1,55%. Nessas condições, o PIB nominal da Rússia alcançou US\$ 1,53 trilhão. O PIB per capita, por sua vez, acompanhou o desempenho positivo da economia russa alcançando US\$ 10.608. A mais recente estimativa do FMI sugere que o país continuará sua marcha de crescimento nos próximos anos. Em 2018, estima-se o crescimento do PIB russo em 1,72%, em 2019, em 1,75% e, em 2020, em 1,79%.

Na visão de alguns analistas, o crescimento econômico pouco consistente da Rússia advém das deficiências de um modelo baseado em atividades extrativistas que é, portanto, suscetível às variações do preço dos hidrocarbonetos e às turbulências da economia internacional, fato que pôde ser verificado na crise de 2009. Nessa linha, apontam para a conveniência de implantação de reformas profundas, que alarguem e diversifiquem a base da economia; criem segurança jurídica à inclusão de novos pequenos e médios empresários; elevem o volume total de investimentos e permitam o surgimento de inovações tecnológicas que gerem empregos de maior renda. De todo modo, é senso comum entre analistas a percepção de que, em médio prazo, a recuperação do preço do petróleo constitui fator fundamental para melhor equacionamento da economia russa.

Comércio exterior total

As exportações russas de bens cresceram de US\$ 100 bilhões, em 2001, para US\$ 357 bilhões, em 2017. O pico foi atingido entre os anos 2011-13, quando as vendas externas alcançaram US\$ 517, US\$ 525 e US\$ 527 bilhões, respectivamente. Desde 2015, mostraram acentuada retração, em sintonia com o gradativo desaquecimento nas cotações internacionais de petróleo e gás. Em 2017, no entanto, as exportações tiveram forte acréscimo de 24,7%. Em termos geográficos, foram os seguintes os principais mercados de destino para as vendas externas globais da Rússia: China (10,9%), Países Baixos (10,0%), Alemanha (7,2%), Belarus (5,2%) e Turquia (5,1%). O Brasil foi o 35º país de destino para a oferta russa, com participação de 0,6%. Com referência à estrutura da oferta, foram os seguintes os principais grupos de produtos da exportação global da Rússia: óleo bruto de petróleo (26,1%), óleo refinado de petróleo (16,3%), carvão mineral e outros combustíveis sólidos (3,8%). Conforme salientado, a forte predominância dos hidrocarbonetos (petróleo e gás) nas vendas externas do país torna a economia vulnerável às oscilações dos preços internacionais das "commodities" energéticas. Em 2017, registrou-se crescimento de 93,3% nas vendas externas de óleo bruto e de 58,2% de óleo refinado.

As importações russas de bens cresceram de US\$ 42 bilhões, em 2001, para US\$ 227 bilhões, em 2017. Em 2017, as importações russas cresceram igualmente 24,7%. O comportamento recente das aquisições externas guarda estreita relação com o atual quadro de aquecimento da economia. O exame da matriz comercial mostra, ainda, que foram os seguintes os principais países fornecedores da demanda externa russa: China (21,3%), Alemanha (10,7%), Estados Unidos (5,6%) e Belarus (5,2%). O Brasil, com 1,4% de participação, foi o 18º fornecedor de bens à Rússia. Em relação à estrutura da demanda, foram os seguintes os principais grupos de produtos da importação global da Rússia: máquinas mecânicas (18,1%); máquinas elétricas (10,7%); veículos automotores (8,5%); produtos farmacêuticos (4,3%). Na pauta importadora da Rússia predominam bens de maior intensidade tecnológica, a exemplo de instrumentos médicos e produtos farmacêuticos.

O resultado da balança comercial da Rússia é estruturalmente superavitário, em razão, sobretudo, das volumosas exportações de petróleo e gás natural. Em 2017, o superávit russo em transações comerciais de bens alcançou US\$ 130 bilhões, frente aos US\$ 103 bilhões obtidos no ano anterior.

Comércio exterior bilateral

Entre 2000 e 2017 o comércio bilateral entre o Brasil e a Rússia passou de US\$ 994 milhões para US\$ 5,3 bilhões. O pico foi alcançado em 2008 e 2011, com US\$ 7,9 e US\$ 7,1 bilhões, respectivamente. O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil, mas os dados até abril de 2018 revelam déficit brasileiro de US\$ 348 milhões.

As exportações brasileiras para o mercado russo passaram de US\$ 423 milhões, em 2000, para US\$ 2,7 bilhões, em 2017. Os principais grupos de produtos brasileiros destinados ao mercado russo foram: i) carne suína (25,1%); ii) carne bovina congelada (16,4%); iii) soja em grão (15,2%); iv) açúcar em bruto (7,1%). Salienta-se que o Brasil foi o principal fornecedor de carnes ao mercado russo, detendo participação de 49%. Segundo o MDIC, os produtos básicos representaram 71,6% do total das exportações, seguidos dos manufaturados, com 19,9%. Os dados do MDIC mostram, ainda, que cerca de 561 empresas brasileiras registraram exportações para o mercado russo.

As importações brasileiras originárias da Rússia passaram de US\$ 571 milhões, em 2000, para US\$ 2,6 bilhões em 2017. Os principais produtos russos adquiridos pelo Brasil foram: i) adubos potássicos (18,2%); ii) adubos nitrogenados (17,3%); iii) adubos azotados (16,4%); iv) óleo refinado de petróleo (12,6%), e v) combustíveis sólidos (10,6%). A pauta apresentou a seguinte estrutura, quanto ao fator agregado das mercadorias: produtos manufaturados (52,4%); semimanufaturados (35,3%); básicos (12,3%). A base importadora compreendeu 533 empresas brasileiras que efetivaram compras do mercado russo.

Cruzamento estatístico entre as pautas de exportação e importação

No campo da identificação de prováveis nichos de mercado, o cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da Rússia mapeou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Os produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local, em princípio, foram os seguintes: i) automóveis e autopeças; ii) óxidos de alumínio; iii) pneus; iv) soja em grãos; v) fumo não manufaturado; vi) torneiras, para canalizações; vii) medicamentos; viii) carnes de bovino; ix) preparações alimentícias diversas; x) minérios de ferro.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1894 - Morte de Alexandre III. Ascensão ao trono de Nicolau II.
1904 - Guerra russo-japonesa.
1905 - Início da Revolução Russa
1914 - Primeira Guerra Mundial. A Rússia combate ao lado da França e do Reino Unido em defesa de sua aliada Sérvia.
1917 - Revolução de Outubro. Fim da monarquia e implantação do socialismo. Armistício com a Alemanha. Início da guerra civil entre o Exército Vermelho e as forças contrarrevolucionárias.
1921 - Fim da Guerra Civil, com vitória do Exército Vermelho.
1922 - Criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
1923 - Adoção de nova Constituição.
1924 - Morte de Lênin. Stálin vence disputa pelo poder contra Trótski.
1936 - Nova constituição outorgada por Stálin.
1939 - Assinatura do Pacto Ribbentrop-Molotov de não-agressão com a Alemanha. Início da Segunda Guerra Mundial.
1941 - Invasão da URSS pela Alemanha.
1945 - Vitória na Segunda Guerra Mundial. Ocupação de Berlim e da Europa Oriental pelo Exército Vermelho. Stálin participa das conferências de Yalta e Potsdam, que dividem a Europa em zonas de influência ocidental e soviética.
1949 - A União Soviética cria o COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua) juntamente com países de orientação socialista.
1953 - Morte de Stálin e ascensão de Khrushchev.
1955 - Assinatura do Pacto de Varsóvia, aliança militar que congregava a União Soviética, a Alemanha Oriental, a Bulgária, a Polônia, a Romênia, a Albânia e a Tchecoslováquia.
1956 - 20º Congresso do Partido Comunista da URSS. Início da coexistência pacífica com o Ocidente.
1957 - Lançamento do primeiro satélite artificial, o Sputnik.
1962 - Crise dos mísseis de Cuba.
1964 - Ascensão de Leonid Brezhnev.
1979 - Invasão do Afeganistão pela URSS.
1982 - Morte de Brezhnev.
1985 - Assume Mikhail Gorbachev.
1988 - Gorbachev é eleito presidente da República.
1986 - Gorbachev lança a glasnost e a perestroika.
1989 - Eleições para a escolha do Congresso dos Deputados do Povo.
1991 - Golpe de Estado malogrado contra Gorbachev. Em 26 de

dezembro, a URSS é dissolvida. A Rússia ressurgiu como Estado independente.

1994 - Primeira Guerra da Chechênia

1999 - Vladimir Putin assume o cargo de primeiro-ministro. Segunda Guerra da Chechênia.

2000 - Putin assume a presidência da Federação da Rússia.

2004 - Putin é reeleito a presidente da Federação da Rússia.

2008 - Eleição à presidência de Dmitri Medvedev. Conflito com a Geórgia. Reconhecimento, pela Rússia, da independência das regiões georgianas separatistas da Ossétia do Sul e Abcázia.

2012 – Terceiro mandato de Vladimir Putin como presidente da Federação da Rússia.

2018 – Quarto mandato de Vladimir Putin como presidente da Federação da Rússia.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1828 - Estabelecimento de relações diplomáticas.
1917 - Rompimento de relações diplomáticas, em decorrência do não reconhecimento do governo de Vladimir Lênin.
1945 - Restabelecimento de relações diplomáticas.
1947 - Novo rompimento de relações diplomáticas.
1961 - Restabelecimento de relações diplomáticas.
1985 - Visita do presidente José Sarney à URSS, a primeira visita oficial de chefe de estado brasileiro à Rússia.
1997 - Constituição da Comissão Mista Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação.
2002 - Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Rússia. Criação da Parceira Estratégica.
2004 - Visita do vice-presidente da República José Alencar Gomes da Silva à Rússia.
2004 - Visita do presidente Vladimir Putin ao Brasil. Primeira visita de um chefe de estado da Federação da Rússia ao país.
2005 - Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia.
2006 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Sergey Lavrov
2008 - Visita do presidente Dmitri Medvedev ao Brasil
2010 - Visita do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à Rússia
2010 - Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia
2011 - Visita do vice-presidente da República Michel Temer à Rússia
2011 - Visita do ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, à Rússia
2012 - Visita da presidente da República Dilma Rousseff à Rússia.
2013 - Visita do primeiro-ministro da Rússia Dmitri Medvedev ao Brasil.
2013 - Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Sergey Lavrov, ao Brasil
2013 - Visita do presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, à Rússia.
2013 - Visita do ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, à Rússia.
2014 - Visita do presidente Vladimir Putin ao Brasil.
2015 - Visita do presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, e do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, à Rússia.
2015 - Visita do vice-presidente da República Michel Temer à Rússia.
2015 - Visita da presidente da República Dilma Rousseff à Rússia, Ufá.
2017 - Visita do presidente da República Michel Temer a Moscou.

ACORDOS BILATERAIS

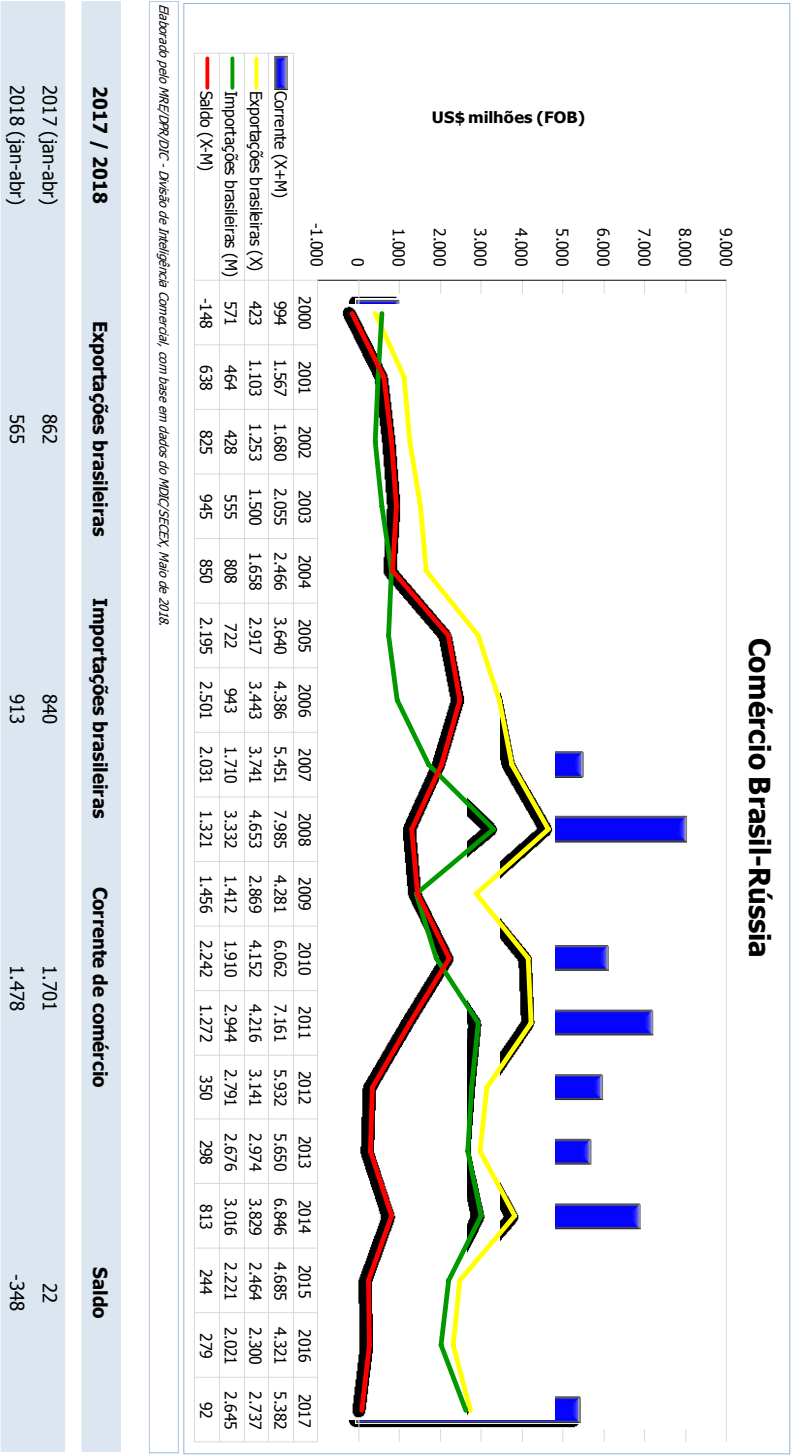
Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais	21/09/2017	Tramitação MRE
Declaração Conjunta da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia sobre Diálogo Estratégico em Política Externa.	21/06/2017	Em Vigor
Plano de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia para 2018-2021	21/06/2017	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério do Desenvolvimento Econômico da Federação da Rússia na Área da Cooperação Econômica e de Investimentos.	21/06/2017	Em Vigor
Declaração Conjunta - VI Reunião da missão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação - Brasília, 20 de fevereiro de 2013.	20/02/2013	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação em Defesa	14/12/2012	Em Promulgação
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação em Matéria de Governança e Legados Relativos à Organização de Jogos Olímpicos e Paralímpicos e Copas do Mundo FIFA	14/12/2012	Em Vigor
Plano de Consultas Políticas entre Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia para o período 2013-2015	14/12/2012	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre os Ministérios das Relações Exteriores, da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Ministério do Desenvolvimento Econômico da Federação da Rússia para Cooperação na Área de Modernização da Economia	14/12/2012	Em Vigor
Plano de Ação da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia: Próximos Passos	14/12/2012	Em Vigor
Comunicado Conjunto da Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, e do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Vladimirovich Putin.	14/12/2012	Em Vigor
Plano de Ação da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia	14/05/2010	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Cooperação no Campo da Segurança Internacional da Informação e da Comunicação	14/05/2010	Tramitação Ministérios/Cas a Civil
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua da Propriedade Intelectual e Outros Resultados da Atividade Intelectual Utilizados e Obtidos no Curso da Cooperação Técnico-Militar Bilateral	14/05/2010	Situação especial

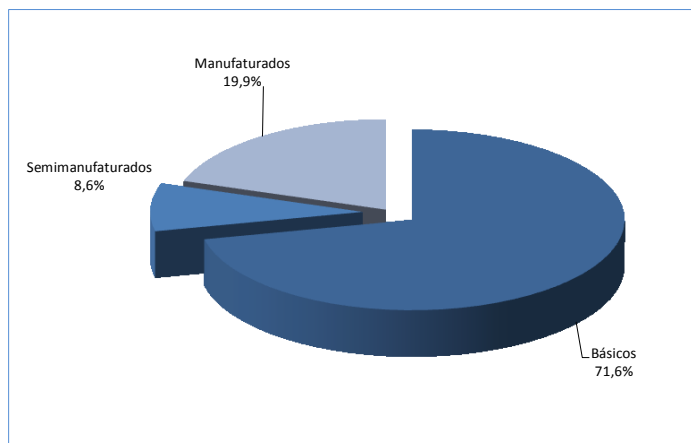
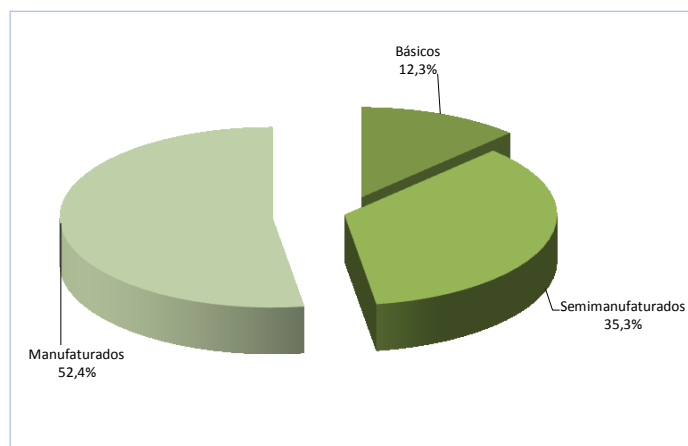
Plano de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia para 2010-2012	14/05/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e a Corporação Estatal de Energia Atômica “ROSATOM” sobre Cooperação no Campo do Uso da Energia Nuclear para Fins Pacíficos	21/07/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Pesca e Aquicultura da República Federativa do Brasil e a Agência Federal para Pesca (da Federação Russa)	20/07/2009	Em Vigor
Declaração Conjunta – Visita Oficial à República Federativa do Brasil do Presidente da Federação da Rússia, Dmitry Medvedev	26/11/2008	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação Técnico-Militar	26/11/2008	Em Vigor
Acordo entre o Brasil e a Rússia para a Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia	26/11/2008	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas	13/08/2008	Em Promulgação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua de Tecnologia Associada à Cooperação na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos	14/12/2006	Situação especial
Declaração Conjunta - IV Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação	04/04/2006	Em Vigor
Protocolo de Intenções entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia	04/04/2006	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre a Cooperação Científica e Tecnológica no Campo da Metrologia entre o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial da República Federativa do Brasil e a Agência Federal de Regulamentação Técnica e Metrologia da Federação Russa	04/04/2006	Em Vigor
Declaração Conjunta sobre os Resultados das Conversações Oficiais entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Pútín	18/10/2005	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil e a Agência Federal Espacial a respeito do Programa de Cooperação sobre Atividades Espaciais	22/11/2004	Em Vigor
Memorando de Entendimento de Cooperação na Área de Telecomunicações entre a Agência Nacional de Telecomunicações da República Federativa do Brasil e o Ministério de tecnologias de Informação e Comunicações da Federação da Rússia	22/11/2004	Em Vigor
Programa de Intercâmbio Cultural, Educacional e Esportivo entre O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para o Período de 2005 a 2007	22/11/2004	Expirado
Programa de Cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para o período de 2004 a 2006	22/11/2004	Expirado
Acordo de Cooperação na Área da Cultura Física e Esporte entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e Agência Federal de Cultura Física e Esporte	22/11/2004	Em Vigor

Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em matéria de Impostos sobre a Renda	22/11/2004	Em Vigor
Declaração Conjunta sobre os Resultados das Conversações Oficiais entre o Presidente do Brasil e o Presidente da Rússia	22/11/2004	Em Vigor
Declaração Conjunta dos Ministros dos Relações Exteriores do Brasil e dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia	19/12/2003	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo	09/04/2002	Em Vigor
Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e Federação da Rússia	14/01/2002	Em Vigor
Protocolo de Cooperação entre o MRE e a Universidade Estatal de Moscou - Lomonossov na Área de Preparação de Especialistas em Língua Portuguesa e Cultural Brasileira	14/01/2002	Em Vigor
Programa de Intercâmbio Cultural, Educacional e Desportivo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para o Período de 2002 a 2003	14/01/2002	Expirado
Declaração Conjunta sobre os resultados das conversações oficiais entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Putin.	14/01/2002	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área de Turismo	12/12/2001	Em Vigor
Acordo de Assistência Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para a Prevenção, Investigação e Combate as Infrações Aduaneiras	12/12/2001	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área da Política de Concorrência	12/12/2001	Em Vigor
Declaração da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia sobre o Combate ao Terrorismo	12/12/2001	Em Vigor
Entendimento, ptn, sobre a Alienação Única de Veículos de Propriedade das Embaixadas e de seus Funcionários no Território da Outra Parte sem a Cobrança de Taxas Alfandegárias e de Impostos	04/07/2001	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área da Quarentena Vegetal	22/06/2000	Em Vigor
Tratado sobre as Relações de Parceria entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia	22/06/2000	Em Vigor
Plano de Ações Conjuntas "Brasil - Rússia" do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da Federação da Rússia	22/06/2000	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área da Proteção da Saúde Animal	23/04/1999	Expirado
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos	21/11/1997	Em Vigor
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia	21/11/1997	Em Vigor
Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Rússia	21/11/1997	Em Vigor

Declaração Conjunta sobre os Princípios de Interação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia com Vistas ao Século XXI.	21/11/1997	Em Vigor
Declaração Conjunta sobre os Princípios de Interação entre o Brasil e a Rússia com Vistas ao Século XXI.	21/11/1997	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas entre a República Federativa do Brasil e Federação da Rússia sobre a Instalação de Consulado-Geral na Cidade de São Paulo.	14/07/1995	Em Vigor
Protocolo sobre Consultas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia	11/10/1994	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para a Prevenção ao Uso e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	11/10/1994	Expirado
Memorando de Intenções sobre o Desenvolvimento da Cooperação no Domínio da Defesa do Meio Ambiente entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia	11/10/1994	Em Vigor
Acordo, por troca de notas, sobre a Revogação das Quotas do Pessoal das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Escritórios Comerciais da Federação da Rússia	07/10/1994	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	15/09/1994	Expirado
Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Lotação de Pessoal das Respectivas Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Representações Comerciais.	27/07/1994	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Criação de Adidâncias Militares entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia.	06/06/1994	Em Vigor
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Econômico-Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia	03/12/1993	Expirado
Programa de Intercâmbio entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia nas Áreas de Cultura, Educação e Desportes para o Período de 1993/1995.	22/10/1993	Expirado
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia.	22/01/1993	Em Vigor
Acordo, por troca de Notas, para a Criação de Consulados-Gerais	20/11/1992	Em Vigor

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

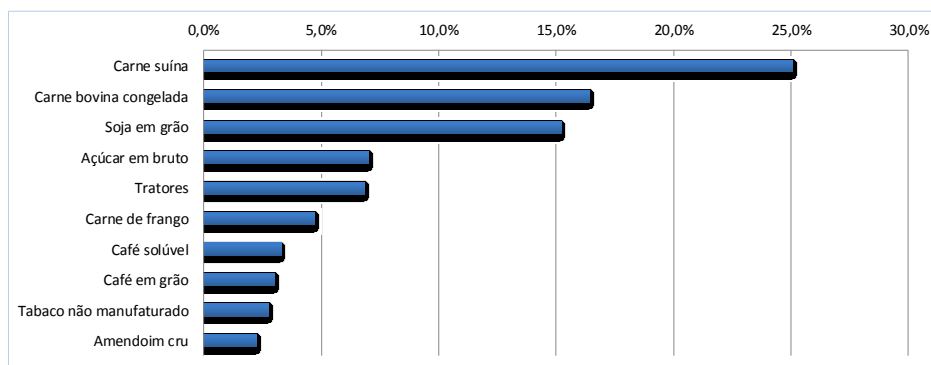
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Rússia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carne suína	642	26,1%	513	22,3%	686	25,1%
Carne bovina congelada	547	22,2%	389	16,9%	450	16,4%
Soja em grão	232	9,4%	411	17,9%	416	15,2%
Açúcar em bruto	327	13,3%	269	11,7%	193	7,1%
Tratores	3	0,1%	21	0,9%	188	6,9%
Carne de frango	123	5,0%	113	4,9%	129	4,7%
Café solúvel	67	2,7%	84	3,7%	90	3,3%
Café em grão	67	2,7%	71	3,1%	83	3,0%
Tabaco não manufaturado	131	5,3%	96	4,2%	76	2,8%
Amendoim cru	17	0,7%	34	1,5%	62	2,3%
Subtotal	2.156	87,5%	2.001	87,0%	2.373	86,7%
Outros	308	12,5%	299	13,0%	364	13,3%
Total	2.464	100,0%	2.300	100,0%	2.737	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

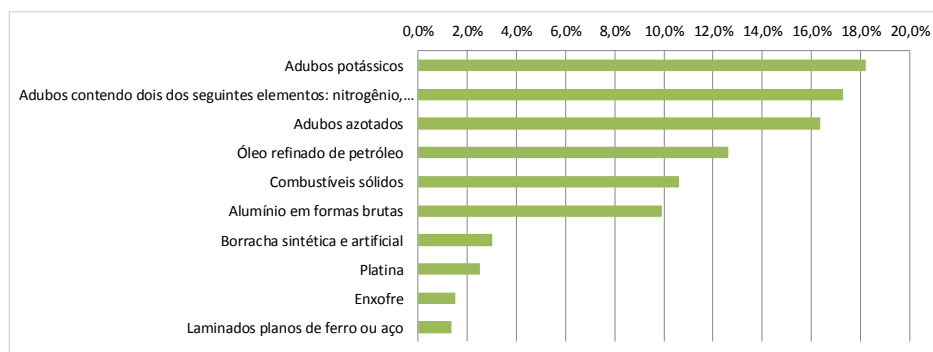


Composição das importações brasileiras originárias da Rússia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aubos potássicos	435	19,6%	322	15,9%	482	18,2%
Aubos contendo dois dos seguintes elementos: nitrogênio, fósforo ou potássio	397	17,9%	341	16,9%	457	17,3%
Aubos azotados	394	17,7%	323	16,0%	433	16,4%
Óleo refinado de petróleo	64	2,9%	246	12,2%	334	12,6%
Combustíveis sólidos	159	7,2%	164	8,1%	281	10,6%
Alumínio em formas brutas	358	16,1%	292	14,4%	262	9,9%
Borracha sintética e artificial	74	3,3%	60	3,0%	80	3,0%
Platina	68	3,1%	57	2,8%	67	2,5%
Enxofre	63	2,8%	33	1,6%	40	1,5%
Laminados planos de ferro ou aço	10	0,5%	0	0,0%	36	1,4%
Subtotal	2.022	91,0%	1.838	90,9%	2.472	93,5%
Outros	199	9,0%	183	9,1%	173	6,5%
Total	2.221	100,0%	2.021	100,0%	2.645	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

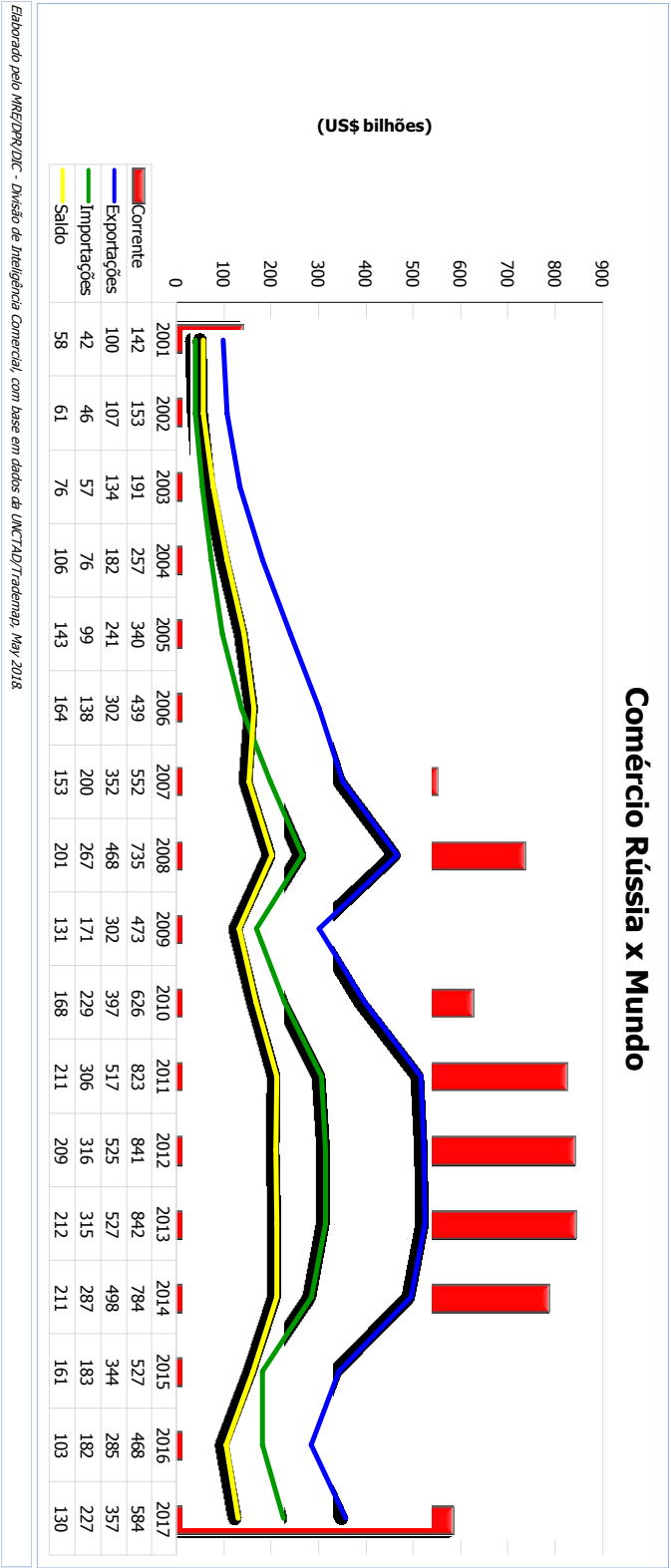
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Soja em grão	141	16,4%	152	26,9%	
Tratores	17	2,0%	89	15,7%	
Hidróxido de alumínio	17	2,0%	42	7,4%	
Açúcar	53	6,2%	35	6,2%	
Carne de frango	47	5,5%	35	6,2%	
Tabaco não manufaturado	24	2,8%	29	5,1%	
Café em grão	25	2,9%	24	4,2%	
Amendoim	8	0,9%	23	4,1%	
Café solúvel	34	3,9%	22	3,9%	
Veículos automóveis para transporte de mercadorias	0	0,0%	18	3,2%	
Subtotal	366	42,5%	469	83,0%	
Outros	496	57,5%	96	17,0%	
Total	862	100,0%	565	100,0%	
Importações					
Azúlos contendo 2 dos 3 elementos: nitrogênio, fósforo e potássio	154	18,3%	170	18,6%	
Azúlos potássicos	135	16,1%	151	16,5%	
Azúlos azotados	135	16,1%	139	15,2%	
Carvão mineral e outros combustíveis sólidos	84	10,0%	124	13,6%	
Óleo bruto de petróleo	96	11,4%	113	12,4%	
Alumínio	105	12,5%	105	11,5%	
Borracha sintética	22	2,6%	27	3,0%	
Enxofre	7	0,8%	24	2,6%	
Níquel	6	0,7%	7	0,8%	
Laminados planos de ferro ou aço	11	1,3%	6	0,7%	
Subtotal	755	89,9%	866	94,9%	
Outros produtos	85	10,1%	47	5,1%	
Total	840	100,0%	913	100,0%	

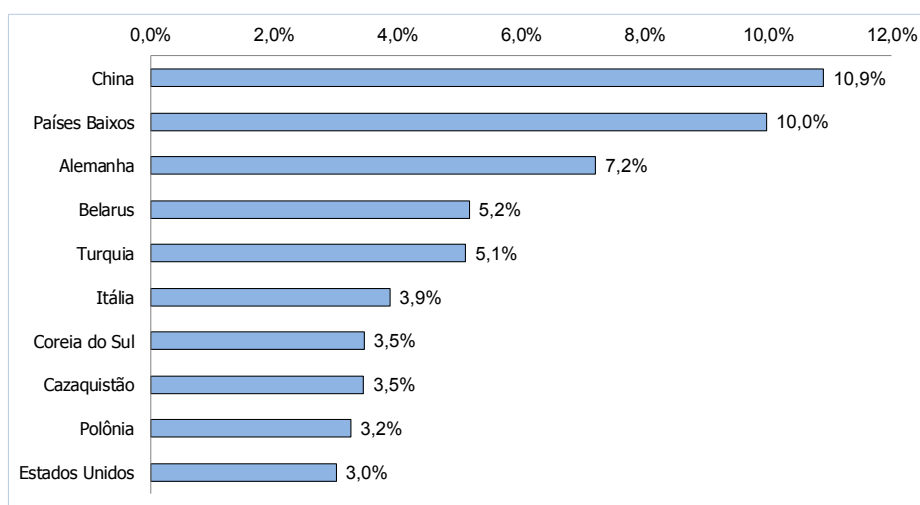
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECDEX/Aliceweb, Maio de 2018.



Principais destinos das exportações da Rússia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	38,92	10,9%
Países Baixos	35,61	10,0%
Alemanha	25,75	7,2%
Belarus	18,43	5,2%
Turquia	18,22	5,1%
Itália	13,84	3,9%
Coreia do Sul	12,35	3,5%
Cazaquistão	12,32	3,5%
Polônia	11,58	3,2%
Estados Unidos	10,74	3,0%
...		
Brasil (35º lugar)	2,03	0,6%
Subtotal	199,78	55,9%
Outros países	157,30	44,1%
Total	357,08	100,0%

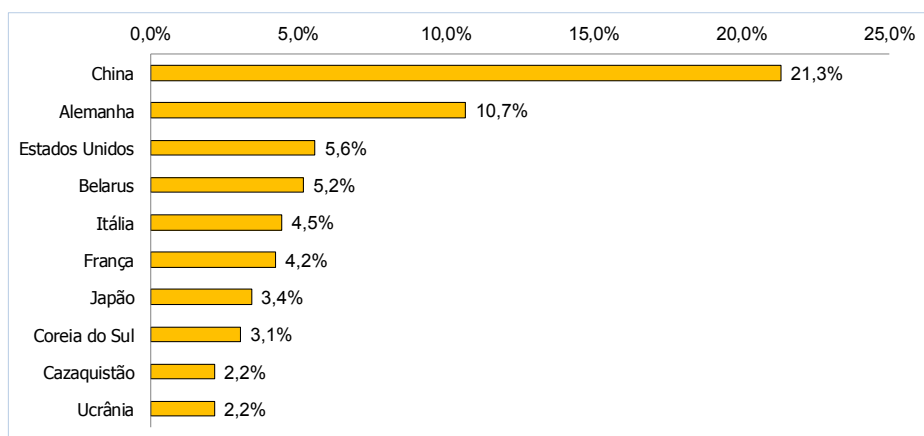
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Principais origens das importações da Rússia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	48,42	21,3%
Alemanha	24,23	10,7%
Estados Unidos	12,66	5,6%
Belarus	11,77	5,2%
Itália	10,11	4,5%
França	9,63	4,2%
Japão	7,76	3,4%
Coreia do Sul	6,93	3,1%
Cazaquistão	4,92	2,2%
Ucrânia	4,91	2,2%
...		
Brasil (18º lugar)	3,20	1,4%
Subtotal	144,54	63,7%
Outros países	82,42	36,3%
Total	226,97	100,0%

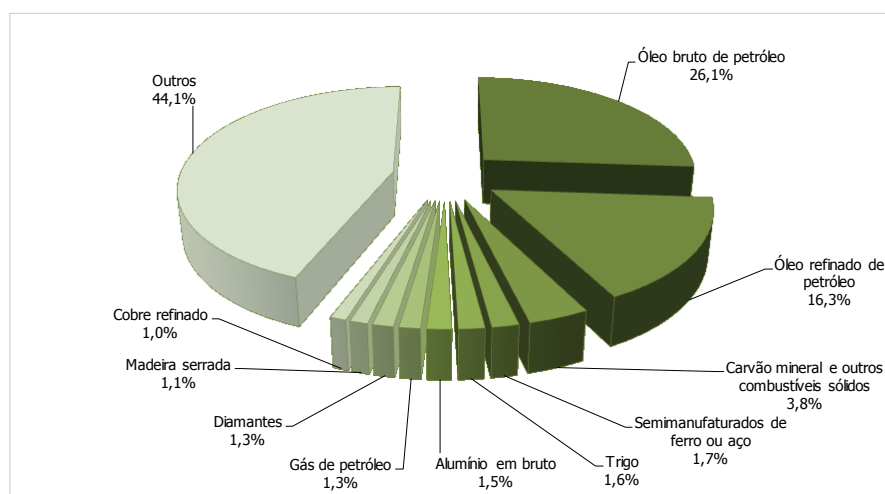
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Composição das exportações da Rússia (SH4)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part. % no total
Óleo bruto de petróleo	93,31	26,1%
Óleo refinado de petróleo	58,24	16,3%
Carvão mineral e outros combustíveis sólidos	13,53	3,8%
Semimanufaturados de ferro ou aço	6,03	1,7%
Trigo	5,79	1,6%
Alumínio em bruto	5,46	1,5%
Gás de petróleo	4,72	1,3%
Diamantes	4,70	1,3%
Madeira serrada	4,00	1,1%
Cobre refinado	3,65	1,0%
Subtotal	199,43	55,9%
Outros	157,65	44,1%
Total	357,08	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

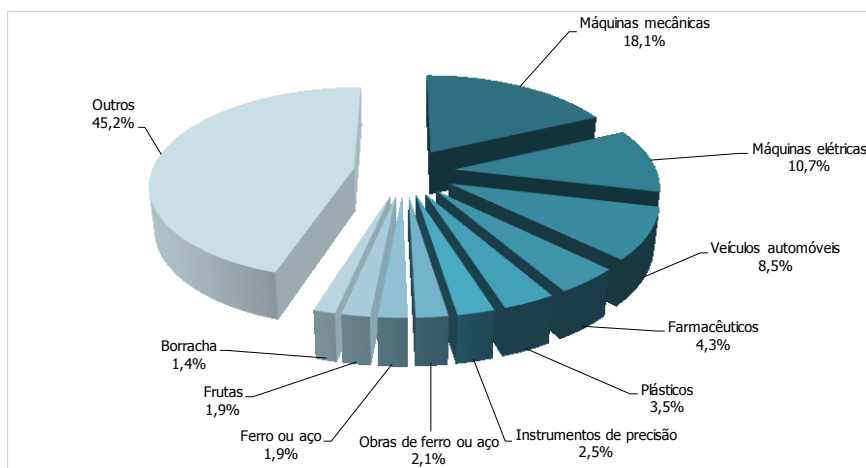


Composição das importações da Rússia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas mecânicas	45,29	18,1%
Máquinas elétricas	26,73	10,7%
Veículos automóveis	21,38	8,5%
Farmacêuticos	10,84	4,3%
Plásticos	8,77	3,5%
Instrumentos de precisão	6,19	2,5%
Obras de ferro ou aço	5,31	2,1%
Ferro ou aço	4,83	1,9%
Frutas	4,68	1,9%
Borracha	3,59	1,4%
Subtotal	137,59	54,8%
Outros	113,30	45,2%
Total	250,89	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da Rússia

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-0,20%	1,55%	1,71%	1,49%	1,50%
PIB nominal (US\$ trilhões)	1,28	1,53	1,72	1,75	1,79
PIB nominal "per capita" (US\$)	8.900	10.608	11.947	12.191	12.426
PIB PPP (US\$ bilhões)	3,88	4,01	4,17	4,32	4,47
PIB PPP "per capita" (US\$)	26.930	27.834	28.958	30.040	31.113
População (milhões habitantes)	143,97	143,99	143,97	143,90	143,79
Desemprego (%)	5,53%	5,21%	5,50%	5,50%	5,50%
Inflação (%) ⁽²⁾	5,37%	2,52%	3,50%	4,00%	4,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,99%	2,64%	4,47%	3,84%	3,42%
Dívida externa (US\$ bilhões)	524,69	539,64	561,39	582,04	605,00
Câmbio (Rb / US\$) ⁽²⁾	60,66	57,60	62,53	58,89	60,90

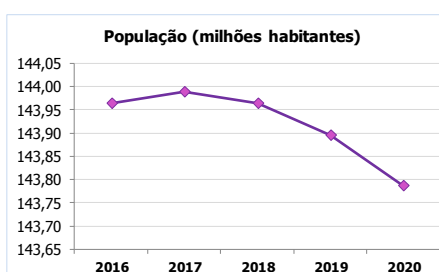
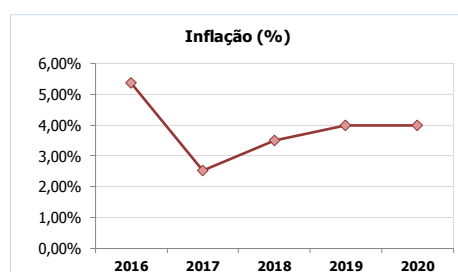
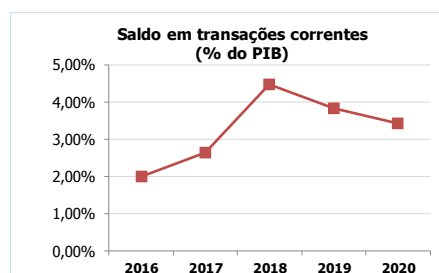
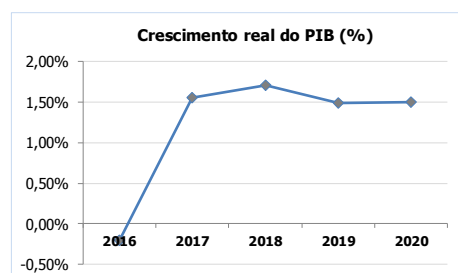
Origem do PIB (2017 Estimativa)

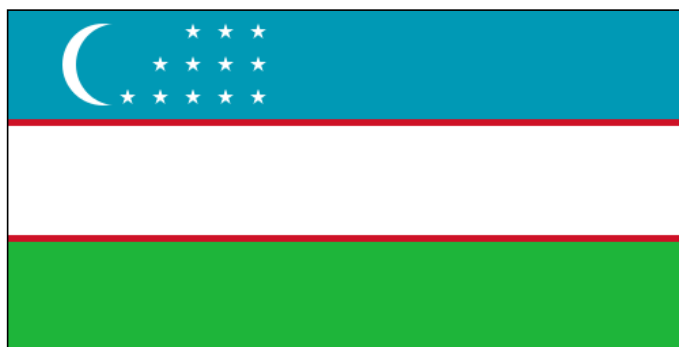
Agricultura	4,7%
Indústria	32,4%
Serviços	62,3%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2018 e da cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DO UZBEQUISTÃO**

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE O UZBEQUISTÃO	
NOME OFICIAL:	República do Uzbequistão
GENTÍLICO:	uzbeque
CAPITAL:	Tashkent
ÁREA:	447.400 km²
POPULAÇÃO:	31,72 milhões (2017)
LÍNGUA OFICIAL:	uzbeque (língua oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	islamismo sunita (88%); cristã ortodoxa (9%) e outras (3%)
SISTEMA DE GOVERNO:	presidencialismo
PODER LEGISLATIVO:	parlamento bicameral composto por Senado e Assembleia Legislativa
CHEFE DE ESTADO:	Shavkat Mirziyoyev (desde 4 de dezembro de 2016)
CHEFE DE GOVERNO:	Abdulla Aripov (desde 14 de dezembro de 2016)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 67,51 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US\$ 221,72 bilhões
PIB PER CAPITA (2017):	US\$ 2.128
PIB PPP PER CAPITA (2017):	US\$ 6.990
VARIAÇÃO DO PIB:	5,97% (2017); 7,80% (2016); 8% (2015); 8,10% (2014)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2016):	0,701 (105ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2017):	73,8 anos
ALFABETIZAÇÃO (2017):	99,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	10,1%
UNIDADE MONETÁRIA:	som uzbeque
EMBAIXADOR EM TASHKENT:	Antonio Luis Espinola Salgado (não residente)
EMBAIXADOR NO BRASIL:	Said Rustamov (encarregado de negócios, <i>ad interim</i> , não residente)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de um brasileiro residente no Uzbequistão

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-UZBEQUISTÃO (US\$ mil – FOB / Fonte: MDIC)										
Brasil → Uzbequistão	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2018 jan-abr
Intercâmbio	3.519	2.712	9.178	8.012	13.771	10.891	46.968	12.425	6.017	2.498
Exportações	18	2.712	7.817	6.753	11.708	8.358	46.607	9.963	5.292	2.367
Importações	3.501	0	1.361	1.259	2.063	2.533	361	2.462	725	130
Saldo	-3.484	2.711	6.457	5.494	9.645	5.825	46.246	7.501	4.567	2.236

APRESENTAÇÃO

O Uzbequistão encontra-se no coração da Ásia Central e faz fronteira com Cazaquistão, Turcomenistão, Quirguistão, Tajiquistão e Afeganistão.

O país, mediterrâneo, possui território de 447.400 km², caracterizado pela escassa disponibilidade de água, decorrente do desastre ecológico ocorrido no Mar de Aral. No período soviético, foi ali implementado sofisticado sistema de irrigação intensiva, para cultivo de algodão, o qual drenou as águas desse mar — que chegou a ser o quarto maior lago de água salgada do mundo — reduzindo drasticamente seu volume.

Devido à escassez de água e à sua localização, há presença de desertos e de vegetação semiárida no Uzbequistão, sendo seu clima caracterizado por verões longos e quentes, temperados por invernos suaves.

Sua população de 31,72 milhões tem a seguinte composição aproximada: 80% uzbeques e 20% russos, tadjiques e cazaques. A maior parte da população concentra-se na parte oriental do país, devido à presença de terras férteis.

Na atualidade, e em decorrência de históricas invasões árabes, a maior parte da população uzbeque professa a fé islâmica, em sua vertente sunita (oitenta e oito por cento).

O Uzbequistão é um país rico em recursos naturais, que conta com grandes reservas exploráveis de gás natural, petróleo e ouro. Também tem potencial no campo da agricultura, pois 62% de suas terras são produtivas, com histórico destacado no cultivo do algodão.

PERFIS BIOGRÁFICOS

SHAVKAT MIRZIYOYEV



presidente

Shavkat Miromonovich Mirziyoyev nasceu em julho de 1957, em Zaamin. Em 1981, graduou-se em engenharia mecânica pelo Instituto de Engenheiros de Irrigação e Mecanização da Agricultura de Tashkent, onde também obteve o título de doutor em ciências técnicas.

Em 1990, foi eleito deputado do Soviete Supremo do Uzbequistão. Em 1992, foi designado governador do distrito de Mirzo Ulugbek, onde se localiza a cidade de Tashkent. Em 1996, tornou-se governador da região de Jizzakh e, em 2001, da região de Samarcanda, cujo cargo manteve até ser nomeado primeiro-ministro da República do Uzbequistão, em 2003. Foi novamente designado primeiro-ministro em 2005, 2010 e 2015.

Em setembro de 2016, após o falecimento de Islam Karimov, primeiro mandatário uzbeque, a Câmara Legislativa e o Senado reuniram-se em sessão conjunta e indicaram Shavkat Mirziyoyev como presidente interino do país. Em dezembro de 2016, foi eleito presidente.

ABDULLA ARIPOV*primeiro-ministro*

Nascido
Tashkent. Em 1983,

em maio de 1961, em
formou-se em engenharia
de comunicações no Instituto de Eletrotécnica e de Comunicações uzbeque,
obtendo, posteriormente, o título de doutor em economia.

Aripov trabalhou na Agência de Telefonia e Telégrafos de Tashkent, de
1983 a 1992, razão pela qual manteve relações próximas com as instituições e
entidades de comunicações do governo.

Em dezembro de 2016, foi nomeado primeiro-ministro, em substituição
a Shavkat Mirziyoyev, que foi eleito presidente.

SÍNTESE HISTÓRICA

Uma das regiões do globo com o mais antigo registro de presença humana, o território correspondente ao atual Uzbequistão é habitado desde o período paleolítico, tendo sido palco do surgimento de técnicas de domesticação de animais, de antigas formulações teológicas e do desenvolvimento de armas rudimentares.

A partir da conquista e da ocupação pelo império persa, no século VI a.C., surgiram as primeiras cidades da região, como Bucara e Samarcanda. Com a conquista do império persa por Alexandre, o Grande, em 328 a.C., essas cidades tornaram-se importantes centros de trocas comerciais e de promoção de contatos interculturais, bem como do florescimento de diversas religiões.

Boa parte da área foi anexada ao Califado Árabe, entre os anos 709 e 712, quando o islã tornou-se a religião dominante.

No século XIII, o imperador mongol Genghis Khan invadiu a região, provocando grande destruição. Sob seu domínio, migrantes turcos começaram a ocupar o território, dando origem à etnia uzbeque, resultante da miscigenação entre mongóis, turcos e persas.

Após a morte de Genghis Khan, com o enfraquecimento de sua dinastia, líderes tribais passaram a estabelecer controle sobre o antigo canato mongol. A partir de então, iniciou-se progressiva consolidação política, com a conquista da região pelas tribos uzbeques, provenientes do norte.

Estabeleceram-se, assim, três canatos independentes: Bucara, Khiva e Kokand, que vigoraram até meados do século XIX, quando forças russas os

anexaram, sob a forma de protetorados, em decorrência de interesses comerciais. A região passou então a ser administrada por um governador-geral indicado por Moscou, que investiu no setor agrícola, com o objetivo prioritário de suprir as necessidades da indústria russa de algodão e tecidos.

No início do século XX, descendentes de comerciantes uzbeques educados em universidades russas e turcas, conhecidos como *jadadists*, deram início a um movimento político que ganhou força, ao advogar pela modernização e independência do Uzbequistão.

Com o início da Revolução Russa, em 1917, sucederam-se diversos conflitos entre o Exército Vermelho e guerrilhas uzbeques, as quais nutriam esperanças de reconquistar a independência. A formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), porém, ensejou a criação, em 1924, da República Socialista Soviética do Uzbequistão.

Durante a Segunda Guerra Mundial, testemunhou-se o crescimento da economia uzbeque, impulsionada pela instalação, no território daquele país, de fábricas de lâmpadas e de unidades de indústria pesada. Surgiram, à época, novas cidades, no entorno de empreendimentos agrícolas estatais diversos. O Uzbequistão recebeu, ademais, grande fluxo de refugiados, provenientes de toda a União Soviética. No mesmo período, muitos cidadãos e lideranças uzbeques foram submetidos à forte repressão do regime de Stalin, especialmente figuras políticas e do universo cultural.

Em 1970, o líder do Partido Comunista do Uzbequistão, Sharof Rashidov, promoveu reformas que enfraqueceram o domínio soviético. Após sua morte, em 1982, Moscou decidiu indicar Islam Karimov como seu sucessor na liderança do partido, com o propósito de reestabelecer a força política da URSS na área. Karimov tornou-se primeiro-secretário da República do Uzbequistão, em 1989, e foi eleito presidente, em 1990, pelo Soviete Supremo do país.

Com a abertura do regime da União Soviética, a partir do governo e das reformas de Mikhail Gorbachev, Islam Karimov introduziu mudanças que ensejaram maior autonomia em sua região, incorporando políticas mais conciliatórias com o islã, ao passo que era reconhecido maior *status* à língua e à cultura uzbeques.

Em 1º de setembro de 1991, após uma tentativa de golpe de estado, o Soviete Supremo do Uzbequistão proclamou a independência do país. Referendo realizado em dezembro do mesmo ano conferiu apoio popular à decisão, que recebeu 98,2% de aprovação. Na sequência, a população elegeu Islam Karimov como presidente da República do Uzbequistão.

Durante seu governo, Karimov procurou promover a autossuficiência do país. Permaneceu no poder até sua morte, em setembro de 2016. O parlamento, na ocasião, nomeou o então primeiro-ministro, Shavkat Mirziyoyev, como líder interino do governo, bem como determinou a realização de eleições. Em dezembro de 2016, Mirziyoyev foi eleito presidente do Uzbequistão.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Uzbequistão foram estabelecidas em 1993. No final dos anos 2000, houve aprofundamento do diálogo bilateral, com intercâmbio de visitas de autoridades, que culminou com a viagem ao Brasil do presidente Islam Karimov, em 2009.

A 1ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Uzbequistão realizou-se em Tashkent, em setembro de 2008. Na ocasião, o governo uzbeque manifestou o desejo de que o Brasil instalasse embaixada residente em Tashkent.

Em 2016, o ministro da Agricultura do Uzbequistão visitou o Brasil, ocasião em que reconheceu o potencial de cooperação entre os dois países e manifestou o interesse uzbeque de lançar iniciativas em áreas como agricultura, mineração e energia.

Quanto às relações comerciais, o Uzbequistão, em 2017, foi, para o Brasil, o 137º no ranking de importações e o 161º no ranking de exportações. A balança comercial teve saldo de US\$ 4,56 milhões, menor do que o saldo de 2016, de US\$ 13,07 milhões. As exportações brasileiras concentraram-se basicamente em açúcar.

A embaixada em Moscou, em cooperação com a Apex Brasil, está organizando missão empresarial e comercial ao Uzbequistão, em 2018. A expectativa é a de atrair empresas brasileiras, de distintos setores, a participar de rodadas de negociação com contrapartes uzbeques. Empresas brasileiras como EMBRAER, JBS e Minerva Foods deverão participar do evento. Ademais, foram contatadas entidades governamentais e privadas no Uzbequistão para a realização de um seminário em Tashkent, ao longo de 2018, sobre negócios com o Brasil.

Assuntos consulares

Existe registro de um brasileiro residente no Uzbequistão.

POLÍTICA INTERNA

O sistema de governo uzbeque diferencia as chefias de estado e de governo. O presidente é eleito por voto popular para mandato de cinco anos, assim como os governadores das províncias. O primeiro-ministro e o vice-primeiro-ministro são indicados pelo próprio presidente. O executivo detém grande parte do poder e o sistema pode ser classificado como centralizado.

O Poder Legislativo é bicameral e constituído pelo Senado, também conhecido como Assembleia Suprema, e pela Câmara Legislativa, também conhecida como Assembleia Nacional. No Senado, há 100 cadeiras, com mandato de 5 anos, 84 das quais são eleitas pelos conselhos regionais e 16 são indicadas pelo presidente da república. Na Câmara Legislativa, há 150 cadeiras, também com mandato de 5 anos, das quais 135 são eleitas por voto popular e 15 são reservadas para o Partido do Movimento Ecológico do Uzbequistão.

No Poder Judiciário, de três instâncias, os juízes são designados pelo presidente para mandato de cinco anos.

Em fevereiro de 2017, o recém-eleito presidente Mirziyoyev anunciou uma estratégia de desenvolvimento para 2017-2021, que reúne cinco áreas prioritárias: melhorar a administração pública e a construção do estado; garantir a supremacia da lei; manter o crescimento econômico e liberalizar a economia; aprimorar a segurança social; e garantir a segurança.

Algumas iniciativas dentro da estratégia defrontaram-se com considerável resistência da população uzbeque, organizada em clãs e tribos tradicionais e conservadores. Dentre estas, destaca-se o plano de liberalização da política de vistos, anunciado pelo presidente Mirziyoyev, em dezembro de 2016. A iniciativa facilitaria a entrada de cidadãos de mais de 27 países (inclusive Estados Unidos e países europeus), com o objetivo de atrair investimento externo e fortalecer o turismo. Diante da contrariedade de parcelas significativas da sociedade uzbeque, decidiu-se que o plano não será executado, pelo menos até 2021.

O governo Mirziyoyev, vem, de qualquer forma, adotando reformas liberalizantes na economia, a fim de melhorar o ambiente de negócios no país e atrair maior fluxo de capital estrangeiro.

Quanto aos direitos humanos, o atual presidente realiza esforços para erradicar o trabalho infantil.

POLÍTICA EXTERNA

O Uzbequistão é considerado alvo de embate geopolítico entre diversas potências, no contexto do denominado "Novo Grande Jogo", a disputa por poder e influência na região centro-asiática, sobretudo no tocante às ricas reservas energéticas daquela área. Esse processo envolve potências tanto globais quanto regionais, como Rússia, China, Estados Unidos, Irã, Paquistão e Índia.

A importância do Uzbequistão, nesse contexto, baseia-se em sua posição geográfica central e estratégica, que, em decorrência de questões de fronteira, especialmente com Quirguistão e Tajiquistão, carrega o potencial de colocar em risco a segurança, a estabilidade e a prosperidade regionais. Em junho de 2010, houve episódio na zona de fronteira com o Quirguistão, no qual a violência étnica entre quirguizes e uzbeques resultou em centenas de vítimas fatais.

O virtual desaparecimento do Mar de Aral é um dos mais conhecidos problemas regionais, acentuando a disputa uzbeque com seus vizinhos acerca do uso compartilhado dos recursos hídricos locais. Tais questões, somadas às ameaças relacionadas ao terrorismo e ao tráfico de narcóticos provenientes do Afeganistão, motivou corrida armamentista na região.

A gestão do presidente Mirziyoyev tem-se destacado por enfatizar as relações regionais, no contexto de iniciativa voltada à melhoria das relações com os vizinhos. Um objetivo importante é o de promover avanços nas negociações acerca de fronteiras com Quirguistão, Tajiquistão e Cazaquistão, o que poderá ensejar o correto encaminhamento de questões fronteiriças e migratórias pendentes, bem como entendimentos acerca de temas relacionados a minorias étnicas. A nova gestão tem promovido o diálogo sobre o compartilhamento dos recursos hídricos, de acordo com propostas da ONU.

No que concerne ao Cazaquistão, há sinais de mudanças no relacionamento entre os dois países. O mandatário cazaque, Nursultan Nazarbayev, vê na nova liderança uzbeque um parceiro estratégico. Com efeito, a atual gestão uzbeque tem cultivado a reputação de "bom vizinho" e aberto oportunidades para o comércio mútuo. Nos três primeiros meses de 2017, houve crescimento de 37% do comércio bilateral com o Cazaquistão. Desde o início da gestão de Mirziyoyev, os dois países assinaram uma série de acordos bilaterais, inclusive nas áreas de cooperação militar e de infraestrutura. Há, ademais, previsão de liberação da passagem de veículos pela fronteira.

Quanto à Rússia, a abertura econômica uzbeque tem beneficiado Moscou. Há esforços de aproximação com a nova gestão, marcados pela visita do presidente Vladimir Putin a Tashkent em 2016, para parabenizar Mirziyoyev por sua eleição. A cooperação bilateral tem-se fortalecido nas esferas política, comercial e econômica, "pelo bem da paz regional e da segurança na Ásia Central", nas palavras de Putin. Em abril de 2017, os dois países assinaram acordos de investimentos mútuos da ordem de US\$ 12 bilhões e contratos de comércio no valor estimado de US\$ 3,8 bilhões.

A China está cada vez mais presente nos projetos de desenvolvimento uzbeques, em virtude da iniciativa *One Belt, One Road* (OBOR), a Nova Rota da Seda. A inclusão do Uzbequistão na empreitada é uma prioridade para o governo daquele país, pois poderá melhorar sua infraestrutura logística.

A diminuição das importações de gás pela Rússia tem sido compensada pelo aumento das vendas para a China, em decorrência da inclusão do Uzbequistão no gasoduto Ásia Central-China, em 2012, no âmbito da OBOR. Na

ocasião, as estimativas de exportações de gás do Uzbequistão para Pequim saltaram de 14 bilhões de metros cúbicos para cerca de 22 bilhões. Há, também no contexto da OBOR, o projeto do gasoduto "*Line D*", idealizado para atravessar Uzbequistão, Tajiquistão e Quirguistão, chegando finalmente à China.

No que se refere ao Afeganistão, é importante ressaltar o constante interesse uzbeque na estabilização do país, devido às preocupações relativas à infiltração do extremismo islâmico, através da porosa fronteira entre os dois países. Entre 2001 e 2005, o Uzbequistão permitiu o uso, pelos Estados Unidos e pela OTAN, de base militar em Karshi-Kanabad, para apoiar operações militares no Afeganistão. Mesmo tendo sido recentemente ameaçado por militantes do autodenominado Estado Islâmico e temendo o retorno do talibã, o Uzbequistão atualmente não participa de nenhuma forma de cooperação militar com as autoridades afegãs.

O atual presidente, Shavkat Mirziyoyev, tem investido no relacionamento com organizações internacionais e em iniciativas multilaterais. Nessas circunstâncias, o Uzbequistão fez-se representar, em fevereiro de 2017, na primeira Reunião da Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), da qual participa desde 1992. Ademais, recebeu visita do Alto Comissário de Direitos Humanos da ONU, Príncipe Zeid Ra'ad Al Hussein, que resultou na adoção de plano de ação nessa área, bem como no anúncio do governo uzbeque de que permitiria a instalação de representante do Escritório do Alto Comissário para Direitos Humanos em Tashkent, bem como do presidente do Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (BERD).

Como Tashkent deseja uma participação mais efetiva nos temas relacionados à Ásia Central, o país foi o anfitrião de um grande evento internacional, em novembro de 2017, apoiado por órgãos das Nações Unidas: a conferência "Ásia Central: Passado Compartilhado e Futuro Comum, Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável e Prosperidade Mútua", realizada na cidade de Samarcanda. Foram ali discutidas iniciativas para fortalecer a cooperação entre países centro-asiáticos, nas seguintes áreas: política, investimentos, transportes, comunicação, recursos hídricos, energia, ambiental e humanitária. Também foi debatido durante a conferência o papel das organizações internacionais na implementação e desenvolvimento de projetos de capacitação nos países daquela área.

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros do Tajiquistão, do Uzbequistão, do Quirguistão e Turcomenistão, juntamente com a Alta Representante da União Europeia para Relações Exteriores e Política de Segurança e o Comissário Europeu para Cooperação Internacional e Desenvolvimento, realizaram, em novembro de 2017, a 13ª Reunião Ministerial UE-Ásia Central, em Samarcanda. Durante a reunião conjunta, foi assinado o documento "A UE e a Ásia Central: trabalhando para um futuro mais seguro e mais próspero juntos".

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Nos últimos anos, a Ásia Central enfrentou um importante desafio, o maior da história da região na era pós-URSS, representado pela recessão na economia russa, somada à queda dos preços internacionais do petróleo e do gás e à desaceleração da economia chinesa. A economia uzbeque, nesse contexto, registrou arrefecimento dos índices de expansão econômica que vinha experimentado há quase duas décadas.

A desaceleração da economia russa reduziu as exportações do Uzbequistão para aquele país e as remessas financeiras dos trabalhadores uzbeques que vivem na Rússia (em média 3 milhões). A crise russa foi responsável por guindar a China à condição de principal parceiro comercial do Uzbequistão, em 2014.

O Uzbequistão entregou candidatura a membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995, tendo procurado envidar esforços, desde então, no sentido de adequar-se aos padrões vigentes naquela entidade, especialmente quanto à liberalização do intercâmbio comercial e à criação de condições favoráveis ao comércio internacional. O presidente Mirziyoyev, com o intuito de atrair investimentos, anunciou a intenção uzbeque de instaurar um complexo industrial-militar para reequipar o exército e modernizar o setor de defesa do país, empreendimento entendido como necessário, à luz da instabilidade nas regiões de fronteira.

No ranking de países com melhor ambiente de negócios no ano de 2017, segundo o Banco Mundial, o Uzbequistão subiu 13 posições, de 87º para 74º lugar. No quesito "facilidade para abrir empresas", o país está em 11º lugar.

O setor agrícola no Uzbequistão emprega 30% da mão de obra do país e responde por quase 20% do PIB. A agricultura permanece em grande parte concentrada no setor de cultura do algodão. O país é o quinto maior exportador de algodão do mundo e o sexto maior produtor.

O presidente Mirziyoyev tem adotado reformas econômicas liberalizantes, com vistas à atração de investimentos diretos estrangeiros e melhoria das condições para negócios no país. Seu objetivo é diversificar a base produtiva, ainda fortemente concentrada na monocultura do algodão e na exploração de petróleo e gás.

Em 2017, o crescimento econômico caiu a 5,3% e a inflação subiu para 14,4%, ambos refletindo a acentuada desvalorização da moeda local, que levou a ajustes em toda a economia. O superávit em conta corrente representou 2,8% do PIB.

Espera-se que a melhora das perspectivas externas venha a ensejar o aumento das exportações, impulsionando o crescimento para 5,5% em 2018 e 5,6% em 2019, já que a inflação permanece alta, com esperados aumentos de salários e aposentadorias. A agricultura deverá crescer 4,5% em 2018.

Principais indicadores socioeconômicos do Uzbequistão

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	7,80%	5,97%	6,04%	6,00%	6,00%
PIB nominal (US\$ bilhões)	66,85	67,51	68,00	72,20	76,65
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.133	2.128	2.118	2.222	2.332
PIB PPP (US\$ bilhões)	205,64	221,72	239,66	259,47	280,82
PIB PPP "per capita" (US\$)	6.561	6.990	7.466	7.987	8.542
População (milhões habitantes)	31,34	31,72	32,10	32,49	32,88
Inflação (%) ⁽²⁾	7,89%	15,67%	10,65%	10,00%	10,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	0,75%	0,94%	0,26%	-0,26%	-0,83%
Dívida externa (US\$ bilhões)	16,28	16,89	16,41	15,71	15,10
Câmbio (Som / US\$) ⁽²⁾	3.205	8.101	8.307	8.078	7.871

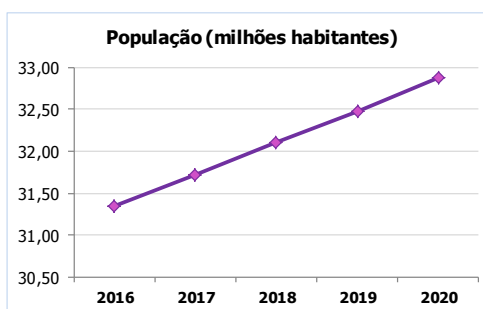
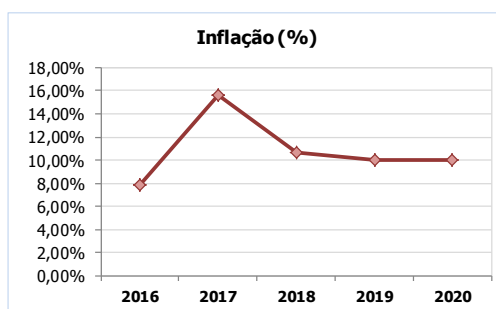
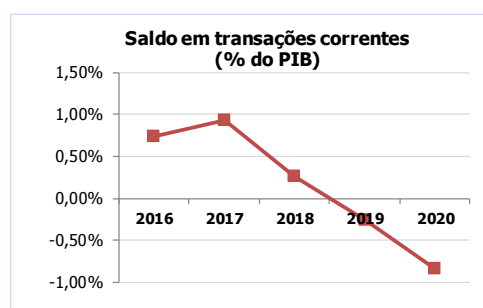
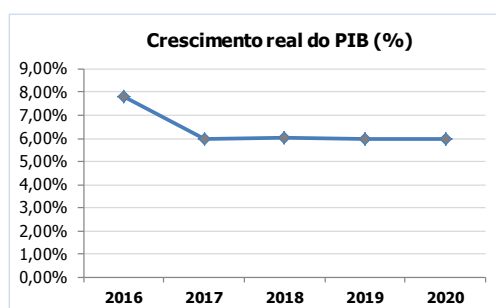
Origem do PIB (2017 Estimativa)

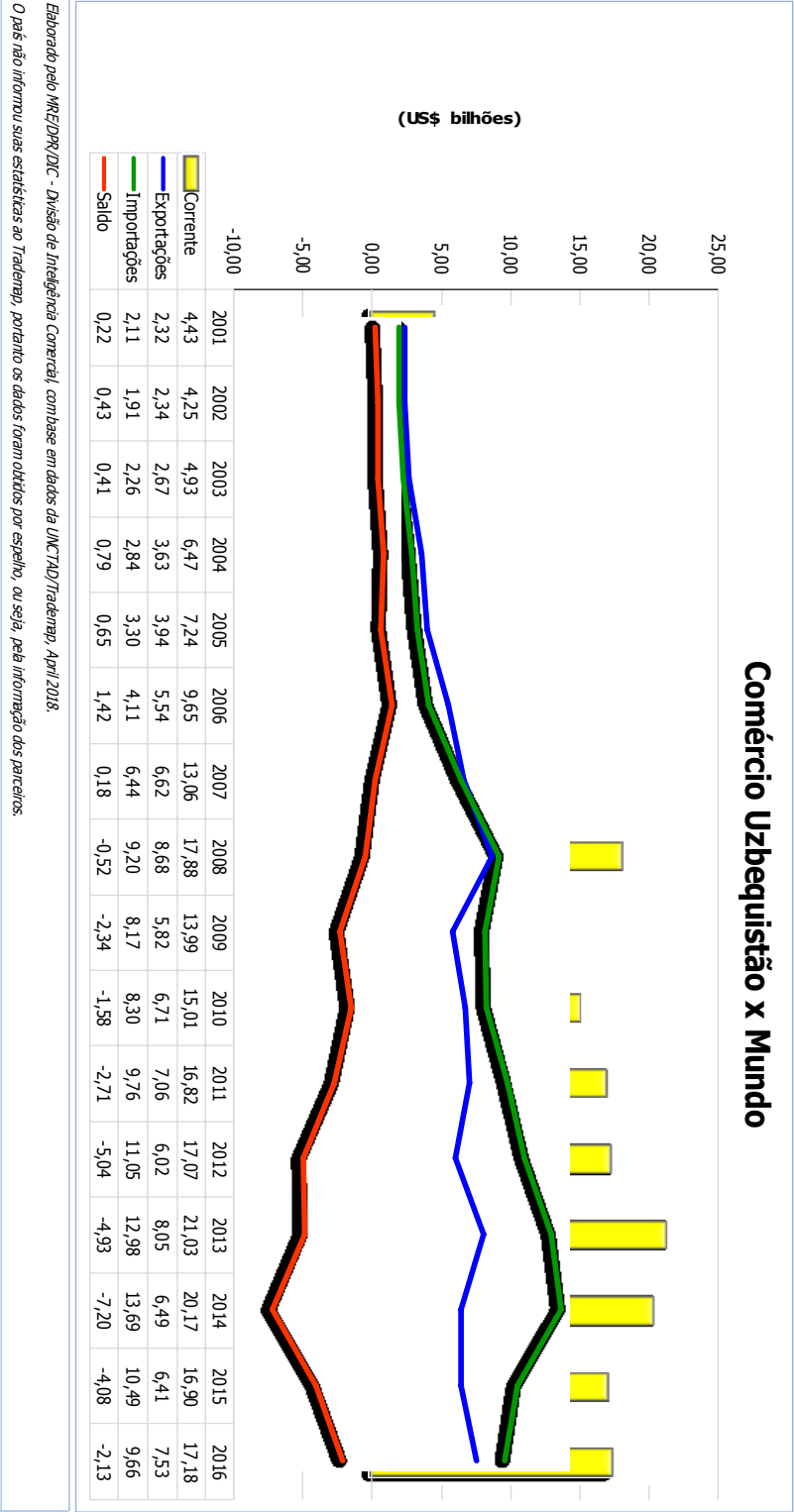
Agricultura	18,5%
Indústria	34,4%
Serviços	47,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



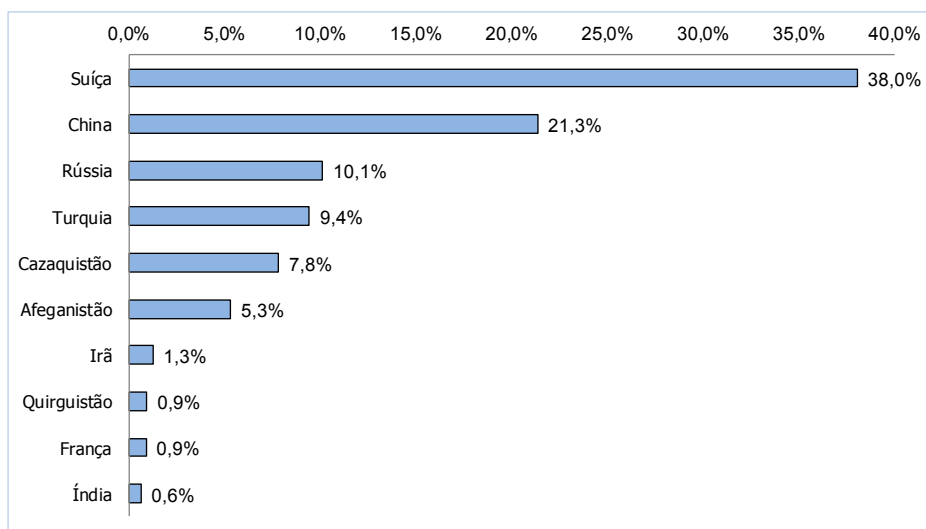


Principais destinos das exportações do Uzbequistão
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Suíça	2.864	38,0%
China	1.607	21,3%
Rússia	761	10,1%
Turquia	709	9,4%
Cazaquistão	588	7,8%
Afeganistão	399	5,3%
Irã	94	1,3%
Quirguistão	70	0,9%
França	66	0,9%
Índia	46	0,6%
...		
Brasil (58º lugar)	0,5	0,0%
Subtotal	7.205	95,7%
Outros países	323	4,3%
Total	7.528	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

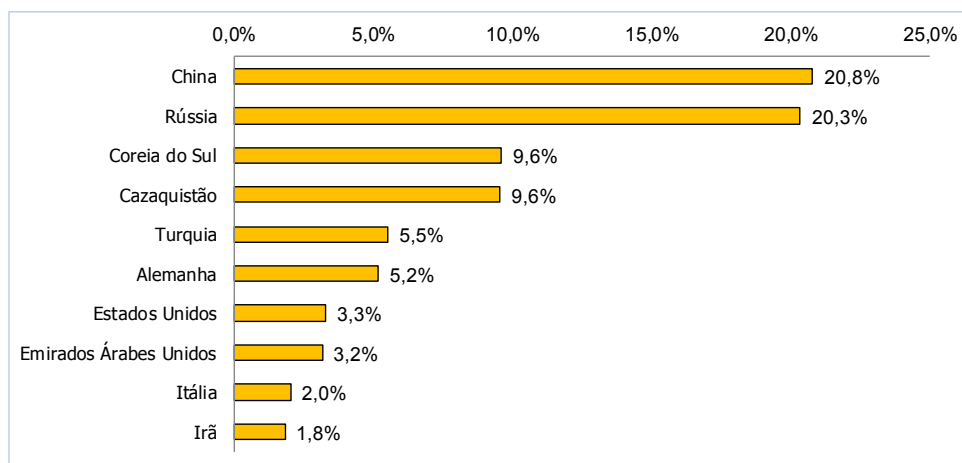


Principais origens das importações do Uzbequistão
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
China	2.007	20,8%
Rússia	1.965	20,3%
Coreia do Sul	928	9,6%
Cazaquistão	923	9,6%
Turquia	533	5,5%
Alemanha	500	5,2%
Estados Unidos	318	3,3%
Emirados Árabes Unidos	305	3,2%
Itália	195	2,0%
Irã	176	1,8%
...		
Brasil (38º lugar)	14	0,1%
Subtotal	7.863	81,4%
Outros países	1.793	18,6%
Total	9.657	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

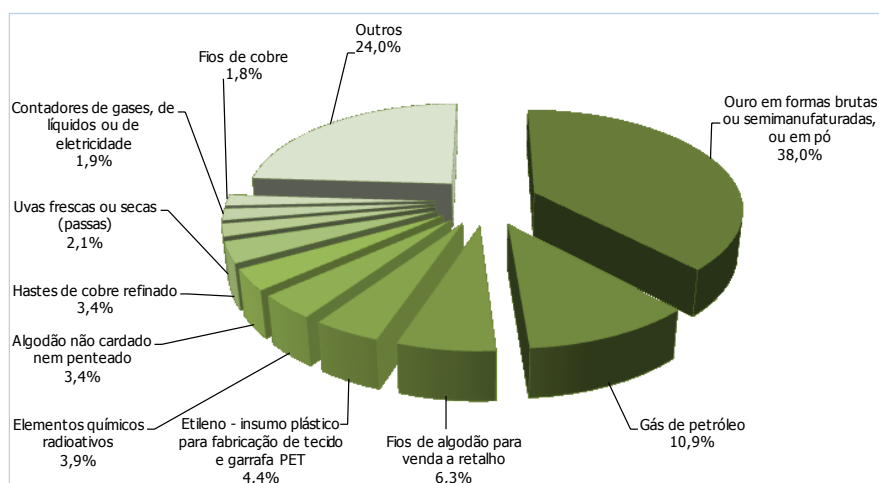


Composição das exportações do Uzbequistão (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	2.861	38,0%
Gás de petróleo	820	10,9%
Fios de algodão para venda a retalho	475	6,3%
Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	331	4,4%
Elementos químicos radioativos	291	3,9%
Algodão não cardado nem penteado	257	3,4%
Hastes de cobre refinado	256	3,4%
Uvas frescas ou secas (passas)	155	2,1%
Contadores de gases, de líquidos ou de eletricidade	142	1,9%
Fios de cobre	133	1,8%
Subtotal	5.720	76,0%
Outros	1.808	24,0%
Total	7.528	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



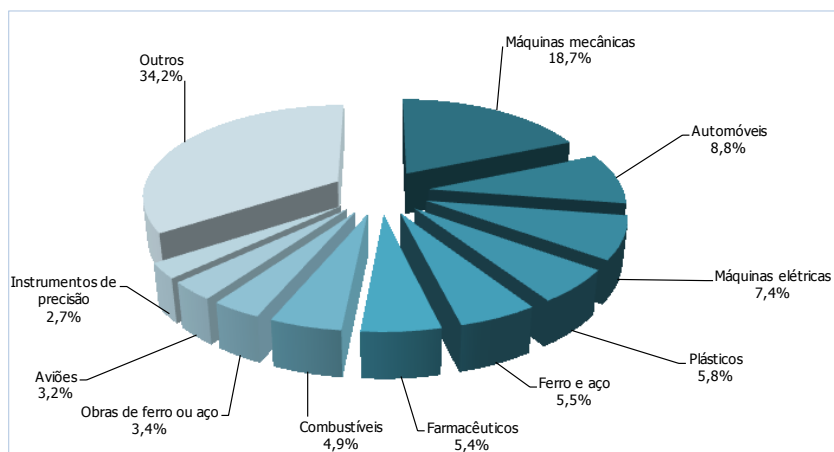
Composição das importações do Uzbequistão (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Máquinas mecânicas	1.803	18,7%
Automóveis	850	8,8%
Máquinas elétricas	717	7,4%
Plásticos	559	5,8%
Ferro e aço	529	5,5%
Farmacêuticos	523	5,4%
Combustíveis	477	4,9%
Obras de ferro ou aço	331	3,4%
Aviões	308	3,2%
Instrumentos de precisão	257	2,7%
Subtotal	6.352	65,8%
Outros	3.305	34,2%
Total	9.657	100,0%

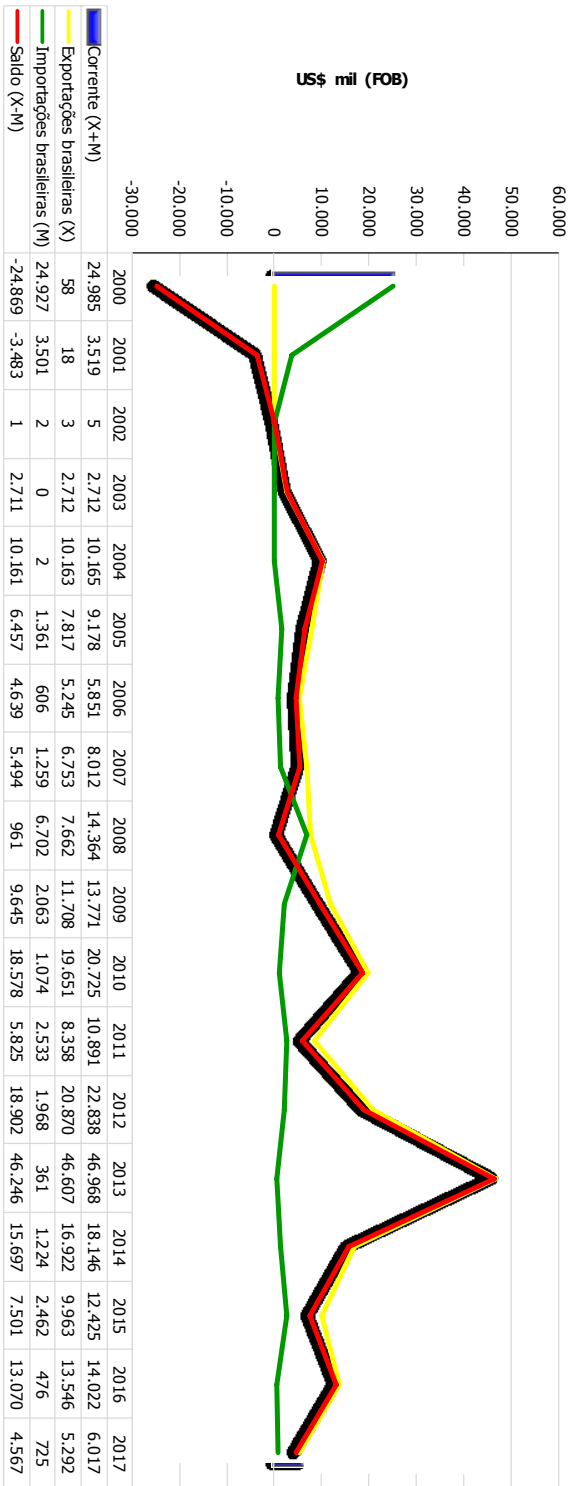
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos importados



Comércio Brasil-Uzbequistão

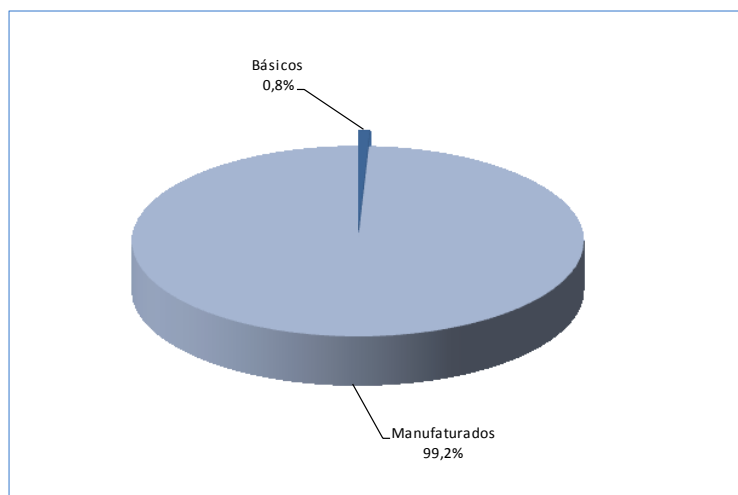


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

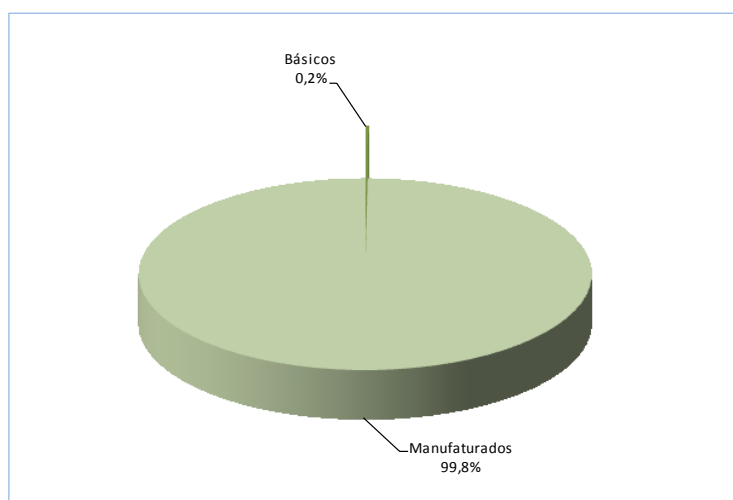
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	747	53	800	694
2018 (jan-mar)	1.852	129	1.982	1.723

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



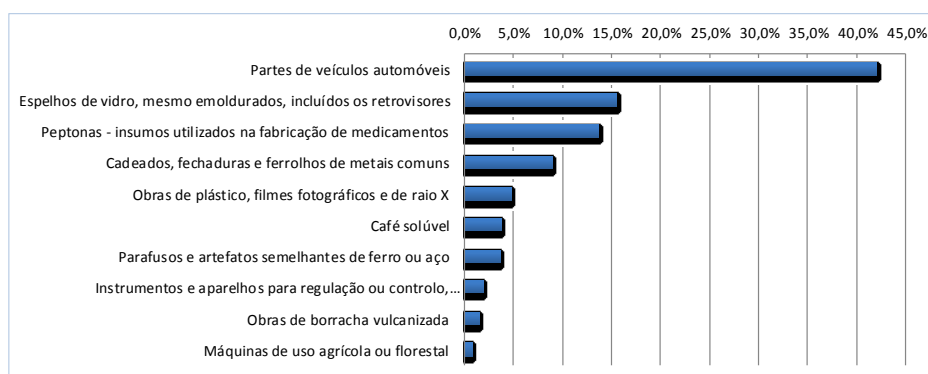
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Uzbequistão (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Partes de veículos automóveis	2.010	20,2%	141	1,0%	2.223	42,0%
Espelhos de vidro, mesmo emoldurados, incluídos os retrovisores	0	0,0%	0	0,0%	819	15,5%
Peptonas - insumos utilizados na fabricação de medicamentos	1.575	15,8%	287	2,1%	723	13,7%
Cadeados, fechaduras e ferrolhos de metais comuns	238	2,4%	10	0,1%	476	9,0%
Obras de plástico, filmes fotográficos e de raio X	266	2,7%	13	0,1%	250	4,7%
Café solúvel	329	3,3%	312	2,3%	202	3,8%
Parafusos e artefatos semelhantes de ferro ou aço	153	1,5%	56	0,4%	193	3,6%
Instrumentos e aparelhos para regulação ou controle, automáticos	0	0,0%	177	1,3%	100	1,9%
Obras de borracha vulcanizada	63	0,6%	4	0,0%	78	1,5%
Máquinas de uso agrícola ou florestal	0	0,0%	16	0,1%	43	0,8%
Subtotal	4.633	46,5%	1.015	7,5%	5.106	96,5%
Outros	5.330	53,5%	12.531	92,5%	185	3,5%
Total	9.963	100,0%	13.546	100,0%	5.292	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

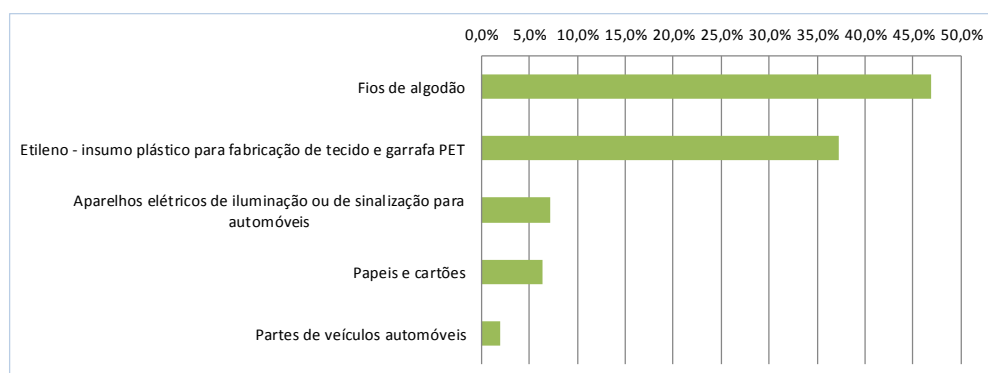


Composição das importações brasileiras originárias do Uzbequistão (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Fios de algodão	1.325	53,8%	164	34,3%	340	47,0%
Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	0	0,0%	310	65,1%	270	37,3%
Aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização para automóveis	476	19,3%	0	0,0%	52	7,2%
Papeis e cartões	0	0,0%	0	0,0%	46	6,4%
Partes de veículos automóveis	297	12,0%	0	0,0%	14	1,9%
Máquinas com função própria	358	14,5%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	2.455	99,7%	473	99,4%	723	99,7%
Outros	7	0,3%	3	0,6%	2	0,3%
Total	2.462	100,0%	476	100,0%	725	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

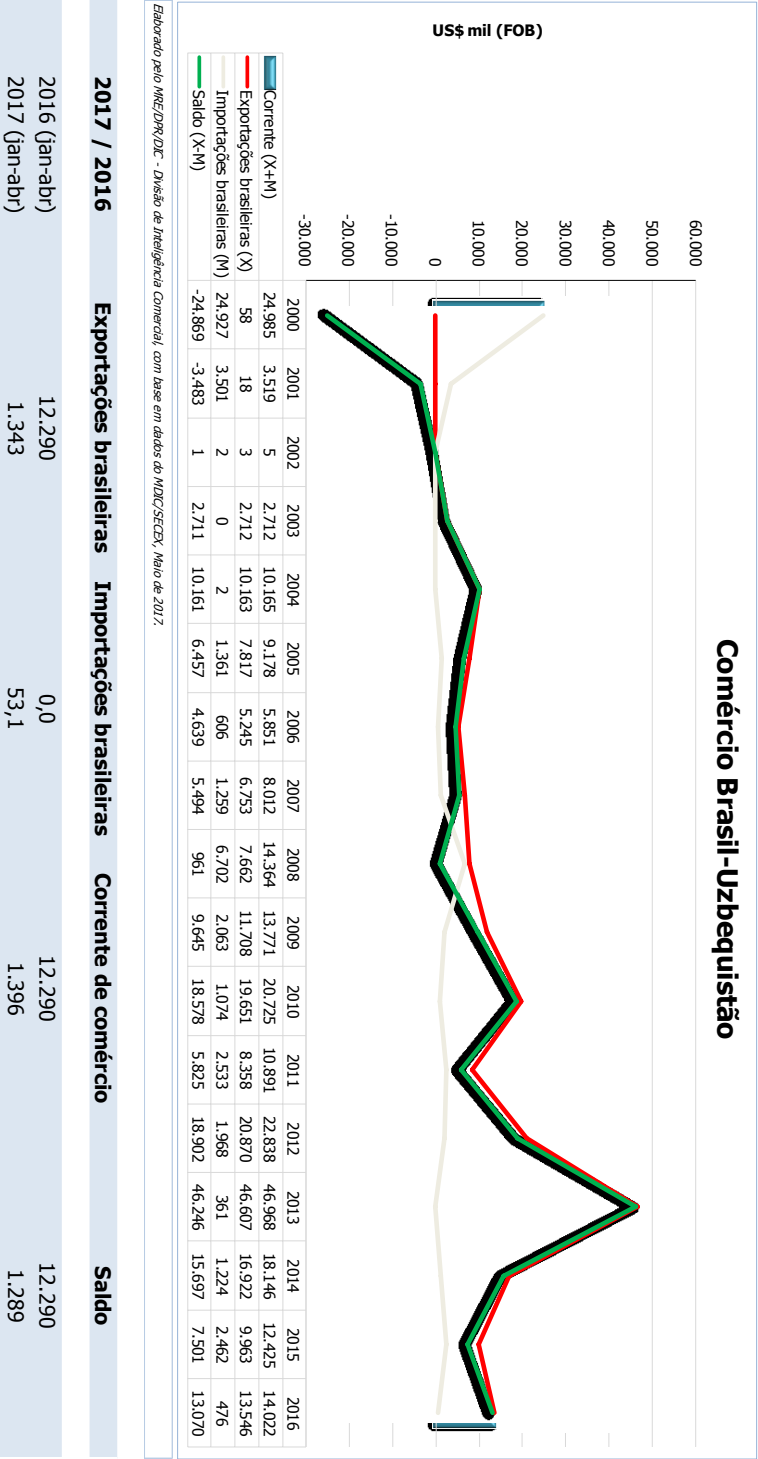


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Partes de veículos automóveis	319	42,7%	994	53,7%	Partes de veículos automóveis 53,7%
Espelhos de vidro, mesmo emoldurados, incluídos os retrovisores	230	30,8%	300	16,2%	Espelhos de vidro, mesmo emoldurados, incluídos os retrovisores 16,2%
Café solúvel	0	0,0%	111	6,0%	Café solúvel 6,0%
Obras de plástico	15	2,1%	95	5,1%	Obras de plástico 5,1%
Cadeados, fechaduras e ferrolhos de metais comuns	49	6,6%	82	4,4%	Cadeados, fechaduras e ferrolhos de metais comuns 4,4%
Parafusos e artefatos semelhantes de ferro ou aço	0	0,0%	81	4,4%	Parafusos e artefatos semelhantes de ferro ou aço 4,4%
Obras de borracha vulcanizada	0	0,0%	74	4,0%	Obras de borracha vulcanizada 4,0%
Interruptores, comutadores, relés e semelhantes	0	0,0%	39	2,1%	Interruptores, comutadores, relés e semelhantes 2,1%
Carnes de frango	0	0,0%	29	1,6%	Carnes de frango 1,6%
Resina (mástique) de vidraceiro, cimentos de resina	0	0,0%	16	0,8%	Resina (mástique) de vidraceiro, cimentos de resina 0,8%
Subtotal	614	82,1%	1.820	98,2%	
Outros	134	17,9%	33	1,8%	
Total	747	100,0%	1.852	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	0	100,0%	127	98,2%	Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET 98,2%
Partes de veículos automóveis	0	0,0%	2	1,7%	Partes de veículos automóveis 1,7%
Alcalóides vegetais, naturais ou sintéticos	0	0,0%	0,2	0,1%	Alcalóides vegetais, naturais ou sintéticos 0,1%
Aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização para automóveis	52	98,0%	0	0,0%	
Subtotal	52	100,0%	129	100,0%	
Outros produtos	1	0,0%	0	0,0%	
Total	53	100,0%	129	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

2300 a.C.	Civilizações conhecidas como Khorezm e Bactria Margiana habitam a região onde, atualmente, encontra-se o Uzbequistão.
500 a.C.	O Império Persa ocupa a região e faz com que as primeiras cidades, Bucara e Samarcanda, surjam e participem da Rota da Seda.
600 a.C.	O zoroastrismo surge em território uzbeque e seu livro sagrado, Avesta, passa a ser considerado como uma das principais heranças religiosas do povo uzbeque.
328 a.C.	Alexandre, o Grande, assume o controle Samarcanda.
Séc. VII	Os árabes iniciam a invasão da Ásia Central e chegam ao Uzbequistão por volta do ano 700. Durante esse processo de dominação, os habitantes locais são convertidos ao Islamismo.
Séc. IX	Dinastia turca assume o poder na Transoxania (antiga denominação geográfica para o território onde encontram-se atualmente o Uzbequistão, Turcomenistão e Tajiquistão). A cidade de Bucara torna-se um grande centro islâmico.
1258	O Império Mongol, liderado por Genghis Khan, conquista uma grande área da Ásia Central, inclusive o território do Uzbequistão.
Séc. XIV	Tamerlane, um governante turco-mongol, estabelece império sob seu domínio, com capital em Samarcanda.
1865	Os russos incorporam o Uzbequistão em sua área de influência.
1921	A reorganização do território da Ásia Central, que a Rússia havia dominado, resulta na criação de vários Estados, sendo o Uzbequistão um deles.
1922	É criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), da qual o Uzbequistão é parte.
1950	O Uzbequistão desenvolve expressiva produção de algodão através de um grande sistema de irrigação, que utiliza as águas do Mar de Aral. Esse sistema de irrigação contribui para a devastação da área.
1990	O Uzbequistão se declara independente, tendo Islam Karimov como seu presidente.
1994	O Uzbequistão assina tratado de integração econômica com a Rússia.
1994	Uzbequistão, Quirguistão e Cazaquistão assinam um acordo de cooperação econômica, social e militar.
1995	O Partido Popular Democrático ganha as eleições gerais e Islam Karimov tem seu mandato estendido por mais 5 anos.
2000	Islam Karimov é reeleito para um mandato de 5 anos.
2001	Uzbequistão, China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão

	formam a Organização para Cooperação de Xangai (OSC).
2001	Uzbequistão permite a utilização de sua base aérea pelos Estados Unidos para operações no Afeganistão.
2001	O presidente Karimov ganha um referendo aumentando seu mandato de 5 para 7 anos.
2002	Uzbequistão e Cazaquistão iniciam uma disputa de fronteira.
2004	Os presidentes de Uzbequistão e Turcomenistão assinam um acordo para dividir recursos hídricos.
2005	O Parlamento uzbeque vota pela retirada das tropas norte-americanas de sua base aérea em Khanabad.
2007	Islam Karimov é reeleito presidente.
2008	Uzbequistão permite de forma limitada o retorno das tropas norte-americanas a sua base aérea para a retomada de sua operação no Afeganistão.
2009	As tropas norte-americanas são autorizadas a levar suprimentos para seus acampamentos no Afeganistão através do Uzbequistão.
2015	Islam Karimov é eleito pela quarta vez consecutiva para a presidência do Uzbequistão.
2016	O presidente Karimov falece após 27 anos no poder.
2016	Shavkat Mirziyoyev é eleito novo presidente do Uzbequistão.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1993	Estabelecimento das relações comerciais entre o Brasil e o Uzbequistão.
2008	Visita ao Brasil do ministro de Relações Econômicas Exteriores, Investimentos e Comércio, Elyor Ganiev.
2009	Visita ao Brasil do presidente Islam Karimov.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Situação
Protocolo sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Uzbequistão	10/08/2007	Em vigor
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão	28/05/2009	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos	28/05/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Uzbequistão	28/05/2009	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre Cooperação Econômica e Comercial	28/05/2009	Em Vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão	28/05/2009	Em Vigor

Aviso nº 242 - C. Civil.

Em 21 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente na República do Uzbequistão.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

EMBAIXADA DO BRASIL EM MOSCOU**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO**

Durante minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Moscou, busquei contribuir para a intensificação das relações bilaterais, em suas variadas dimensões. Foi possível, ao longo do último ano e meio, avançar na ampliação da base jurídica, apoiar a retomada do comércio bilateral, explorar a possibilidade de atração de investimentos russos e de desenvolvimento da cooperação nos setores de ciência, tecnologia e espacial, assim como na área cultural e educacional, entre outras. O grande momento da relação bilateral, nesse período, foi a visita do presidente Michel Temer a Moscou, em junho de 2017. Em sua reunião com o presidente Putin, logrou-se alavancar sinergias e interesses convergentes para impulsionar a construção da Parceria Estratégica com a Rússia, inclusive por meio da ampliação do diálogo político.

RELAÇÕES BILATERAIS

2. As relações diplomáticas entre Brasil e Rússia, estabelecidas em 3 de outubro de 1828, foram alçadas ao patamar de "Parceria Estratégica" em 2002. Em 2010, os dois países adotaram o "Plano de Ação da Parceria Estratégica", que contempla conjunto de metas e objetivos. Desde então, verifica-se importante adensamento do diálogo nas mais diversas instâncias, seja no âmbito bilateral, no BRICS e em nível multilateral.

3. Percepções e aspirações comuns favorecem a aproximação entre os dois países, que compartilham visões semelhantes no que diz respeito à construção de um sistema internacional multipolar, ao papel central das Nações Unidas, à supremacia do direito internacional e ao repúdio a medidas de força de caráter unilateral. Ambos países mantêm, também, parceria de primeira ordem no âmbito do BRICS e relação construtiva no G-20. Defendemos a reforma das estruturas de governança multilaterais, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas, o FMI e o Banco Mundial.

4. Brasil e Rússia possuem importantes características em comum - ambos possuem dimensão continental, população

numerosa, multiétnica e multirreligiosa. São duas grandes economias, dotadas de enormes recursos, de grande e diversificada capacidade produtiva, detentoras de tecnologia de ponta em inúmeras áreas, mas que ainda mantêm relações econômicas aquém do seu potencial. Há desafios a superar a fim de que o adensamento do diálogo político seja acompanhado de maior cooperação nas mais diversas áreas. Para tanto, é importante aumentar a interação e o conhecimento mútuo entre nossas sociedades.

5. No primeiro semestre de 2017, foram realizados importantes eventos que precederam a visita presidencial de junho do mesmo ano. Ocorreram, assim, a reunião de consultas políticas (Moscou, 04 de maio) e a X Comissão Intergovernamental de Cooperação (CIC) Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (Brasília, 22 e 23 de maio).

6. Durante a visita presidencial, de 20 a 22 de junho, o presidente Michel Temer reuniu-se com o presidente Vladimir Putin, o primeiro ministro Dmitri Medvedev, além dos presidentes do Conselho da Federação e da Duma de Estado. Foi muito produtiva a reunião entre os dois presidentes, ocasião em que puderam repassar os grandes temas da agenda bilateral e lançar as bases para o aprofundamento da parceria estratégica. Foi realizado, ainda no contexto da visita, no dia 20 de junho, "Seminário de captação de investimentos da Rússia no Brasil", que atraiu cerca de 250 participantes, entre executivos, jornalistas, empresários e representantes governamentais.

7. Cinco documentos foram firmados durante a visita presidencial: (i) Declaração Conjunta da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia sobre o Diálogo Estratégico em Política Externa; (ii) Plano de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia para 2018-2021; (iii) Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia na Área de Cooperação Econômica e de Investimentos; (iv) Memorando de Entendimento entre a Receita Federal do Brasil e o Serviço Federal de Alfândega da Rússia sobre o Intercâmbio de Informações a Respeito do Fluxo de Mercadorias e Veículos entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia; e (v) Protocolo entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Serviços do Brasil e o Serviço Federal de Alfândega da Federação da Rússia sobre Cooperação, Informação, Intercâmbio e Assistência Mútua no Sistema Uniforme de Preferências Tarifárias da União Econômica Euroasiática.

8. Em 21 de setembro passado, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, o ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira Filho, e o chanceler Sergei Lavrov assinaram o "Acordo relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais". Dois importantes documentos entraram em vigor: (i) Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, assinada em 2004 (tel 982/2017); e (ii) Acordo sobre Cooperação em Defesa, assinado em 2012. Outros instrumentos seguem em análise.

9. O Posto prestou, ademais, entre outros, apoio à participação de autoridades brasileiras nos seguintes eventos internacionais realizados neste país: visita do Prefeito Marcelo Crivella, no período de 21 a 24 de maio; 137ª Assembleia da União Interparlamentar (São Petersburgo, 11-18 de outubro); III Foro Parlamentar do BRICS (São Petersburgo, 14 de outubro); Reunião Ministerial Internacional sobre Juventude (Moscou, 12-13/outubro); 2ª reunião da Rede de Pesquisa sobre Tuberculose do BRICS (Moscou, 13 de novembro); I Conferência Ministerial Global sobre Tuberculose (Moscou, 16-17 de novembro); e Conferência Internacional "Parlamentares contra as Drogas" (Moscou, 3-5 de dezembro).

POLÍTICA INTERNA

10. O principal acontecimento da política interna russa ao longo de 2017 e 2018 foi a eleição presidencial de 18 de março último, vencida pelo presidente Vladimir Putin, com 76,7% dos votos e mais de 56 milhões de votos. Em 07 de maio, o presidente Putin tomou posse, iniciando seu quarto mandato presidencial, que se estenderá até 2024. Ressalto que de 2008 a 2012 Putin ocupou o cargo de primeiro ministro. Um dia após a posse, no dia 8 de maio, a Duma de Estado (câmara baixa do legislativo russo) aprovou a recondução, por indicação de Putin, de Dmitri Medvedev ao cargo de primeiro-ministro.

11. Os discursos de campanha e de posse de Putin reafirmaram a importância de a Rússia dispor de forças armadas capazes de garantir a segurança do território e da população e indicaram renovada ênfase na agenda econômica e social doméstica, com o intuito de modernizar a economia, reduzir o atraso tecnológico e elevar o padrão de vida da população.

12. Putin tem conseguido mostrar-se, ao povo russo, como arquiteto da recondução da Rússia ao centro do palco internacional, após a profunda crise que experimentou nos anos noventa, na sequência do colapso do comunismo e da União Soviética. A imagem de Putin é a de um líder que logrou

evitar a ulterior fragmentação territorial da Rússia e que reúne as condições de superar os desafios que se apresentam na área econômica e social.

POLÍTICA EXTERNA

13. Da mesma forma, o Posto acompanhou a intensa e diversificada agenda de política externa russa, com destaque para as relações da Rússia com os EUA, os países da Europa, a OTAN, os países do Oriente Médio, os da África, a China, o Japão e os países da América Latina. O conflito sírio, a Questão Palestina, a crise nos países do golfo e a questão da península coreana também mereceram acompanhamento detido.

14. O conflito sírio angariou particular atenção, à luz do alto perfil de atuação da Rússia no tema e dos inúmeros processos bilaterais, regionais e multilaterais concomitantes, com destaque para as discussões no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, da Organização para a Proibição de Armas Químicas e do Conselho de Direitos Humanos. Em termos militares, as operações na Síria demonstraram o alto preparo e as novas capacidades das Forças Armadas russas. Para viabilizar o encaminhamento político da questão síria, a Rússia tem se empenhado no desenvolvimento do denominado "Processo de Astana", onde atua como país garante juntamente com Irã e Turquia. A Rússia organizou, em Sochi, em 31 de janeiro de 2018, o "Congresso de Diálogo Nacional Sírio", que teve por intuito dar novo ímpeto ao diálogo intra-sírio e, por meio da criação do Comitê Constitucional, buscou oferecer contribuição positiva para o Processo de Genebra sob a égide da ONU. A velocidade dos acontecimentos no terreno, os interesses díspares dos diversos atores, e as tensões entre as potências regionais e extra-regionais, contudo, trazem novas incertezas ao delicado tabuleiro do Oriente Médio, aumentando, assim, as possibilidades de prolongamento do conflito naquele país, que já vitimou milhares de pessoas e produziu milhões de refugiados.

15. A Embaixada acompanhou os dois conflitos congelados no Cáucaso - envolvendo Armênia e Azerbaijão em torno da disputa pela região de Nagorno-Karabakh; e Geórgia e Rússia em torno da Abcásia e da Ossétia do Sul.

16. As relações entre a Rússia e a maioria dos países ocidentais, por sua vez, continuaram a enfrentar significativos desafios, com a manutenção da trajetória negativa vigente desde a crise ucraniana e a incorporação da Crimeia, em 2014. Foram renovadas, e em alguns casos expandidas, as sanções e contrassanções econômicas que dificultam a normalização dos fluxos de comércio e

investimentos entre a Rússia e atores como Estados Unidos, União Europeia e Canadá.

17. Permaneceram suspensas, nos últimos dois anos, a participação russa no G8, o processo de acesso de Moscou à OCDE e o mecanismo de cúpulas entre a Rússia e a União Europeia. As tensões foram exacerbadas pelo reforço da presença militar da OTAN no leste europeu, sobretudo na faixa territorial situada entre os mares Negro e Báltico, e pelo fornecimento de armamentos de potências extra-regionais à Ucrânia. O confronto de narrativas acerca do chamado caso Skripal, no Reino Unido, representou obstáculo adicional aos laços entre a Rússia e boa parte dos países ocidentais.

18. Tampouco se concretizou a expectativa de reconciliação bilateral russo-americana após a transição de governo nos EUA. Os dois países continuaram a manter posicionamentos distintos acerca das questões mais sensíveis da agenda internacional, como o dossiê nuclear iraniano e as crises síria, ucraniana, afegã e iemenita. Não houve acordo sobre a possível renovação do regime bilateral de desarmamento nuclear, cristalizado no acordo Novo START.

19. O déficit de diálogo e confiança entre Moscou e Washington foi agravado por acusações mútuas de interferência em processos políticos de outros países, bem como por movimentos recíprocos de expulsões de diplomatas e fechamentos de representações consulares. Esse contexto pouco favorável impediu que houvesse avanços rumo à resolução de problemas mais profundos, como a divergência de interpretações entre Moscou e Washington acerca da natureza da ordem internacional do pós-Guerra Fria.

ECONÔMICO

20. A Rússia vem mantendo trajetória de recuperação econômica após os choques recessivos de 2014 e 2015. Com efeito, foi praticamente concluído o processo de normalização dos principais indicadores econômicos - que retornaram a médias históricas observadas antes da crise -, após sensíveis desequilíbrios e ajustes anticíclicos.

21. Em 2017, o PIB expandiu-se em 1,5%, em linha com o que alguns analistas consideram ser o PIB potencial do país, dentro dos limites da política econômica vigente, mas ainda aquém da meta de 3% determinada pelo presidente Putin. Em 2016, registre-se, houve retração de -0,2%. Ao longo do período logrou-se estabilizar a cotação do rublo (em patamar cerca de 60% desvalorizado ante a média pré-crise), manter estável a taxa de desemprego (em torno de 5% ao longo de 2017), reduzir a inflação (de 5% no início de 2017 a 2,4% em

abril de 2018) e a taxa de juros (de 10% em 2016 para 7,25% em meados de 2018). A dinâmica de normalização foi observada em praticamente todos os principais indicadores macroeconômicos.

22. Mantive interlocução com variados órgãos de governo, empresas e centros de pesquisa de perfil econômico, e também com o escritório do FMI na Rússia. Destaco a interlocução com a União Econômica Euroasiática (UEEA), que vem examinando a possibilidade de assinar memorando de entendimento com o Mercosul, tema retomado durante a presidência brasileira no segundo semestre de 2017.

23. O posto esteve representado em importantes fóruns econômicos da Rússia, como o Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo, o Fórum Econômico de Moscou, entre outros. O calendário de debates econômicos atrai ao longo de todo o ano diversas lideranças russas e internacionais para debater perspectivas da gestão econômica, avaliar o acerto de medidas praticadas e apresentar visões sobre os panoramas político, econômico e comercial da Rússia.

24. A embaixada acompanhou a política econômica ainda no contexto dos impactos das sanções e contrassanções financeiras entre a Rússia e os Estados Unidos e Europa. A política de substituição de importações e de obtenção da autossuficiência agrícola e tecnológica experimentou expressiva aceleração em meio ao quadro político conturbado e gerou efeitos secundários no comércio exterior e na política de atração de investimentos da Rússia.

25. Outros temas da relação econômica bilateral incluíram o auxílio à preparação brasileira para as reuniões bianuais da CIC (Comissão Intergovernamental de Cooperação Brasil-Rússia para temas Econômico-Comerciais, Científicos e Tecnológicos) e anuais dos BRICS, assim como eventuais visitas de autoridades da área econômica dos dois países.

COMERCIAL

26. No que se refere às relações comerciais bilaterais, nos anos de 2016 e 2017, observou-se período inicial de queda - em consonância com os resultados negativos do comércio exterior russo desde 2014 -, seguido, em 2017, por recuperação parcial dos níveis prévios do intercâmbio de bens entre os dois países. Nesse sentido, se, por um lado, em 2016 o fluxo comercial bilateral não ultrapassou os US\$ 4,3 bilhões, apresentando queda de -10,9% em relação a 2015, no ano passado o total comercializado foi de US\$ 5,2 bilhões, crescimento de 21, 4% em relação a 2016. Desse valor, US\$ 3,198 bilhões correspondem a exportações brasileiras à Rússia (crescimento de 26,7%), enquanto US\$ 2,032 bilhões se

referem ao fluxo de bens no sentido contrário (aumento de 13,9%). O Brasil, portanto, obteve superávit (US\$ 1,166 bilhão) nas trocas comerciais com a Rússia, resultado positivo que vem historicamente se repetindo.

27. A pauta, de ambos os lados, manteve-se concentrada em bens de pouco valor agregado. A título de exemplo, no ano passado, destacaram-se as exportações brasileiras de carne suína (US\$ 746 milhões, crescimento de 27,1%), soja (US\$ 507 milhões, aumento de 23,0%), carne bovina (US\$ 458 milhões, crescimento de 14,5%), café (US\$ 200 milhões, aumento de 11,7%), tabaco (US\$ 175 milhões, queda de 17,7%), tratores (US\$ 158 milhões, aumento de 762,8%), frango (US\$ 135 milhões, crescimento de 8,6%), ferroligas (US\$ 96 milhões, aumento de 53,3%) e amendoim (US\$ 90 milhões, crescimento de 37,9%). Somados, esses produtos, equivalem a 86,5% do total. A despeito da grande concentração, há uma ampla gama de produtos que, embora em pequenas quantidades, compõem a pauta com Rússia, como motores e peças, aviões, equipamentos médicos, cosméticos, joias, máquinas e peças, calçados, aparelhos de som, autopeças etc.

28. As empresas brasileiras presentes na Rússia atuam em distintos setores, mas, de maneira geral, refletem a pauta exportadora do país, havendo maior concentração na área alimentícia. Não há, contudo, nenhum investimento brasileiro de peso na Rússia, estando a totalidade das empresas nacionais presentes por meio de representação ou escritório comercial. Entre as companhias brasileiras figuram BR Foods, JBS, Minerva (alimentos), Embraco (compressores), Embraer, H. STERN, Metalfrio (refrigeradores), WEG (motores elétricos), Frigol (alimentos), Jaguari Café, Latam. A Embaixada mantém contato frequente com as empresas, especialmente aquelas situadas nas regiões de Moscou e São Petersburgo, que representam quase a totalidade das companhias brasileiras no país.

29. Durante a minha gestão, foram apoiados ou diretamente organizados pela embaixada diversos eventos de promoção comercial e de investimentos, sempre em consonância com as demandas do empresariado brasileiro. Entre os principais, menciono as participações brasileiras nas feiras MITT (Turismo), Prodexpo (Alimentos) e World Food (Alimentos), a organização do Showroom do Calçado Brasileiro, de seminários para agentes de turismo, a recepção e formulação de agenda para missões empresariais, palestras sobre o ambiente de negócios no Brasil e produção de estudos de mercado.

AGRONEGÓCIOS

30. O setor de agronegócios é o carro-chefe da relação comercial entre Brasil e Rússia. Representa, atualmente, mais de 80% do comércio bilateral. As contrassanções russas a diversos países apresentaram importante oportunidade para as exportações brasileiras, que passaram a dominar as compras russas de carnes suínas, bovinas e soja (em torno, respectivamente, de 90%, 65% e 61% do total das importações russas em 2017). Há, não obstante, grande potencial para o incremento desse comércio, na medida em que as relações se tornem mais fluidas, em especial, no âmbito técnico.

31. Um dos principais objetivos do posto tem sido o de buscar estimular a diversificação da pauta de exportação de produtos agrícolas para a Rússia, com vistas a incrementar o comércio nesse setor, em especial, no que diz respeito a produtos alimentícios de maior valor agregado.

32. Houve esforço, ademais, para facilitar as tratativas direcionadas a solucionar dificuldades por que passam, no momento, as exportações brasileiras de produtos cárneos. Nesse ponto, vale indicar que, em reunião técnica bilateral realizada em Bruxelas, em 24 de abril último, a SDA/MAPA ofereceu informações adicionais sobre o sistema de controle veterinário brasileiro, no que concerne o uso do hormônio de crescimento ractopamina em bovinos e suínos. O lado russo indicou que decisão final sobre o tema será tomada em meados do corrente mês de maio. Espera-se que tal decisão seja favorável ao Brasil.

33. O Brasil tem se empenhado para atender as demandas russas nos setores de trigo, pescados e carne bovina. Avanços foram obtidos nessas áreas no corrente ano.

34. A fim de cumprir com esses objetivos, será fundamental dar continuidade aos contatos realizados, em anos anteriores, nos níveis técnico e político. Foi muito importante a visita do Ministro Blairo Maggi a Moscou, em outubro passado, quando reuniu-se com sua contraparte, o ministro Aleksandr Tkatchev, para buscar equacionar os interesses dos dois países.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

35. Ressalto o interesse demonstrado em diversas ocasiões pela Fundação Skolkovo em assinar Memorando de Entendimento (MdE) com instituição brasileira, o que poderia impulsionar a cooperação bilateral e servir de base para iniciativas conjuntas no futuro. Trata-se de uma das áreas com grande potencial a ser explorado. Caberia o reforço do diálogo político entre nossas autoridades da área.

COOPERAÇÃO ESPACIAL

36. Nos últimos anos, a cooperação espacial entre Brasil e Rússia tem obtido resultados concretos como, por exemplo, a implantação no Brasil de quatro estações do sistema russo de navegação por satélite GLONASS e uma do sistema eletro-óptico panorâmico para detecção de detritos espaciais. Temos interesse em receber novas estações do GLONASS no Brasil.

37. Delegação da Rosoboronexport e da Roscosmos visitou o Brasil no período de 19 e 23 de fevereiro. O objetivo foi o de avançar nas conversações sobre as possibilidades de incremento da cooperação espacial. A Rússia tem interesse de trabalhar conosco para o desenvolvimento de veículos lançadores de satélites e de satélites de pesquisa espaciais. Ressalto a possibilidade de cooperação no Centro de Lançamento de Alcântara, tema levantado durante a visita presidencial de 2017.

38. No que concerne a oportunidades futuras, vale mencionar a próxima vinda a Moscou, em maio corrente, de missão da AEB para participar de reunião do grupo de trabalho do BRICS, organizado pela ROSCOSMOS e pelo Centro russo de Pesquisas de Monitoramento Operacional da Terra. O evento tratará da constelação de satélites de sensoriamento remoto, além de ser oportunidade adicional para estreitamento de laços entre especialistas brasileiros e russos da área.

ENERGIA

39. A base da economia russa e, sobretudo, da receita do governo, é a indústria de petróleo e gás, com destaque para as seguintes companhias: Rosneft (estatal de economia mista, maior produtora de petróleo do mundo de capital aberto), Gazprom (maior produtora e maior exportadora de gás natural do mundo), Lukoil, Gazpromneft, Surgutneftgaz e Novatek.

40. A Rosneft possui imensa área exploratória na Bacia do Solimões, onde já investiu mais de US\$ 1 bilhão, sendo o maior projeto de empresa russa no Brasil até a presente data. A Gazprom possui escritório de representação no Rio de Janeiro.

41. O grupo estatal Rosatom, que controla todos os ativos na Rússia referentes à produção de energia nuclear, incluindo a pesquisa e lavra de urânio, possui escritório comercial no Brasil e já vende ao IPEN isótopos para fins medicinais. A Rosatom tem tido conversações com diferentes instâncias do governo brasileiro, incluindo o MRE e MME, no sentido de ampliar a cooperação bilateral na área da energia nuclear.

DEFESA

42. Em maio de 2017, visitou Moscou o então Ministro da

Defesa Raul Jungmann, ocasião em que se reuniu com seu homólogo russo, Sergey Shoigu, e participou de conferência internacional sobre segurança, em que fez apresentação sobre a política de defesa do Brasil.

43. Ainda ao longo de 2017, houve várias visitas de militares brasileiros a feiras na Rússia e de delegação russa à exposição "LAAD Defense & Security" realizada no Rio de Janeiro.

44. A Rússia é o segundo maior exportador de equipamentos militares do mundo, depois dos Estados Unidos. A exportação de material militar é feita por meio da empresa estatal Rosoboronexport. O Brasil já adquiriu 12 helicópteros de combate Mi-35M, em acordo de offset que prevê a transferência de tecnologia para a prestação de serviços de manutenção no Brasil.

COOPERAÇÃO POLICIAL E SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA

45. A abertura da adidância civil junto à Embaixada em Moscou tem permitido o adensamento do intercâmbio em matéria de inteligência com a Rússia.

46. Participei, entre 23 e 25 de maio de 2017, da VII Reunião de Altos Representantes Responsáveis por Temas de Segurança, realizada em Tver. Neste ano, o Diretor da ABIN e diplomata do Posto participaram da VIII Reunião de Altos Representantes Responsáveis por Temas de Segurança, realizada em Sochi, em abril passado.

47. O Ministro-Chefe do GSI, general Sérgio Etchegoyen, visitará Moscou no final de maio do corrente, quando deverá reunir-se com o secretário do Conselho de Segurança, general Nikolai Patrushev. Há boas expectativas quanto à possibilidade de maior cooperação entre os dois países nas áreas de inteligência e de crimes transnacionais.

COOPERAÇÃO ESPORTIVA

48. Os megaeventos esportivos permitiram maior cooperação entre os dois países, sobretudo em matéria de organização e logística. Representantes russos participaram dos centros de comando e controle integrado gerenciados pelas autoridades brasileiras durante a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Da mesma forma, agentes da Polícia Federal deverão participar das atividades do centro internacional de cooperação policial em Moscou, durante a Copa do Mundo de 2018. Em 2014, representantes da Secretaria de Aviação Civil brasileira visitaram os aeroportos de Vnukovo e Sheremetyevo, em Moscou, para conhecer sua organização durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Inverno.

SETOR CULTURAL

49. A presença da cultura brasileira na Rússia ainda é pequena e há grande desconhecimento mútuo. Os estereótipos que remetem a carnaval, futebol e belezas naturais permanecem a principal referência do Brasil. Entre os tradicionais eventos realizados pela Embaixada estão o Festival de Cinema Brasileiro da Rússia, em sua XI edição em Moscou e VI edição em São Petersburgo, além da I edição em Kazan, em 2017. Iniciou-se também projeto de cineclube em Moscou, com sessões, a cada dois ou três meses, de filmes brasileiros legendados em russo.

50. A Embaixada colabora com diversos grupos e escolas de capoeira, samba, forró e zouk no país, inclusive na realização de workshops e grandes festivais de dança. Em 2018, houve festivais de Forró e Samba de Gafieira, em Moscou, e estão previstos o VI Festival de Forró de São Petersburgo e o V Festival de Samba de Moscou.

51. A língua portuguesa é ensinada em diversas universidades russas, quatro das quais oferecem curso permanente de licenciatura. Tem crescido o interesse pelo idioma, notadamente em sua variante brasileira, o que tem motivado a abertura de cursos e escolas particulares especializados. Para contribuir com a difusão da língua, a Embaixada apoiou a edição, em russo, de clássicos da literatura brasileira, como Machado de Assis, Lima Barreto e Aluísio Azevedo. Trabalho conjunto com a revista literária russa Inostrannaya Literatura permitiu, em 2017, edição exclusiva sobre literatura brasileira.

52. Entre 2017 e 2018, a Embaixada organizou ou apoiou concertos de música clássica brasileira em Moscou, com apresentação de obras de Heitor Villa-Lobos, Antonio Carlos Jobim, Ernesto Nazareth e Radamés Gnattali. Em 2017, a cantora Ju Moraes participou do renomado Usadba Jazz Festival, em São Petersburgo, e realizou concerto em Moscou. Registro, com prazer, a presença de quatro bailarinos brasileiros no corpo de baile do Teatro Bolshoy, além de brasileira que é a primeira bailarina da Ópera de Kazan.

SETOR CONSULAR

- Atendimento consular

53. A jurisdição consular da Embaixada do Brasil em Moscou inclui, além de todo o território da Federação da Rússia, também a República de Belarus (onde há Embaixada brasileira, mas sem serviços consulares) e a República do Uzbequistão (onde não há Embaixada residente). A entrada em vigor, em 2010, de acordo com a Rússia de isenção de vistos de curta

duração reduziu sensivelmente a demanda por vistos, agora não mais necessários para turismo. Estima-se haver cerca de 1.300 brasileiros residentes na Rússia (aproximadamente, 550 deles com matrícula consular), localizados sobretudo em Kursk, Moscou e São Petersburgo). Em Belarus há cerca de 20 pessoas, concentradas em Minsk; e no Uzbequistão, apenas dois brasileiros, residentes na capital Tashkent. A Embaixada disporá de seção eleitoral em Moscou durante as eleições presidenciais de 2018, para as quais estão cadastrados pouco mais de 100 brasileiros.

- Copa do Mundo

54. Para o apoio consular aos numerosos turistas e torcedores brasileiros que visitarão a Rússia durante a Copa do Mundo de 2018 serão estabelecidos cinco escritórios consulares temporários, nas cidades a que acorrerá o maior número de nacionais brasileiros: Sochi, onde a Seleção ficará baseada; e Rostov-sobre-o-Don, São Petersburgo, Samara e Kazan, onde está previsto que o Brasil jogue. A Embaixada também está preparando cartilha consular, a ser distribuída em versões eletrônica e impressa, com orientações gerais sobre saúde, segurança, legislação local e emergências.

ADMINISTRAÇÃO e OBRAS

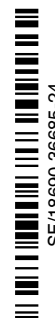
55. A embaixada em Moscou conta, hoje, com 23 servidores e 27 contratados locais, incluindo intérpretes e motoristas. As instalações passam, desde 2015, por extensa reforma, com significativo impacto sobre a rotina de trabalho. A residência oficial foi transferida para apartamento temporário. Os edifícios da chancelaria e da residência em Moscou pertencem ao patrimônio nacional e não sofriam reformas desde sua aquisição, em 1988. As contas da embaixada têm sido regularmente aprovadas.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

PARECER Nº DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 41, de 2018 (Mensagem nº 265/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.*



SF/18690.36685-24

Relator: Senador **LASIER MARTINS**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Tovar da Silva Nunes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

O Sr. Tovar da Silva Nunes é filho de Viriato da Silva Nunes e Hebe Maroni Nunes e nasceu em Birigui/SP, em 6 de fevereiro de 1959. Graduiu-se em Direito em 1982, pela Universidade de São Paulo. É mestre em Economia Política Internacional pela Escola de Economia e Ciência Política de Londres, Reino Unido [*London School of Economics and Political Science* (1999)].

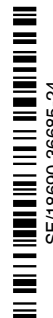
O indicado iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1984. Ascendeu a Conselheiro em 2001; a Ministro de Segunda Classe, em 2005; e a Ministro de Primeira Classe, em 2011. Todas as promoções por merecimento. Em 1990, após concluir o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, teve aprovada a tese intitulada “O impacto da *Trade Promotion Authority* nas negociações da ALCA à luz dos interesses comerciais brasileiros”.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na Administração Federal, destacam-se: Assessor Especial da Presidência da República (1995); Chefe de Gabinete do Secretário de Comunicação Social da Presidência da República (1995/97); Presidente do Conselho de Administração da Radiobrás (1995); Chefe de Gabinete no Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (2001/03); Chefe da Divisão da Área de Livre Comércio das Américas (2003/06); Assessor Especial (2011/13) e Chefe de Gabinete (2013/15) do Ministro de Estado.

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Londres (1997/2001); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Berlim (2006/11); e Embaixador em Nova Délhi e, cumulativamente, em Thimbu, capital do Butão (2015 até o presente).

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a Federação Russa e a República do Uzbequistão, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

As relações diplomáticas entre Brasil e Rússia completam, em 2018, 190 anos. A distância geográfica, as dificuldades de comunicação, as circunstâncias históricas e as divergências ideológicas moldaram, cada uma a seu



SF/18690.36685-24



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

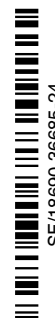
tempo, o relacionamento bilateral. Os laços formais foram interrompidos em duas oportunidades (1918/45 e 1947/61). Ambos os países começam a se aproximar no curso dos processos paralelos de redemocratização no Brasil e de abertura política da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Nesse sentido, a visita do então presidente José Sarney à URSS em outubro de 1988 dá início a novo marco no relacionamento bilateral. Cuida-se da primeira visita de um chefe de estado brasileiro àquele país. Esse fato, somado ao esfacelamento do império soviético com a derrocada do comunismo e o fim da União Soviética, aproximou ambos os países e intensificou seu relacionamento.

Desde então, as relações alcançaram novo patamar chegando ao *status* de parceria estratégica com a visita do então presidente Fernando Henrique Cardoso em janeiro de 2002. No ano de 2004, o presidente Vladimir Putin faz a primeira viagem de um chefe de estado russo ao Brasil. Desde então, foram realizadas inúmeras viagens presidenciais de parte a parte e assinados importantes atos internacionais de fomento ao trato bilateral. Esse contexto se refletiu no plano multilateral com a criação do agrupamento Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).

No que diz respeito ao comércio bilateral, o Brasil é o 18º país que mais exporta para a Rússia e o 35º destino das exportações russas. O período compreendido entre 2000 e 2017 registrou relevante elevação no comércio bilateral. Nossas exportações passaram de US\$ 423 milhões para US\$ 2,7 bilhões no período. Em 2017, as trocas comerciais apresentaram superávit de US\$ 100 milhões para o Brasil. Os principais produtos exportados são: carne suína (25,1%), carne bovina (16,4%), soja em grão (15,2%) e açúcar em bruto (7,1%). Ainda segundo os dados apresentados, 561 empresas brasileiras registraram exportações para o mercado russo.

No tocante às nossas importações da Rússia verifica-se semelhante incremento no período 2000/17. Passamos de US\$ 571 milhões para US\$ 2,6 bilhões. Compramos sobretudo adubos potássicos (18,2%); adubos nitrogenados (17,3%); adubos azotados (16,4%), óleo refinado de petróleo (12,6%) e combustíveis sólidos (10,6%). 533 empresas brasileiras efetivaram compras no mercado russo.



SF/18690.36685-24



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Em relação aos assuntos consulares, é estimado em cerca de 800 o número de brasileiros no âmbito da jurisdição da embaixada do Brasil em Moscou. Convém destacar que para seu atendimento nossos nacionais contam, também, com o Consulado Honorário em São Petersburgo.

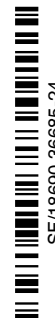
No tocante ao Uzbequistão, as relações diplomáticas foram estabelecidas em 1993. As trocas comerciais ainda são bastante exíguas. Exportamos basicamente açúcar. Consta registro de único brasileiro residente no Uzbequistão. Vale registrar, por fim, potencial de cooperação entre os dois países nas áreas da agricultura, mineração e energia.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

2



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 47, DE 2018

(nº 296/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 296

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Os méritos do Senhor Evandro de Sampaio Didonet que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de maio de 2018.

EM nº 00103/2018 MRE

Brasília, 17 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET**

CPF.: 295.482.410-72

ID.: 7743 MRE

1958 Filho de Antonio José Didonet e Maria José Antunes de Sampaio Didonet, nasce em 28 de dezembro, em Santa Maria/RS

Dados Acadêmicos:

1985 CAD - IRBr
 1986 Mestrado em Administração de Empresas pela Webster University/EUA, campus de Viena
 1998 CAE - IRBr, A negociação da ALCA e a agenda econômico-comercial do MERCOSUL

Cargos:

1979 CPCD - IRBr
 1980 Terceiro-secretário
 1982 Segundo-secretário
 1988 Primeiro-secretário, por merecimento
 1994 Conselheiro, por merecimento
 1999 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2008 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1980-84 Divisão de Europa-II, Assessor
 1984-86 Embaixada em Viena, Segundo-Secretário
 1987-89 Embaixada em Pequim, Segundo e Primeiro-Secretário
 1989-92 Embaixada em Bonn, Primeiro-Secretário
 1992 Divisão Especial de Pesquisas e Estudos para o Desenvolvimento
 1992-95 Departamento de Integração Latino-Americana, assessor
 1993 Secretaria-Geral, Assessor
 1995-98 Embaixada em Roma, Conselheiro
 1998-01 Secretaria-Geral, Assessor
 2001-03 Embaixada em Ottawa, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios a.i.
 2003-07 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios a.i.
 2007-12 Departamento de Negociações Internacionais, Diretor
 2012-16 Embaixada / Missão Permanente junto a Organismos Internacionais em Viena, Embaixador e Representante Permanente
 2016 Missão Permanente junto à OMC e Organismos Econômicos Internacionais em Genebra, Representante Permanente

Chefias de Delegação:

2000 I Reunião de Presidentes da América do Sul, Brasília, coordenador do tema de infra-estrutura
 2006 I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Forum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil, África do Sul), Coordenador
 2007 VI Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Israel, Assunção, Chefe de Delegação
 2007 VII Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Israel, Chefe de Delegação
 2007 I Reunião Trilateral MERCOSUL-SACU-Índia, Pretória, Chefe de Delegação
 2007 XI Reunião de Negociação de Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU, Pretória, Chefe de Delegação
 2007 VI Reunião de Consultas MERCOSUL-Coréia, Montevidéu, Chefe de Delegação

2007	VIII Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Israel, Genebra, Chefe de Delegação
2007	Reunião final de negociação de ALC MERCOSUL-Israel, Montevideu, Chefe de Delegação
2008	IX Reunião de Negociação (final) de Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU, Buenos Aires, Chefe de Delegação
2008	Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Jordânia, Amã, Chefe de Delegação
2008	I Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Egito, Cairo, Chefe de Delegação
2008	Reunião de Altos Funcionários MERCOSUL-ASEAN, Brasília, Chefe de Delegação
2009	I Reunião do Comitê de Administração Conjunta do Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-Índia, Montevideu, Chefe de Delegação
2010	IV Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Egito, Buenos Aires, Chefe de Delegação
2010	XVII Reunião do Comitê de Negociações Birregionais MERCOSUL-UE, Buenos Aires, Chefe de Delegação
2010	Reunião MERCOSUL-Canadá, Buenos Aires, Chefe de Delegação
2010	Reunião final de negociação de ALC MERCOSUL-Egito, San Juan, Argentina, Chefe de Delegação
2010	III Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Jordânia, Amã, Chefe de Delegação
2010	Reunião MERCOSUL-Palestina, Ramalá, Chefe de Delegação
2010	XVIII Reunião do CNB MERCOSUL-UE, Bruxelas, Chefe de Delegação
2010	IV Reunião de Negociação de ALC MERCOSUL-Jordânia, Brasília, Chefe de Delegação
2010	XIX Reunião do CNB MERCOSUL-UE, Brasília, Chefe de Delegação
2011	XX Reunião do CNB MERCOSUL-UE, Bruxelas, Chefe de Delegação
2011	XXI Reunião do CNB MERCOSUL-UE, Assunção, Chefe de Delegação
2011	XXIII Reunião do Comitê de Negociações Birregionais MERCOSUL-EU, Montevideu, Chefe de Delegação
2012	40a. Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial da UNIDO, Viena, Chefe de Delegação.
2012	I Assembléia das Partes da Academia Internacional Anticorrupção, Viena, Chefe de Delegação
2013	56a. Sessão da Comissão de Entorpecentes, Viena, Chefe de Delegação
2014	23a. Sessão da Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Criminal, Viena, Chefe de Delegação
2014	VII Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Crime Organizado Transnacional, Viena, Chefe de Delegação
2014	II Conferência das Nações Unidas sobre Países em Desenvolvimento sem Saída para o Mar (LLDCs), Viena, Chefe de Delegação
2014	42a. Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial da UNIDO, Viena, Chefe de Delegação
2015	58a. Sessão da Comissão de Entorpecentes, Viena, Chefe de Delegação
2015	XIII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal, Doha, Chefe de Delegação
2015	24a. Sessão da Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Criminal, Viena, Chefe de Delegação
2016	43a. Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial da UNIDO, Viena, Chefe de Delegação
2016	59a. Sessão da Comissão de Entorpecentes, Viena, março de 2016, chefe de delegação.
2016	Sessão Especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas sobre o Problema Mundial das Drogas, Nova York, abril de 2016, membro da delegação.
2016	25a. Sessão da Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Criminal, Viena, maio de 2016, chefe de delegação.

Condecorações:

1986	Ordem do Mérito, Áustria, Oficial
1996	Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
1997	Ordem do Mérito, Itália, Comendador

1998	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2000	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
2000	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2001	Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Grande Oficial
2004	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
2009	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz

Publicações:

1993	O Mercosul e o Comércio Hemisférico, in Boletim de Integração Latino-Americana, nº 9, DIN/MRE
1993	Abertura Comercial e o MERCOSUL, in Economia em Perspectiva, Conselho Regional de Economia SP, nº 102, em coautoria com Sérgio de Abreu e Lima Florêncio.
1995	A Abertura Comercial Brasileira, in Boletim de Diplomacia Econômica, nº 19, fevereiro de 1995, SGIE/MRE (co-autoria com Rubens Ricupero)
2011	ASEAN-MERCOSUR Cooperation: The Way Forward, in Brazil & Thailand, Ministry of Foreign Affairs of Thailand, 2011.

CLAUDIA KIMIKO ISHITANI CHRISTÓFOLO
DIRETORA, SUBSTITUTA, DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa Setentrional

SUIÇA



Maio – 2018
Informação Ostensiva

DADOS BÁSICOS SOBRE A SUÍÇA	
NOME OFICIAL:	Confederação Suíça
GENTÍLICO	Suíço
CAPITAL:	Berna
ÁREA:	41.285 km ²
POPULAÇÃO (2016 ¹):	8,4 milhões de habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS:	Alemão, 63,7%; francês, 20,4%; italiano, 6,5% e romanche, 0,7%.
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católicos, 41,8%; protestantes, 35,3%, nenhuma, 11,1%; muçulmanos, 4,3%
SISTEMA POLÍTICO:	Parlamentarismo com Órgão executivo colegiado (Conselho Federal)
LEGISLATIVO	Bicameral: Conselho Nacional ("Conseil National") e Conselho dos Estados ("Conseil des États").
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente do Conselho Federal, Alain Berset
CHANCELER	Conselheiro Federal Ignazio Cassis (desde nov. 2017)
PIB nominal (2016 FMI)	US\$ 668,85 bilhões
PIB PPP (2016 World Bank)	US\$ 534,90 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (2016)	US\$ 79,62 mil
PIB PPP <i>per capita</i> (2016)	US\$ 63,67 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	2,3% (2017), 1,5% (2016); 0,8 % (2015)
IDH (2016)	0,939 (2ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA	83,1
ALFABETIZAÇÃO	n/d
ÍNDICE DE DESEMPREGO	3,2% (State Secretariat for Economic Affairs)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco suíço (CHF)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Andrea Semadeni
BRASILEIROS NO PAÍS	79.000 (est.)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SUÍÇA (US\$ milhões) (MDIC)										
Brasil → Suíça	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2018-Abr
Intercâmbio	1.410	1.260	1.746	3.522	3.159	4.481	5.302	4.278	2.766	977
Exportações	412	326	534	1.331	1.107	1.646	2.361	1.921	792	319
Importações	998	934	1.212	2.191	2.052	2.835	2.941	2.357	1.974	658

¹ "Bevölkerungsbestand am Ende des 2. Quartals 2016" - Recent monthly and quarterly figures: provisional data] (XLS) (official statistics). Neuchâtel, Switzerland: Swiss Federal Statistical Office (FSO), Swiss Confederation. 6 October 2016.

Saldo	-586	-608	-678	-860	-945	-1.189	-580	-436	-1.182	-339
--------------	------	------	------	------	------	--------	------	------	--------	------

PERFIL BIOGRÁFICO



Alain Berset
Presidente da Confederação Suíça

Nascido em Friburgo em 9 de abril de 1972. Estudou Ciência Política e Economia na Universidade de Neuchâtel, onde se formou em 1996. Obteve doutorado em 2005. É casado e pai de três filhos. Em 2003, foi eleito para o Conselho de Estado do cantão de Friburgo, do qual foi presidente entre 2008 e 2009. De 2005 até sua eleição para o Conselho Federal, foi vice-presidente do grupo Social-Democrata (SP). Foi membro da Comissão de Finanças, de Assuntos Econômicos e Fiscais, e de Assuntos Jurídicos. Presidiu o Escritório do Conselho, o Comitê de Instituições Políticas e a Delegação à Assembleia Parlamentar da Francofonia. Foi eleito membro do Conselho Federal em dezembro de 2011. Em janeiro de 2012, foi designado chefe do Departamento Federal de Assuntos Internos. Desde 1º de janeiro de 2018, é Presidente da Confederação Suíça, chefe do Conselho Federal.

APRESENTAÇÃO

A Suíça, oficialmente Confederação Suíça, é uma república federal na Europa, composta por 26 cantões e a cidade de Berna, onde se localiza a sede das autoridades federais. O país está situado na Europa Ocidental-Central e faz fronteira com a Itália ao sul, França a oeste, Alemanha ao norte e Áustria e Liechtenstein a leste. É um país sem litoral e é geograficamente dividido entre os Alpes, o Planalto Suíço e a Cordilheira do Jura. Enquanto os Alpes ocupam a maior parte do território, a população suíça, de aproximadamente oito milhões, concentra-se principalmente no Planalto, onde se encontram as principais cidades, entre as quais dois importantes centros econômicos globais: Zurique e Genebra.

A Confederação Suíça foi fundada em 1291 como uma aliança defensiva entre três cantões (Uri, Schwyz e Unterwalden). Nos anos seguintes, outras localidades se juntaram aos três originais. A união destes três cantões foi denominada *Waldstätte* e permaneceu sob a proteção do Sacro Império Romano-Germânico. O país garantiu a independência em relação ao Sacro Império Romano em 1499 e apenas foi formalmente reconhecida na Paz da Vestefália, em 1648.

A Suíça tem história de neutralidade armada desde a Reforma Protestante e não se encontra em estado de guerra internacional desde 1815. É o berço da Cruz Vermelha e abriga inúmeras organizações internacionais, incluindo o segundo maior escritório das Nações Unidas. É membro fundador da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), mas não faz parte da União Europeia, do Espaço Econômico Europeu ou da Zona Euro. Participa, contudo, do Espaço Schengen e do mercado único europeu, por meio de tratados bilaterais. Como corolário da política de neutralidade, o país só se tornou oficialmente membro das Nações Unidas em 2002.

Abrangendo a intersecção da Europa germânica e românica, a Suíça compreende quatro principais regiões linguísticas e culturais: alemã, francesa, italiana e romanche (língua reto-românica). Embora a maioria da população seja de língua alemã, a identidade nacional suíça está enraizada em um fundo histórico comum, em valores compartilhados, como o federalismo e a democracia direta, e no simbolismo alpino.

A Suíça é um dos países mais desenvolvidos do mundo, com elevada renda nominal e o oitavo maior PIB per capita. A Suíça classifica-se no topo ou perto do topo em várias métricas de desempenho nacional, incluindo transparência do governo, liberdades civis e qualidade de vida.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais atravessam momento positivo. O relacionamento tem se adensado nos últimos anos, com o estabelecimento de diálogos periódicos nos temas de interesse mútuo. No plano político e no plano econômico, Brasil e Suíça mantêm consultas bilaterais de alto nível, com periodicidade anual, realizadas, alternadamente, em Berna e em Brasília. Há, ainda, espaço para ampliar o diálogo, especialmente nas áreas de direitos humanos, combate à corrupção e cooperação técnica.

Além de valores e interesses comuns, a decisão suíça em ter o Brasil – bem como os outros membros do BRICS – como parceiro estratégico contribui para o diálogo entre os dois países. Em agosto de 2008, foi assinado o “Memorando de Entendimento para estabelecimento de um Plano de Parceria Estratégica”, por ocasião da visita ao Brasil da então Ministra dos Negócios Estrangeiros, Micheline Calmy-Rey. O Mecanismo de Consultas Políticas, criado a partir do Memorando, deu origem a encontros anuais regulares, desde junho de 2010, e ao aprofundamento do diálogo político entre altas autoridades das chancelarias dos dois países.

O Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros da Confederação Suíça (DFAE) vislumbra o Brasil como ator global de primeira importância e reafirmou o papel do país como principal parceiro comercial suíço na América Latina e importante parceiro em diversas frentes de cooperação. Nesse sentido, tem-se destacado a cooperação bilateral em áreas como ciência e tecnologia, educação, saúde, energia e meio ambiente; e existe a perspectiva de cooperação futura em setores como a nanotecnologia e tecnologias da informação e das comunicações.

No contexto dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, recebemos visitas do então presidente da Confederação, Johann Schneider-Ammann (encontrou-se com o senhor ministro das Relações Exteriores), e dos ministros responsáveis pelas pastas de esportes (Guy Parmelin) e temas sociais (Alain Berset). Em novembro passado, o então secretário de Estado para Assuntos Financeiros Internacionais, Jörg Gasser, encontrou-se, em Brasília, com o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid.

No contexto das negociações Mercosul-ETFA, o chefe do Departamento Federal de Economia, da Formação e da Pesquisa, Schneider-Ammann, liderou missão governamental-empresarial a Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, no final de abril e no início de maio de 2018. A viagem constitui esforço do governo e de setores privados da Confederação Suíça em prol das negociações do acordo de livre

comércio entre o bloco sul-americano e os quatro países da Associação Europeia de Livre Comércio (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça).

Os governos brasileiro e suíço assinaram, em 3 de maio de 2018, acordo para evitar a dupla tributação, com vistas a ampliar os fluxos de investimentos bilaterais. O acordo foi assinado pelo secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e ainda precisa de aprovação do Congresso Nacional para entrar em vigor.

Brasil e Suíça são parceiros estratégicos desde 2008.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira na Suíça é estimada em cerca de 79 mil pessoas, incluindo 15.335 eleitores aptos. Há Consulados-Gerais do Brasil em Genebra e em Zurique.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de operações ostensivas aprovadas no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantias às Exportações (COFIG) a tomadores soberanos suíços. O corte temporal retrospectivo analisado foi de 15 anos.

POLÍTICA INTERNA

A Constituição suíça de 1848 estabeleceu um governo colegiado. O Conselho Federal (Poder Executivo) é integrado por sete Conselheiros Federais (Ministros), cada um responsável por um Departamento Federal (ministério): (1) Negócios Estrangeiros, (2) Interior, (3) Meio Ambiente, Transporte, Energia e Comunicações, (4) Defesa, Segurança e Esporte, (5) Justiça e Polícia, (6) Finanças) e (7) Economia.

O Poder Legislativo é formado por um parlamento bicameral: Conselho dos Estados (senadores) e Conselho Nacional (deputados). As duas casas formam a Assembleia Federal.

Os Conselheiros Federais são eleitos pela Assembleia Federal para um período de quatro anos. O presidente e o vice-presidente do Conselho Federal são eleitos, também pela Assembleia, entre os sete Conselheiros Federais. Exercem mandato por um ano, em regime de rotação. Sendo, basicamente, apenas um *primus inter pares*, o presidente dirige as sessões do Conselho Federal e exerce certas funções de representação. O presidente pode, no entanto, cumprir papel mais influente ou decisivo na condução dos assuntos de governo do que aquele que se esperaria, considerando-se unicamente suas atribuições constitucionais. O atual presidente é Alain Berset, do Partido Social-Democrata (SP).

Das reuniões do Conselho Federal participa também o chanceler Federal, conhecido como “oitavo” integrante do órgão, mas sem o mesmo status político dos ministros. Trata-se de uma função equivalente a chefe de gabinete ou “chefe de estado-maior” do Conselho Federal. Tem funções administrativas (coordenação, organização de reuniões, publicação de atos etc). O chanceler Federal é eleito também pela Assembleia.

O Conselho dos Estados é composto de 46 membros (Conselheiros de Estados), eleitos pelo voto majoritário de cada cantão ou semicantão (dois por cantão e um por semicantão). O Conselho Nacional é composto de duzentos membros (Conselheiros Nacionais), eleitos pelo voto proporcional de cada cantão ou semicantão, sendo o número de representantes em cada cantão proporcional à sua população. Os Conselheiros de Estado e os Conselheiros Nacionais são eleitos por quatro anos. As últimas eleições ocorreram em outubro de 2011 e foram vencidas pelo Partido do Povo Suíço, com 26,6% dos votos. Em segundo lugar, ficou o Partido Social-Democrata, com 18,7% e, em terceiro, os Liberais, com 15,1%.

Os parlamentares exercem seu mandato paralelamente à manutenção da sua profissão, segundo um sistema igualmente aplicado aos efetivos das Forças Armadas (exceção feita aos Comandantes de grandes unidades). Ou seja, não há nem parlamento permanente nem Forças Armadas profissionais.

O Poder Judiciário é exercido pelo Tribunal Federal, pelo Tribunal Federal de Seguros e pela Corte Administrativa Federal. Na cúpula do Poder Judiciário está o Tribunal Federal, sediado em Lausanne, composto de 30 juízes e 15 suplentes eleitos pela Assembleia Federal, com mandato de seis anos. O Tribunal Federal tem por atribuição precípua a administração da justiça em matéria federal e decide *inter alia* os diferendos de direito civil entre a Confederação e os cantões, entre a Confederação e particulares e entre os cantões; os diferendos de direito público entre os cantões; os conflitos de competência entre as autoridades federais e cantonais; as reclamações sobre a violação de direitos constitucionais; e, finalmente, causas em que o objeto do litígio atinja grau de importância reconhecido pela legislação federal. O Tribunal Federal dos Seguros, sediado em Lucerna, composto de 11 juízes eleitos pela Assembleia Federal, também com mandato de seis anos, é uma divisão especial do Tribunal Federal e decide em última instância as causas referentes a seguros sociais públicos, aposentadorias, pensões e tudo mais que diz respeito ao sistema previdenciário.

A política interna das últimas décadas repousa na busca de um consenso nacional, por meio de um compromisso longamente amadurecido: cada lei é resultado

de um processo de consulta aos cantões e a todos os principais interessados. Isso não impede, porém, que grande número de leis, de importância relativa em muitos casos, passem pelo crivo de um referendo. A Suíça mantém a tradição de democracia direta. Para qualquer alteração na Constituição, um referendo é obrigatório; para qualquer alteração de leis, um referendo é opcional. Ademais, os cidadãos suíços podem apresentar iniciativas populares constitucionais para introduzir emendas à Constituição Federal.

No período recente, o Partido Popular Suíço (SVP), tradicionalmente o sócio minoritário do governo de coalizão de quatro partidos mais que dobrou sua participação votante - de 11%, em 1987, para 22,5%, em 1999, subindo para 28,9% em 2007, superando assim os demais três parceiros de coalizão. Essa mudança nas ações com direito a voto colocou pressão sobre os termos do acordo de disputa de poder dos quatro partidos da coalizão. De 1959 até 2004, o gabinete de sete lugares compreendia dois democratas livres, dois democratas cristãos, dois sociais democratas e um do SVP. Em 2004, entretanto, o SVP ocupou uma das cadeiras dos democratas cristãos. Em 2008, o Partido Democrata Conservador separou-se do SVP, levando consigo os dois assentos do Conselho Federal. No entanto, o SVP eventualmente retomou os dois lugares, em 2009 e 2015, respectivamente. As próximas eleições federais estão previstas para ser realizadas em 2019.

POLÍTICA EXTERNA

A estabilidade regional na Europa é um dos principais interesses da política externa suíça. Nesse sentido, a Confederação tem-se empenhado na busca da superação da crise de segurança europeia entre a Rússia e o Ocidente e na promoção da cooperação em segurança na região da OSCE.

Ressalta-se, ademais, entre as prioridades da ação externa suíça em 2017, os esforços para "normalizar" as relações com a UE. O Conselho Federal continuou comprometido com o objetivo de procurar solução que garanta, ao mesmo tempo, acesso ao mercado único europeu e segurança jurídica e seja igualmente sustentável na política interna e externa.

A vertente global da política externa da Suíça está se tornando um complemento cada vez mais importante à sua tradicional e essencial política europeia. A Ásia emergiu como um ponto focal, e as relações com a China e a Índia foram consolidadas em 2017, ano em que contaram com visitas de autoridades estaduais e presidenciais.

Membro das Nações Unidas desde 2002, a Suíça é favorável à reforma de sua estrutura, particularmente do Conselho de Segurança (CSNU). Para a Suíça, a reforma dos métodos de trabalho e a ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas devem, idealmente, caminhar juntas, sem o que a reforma estará “incompleta”. Opõe-se à extensão do direito de veto aos novos membros permanentes de um eventual Conselho de Segurança ampliado e insiste em que a reforma do CSNU deve pautar-se por “critérios objetivos”, tais como o tamanho da população dos países candidatos e sua contribuição financeira ao sistema das Nações Unidas.

Além disso, o aporte suíço à prevenção de conflitos manteve papel proeminente. A Suíça participa de iniciativas globais de paz e segurança, em Moçambique e na Colômbia, assim como nas conversações de paz na Síria e em Chipre, realizadas em território suíço. A nomeação do embaixador Thomas Greminger como Secretário Geral da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), em julho de 2017, ilustra a característica do país como "construtor de pontes" em um mundo crescentemente polarizado.

Por fim, o foco da cooperação para o desenvolvimento está assegurado no programa de Cooperação Internacional da Suíça 2017–2020, que pretende contribuir para a redução de causas do deslocamento forçado e da migração.

A Suíça desfruta de longa tradição como centro internacional de acolhida. Desde o século XVI, refugiados religiosos e perseguidos políticos encontravam em Genebra porto seguro. Aliada a essa tradição, o caráter de “território neutro” tornou o país a escolha natural para organizações intergovernamentais dedicadas às mais variadas finalidades. Genebra foi sede da antiga Liga das Nações e abriga hoje a Organização Mundial do Comércio (OMC), sucessora do GATT. Atualmente, o país hospeda 24 organizações internacionais de caráter intergovernamental, das quais 21 se situam em Genebra. Oito dessas organizações são parte do sistema das Nações Unidas, entre as quais a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Meteorológica Mundial (OMM), a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), a Organização Mundial de Migrações e a Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), assim como órgãos da ONU, como o Escritório do Alto Comissário para Direitos Humanos e o Escritório do Alto Comissário para Refugiados. Em Berna, encontram-se sediadas a União Postal Universal e a Organização Intergovernamental para Transportes Ferroviários (OTIF). Várias outras organizações não estatais, associações e ONGs têm igualmente sede no país, entre as quais se destacam a Cruz Vermelha Internacional e a Federação Internacional de Futebol (FIFA).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Suíça encontra-se no topo superior da lista de maiores economias do mundo, com um Produto Interno Bruto que a coloca na 19ª posição. A colocação é ainda mais significativa, ao se considerar seu território reduzido (pouco menor que o Estado do Rio de Janeiro) e sua população relativamente pouco numerosa (8,4 milhões de habitantes).

Desde janeiro de 2015, o Banco Central helvético vem mantendo em -0,75%, ao ano, a taxa remuneratória dos depósitos à vista em sua carteira, com uma margem de flutuação, para empréstimos interbancários (Libor), fixada entre -1,25% e -0,25%, nos próximos três meses. Naquela oportunidade, a decisão de implementar taxas de juros negativas teve por objetivo reduzir o elevado fluxo de euros que vinha ingressando no país desde a eclosão da crise monetária da Grécia. Durante o ano de 2016, a Suíça registrou deflação de -0,4%.

Na economia suíça, o setor de bens e serviços é altamente eficiente e detém vantagens comparativas substanciais em termos globais. De maneira pragmática, a Suíça tem multiplicado ações em sua política econômico-comercial externa, com vistas a estimular a interação em comércio exterior nesses setores. Nesse sentido, o governo tem buscado, no plano bilateral, negociar e assinar acordos de livre comércio – como o assinado em 2013 com a China – que privilegiem a flexibilização do intercâmbio comercial nesses segmentos e o que atualmente negocia com o Mercosul. No plano multilateral, e especialmente na OMC, a Suíça tem pautado suas ações pelo interesse prioritário nos temas diretamente relacionados à implantação de mecanismos que privilegiam a liberalização do comércio internacional de bens de alto valor agregado e de serviços.

O mercado agrícola suíço, no entanto, obedece a outra lógica. O PIB desse setor corresponde a apenas 0,7% do PIB suíço, e o mercado produtor é pouco competitivo em razão dos altos custos locais dos fatores de produção. A Suíça encontra-se dentre os países com menor grau de abertura do mercado agrícola.

A melhoria nas economias do Euro no período recente contribui para cenário benigno para a economia suíça em 2017. Em 2016, o crescimento havia desacelerado, e o ano terminara com contração de 0,1% no quarto trimestre. O ano de 2017 registrou a economia suíça progressivamente ganhando força. No terceiro trimestre, a taxa de crescimento em relação ao trimestre anterior atingiu o maior ritmo desde o quarto trimestre de 2014.

As contribuições para o bom resultado foram variadas, provenientes de consumo, gastos com investimentos e exportações líquidas. O país tirou, ademais, proveito de uma moeda que se desvalorizou em quase 6% desde o início de 2017, bem como das condições mais favoráveis da economia mundial, particularmente da área do Euro, que é o destino de 50% de suas exportações. Atrás das exportações, o

investimento fixo deverá ser o segundo componente de crescimento mais rápido do PIB, graças à promissora rentabilidade das empresas, que permite o autofinanciamento das despesas de capital e os investimentos na melhoria da competitividade.

Em 2017, a Suíça deixou a deflação para trás, com um aumento do índice de preços ao consumidor de -0,4% em 2016 para 0,5% no ano anterior. Para tanto, contribuíram o aumento dos preços do petróleo, o enfraquecimento do franco suíço e níveis mais elevados de utilização da capacidade da economia. A inflação deve continuar lenta trajetória de crescimento, sem preocupar, em 2018 e 2019, para 0,6% e 0,9%, respectivamente.

Em suma, estima-se que o PIB real deverá aumentar 1,8% em 2018 e continuar a crescer a um ritmo saudável em 2019, embora ligeiramente menor, uma vez que se espera que a economia mundial e, em particular, as economias do Euro, permaneçam em trajetória de crescimento sustentável. A política do Banco Nacional da Suíça (BNS) permanecerá dependente do ritmo de normalização da política seguida pelo Banco Central Europeu (BCE), que poderá encerrar seu programa de compra de ativos em setembro do corrente ano. As perspectivas econômicas de 2018 para a Suíça são, portanto, promissoras. O crescimento do PIB real deverá ser maior do que em 2017, elevando-se para cerca de 1,8% em 2018, antes de desacelerar ligeiramente em 2019.

Comércio Exterior da Suíça

Em 2017, o comércio exterior helvético voltou a acelerar em relação ao ano anterior. As exportações aumentaram 4,7% para alcançar um novo recorde. As importações cresceram 6,9%, registrando a maior taxa de crescimento desde 2010. Além da melhora da situação econômica mundial, o enfraquecimento do franco suíço e a tendência dos preços tiveram um papel decisivo em ambos os sentidos de comércio. Com superávit de CHF 34,8 bilhões, a balança comercial encerrou o ano 6% (ou CHF 2,1 bilhões) ligeiramente menor do que no ano anterior. As exportações alcançaram CHF 220,4 bilhões. No mesmo período, as importações somaram CHF 185,6 bilhões. O superávit comercial em 2017 somou CHF 34,8 bilhões. Os principais parceiros comerciais da Suíça, em 2017, foram Alemanha, Estados Unidos, França, Itália, China e Reino Unido.

No que tange à política econômico-comercial externa, com exceção da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), a Suíça mantém-se à margem de processos integrativos de cunho regional. Sob esse prisma, não obstante ter na União Europeia seu principal parceiro (com especial destaque para a interação com a Alemanha, Itália e França), tem uma opção preferencial em sua política econômico-comercial externa.

Comércio exterior bilateral

O Brasil é o principal parceiro comercial da Suíça na América Latina, sendo o 19º maior parceiro comercial do país europeu. A Suíça, por sua vez, tornou-se o 25º parceiro econômico mais importante do Brasil em 2013, um ganho de oito posições em relação ao ano anterior, com aumento significativo das exportações brasileiras para o mercado suíço e redução importante no déficit brasileiro com o país. Em 2017, entretanto, as exportações brasileiras para o mercado suíço apresentaram queda substancial e passaram a corresponder ao 42º mercado. No campo das importações, a Confederação Suíça manteve a colocação de 18ª origem das compras globais brasileiras.

A Suíça demonstra, ainda, de modo ativo e pragmático, interesse e confiança nas perspectivas de desenvolvimento econômico brasileiro: por intermédio de seus consulados no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde mantém unidades da Câmara de Comércio Suíço-Brasileira (SwissCam) e do "Switzerland Global Enterprise (S-GE)", promove continuamente a divulgação de oportunidades de negócios e investimentos.

O mesmo espírito de cooperação em domínios práticos se verifica no fato de que o Brasil é um dos quatro países do mundo onde a Confederação mantém unidades da "Swissnex", agência de promoção de iniciativas em matéria de ciência, tecnologia, inovação e arte (os outros três países são os Estados Unidos, Índia e China). Ainda nessa área, o Centro Suíço de Eletrônica e Microtécnica, baseado na cidade de Neuchâtel, conta com uma unidade de desenvolvimento de pesquisas em Belo Horizonte (CSEM Brasil).

Investimentos

Há presença de importantes empresas brasileiras na Suíça (Vale, Suzano, Safra Sarrasin), e de grandes empresas suíças no Brasil (Nestlé, Roche, Novartis). A longevidade de suas empresas no país demonstra o comprometimento da Suíça com o mercado brasileiro. Sobre a presença brasileira na Suíça, saliente-se que empresas nacionais de grande porte estabeleceram sucursais no território suíço, motivadas, entre outras razões, por vantagens fiscais comparativas, proporcionadas pelo país como um todo e por alguns cantões em particular.

Cerca de 350 empresas suíças mantêm operações no Brasil. Algumas delas estão presentes no país há mais de 100 anos, como é o caso da Nestlé. O perfil dos investimentos suíços no Brasil ainda apresenta alta concentração na produção de bens de baixo valor agregado. Embora a Suíça seja um dos maiores centros de inovação tecnológica do mundo, a maior parte dos investimentos helvéticos no Brasil é dirigida para a produção de bens de consumo imediato; como Nestlé (alimentos), Holcim (cimento), Syngenta Proteção de Cultivos (defensivos agrícolas), ou de

medicamentos acabados, sem transferência de tecnologia; como Novartis (fármaco-químico), Clariant (químico), Roche (fármaco-químico). São substancialmente menos expressivos os investimentos suíços dirigidos à produção de bens de alto valor tecnológico, representados pela ABB (energia e automação), Sulzer Brasil (centrífugas) e Atlas Schindler (elevadores e escadas rolantes).

O setor econômico suíço mantém forte interesse em novos investimentos no Brasil e em estabelecer parcerias e em atrair inversões brasileiras para a Suíça. Esse interesse é corroborado por importante estrutura de apoio suíça no Brasil, a exemplo do escritório paulista da "Switzerland Global Enterprise" e da "Swissnex-Brasil" (posto avançado de ciência e tecnologia que visa interligar a Suíça com *hubs* inovadores), sediada no Rio de Janeiro, bem como a presença, em Belo Horizonte, de uma das duas únicas sucursais internacionais do Centro Suíço de Eletrônica e Microtécnica (CSEM). A presença dessas instituições indica confiança no potencial inovador da sociedade brasileira.

Estima-se haver interesse dos investidores suíços nas concessões brasileiras inseridas no Projeto Crescer. O empresariado helvético já conquistou, por meio da operadora do aeroporto de Zurique, Zurich Airport AG, a concessão do aeroporto de Confins, em Minas Gerais, no qual tem participação de 24% no consórcio operador, e, em março último, a concessão do aeroporto de Florianópolis.

Dados de investimentos

De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB), o estoque de investimentos diretos suíços no Brasil somou, em 2014, US\$ 14,8 bilhões. As estatísticas brasileiras posicionam a Suíça como a 11º maior investidora estrangeira no Brasil, e a 8º maior entre países europeus. O estoque de investimentos diretos suíços no Brasil concentra-se nos setores de "Indústrias de Transformação" (US\$ 5,9 bilhões), de "Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados" (US\$ 4,7 bilhões) e de "Construção" (US\$ 1,2 bilhão).

Segundo os dados suíços, o Brasil representa o mais importante destino de investimentos diretos do país europeu na América Latina e Caribe, tendo recebido, em 2015, US\$ 1,1 bilhão em investimentos diretos (49% dos investimentos totais da Suíça na região). No Brasil, as empresas suíças empregam mais de 131 mil trabalhadores.

Os ingressos de investimentos brasileiros na Suíça, em 2016, somaram US\$ 134 milhões, sendo o país europeu o 13º principal destino dos fluxos de inversões

brasileiras naquele ano. Em 2015, segundo o BCB, o estoque de investimentos brasileiros na Suíça era de US\$ 311 milhões, concentrando-se principalmente na modalidade empréstimos intercompanhia.

Tabela 2: Investimentos Diretos Suíça-Brasil (em US\$ milhões)

	Estoque²			Fluxo					
	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015	2016	2017 (jan-mar)
Origem: Suíça	14.333 (12°)	14.875 (11°)	n.d.	4.333	2.333 (6°)	2.333 (6°)	1.126 (11°)	965 (12°)	329 (9°)
Origem: Brasil	343 (27°)	338 (28°)	311 (29°)	167	349 (11°)	349 (11°)	157 (10°)	134 (13°)	24 (10°)

Dados do Banco Central do Brasil

* n.d. – Os últimos dados de estoque de IED no Brasil publicados pelo BCB são os de 2014.

² **Estoque** é o valor de mercado das empresas estrangeiras, instaladas em determinado país, na data de referência. O **fluxo** são as transferências efetivas de capital, em um dado intervalo de tempo (geralmente anual).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1648 - Países europeus reconhecem a independência helvética e sua neutralidade
- 1798 - Exércitos da Revolução Francesa conquistam a Suíça
- 1798 - Proclamação da República Helvética em 12 de abril
- 1815 - Congresso de Viena restabelece a independência do país
- 1848 - Suíça adota uma Constituição Federal, que sofre extensas emendas em 1874 e 1999
- 1914 - I Guerra Mundial. Neutralidade suíça
- 1933 - “*Spiritual Defense*”. Defesa da independência e da democracia contra os nazistas
- 1939 - II Guerra Mundial. Neutralidade suíça
- 1945 - Início do período de prosperidade: estabilidade política e progresso econômico
- 1971 - Introdução do direito de voto às mulheres
- 1982 - Plebiscito rejeita o fim do sigilo bancário
- 1992 - O ingresso no Espaço Econômico Europeu (EEE) é rejeitado em referendo popular
- 1999 - Atual Constituição Federal
- 2002 - Suíça torna-se membro integrante das Nações Unidas
- 2005 - Referendo aprova facilidades de livre-circulação de mão-de-obra a cidadãos da UE
- 2014 - Proposta do partido UDC, a qual prevê a imposição de quotas de imigração mais restritas, é aprovada em referendo popular, em fevereiro
- 2014 - Simonetta Sommaruga é eleita Presidente do Conselho Federal para o ano de 2015.
- 2015 - Joahann Schneider-Ammann é eleito Presidente do Conselho Federal para o ano de 2016.
- 2015 - Realizadas eleições para a câmara baixa e para o senado, com vitória do Partido do Povo Suíço.
- 2016 - Doris Leuthard é eleita Presidente do Conselho Federal para o ano de 2017.
- 2016 - Os eleitores suíços rejeitam, em referendo, proposta de renda mínima para todos os residentes.
- 2017 - O presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, realiza visita oficial a Berna.
- 2017 - Alain Berset é eleito Presidente do Conselho Federal para o ano de 2018.
- 2017 - Ignazio Cassis é nomeado chefe do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros (cargo equivalente ao de Ministro de Estado, no Brasil)

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1818 – D. João VI autoriza 100 famílias suíças a se instalarem como imigrantes na então Fazenda do Morro Queimado, no Rio de Janeiro.
- 1819 – Nomeado cônsul no Rio de Janeiro o cidadão suíço Sebastian Nicolás Gachet, que havia organizado a instalação daquelas famílias com apoio financeiro do Brasil.
- 1820 – Com a vinda de novos imigrantes suíços, aquele núcleo de colonização prospera e se transforma na “vila de Nova Friburgo”.
- 1826 – Reconhecimento da independência do Brasil pelo governo da Confederação Suíça (carta de 30 de janeiro enviada a D. Pedro I pelo Conselho Federal, então baseado em Lucerna).
- 1855 – Primeiro representante diplomático (Cônsul) do Brasil em Berna, José Francisco Guimarães.
- 1856 – Estabelecimento, no Estado do Espírito Santo, de uma nova colônia de imigrantes suíços (hoje, município de Rio Novo do Sul).
- 1880 – Primeira empresa suíça (Bally, fabricante de calçados) a instalar-se no Brasil.
- 1890 – Nomeação do primeiro ministro plenipotenciário do Brasil em Berna, Barão de Aguiar d’Andrada.
- 1907 – Designação do primeiro representante diplomático da Suíça no Brasil, Albert Gertsch, como encarregado de negócios.
- 1920 – Designação de Albert Gertsch como ministro plenipotenciário.
- 1958 – Legação suíça no Rio de Janeiro elevada à condição de Embaixada.
- 1959 – Legação brasileira em Berna elevada à condição de Embaixada; assume o primeiro Embaixador do Brasil na Suíça, Afrânio de Mello Franco.
- 1994 – Visita ao Brasil do Conselheiro Federal Jean Pascal Delamuraz, Chefe do Departamento Federal de Economia
- 1997 – Primeira visita oficial de um Ministro do Exterior suíço ao Brasil, Conselheiro Federal Flavio Cotti.
- 1998 – Primeira visita oficial de Chefe de Estado brasileiro a Berna, Presidente Fernando Henrique Cardoso.
- 2006 – Departamento Federal de Economia estabelece estratégia específica de ação junto aos países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).
- 2007 – Assinatura, em Brasília, pelo Chanceler Celso Amorim e pela Conselheira Federal Doris Leuthard, de Memorando de Entendimento que cria a Comissão Mista de Relações Econômicas e Comerciais.
- 2007 – Visita a Berna do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim.

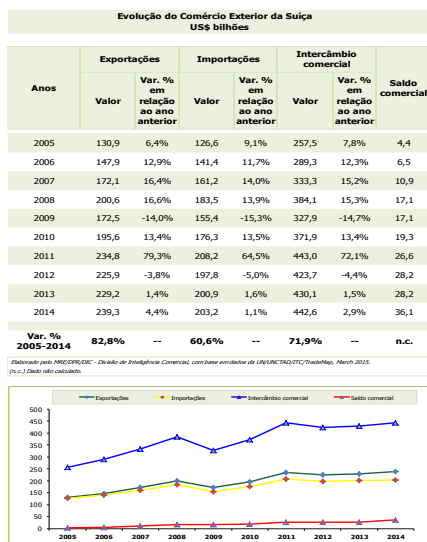
- 2008 – Visita ao Brasil da Conselheira Federal para Assuntos Exteriores da Suíça, Micheline Calmy-Rey.
- 2009 – Visita oficial do Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, a Berna (setembro).
- 2009 – Visita oficial à Suíça do Ministro da Justiça, Tarso Genro (novembro).
- 2010 – 1ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Secretário-Geral das Relações Exteriores e o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores da Confederação Suíça, Peter Maurer, em Berna (junho).
- 2010 – Visita oficial ao Brasil do Conselheiro Federal Didier Burkhalter, Chefe do Departamento Federal do Interior (agosto).
- 2011 – Encontro do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, com a Presidente da Confederação suíça, Micheline Calmy-Rey, em Davos (janeiro).
- 2011 – 2ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Secretário-Geral das Relações Exteriores e o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores da Confederação Suíça, Peter Maurer, em Brasília (junho).
- 2011 – Visita oficial ao Brasil do Conselheiro Federal Johann Schneider-Ammann, Chefe do Departamento Federal de Economia (outubro).
- 2012 – 3ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Secretário-Geral das Relações Exteriores e o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores da Confederação Suíça, Yves Rossier, em Friburgo (novembro).
- 2013 – Visita da Conselheira Federal Doris Leuthard (novembro).
- 2013 – 4ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Brasília.
- 2014 – Visita do Conselheiro Federal Schneider Ammann.
- 2015 – 5ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Berna.
- 2015 – Assinatura do Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais e das Notas para Isenção de Vistos em Passaportes Comuns
- 2016 – 6ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Brasília.
- 2016 – O Presidente da Confederação Suíça, Johann Schneider-Ammann realiza viagem ao Brasil.
- 2016 – O Embaixador José Borges dos Santos Junior apresenta Cartas Credenciais ao Presidente do Conselho Federal Suíço, Johann N. Schneider-Ammann
- 2017 – 7ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Brasília.
- 2017 – O Embaixador Andrea Semadeni apresenta Cartas Credenciais ao Presidente da República, Michel Temer.
- 2018 – O Conselheiro Federal Johann Schneider-Ammann realiza visita ao Brasil acompanhado de expressiva delegação de empresários suíços,
- 2018 – Assinatura do Acordo para Evitar a Dupla Tributação entre o Brasil e a Suíça.

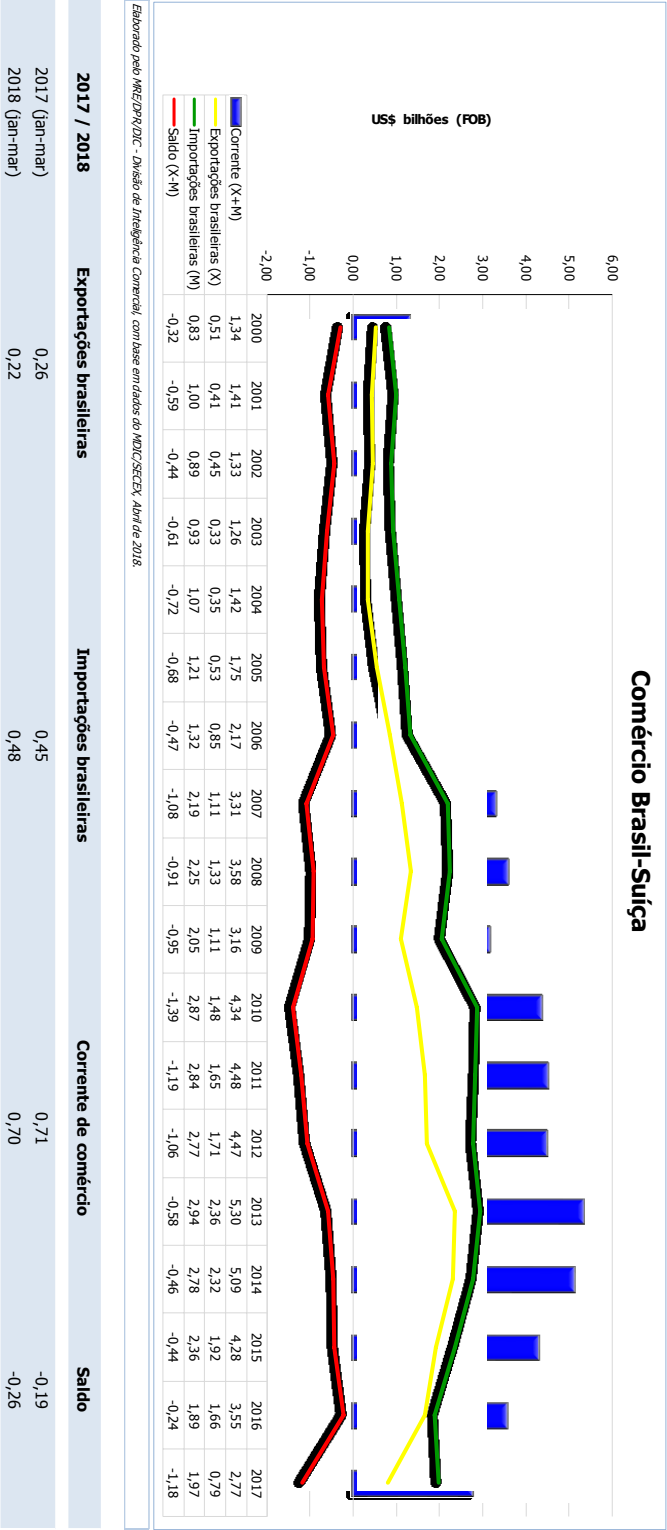
ACORDOS BILATERAIS

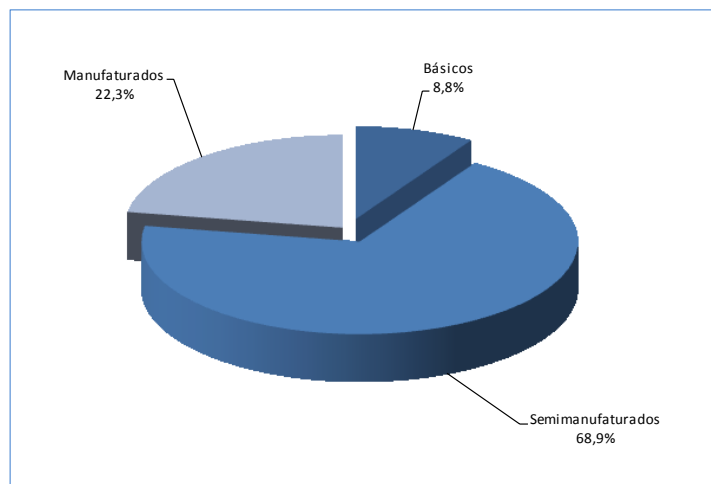
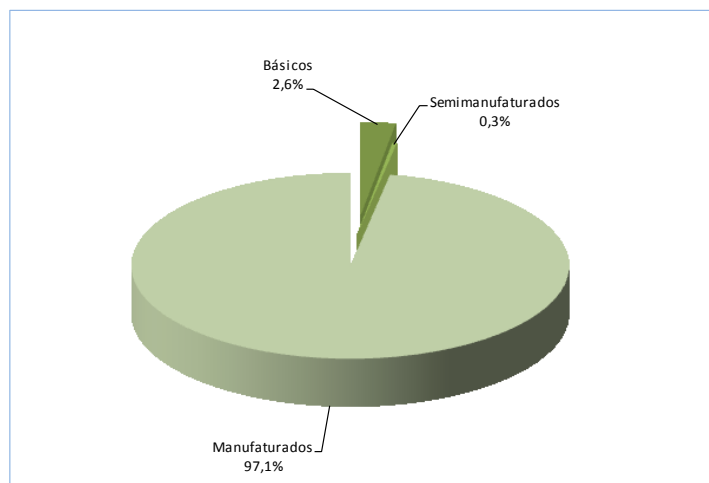
Título	Data de celebração	Vigência
Tratado para a Solução Judicial das Controvérsias	23/06/1924	Em vigor
Tratado de Extradicação	23/07/1932	Em vigor
Acordo sobre Isenção Recíproca do Imposto de Renda para as Empresas Brasileiras e Suíças de Navegação Aérea e Marítima	22/06/1956	Em vigor
Acordo de Cooperação Técnica e Científica	26/04/1968	Em vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos	16/05/1968	Em vigor
Acordo para a Dispensa da Legalização Consular	14/10/1970	Em vigor
Convênio sobre Radioamadorismo	30/06/1971	Em vigor
Ajuste Relativo à Cooperação Técnica entre o SENAI de São Paulo e a Fundação Suíça de Assistência ao Desenvolvimento Técnico, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 1968	18/04/1972	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica de 26 de abril de 1968, Relativo à Cooperação do Movimento Popular das Famílias (MPF) à Cooperativa Mista Artesanal do Recife (COMAR)	19/06/1972	Em vigor
Ajuste sobre Aplicação, em Projetos de Cooperação Técnica, de Recursos Originados do Acordo Internacional sobre Cereais, de 1967	01/12/1972	Em vigor
Ajuste Modificativo de Ajuste ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	23/01/1975	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica de 26/04/1968, que Regulamenta o Projeto de Cooperação entre a (CARITAS) e Fundação Bahiana	26/05/1975	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica de 26/04/1968, sobre o Projeto de Cooperação entre o Instituto Ingenbohl e o Senai-BA.	05/08/1975	Em vigor
Ajuste Modificativo dos Incisos I e II do Anexo a do Acordo	27/07/1978	Em vigor

sobre Transportes Aéreos, de 16 de maio de 1968		
Acordo, por Troca de Notas, atualizando e Modificando o Protocolo de Assinatura Adicional ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de 16 de maio de 1968	12/02/1981	Em vigor
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo de Transportes Aéreos, de 16 de maio de 1968, para Inclusão de Milão no Quadro de Rotas Brasileiro	27/04/1984	Em vigor
Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal	12/05/2004	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Familiares dos Membros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Missões Permanentes	15/06/2009	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço relativo ao Intercâmbio de Treinandos	13/10/2011	Tramitação CC
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço Relativo a Serviços Aéreos Regulares	08/07/2013	Tramitação MRE
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça	03/04/2014	Tramitação MRE
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais Regulares em Matéria de Direitos Humanos	09/06/2017	Em vigor
Protocolo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	03/05/2018	Tramitação MRE
Convenção entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais.	03/05/2018	Tramitação MRE

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS





**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

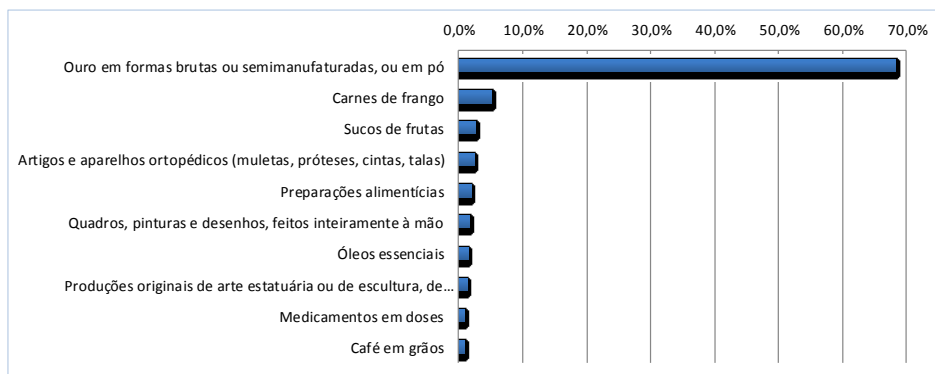
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Suíça (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	618	32,2%	595	35,9%	541	68,3%
Carnes de frango	41	2,1%	33	2,0%	40	5,0%
Sucos de frutas	14	0,7%	23	1,4%	20	2,6%
Artigos e aparelhos ortopédicos (muletas, próteses, cintas, talas)	16	0,8%	13	12,1%	19	2,4%
Preparações alimentícias	13	0,7%	12	0,7%	15	1,9%
Quadros, pinturas e desenhos, feitos inteiramente à mão	5	0,3%	10	0,6%	13	1,6%
Óleos essenciais	3	0,2%	5	0,3%	12	1,5%
Produções originais de arte estatutuária ou de escultura, de quaisquer matérias	2	0,1%	7	0,4%	10	1,3%
Medicamentos em doses	6	0,3%	5	0,3%	8	1,0%
Café em grãos	5	0,2%	5	0,3%	8	1,0%
Subtotal	724	37,7%	710	42,9%	686	86,6%
Outros	1.198	62,3%	947	57,1%	106	13,4%
Total	1.922	100,0%	1.657	100,0%	792	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

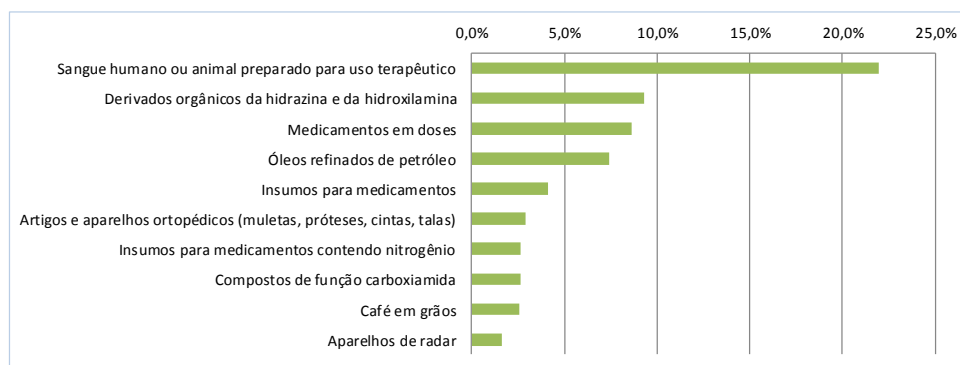


Composição das importações brasileiras originárias a Suíça (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico	406	17,2%	347	18,3%	434	22,0%
Derivados orgânicos da hidrazina e da hidroxilamina	246	10,5%	266	14,1%	183	9,3%
Medicamentos em doses	219	9,3%	169	8,9%	171	8,6%
Óleos refinados de petróleo	20	0,8%	175	9,2%	147	7,4%
Insumos para medicamentos	88	3,8%	58	3,1%	82	4,1%
Artigos e aparelhos ortopédicos (muletas, próteses, cintas, talas)	78	3,3%	61	3,2%	57	2,9%
Insumos para medicamentos contendo nitrogênio	69	2,9%	77	4,1%	52	2,6%
Compostos de função carboxiamida	71	3,0%	48	2,5%	52	2,6%
Café em grãos	36	1,5%	35	1,8%	51	2,6%
Aparelhos de radar	14	0,6%	7	0,4%	31	1,6%
Subtotal	1.247	52,9%	1.244	65,7%	1.259	63,8%
Outros	1.110	47,1%	649	34,3%	716	36,2%
Total	2.358	100,0%	1.893	100,0%	1.975	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

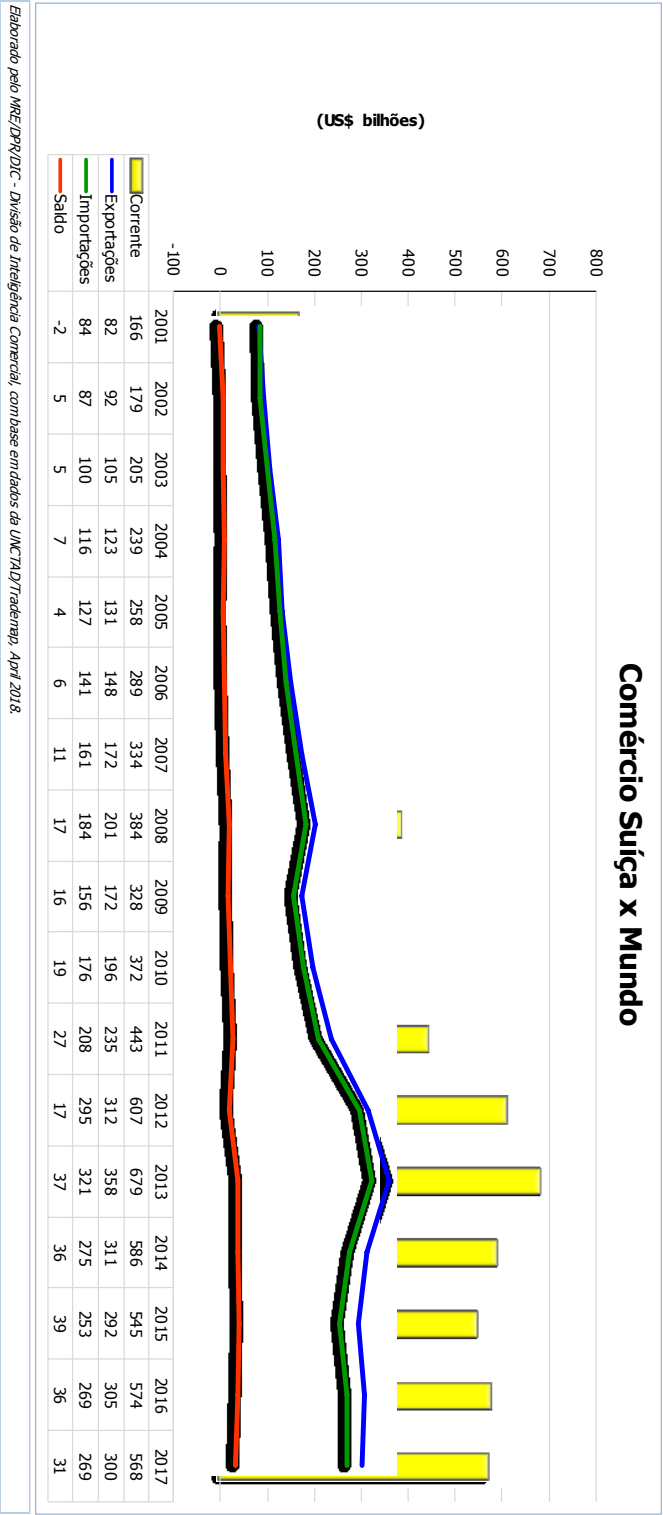


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	201,9	78,4%	154,4	69,9%	Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó 69,9%
Carnes de aves	10,3	4,0%	9,2	4,2%	Carnes de aves 4,2%
Artigos e aparelhos ortopédicos (muletas, próteses, cintas, talas)	4,6	1,8%	6,2	2,8%	Artigos e aparelhos ortopédicos (muletas, próteses, cintas, talas) 2,8%
Óleos essenciais	1,1	0,4%	5,7	2,6%	Óleos essenciais 2,6%
Preparações alimentícias	3,4	1,3%	5,6	2,5%	Preparações alimentícias 2,5%
Café em grãos	2,9	1,1%	3,9	1,8%	Café em grãos 1,8%
Produtos laminados planos	0,3	0,1%	3,4	1,5%	Produtos laminados planos 1,5%
Semimanufaturados de ferro ou aço	0,0	0,0%	2,7	1,2%	Semimanufaturados de ferro ou aço 1,2%
Arroz	2,2	0,9%	2,1	0,9%	Arroz 0,9%
Quadros, pinturas e desenhos feitos à mão	0,3	0,1%	1,9	0,9%	Quadros, pinturas e desenhos feitos à mão 0,9%
Subtotal	227,0	88,2%	195,2	88,3%	
Outros	30,4	11,8%	25,9	11,7%	
Total	257,4	100,0%	221,0	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico	145,5	32,5%	116,8	24,3%	Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico 24,3%
Óleos refinados de petróleo	28,4	6,3%	60,3	12,6%	Óleos refinados de petróleo 12,6%
Medicamentos em doses	31,8	7,1%	48,0	10,0%	Medicamentos em doses 10,0%
Derivados orgânicos da hidrazina e da hidroxilamina	29,3	6,5%	24,7	5,1%	Derivados orgânicos da hidrazina e da hidroxilamina 5,1%
Artigos e aparelhos ortopédicos (muletas, próteses, cintas, talas)	12,7	2,8%	15,8	3,3%	Artigos e aparelhos ortopédicos (muletas, próteses, cintas, talas) 3,3%
Café em grãos	15,9	3,6%	10,3	2,1%	Café em grãos 2,1%
Insumos para medicamentos contendo nitrogênio	5,3	1,2%	10,2	2,1%	Insumos para medicamentos contendo nitrogênio 2,1%
Provitaminas e vitaminas, naturais ou sintéticas	5,6	1,2%	10,2	2,1%	Provitaminas e vitaminas, naturais ou sintéticas 2,1%
Instrumentos e aparelhos para medicina, odontologia e veterinária	4,2	0,9%	7,1	1,5%	Instrumentos e aparelhos para medicina, odontologia e veterinária 1,5%
Compostos de função carboxiamida	1,2	0,3%	6,6	1,4%	Compostos de função carboxiamida 1,4%
Subtotal	279,9	62,5%	309,9	64,6%	
Outros produtos	167,9	37,5%	169,7	35,4%	
Total	447,8	100,0%	479,6	100,0%	

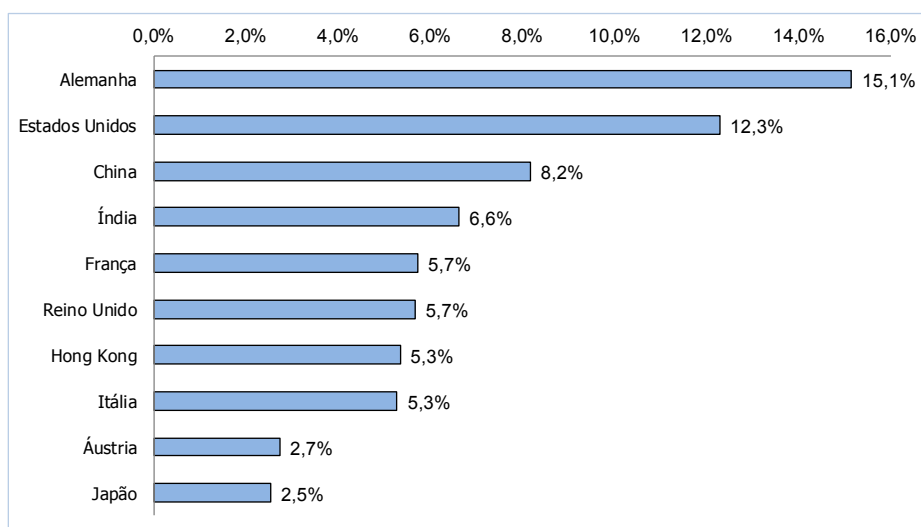
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.



Principais destinos das exportações da Suíça
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Alemanha	45,38	15,1%
Estados Unidos	36,80	12,3%
China	24,48	8,2%
Índia	19,84	6,6%
França	17,15	5,7%
Reino Unido	16,99	5,7%
Hong Kong	16,00	5,3%
Itália	15,82	5,3%
Áustria	8,17	2,7%
Japão	7,58	2,5%
...		
Brasil (22º lugar)	2,27	0,8%
Subtotal	210,46	70,2%
Outros países	89,14	29,8%
Total	299,60	100,0%

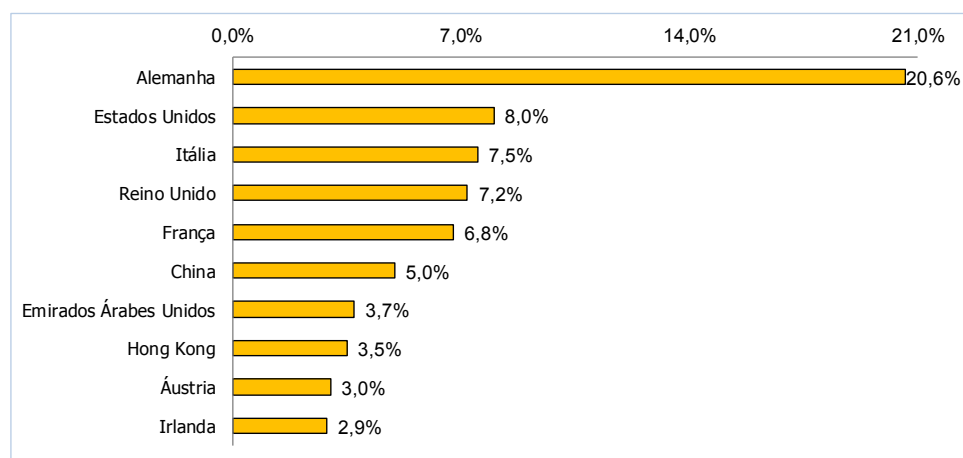
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Principais origens das importações da Suíça
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Alemanha	55,41	20,6%
Estados Unidos	21,47	8,0%
Itália	20,15	7,5%
Reino Unido	19,34	7,2%
França	18,13	6,8%
China	13,31	5,0%
Emirados Árabes Unidos	10,01	3,7%
Hong Kong	9,37	3,5%
Áustria	8,02	3,0%
Irlanda	7,74	2,9%
...		
Brasil (36º lugar)	1,16	0,4%
Subtotal	184,10	68,6%
Outros países	84,42	31,4%
Total	268,51	100,0%

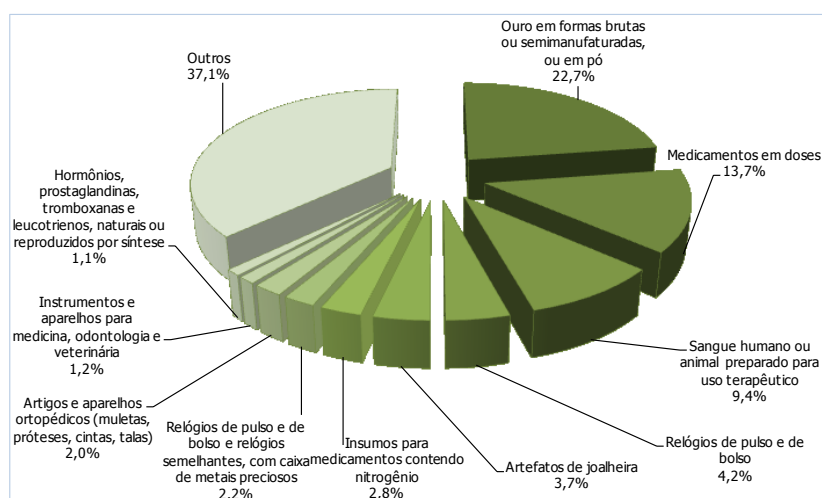
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Composição das exportações da Suíça (SH4)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	67,94	22,7%
Medicamentos em doses	41,00	13,7%
Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico	28,07	9,4%
Relógios de pulso e de bolso	12,68	4,2%
Artefatos de joalheira	11,20	3,7%
Insumos para medicamentos contendo nitrogênio	8,29	2,8%
Relógios de pulso e de bolso e relógios semelhantes, com caixa de metais preciosos	6,46	2,2%
Artigos e aparelhos ortopédicos (muletas, próteses, cintas, talas)	6,03	2,0%
Instrumentos e aparelhos para medicina, odontologia e veterinária	3,64	1,2%
Hormônios, prostaglandinas, tromboxanas e leucotrienos, naturais ou reproduzidos por síntese	3,17	1,1%
Subtotal	188,47	62,9%
Outros	111,12	37,1%
Total	299,60	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

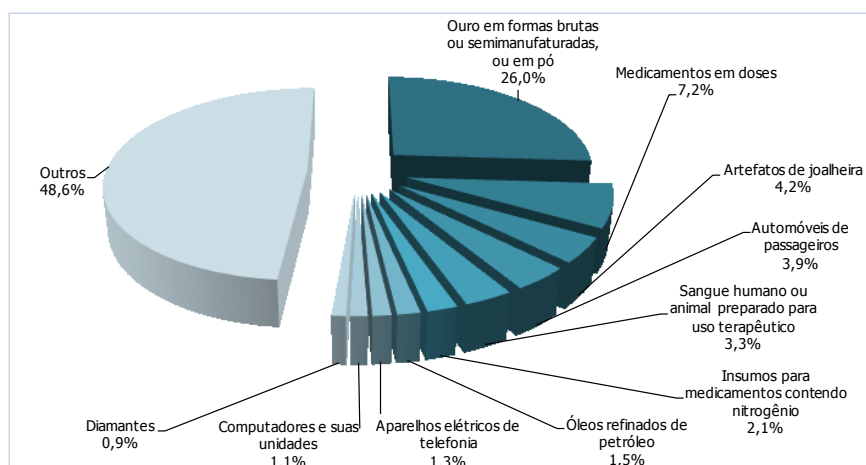


Composição das importações da Suíça (SH4)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	69,80	26,0%
Medicamentos em doses	19,31	7,2%
Artefatos de joalheira	11,17	4,2%
Automóveis de passageiros	10,47	3,9%
Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico	8,81	3,3%
Insumos para medicamentos contendo nitrogênio	5,51	2,1%
Óleos refinados de petróleo	4,14	1,5%
Aparelhos elétricos de telefonia	3,37	1,3%
Computadores e suas unidades	3,02	1,1%
Diamantes	2,50	0,9%
Subtotal	138,09	51,4%
Outros	130,43	48,6%
Total	268,51	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da Suíça

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	1,39%	1,07%	2,35%	2,01%	1,88%
PIB nominal (US\$ bilhões)	668,75	678,58	741,69	779,33	815,78
PIB nominal "per capita" (US\$)	80.311	80.591	86.835	90.160	93.269
PIB PPP (US\$ bilhões)	502,66	517,17	541,35	564,22	586,09
PIB PPP "per capita" (US\$)	60.365	61.422	63.380	65.274	67.008
População (milhões habitantes)	8,33	8,42	8,54	8,64	8,75
Desemprego (%)	3,32%	3,19%	2,98%	2,96%	2,86%
Inflação (%) ⁽²⁾	-0,02%	0,62%	0,82%	0,90%	0,95%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	9,44%	9,32%	9,66%	9,37%	9,35%
Câmbio (CHF / US\$) ⁽²⁾	0,99	0,98	0,98	0,97	0,95

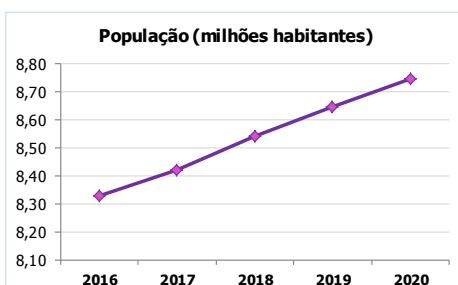
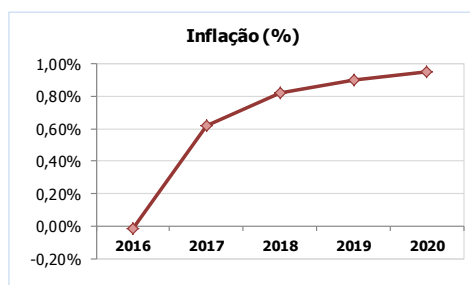
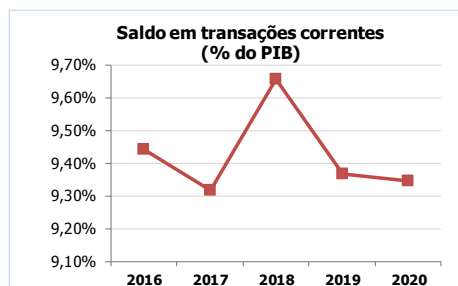
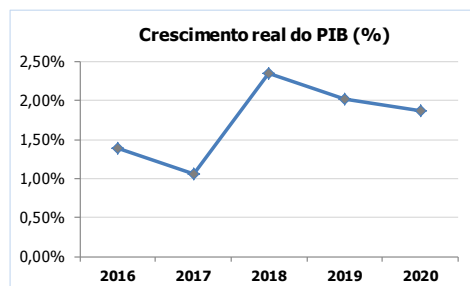
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	0,7%
Indústria	25,6%
Serviços	73,7%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**LIECHTENSTEIN****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**

Maio de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE LIECHTENSTEIN

NOME OFICIAL:	Principado de Liechtenstein
GENTÍLICO	liechtensteiniano
CAPITAL:	Vaduz
ÁREA:	160 km²
POPULAÇÃO:	37,666 (2016)
LÍNGUA OFICIAL:	Alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica Romana (76,2%), Protestante (7%), nenhuma (10,6%), outras (6,2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monárquico parlamentarista
LEGISLATIVO:	Unicameral ("Landtag")
CHEFE DE ESTADO:	Príncipe Hans Adam II (desde 13 de novembro de 1989)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-ministro Adrian Hasler (desde março de 2013)
CHANCELER:	Aurelia Frick (desde março de 2013)
PIB nominal (2016)	\$6.289 bilhões
PIB PPP (2016)	\$4.978 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (2016)	\$169.972
PIB PPP <i>per capita</i> (2016)	\$134,540
VARIAÇÃO DO PIB (2016 est.)	1.8%
IDH (2014)	0,908 (13ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA	79,89
ALFABETIZAÇÃO	n/d
ÍNDICE DE DESEMPREGO	1,9% (2017 est.)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco suíço (CHF)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há Embaixada em Brasília. Liechtenstein é representado no Brasil pela Embaixada da Suíça.
BRASILEIROS NO PAÍS:	Comunidade brasileira estimada em 1.000 indivíduos.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-LIECHTENSTEIN (US\$ mil) (MDIC)

Brasil → Liechtenstein	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	5.497	8.270	7.817	47.835	10.165	12.836	13.093	32.735	10.019
Exportações	4.795	1.957	649	41.186	247	237	1.037	23.455	86
Importações	5.017	6.313	7.168	6.018	9.918	12.599	12.055	9.279	9.933
Saldo	-4.537	-4.355	-6.518	35.79	-9.670	-12.362	-11.010	14.176	-9.847

Informação elaborada em 10/05/2018, por Secretário Danilo Zimbres. Revisada por Conselheiro Leandro Zenni Estevão, em 14/5/2018.

APRESENTAÇÃO

Em 1719, Carlos VI, Sacro Imperador Romano Germânico, decretou a unificação das comunidades de Schellenberg e Vaduz, elevando-as à condição de Principado.

Em 1806, após a dissolução do Sacro Império, o Principado ratificou a Confederação do Reno, tornando-se Estado soberano. Ocupado tanto por tropas francesas quanto por russas durante as Guerras Napoleônicas, o Principado recuperou a independência em 1815, no Congresso de Viena, quando passou a fazer parte da Confederação Germânica, que foi dissolvida em 1866.

Em 1852, Liechtenstein adotou união econômica com o Império Austro-Húngaro. Após a Primeira Guerra Mundial, o Principado aproximou-se da Suíça, com quem estabeleceu uma união aduaneira e monetária, entre 1921 e 1924.

O Principado de Liechtenstein é membro das Nações Unidas, da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e do Conselho da Europa. Embora não seja membro da União Europeia, o país participa do Espaço Schengen e do Espaço Econômico Europeu (EEE).

Com 160 quilômetros quadrados, o pequeno país alpino faz fronteira com a Suíça a oeste (o Reno separa os dois países) e a Áustria a leste e norte. Sua população é estimada em aproximadamente 37 mil pessoas, residentes em duas regiões (o Baixo País e o Alto País, "Oberland" e "Unterland"), divididas em 11 comunas. Do total de habitantes, 65% são liechtensteinianos e o restante, imigrantes. A capital é Vaduz, que concentra o mercado financeiro e as instituições federais. A principal cidade, entretanto, é Schaan, com cerca de 6 mil habitantes e 8 mil postos de trabalho em 700 empresas.

O Principado de Liechtenstein goza do mais elevado PIB per capita no mundo em paridade de poder de compra. O PIB nominal per capita do país, de US\$ 169.972 (2016), é inferior apenas ao do Principado de Mônaco.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Príncipe Hans-Adam II
Príncipe regente

Nascido em 1945, filho primogênito do príncipe Franz Joseph II de Liechtenstein e da princesa Gina, é casado com a condessa Marie Kinsky de Wicznitz e Tettau e tem quatro filhos. Coursou o ensino médio em Viena e em Zuoz (Suíça). Após sua graduação, trabalhou como *trainee* no Banco de Londres. Formou-se, em 1969, na Universidade de St. Gallen. Em 1970, recebeu o mandato de reorganizar a administração dos ativos da Princely House. Em 1984, foi indicado representante permanente de seu pai, o príncipe Franz Josef II, e passou a administrar os negócios do Estado. Em 13 de novembro de 1989, com a morte do pai, assumiu a regência. Sob sua liderança, Liechtenstein ingressou nas Nações Unidas (ONU), em 1990, e na Organização Mundial de Comércio (OMC), em 1995. Fala alemão, inglês e francês.



Adrian Hasler
Primeiro-ministro

Adrian Hasler nasceu em 1964, em Vaduz, capital do Principado, e formou-se em Economia e Negócios na Universidade de St. Gallen, na Suíça, em 1991. Foi eleito para o Parlamento pelo Partido Progressista dos Cidadãos (FBP), em 2001. Em 2004, abdicou do cargo de parlamentar para tornar-se chefe da Polícia Nacional. Em março de 2013, após as eleições legislativas, assumiu o cargo de primeiro-ministro, acumulando também as funções de ministro para Assuntos Gerais de Governo e das Finanças.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Liechtenstein mantêm relações diplomáticas fluidas. Em razão da exiguidade territorial e populacional do Principado (cerca de 160 km² — área inferior à do Plano Piloto de Brasília), o intercâmbio comercial com o Brasil apresenta níveis modestos. Há potencial, contudo, para maior adensamento das relações bilaterais.

O diálogo político ocorre por meio das Embaixadas do Brasil em Berna e da Suíça em Brasília, representante dos interesses do Principado no território nacional.

A proximidade de posições entre os dois países também se tem refletido em outros foros, como demonstram as bem-sucedidas gestões brasileiras pelo voto de Liechtenstein em favor da candidatura do embaixador Roberto Azevêdo à direção-geral da Organização Mundial do Comércio, em 2013. Em 2018, o Principado apoiou a candidatura do embaixador Silvío José Albuquerque e Silva à posição de membro do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas (CERD), para o mandato 2018-2021.

A associação Casa Brasil (www.casabrasil-liechtenstein.com), fundada em 2012, tem desenvolvido atividades regulares no Principado. São oferecidas aulas semanais em língua portuguesa a crianças de várias faixas etárias, com conteúdo abrangendo arte, folclore, música e história do Brasil. Em 2017, a "IV Juni Fest", principal festa da comunidade brasileira em Liechtenstein, idealizada pela associação Casa Brasil, compreendeu exposição de artes plásticas (pintura, fotografia e escultura), salão de literatura com sessão dedicada à literatura infantil, atrações musicais e exibição de filmes. Em 2018, a "V Juni Fest" está programada para ocorrer em 16-17 de junho.

Assuntos consulares

Estima-se em 1.000 indivíduos o número de integrantes da comunidade brasileira radicada no Principado e cerca de 60 lares com a presença de pelo menos um brasileiro. Trata-se de comunidade coesa e ativa que fundou, em 2012, a

associação. O Consulado-Geral do Brasil em Zurique é responsável por atender as demandas consulares originárias do território de Liechtenstein.

POLÍTICA INTERNA

Liechtenstein é uma monarquia constitucional com regime parlamentarista de governo. O príncipe é um monarca hereditário. O líder do maior partido no Parlamento é indicado para a chefia do Governo, enquanto o líder do maior partido de oposição é indicado para o cargo de vice-primeiro-ministro. O Parlamento é unicameral, com 25 membros, eleitos por voto direto, para mandato de quatro anos. O Gabinete é eleito pelo Parlamento e confirmado pelo príncipe regente. Os dois principais partidos políticos são o Partido Progressista dos Cidadãos (FBP) e a União Patriótica (VU).

O príncipe regente é o chefe de Estado e inaugura a sessão anual do Parlamento no início do ano, na cerimônia da Fala do Trono. O tradicional discurso, feito por ocasião da sessão solene de abertura dos trabalhos legislativos do "Landtag" (Assembleia Nacional), é importante evento político do Principado, no qual se revelam as grandes linhas que nortearão o Governo.

Por recomendação do Parlamento, o príncipe regente pode indicar e destituir o Governo, nomear juízes para a Corte de Justiça, para a Corte de Apelação e para a Suprema Corte, nomear presidentes e vice-presidentes da Corte Constitucional e da Corte Administrativa e vetar leis. Todo ato internacional que passa pela aprovação do Parlamento deve ser, igualmente, submetido a referendo popular.

Em 2003, foi adotada nova Constituição do país, que concedeu maiores poderes ao príncipe, após aprovação popular (64% para o "sim"). Em agosto de 2004, Hans-Adam II de Liechtenstein formalmente delegou poderes ao filho, Alois de Liechtenstein. Hans Adam II, contudo, mantém a prerrogativa de representar o principado junto a países estrangeiros e assinar tratados internacionais. Designa os integrantes do Governo e das várias instâncias do Poder Judiciário, a partir de listas submetidas pelo Parlamento.

As eleições ocorridas em março de 2013 foram vencidas pelo Partido Progressista dos Cidadãos, o qual conta atualmente com 10 cadeiras. O partido detém o cargo de primeiro-ministro e o de ministro dos Negócios Estrangeiros, da Educação e da Cultura. O "Landtag" é presidido atualmente por Albert Frick (mandato 2013-2021).

Na eleição parlamentar de fevereiro de 2017, o partido populista de direita Independentes (DU) foi o grande vencedor. Fundada há apenas quatro anos, a legenda expandiu a parcela dos votos para 18,4% no pleito, conquistando 5 dos 25 assentos do Parlamento. Ao concorrer pela primeira vez, em 2013, o partido havia recebido 15,3% dos votos. Durante a campanha, o partido rejeitou a política migratória do governo Angela Merkel e manifestou-se contra o financiamento público, com 15 milhões de francos anuais, à Universidade de Liechtenstein, onde, segundo o partido, 90% dos funcionários e alunos são estrangeiros. No pleito, o Partido Independentes apostou na crítica aos dois principais partidos de governo – Partido dos Cidadãos Progressistas (FBP) e União Patriótica (VU) – acusando-os de "dividirem Liechtenstein entre si".

O conservador FBP, do primeiro-ministro Adrian Hasler, perdeu quase cinco pontos percentuais, recebendo 35,2% dos votos. A legenda perdeu um assento, passando a ocupar nove, ao invés de dez assentos no Parlamento. O apoio à União Patriótica, parceira de coalizão do FBP, permaneceu praticamente inalterado, com 33,7% dos votos e oito assentos. O ambientalista de esquerda Lista Livre, contrário à monarquia, também subiu 1,5 ponto percentual, para 12,6%, mantendo seus três assentos.

Em evento intitulado "Ambassador Information Day 2017", organizado pelo Ministério de Assuntos Estrangeiros, Justiça e Cultura do Principado, foram apresentadas ao corpo diplomático estrangeiro as prioridades políticas do governo local para o período que se inicia em 2018. Mereceu destaque, no programa de governo, esforço de modernização da administração pública, promovendo Liechtenstein como local atrativo para o estabelecimento de empresas. Na área de tecnologia aplicada a finanças ("FinTech"), cabe mencionar, ademais, o programa "Impulse Liechtenstein", implementado desde 2016. Por meio da iniciativa, o governo designou uma equipe denominada "Regulatory Laboratory", incumbida de acompanhar desenvolvedores de novas tecnologias financeiras. Esse grupo técnico oferece interlocução direta com o governo, orientando "start-ups" e prestadores de serviços financeiros em geral. Outro programa de se notar é o "eGovernment", pelo qual se permite acesso contínuo a serviços oferecidos pela administração pública.

Liechtenstein tem buscado oferecer, ainda, vantagens para a instalação de empresas no Principado. Uma dessas vantagens é a adoção do sistema dual de educação, que permitiria um direcionamento do ensino às necessidades práticas econômicas do país. A Estratégia para a Educação 2025 do Principado prevê, por fim, alterações no currículo local para melhor compatibilizá-lo com o sistema educacional

suíço e permite estreitar a cooperação com os países vizinhos em matéria de educação. O Principado tenciona, assim, diversificar sua economia e atrair novos investimentos, com base nas novas vantagens comparativas e em sua localização estratégica do país.

POLÍTICA EXTERNA

Liechtenstein tem buscado maior projeção internacional nas últimas décadas. Em 1978, aderiu ao Conselho da Europa; em 1990, ingressou na Organização das Nações Unidas; em 1993, entrou para a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e, em 1995, para a Associação Econômica Europeia, ademais de tornar-se membro, naquele ano, da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Ministério de Assuntos Estrangeiros, Educação e Cultura é atualmente chefiado por Aurelia Frick, do Partido Progressista dos Cidadãos. Sob sua orientação, Liechtenstein tem defendido, no âmbito das Nações Unidas, propostas em prol do multilateralismo e de um sistema internacional baseado em regras, em que se destacam a reforma do sistema de governança global, a defesa dos direitos humanos e o combate à discriminação religiosa, racial ou sexual.

Em relação à Europa, a política externa atual de Liechtenstein se apoia no fortalecimento da Europa, que deverá continuar a ser a principal prioridade da ação externa do país, nos próximos quatro anos. Em relação ao Leste Europeu, o príncipe Hans-Adam II, por ocasião da crise ucraniana, defendeu o recurso a sanções contra a Rússia.

No que diz respeito à atuação do país nas Nações Unidas, merece destaque a proposta de mecanismo de responsabilização criminal por violações cometidas na Síria, iniciativa apresentada no âmbito da Assembleia Geral em dezembro passado.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Durante séculos, Liechtenstein foi país relativamente isolado, dependente de seu pequeno setor agrícola e de alguma produção têxtil para sustentar sua economia. Após a Segunda Guerra Mundial, entretanto, o país redefiniu-se de um estado quase exclusivamente agrícola para uma sociedade industrial moderna e orientada para a exportação. Apesar de seu pequeno tamanho e falta de recursos naturais, tornou-se uma economia próspera, altamente industrializada, com um setor vital de serviços financeiros e um dos mais elevados níveis de renda per capita do

mundo. O Principado goza do segundo PIB per capita mundial mais elevado, em termos nominais. Seu PIB nominal per capita, de US\$ 169.972, é inferior apenas ao do Principado de Mônaco, e sua taxa atual de desemprego é de 1,9 %.

Apesar de ser conhecido principalmente como um centro financeiro, o setor de maior contribuição para a economia de Liechtenstein é o manufatureiro. A indústria responde por 41% do PIB nacional, enquanto o setor de serviços financeiros, por 25%. Nos últimos 70 anos, muitas empresas de Liechtenstein cresceram e se tornaram líderes em seus respectivos campos. Isto foi conseguido através de muito pouco apoio do governo, uma vez que nenhum outro setor econômico que não a agricultura recebe subsídios do governo do país.

Após alguns anos de crise, a economia de Liechtenstein encontra-se em fase de recuperação econômica. As exportações do Principado cresceram em 2017. As taxas de desocupação também recuaram, e o número de pessoas empregadas, sobretudo nos setores de comércio e indústria, cresceu 3.6%, em 2017.

Segundo o "Amt für Statistik", equivalente local do IBGE, o índice de confiança dos atores econômicos do principado vem mantendo-se em patamar elevado. O "Amt für Statistik" apresenta, na sua análise de conjuntura do primeiro trimestre de 2018, prognóstico de crescimento para o ano em curso de 2018.

Liechtenstein optou por regime de baixa tributação para atrair empresas e capitais e fomentar a prosperidade local. Essas regras, contudo, foram flexibilizadas nos últimos anos, especialmente a partir de 2009. O país firmou um Acordo de Intercâmbio de Informações Fiscais com os EUA e concluiu 12 acordos bilaterais de Intercâmbio de Informações Fiscais, inclusive a Convenção Multilateral da OCDE sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais. Em reconhecimento a tais esforços, a OCDE retirou o país de sua lista de “paraísos fiscais que não cooperam” ("List of Unco-operative Tax Havens"). Em 2010, Liechtenstein assinou 25 Acordos de Intercâmbio de Informações Fiscais ou Acordos para Eliminar a Dupla Tributação. Em 2011, Liechtenstein aderiu ao Espaço Schengen. Em 2015, Liechtenstein e a UE acordaram reprimir a fraude e a evasão fiscal e, em 2018, começarão a trocar informações fiscais sobre as contas bancárias de seus residentes.

Comércio Exterior de Liechtenstein

As exportações de Liechtenstein concentram-se em produtos industrializados de médio e pequeno valor agregado: maquinário de pequeno porte; conectores de áudio e de vídeo, peças de motores de automóveis, produtos odontológicos; hardware; alimentos processados; equipamento eletrônico e produtos oftalmológicos. As importações, em sua maior parte, concentram-se em produtos de

menor valor agregado: produtos agrícolas; matérias-primas; têxteis; alimentos; combustíveis e veículos.

Liechtenstein integra, junto à Suíça, Islândia e Noruega, a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), com a qual o Mercosul negocia atualmente acordo comercial.

Comércio exterior bilateral

O fluxo de comércio com o Brasil é modesto. Em 2017, houve redução das exportações brasileiras, de US\$ 320 mil para US\$ 86 mil. As vendas do Principado, por outro lado, cresceram, passando de US\$ 9,5 milhões a US\$ 9,9 milhões, no período. O fato de o percentual de embarques no sentido Brasil-Liechtenstein representar menos de 1% do comércio em direção inversa se explica pela extrema limitação da pauta de produtos nacionais, que se concentrou na exportação de ardósia natural (99,3% das vendas, ou US\$ 85,7 mil) e de barras de direção para veículos (0,7%, ou US\$ 600). O Principado, por outro lado, vende próteses dentárias e materiais para odontologia (US\$ 7 milhões, ou 70% do total de suas exportações para o Brasil) e acessórios para tratores e veículos (US\$ 1,4 milhão, ou 14,3% das vendas).

Investimentos Brasil- Liechtenstein

Dados do BACEN registram investimentos bilaterais entre Brasil e Liechtenstein. Os recursos transferidos, no entanto, não se traduzem na efetiva instalação de empresas, e considera-se, de maneira geral, que sejam imediatamente transferidos para outros destinos, em operação conhecida como “triangulação de investimentos”.

Indicativo dessa situação foi a revisão do valor de estoque de investimentos diretos de Liechtenstein no Brasil de US\$ 400 milhões para US\$ 165 milhões (-59%), após modificação metodológica no registro de estoque de IED no Brasil. A alteração estabeleceu o registro por "investidor final", que considera a origem da empresa investidora, no lugar do país origem imediata do capital. Com essa mudança, houve queda no estoque de IED oriundo de tradicionais centros de intermediação financeira.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1719 – Elevação a Principado de Liechtenstein.

1806 – Independência do Principado, que passa a integrar a Confederação do Reno.

1815 – Integra a Confederação Germânica.

1862 – Independência da Confederação Germânica.

- 1868 – Abolição das forças militares nacionais.
- 1921 – Acordo aduaneiro com a Suíça.
- 1924 – Adoção do franco suíço como moeda nacional.
- 1970 – A vitória eleitoral da União Patriótica (VU) põe fim a 42 anos de domínio do Partido dos Cidadãos Progressistas de Liechtenstein (FBPL).
- 1978 – Adesão ao Conselho da Europa.
- 1989 – O príncipe regente Hans-Adam II assume o trono.
- 1990 – Adesão às Nações Unidas.
- 1991 – Adesão ao Acordo de Livre Comércio Europeu.
- 1995 – Adesão à OMC.
- 2003 – A atual Constituição entra em vigor.
- 2004 – Hans-Adam II aponta seu filho mais velho, o príncipe herdeiro Alois de Liechtenstein, como seu representante permanente, para prepará-lo para suceder-lhe ao trono.
- 2017 – FBP obteve o maior número de assentos nas eleições parlamentares.

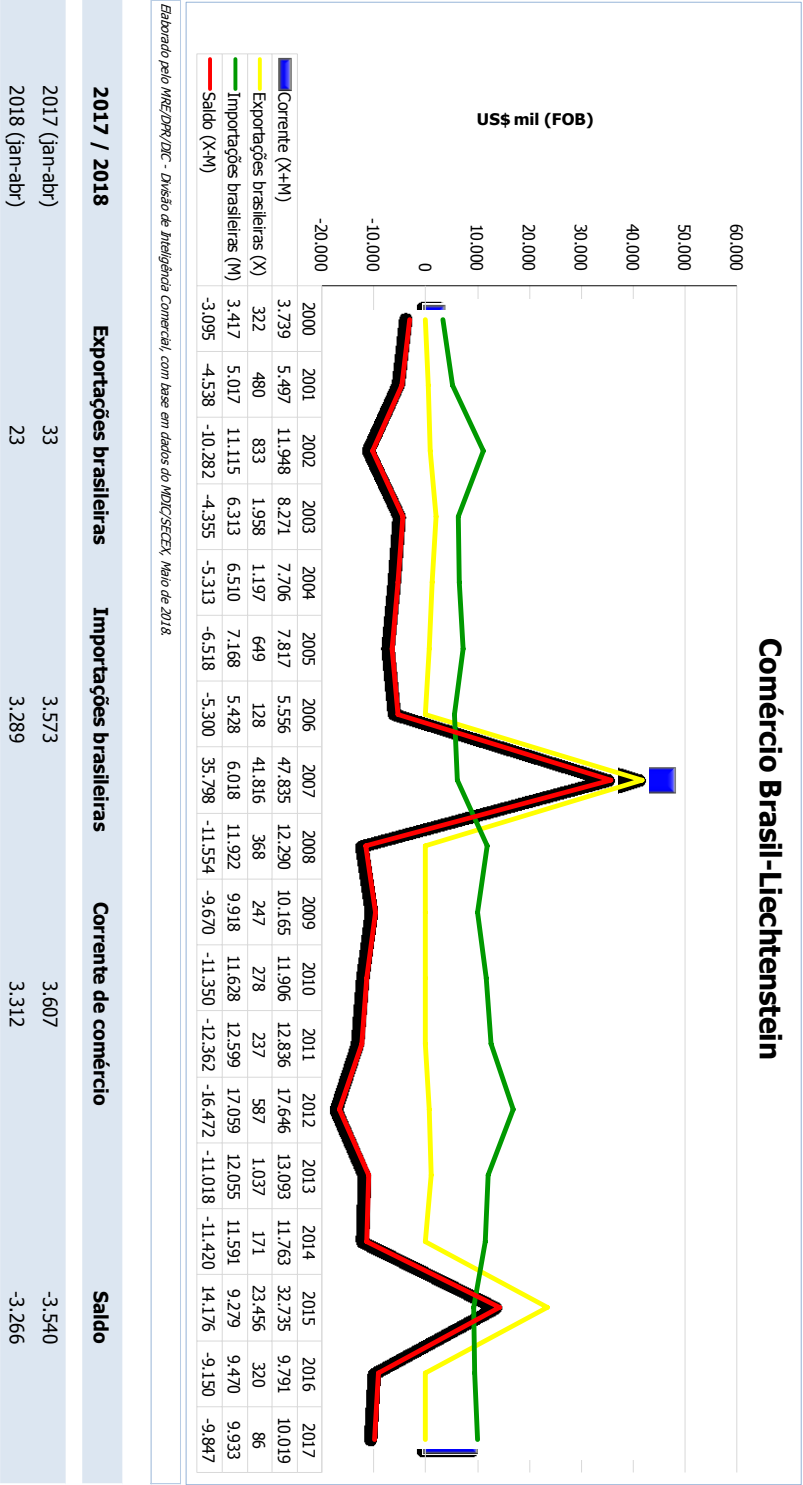
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1948 – Brasil e Liechtenstein alcançam entendimento sobre dispensa de visto para turistas.
2000 – Mercosul e EFTA (Associação Europeia de Livre-Comércio, integrada por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça) lançam mecanismo de diálogo econômico entre os dois blocos.
2012 – Fundação da Casa Brasil em Vaduz.
2016 – Adoção do documento de base para as negociações de livre comércio Mercosul-EFTA.
2017 – Início das negociações Mercosul-EFTA.

ACORDOS BILATERAIS

Não há atos bilaterais em vigor com Liechtenstein que tenham sido tramitados pelo Congresso Nacional, apenas o entendimento sobre dispensa de visto para turistas, acordado em 1948, e ainda em vigor.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

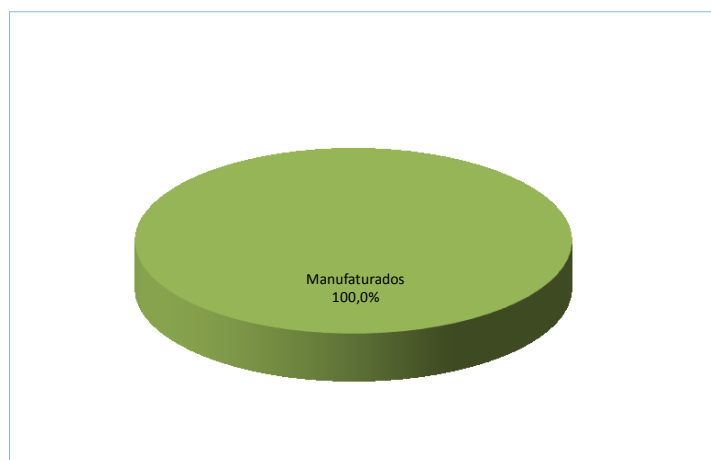


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



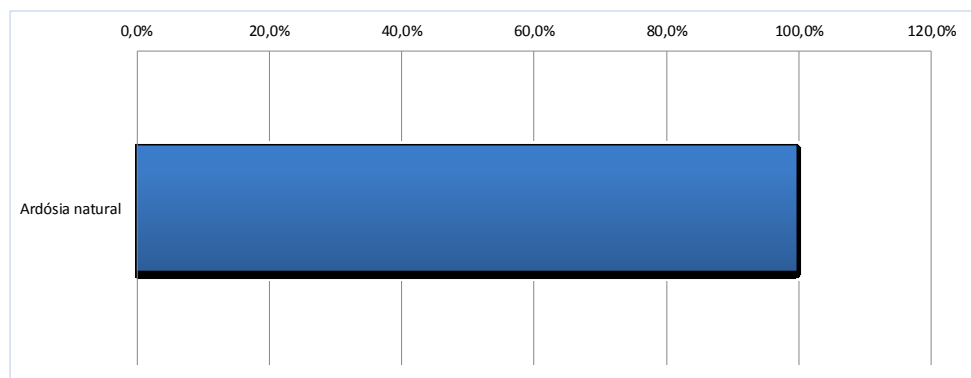
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

Composição das exportações brasileiras para Liechtenstein (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Ardósia natural	42	0,2%	14	4,4%	86	99,6%
Instrumentos e aparelhos para medida ou controle	21	0,1%	119	37,2%	0	0,0%
Outros móveis	0	0,0%	90	28,1%	0	0,0%
Virabrequins, manivelas e rodas de fricção	12	0,1%	41	12,8%	0	0,0%
Granito	80	0,3%	19	5,9%	0	0,0%
Aviões	23.013	98,1%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	23.168	98,8%	283	88,4%	86	99,6%
Outros	288	1,2%	37	11,6%	0	0,4%
Total	23.456	100,0%	320	100,0%	86	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

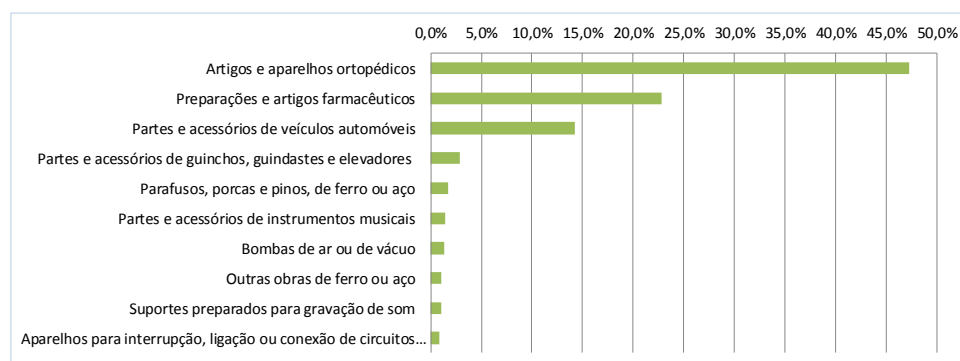


Composição das importações brasileiras originárias de Liechtenstein (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Artigos e aparelhos ortopédicos	2.939	31,7%	4.622	48,8%	4.699	47,3%
Preparações e artigos farmacêuticos	1.772	19,1%	2.150	22,7%	2.263	22,8%
Partes e acessórios de veículos automóveis	2.170	23,4%	686	7,2%	1.417	14,3%
Partes e acessórios de guinchos, guindastes e elevadores	124	1,3%	94	1,0%	286	2,9%
Parafusos, porcas e pinos, de ferro ou aço	24	0,3%	19	0,2%	172	1,7%
Partes e acessórios de instrumentos musicais	284	3,1%	130	1,4%	142	1,4%
Bombas de ar ou de vácuo	116	1,3%	109	1,2%	136	1,4%
Outras obras de ferro ou aço	263	2,8%	160	1,7%	106	1,1%
Suportes preparados para gravação de som	112	1,2%	53	0,6%	100	1,0%
Aparelhos para interrupção, ligação ou conexão de circuitos elétricos	163	1,8%	61	0,6%	89	0,9%
Subtotal	7.967	85,9%	8.084	85,4%	9.410	94,7%
Outros	1.312	14,1%	1.386	14,6%	523	5,3%
Total	9.279	100,0%	9.470	100,0%	9.933	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Ardósia natural	33	100,0%	16	68,4%	
Artigos de transporte ou de embalagem, de plástico	0	0,0%	2	8,3%	
Partes e acessórios de veículos automóveis	0	0,0%	1	3,5%	
Subtotal	33	100,0%	18	80,1%	
Outros	0	0,0%	5	19,9%	
Total	33	100,0%	23	100,0%	
Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Preparações e artigos farmacêuticos	668	18,7%	1.125	34,2%	
Artigos e aparelhos ortopédicos	2.136	59,8%	1.017	30,9%	
Partes e acessórios de veículos automóveis	237	6,6%	723	22,0%	
Parafusos, porcas e pinos, de ferro ou aço	48	1,3%	130	4,0%	
Partes e acessórios de guinchos, guindastes e elevadores	60	1,7%	64	1,9%	
Instrumentos e aparelhos de medida ou controle	8	0,2%	51	1,6%	
Partes e acessórios de instrumentos musicais	59	1,7%	47	1,4%	
Outros obras de ferro ou aço	29	0,8%	38	1,2%	
Aparelhos para interrupção, ligação ou conexão de circuitos elétricos	15	0,4%	29	0,9%	
Aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização	11	0,3%	8	0,2%	
Subtotal	3.271	91,5%	3.232	98,3%	
Outros produtos	302	8,5%	57	1,7%	
Total	3.573	100,0%	3.289	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Aviso nº 256 - C. Civil.

Em 29 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

EMBAIXADA DO BRASIL EM BERNA, SUÍÇA
(CUMULATIVIDADE CO O PRINCIPADO DE LIECHTENSTEIN)
RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADOR JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR

I - RELAÇÕES POLÍTICAS

Brasil e Suíça mantêm denso relacionamento político, que se traduz, sobretudo, numa série de diálogos sobre os principais temas da agenda bilateral e internacional. Também no âmbito multilateral, Brasília e Berna advogam, de modo geral, os mesmos princípios e têm convergido, em várias oportunidades, na troca de apoio mútuo nas Nações Unidas, inclusive no que diz respeito às candidaturas de nacionais dos dois países às direções e conselhos de organismos internacionais. Ressalto, nesse contexto, o pleno apoio da Confederação à acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), manifestado em mais de uma ocasião desde o anúncio público do pleito brasileiro.

2. O ponto alto das discussões bilaterais ocorre nas reuniões anuais do Mecanismo de Consultas Políticas, realizadas alternadamente em cada capital. Trata-se de oportunidade ímpar para os dois países discorrerem sobre ampla pauta de interesses comuns não apenas no âmbito propriamente político, mas também econômico, comercial, científico-tecnológico, jurídico e cultural. Propicia, ademais, oportunidade para uma franca troca de opiniões sobre temas correntes da agenda internacional e sobre a agenda multilateral, permitindo a eventual aproximação das posições assumidas por Brasília e Berna nos foros internacionais.

3. Em 2016, a embaixada participou do processo organizador da sexta edição do aludido mecanismo, realizada em 23 de março, em Brasília, e co-presidida, pelo lado brasileiro, pelo então Secretário-Geral do MRE, embaixador Sérgio Danese, e, pelo suíço, por Yves Rossier, então Secretário de

Estado do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros (DFAE). O sétimo encontro foi organizado em Berna, em 9 de junho de 2017, sob a co-presidência da Secretária de Estado Pascale Baeriswyl e do embaixador Marcos Galvão, SG-MRE. Por sua vez, a VIII Reunião de Consultas Políticas ocorreu em Brasília, em 18 de maio do corrente.

4. Auspiciosos desenvolvimentos recentes desses processos de diálogo político foram a negociação de instrumentos voltados para a promoção dos direitos humanos e para a luta contra a corrupção. Dessa forma, durante a aludida reunião de 9 de junho de 2017, foi assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais Regulares em Matéria de Direitos Humanos, bem como foi adotada a Declaração Conjunta sobre a Prevenção e o Combate à Corrupção. Ao amparo desta última, realizou-se em Viena, em 8 de novembro de 2017, à margem da VII Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, a primeira reunião de consultas bilaterais sobre o tema, com a participação de autoridades da AGU, da CGU e da Comissão de Ética da Presidência da República. A I Reunião do Diálogo bilateral sobre Direitos Humanos, por sua vez, ocorreu em 28 de maio deste ano, em Brasília.

5. Cabe ressaltar, no âmbito da iniciativa "Business and Human Rights", introduzida pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em 2011, a ocorrência de questionamentos em foros internacionais acerca da eventual postura predatória de algumas empresas multinacionais suíças, particularmente em suas operações em países em desenvolvimento. A Confederação tem buscado responder a tais críticas por intermédio de um plano de ação nacional e pela difusão entre associações empresariais dos "Princípios Orientadores das Nações Unidas para Empresas e Direitos Humanos", cuja adesão, contudo, se dá em bases voluntárias. Recorde-se, a esse propósito, a existência, no Brasil, de processos de natureza trabalhista e ambiental contra as filiais de algumas das mais conhecidas companhias helvéticas presentes no país, a exemplo da Nestlé (águas minerais e alimentos), Philip Morris International (cigarros) e da Syngenta (agrotóxicos).

6. No que diz respeito às relações políticas com o Principado de Liechtenstein, assinalo a inexistência, até o presente, de mecanismos bilaterais de consultas, dada a ausência de diferendos de monta entre Brasília e Vaduz nesse

domínio. Aquele Principado tende a atuar de modo discreto na maior parte dos temas da agenda internacional, com exceção de duas áreas em que se sente diretamente envolvido, a saber, quando tem seu nome incluído em listas de países com legislações bancárias que favorecem a evasão e a elisão fiscais, e quando é instado a acolher maior número de imigrantes e refugiados.

7. O principal meio de interlocução direta da diplomacia liechtensteiniana com as embaixadas estrangeiras é o chamado "Ambassador's Day", realizado anualmente na capital do Principado, e durante o qual o Primeiro Ministro, Adrian Hasler, assim como a ministra dos Assuntos Estrangeiros, Aurélia Frick, pronunciam discursos em que abordam o que consideram serem os principais desafios correntes do país, bem como as eventuais iniciativas internacionais de que seu governo é promotor nos foros multilaterais. No ano de 2016, por exemplo, foi feita alusão à proposta de "Código de conduta" a ser adotado pelos membros permanentes do CSNU pelo qual se comprometeriam a não utilizar o poder de veto em resoluções relativas a casos de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. Recordo, a esse respeito, que muito embora o Brasil tenha reconhecido o mérito da proposta, optou por não aderir àquela iniciativa, naquele momento, em razão de discordâncias sobre alguns elementos de linguagem utilizados no aludido documento. Em 2017, por sua vez, em contexto marcado pelo "Brexit" e pela eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, foi destacada a prioridade conferida pelo Principado às relações com a União Europeia e à análise das ameaças que pesavam sobre o espaço comunitário pelo avanço de tendências protecionistas e isolacionistas.

II - RELAÇÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS

8. A exemplo do que ocorre na área política, Brasília e Berna reúnem-se de modo regular, alternadamente em cada capital, na Comissão Conjunta de Relações Econômico-Comerciais. O mais recente encontro desse tipo foi realizado em Berna, em 10 de março de 2018, co-presidido pelo embaixador Santiago Irazabal Mourão, Subsecretário-Geral de Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais do MRE, e pela embaixadora Livia Leu, Delegada do Conselho Federal para Acordos Comerciais e chefe da Divisão

de Relações Econômicas Bilaterais do Secretariado de Estado para a Economia (SECO).

9. As relações econômico-comerciais entre o Brasil e a Suíça são limitadas pela grande disparidade relativa entre os dois países em ampla gama de indicadores sociais, demográficos e de renda. Com uma população de cerca de 8,4 milhões de habitantes, distribuídos sobre reduzido território de pouco mais do que 41 mil km², o pequeno país alpino é regularmente classificado em primeiro lugar em tabelas de classificação de competitividade global, liberdade econômica e inovação tecnológica. Estimativas para o PIB de 2017, segundo o FMI, superavam USD 680 bilhões (ou USD 516 bilhões, no conceito de "paridade do poder de compra"). A renda "per capita", nesse contexto, teria alcançado USD 80.837,00 (USD 61.359,00 PPP).

10. A economia helvética é relativamente aberta às trocas comerciais, com cerca de um terço do PIB obtido pela exportação de bens e serviços. Em 2017, com crescimento de 4,7% em relação ao ano anterior, as exportações globais do país alcançaram montante de cerca de USD 231,8 bilhões, com destaque para as vendas destinadas aos seus cinco maiores parceiros, em ordem decrescente: Alemanha; Estados Unidos; França; Itália e China. As importações, por sua vez, se elevaram em 6,9%, com volume de USD 195,2 bilhões, oriundas, igualmente em ordem decrescente, de Alemanha; Itália; França; China e Estados Unidos. O fluxo de comércio global é favorável à Suíça, com superávit de USD 36,6 bilhões, mas deve-se ressaltar que, dos cinco países acima citados, apenas com os Estados Unidos há resultado positivo; o saldo comercial da Suíça com Alemanha, Itália, China e França - nessa ordem - é deficitário.

11. Os resultados do comércio bilateral, por sua vez, são amplamente favoráveis ao país alpino: em 2017, as exportações suíças para o Brasil alcançaram USD 2,3 bilhões - valor 16,7% superior ao registrado em 2016, mas ainda assim equivalente a apenas 1% do total das vendas da Confederação para o exterior. As exportações do Brasil para a Suíça, por outro lado, montaram a meros USD 601 milhões, 0,3% do total das importações do país alpino. Evidencia-se, no superávit de mais de USD 1,7 bilhão, a importância relativa do mercado brasileiro para as companhias exportadoras suíças e para o resultado final positivo de sua balança de comércio. Segundo dados da alfândega helvética, o Brasil respondeu pelo décimo-

primeiro maior superávit isolado da Suíça, em 2017, atrás, em ordem decrescente, de Estados Unidos; Reino Unido; Hong Kong; Japão; Bélgica; Coreia do Sul; Cingapura; Austrália; Canadá e Rússia.

12. Nos âmbitos regional e hemisférico, o volume elevado das exportações suíças para o Brasil explica o fato de o país manter a posição de primeiro parceiro comercial da Confederação na América Latina, com um fluxo bilateral que soma USD 2,9 bilhões. Na região, a segunda e terceira posições, respectivamente, são ocupadas pelo México (USD 2,4 bilhões) e, bem mais atrás, a Argentina (USD 888 milhões). Chama atenção, contudo, o fato de que os superávits correspondentes da Suíça com esses dois países foram significativamente menores do que aquele auferido no comércio com o Brasil (USD 424 milhões e USD 729 milhões, respectivamente). Cabe ressaltar, ademais, que, enquanto as importações suíças oriundas do Brasil sofreram queda de 6,3% no último ano, as exportações do México e da Argentina para a Confederação subiram, no mesmo período, 32% e 49,6%, respectivamente.

13. Com relação ao Principado de Liechtenstein, verifica-se assimetria ainda maior na pauta comercial, com expressiva redução das exportações brasileiras, que caíram 73% em doze meses, de um volume de US\$ 320 mil, em 2016, para meros US\$ 86 mil, em 2017. As vendas do Principado, por outro lado, cresceram 4,89%, passando de US\$ 9,5 milhões a US\$ 9,9 milhões, no mesmo período. O fato de o percentual de embarques no sentido Brasil-Liechtenstein representar menos de 1% do comércio em direção inversa se explica pela extrema limitação da pauta de produtos nacionais, que se concentrou na exportação de ardósia natural (99,3% das vendas, ou US\$ 85,7 mil) e de barras de direção para veículos (0,7%, ou US\$ 600). O minúsculo Principado, por outro lado, obtém elevado valor agregado nas vendas de próteses dentárias e materiais para odontologia (US\$ 7 milhões, ou 70% do total de suas exportações para o Brasil) e na de acessórios para tratores e veículos (US\$ 1,4 milhão, ou 14,3% de suas vendas). Também é significativa a receita auferida com os embarques de partes de elevadores; roscas de ferro e aço; componentes para instrumentos musicais eletroeletrônicos; e bombas de vácuo.

14. Encontram-se em andamento negociações com vistas à assinatura de um acordo comercial entre o MERCOSUL e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco econômico regional do qual fazem parte Suíça e Liechtenstein. A eventual conclusão do aludido pacto de liberalização das trocas comerciais poderá representar interessante impulso para alterações de monta tanto no volume de comércio, quanto na pauta de exportações brasileiras para esses países.

III - COOPERAÇÃO EM MATÉRIA FISCAL E TRIBUTÁRIA

15. Em novembro de 2015, Brasil e Suíça assinaram, em Brasília, Acordo de Troca de Informações Tributárias (TIEA), com vistas a aprimorar o combate à evasão fiscal e à lavagem de dinheiro. O instrumento, já ratificado pela Suíça, aguarda aprovação do Congresso brasileiro, onde tramita desde agosto de 2016.

16. Em 18 de novembro de 2016 o Secretário de Estado para Assuntos Financeiros Internacionais da Suíça, Jörg Gasser, e o Secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid, firmaram, em Brasília, declaração conjunta bilateral estabelecendo a troca automática de informações em matéria fiscal. Cabe sublinhar, todavia, que o referido documento, firmado ao amparo da Convenção da OCDE sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária, prevê que a coleta de dados bancários somente ocorreria em 2018, para transmissão ao Brasil em 2019, enquanto que aquele diploma multilateral estabelecia como prazo máximo para o início da coleta o ano de 2017, e, para o intercâmbio, o de 2018.

17. Cabe registrar, nesse âmbito, que Brasil e Suíça mantêm diálogo financeiro regular, coordenado, pelo lado brasileiro, pelo Ministério da Fazenda, e cujo último encontro ocorreu em Brasília, em 3 de abril de 2018. Nesse âmbito, igualmente, assinalo a assinatura, no último dia 4/5, em Brasília, da Convenção entre o Brasil e a Suíça para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais.

18. Com relação ao Liechtenstein assinalo que o principal tópico de discussão, nessa área, reside na decisão da Receita Federal de incluir o Principado em listagem de Países com Tributação Favorecida (Instrução Normativa RFB 1037/2010).

A representante diplomática de Vaduz em Berna realizou gestões com vistas à exclusão do Principado daquele rol, que reúne estados e territórios que, na avaliação da autoridade fiscal brasileira, adotam legislação interna relativa a sigilo bancário que pode favorecer a ocultação de ativos.

IV - COOPERAÇÃO JUDICIAL E ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS

19. A embaixada não possui Serviço Consular. As atividades dessa natureza são cumpridas pelos Consulados-Gerais instalados em Genebra e em Zurique. Compete, no entanto, ao posto tramitar pedidos de cooperação judiciária junto ao Escritório Federal de Justiça, órgão do Departamento (Ministério) Federal de Justiça e da Polícia, bem como junto às autoridades do Principado de Liechtenstein, por meio da embaixada daquele país em Berna. Embora apresente considerável volume, esse serviço se desdobra satisfatoriamente, uma vez que as autoridades locais e as do Principado são ágeis no atendimento dos pedidos, a maior parte dos quais envolve ações de alimentos ou de homologação de divórcio.

20. Nos últimos anos, os Ministérios Públicos brasileiro e suíço estabeleceram canais diretos de comunicação, cabendo à Embaixada, quando solicitada, transmitir por via oficial as notas e os documentos trocados entre as duas instâncias. Cabe assinalar, nesse âmbito, que os processos referentes ao caso Petrobrás/Odebrecht foram objeto de destaque no Relatório de Gestão Anual do Ministério Público da Confederação, em 2017.

21. Com relação a Liechtenstein, o posto tem cumprido com atenção e presteza todas as demandas de transmissão de cartas rogatórias.

V - AÇÕES DE DIVULGAÇÃO CULTURAL

22. A despeito das importantes restrições orçamentárias que dificultam maior aporte financeiro da embaixada para a promoção cultural, são organizados na Suíça, frequentemente, eventos patrocinados por empresas e fundações privadas que contam com artistas brasileiros. Ressalto, nesse âmbito, a participação de músicos brasileiros em festivais de música erudita e de jazz; diversas exposições de pinturas e esculturas em galerias e museus locais; e a exibição de

filmes e curta-metragens nacionais em salas comerciais ou em mostras de cinema.

23. Sempre que possível, o posto tem buscado colaborar com as iniciativas de divulgação da cultura brasileira promovidas localmente. Como exemplo, cito o continuado apoio oferecido à Fundação Brasilea, de Basileia, e à Associação Fribourg-Nova Friburgo, de Friburgo. Em Liechtenstein, a embaixada participa regularmente de eventos organizados pela associação "Casa Brasil", que promove atividades pedagógicas sobre artes plásticas, música, folclore e história brasileira voltadas principalmente para público infantil.

24. No que tange, em particular, à Fundação Brasilea, cabe sublinhar o importante trabalho de divulgação da arte brasileira desde o seu estabelecimento, em 2003. A entidade tem longo histórico de cooperação com este posto na realização de exposições de artes plásticas e fotografias, além de conferências, workshops e apresentações com música, comida e filmes brasileiros. Recentemente, com o apoio da Secretaria de Estado, foi possível patrocinar a impressão de catálogos para a exposição da artista brasileira Cybèle Varela, inaugurada em janeiro de 2018. O diretor da referida Fundação, Daniel Faust, viajou ao Brasil em setembro de 2016, no contexto de sua participação no Programa Formadores de Opinião, e recebeu o Prêmio Itamaraty de Diplomacia Cultural, em maio de 2017.

25. Registro, por fim, a participação do posto na realização do Festival de Cinema Latino-Americano, que acontece em Berna, todos os anos, desde 2012. O festival, organizado em coordenação com as demais embaixadas latino-americanas, tem entrada livre e funciona como mostra não competitiva do cinema da região. A cada ano, o evento vem crescendo e ampliando seu público.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 47, de 2018, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.*



Relator: Senador ANTONIO ANASTASIA

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor Evandro de Sampaio Didonet, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O indicado é filho de José Didonet e Maria José Antunes de Sampaio Didonet e nasceu em Santa Maria/RS no dia 28 de dezembro de 1958. É mestre em Administração de Empresas pela Webster

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

University/EUA, campus Viena (1986). O Embaixador Didonet iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1980, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr). Ascendeu a Conselheiro, em 1994; a Ministro de Segunda Classe, em 1999; e a Ministro de Primeira Classe, em 2008. Todas as promoções por merecimento. Em 1998, após concluir o Curso de Altos Estudos do IRBr, teve aprovada a tese intitulada “A negociação da ALCA e a agenda econômico-comercial do MERCOSUL”.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: Assessor no Departamento Especial de Pesquisas e Estudos para o Desenvolvimento (1992); Assessor da Secretaria-Geral (1993 e 1998/2001); e Diretor do Departamento de Negociações Internacionais (2007/12).

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Primeiro-Secretário na Embaixada em Bonn (1989/92); Conselheiro na Embaixada em Roma (1995/98); Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Ottawa (2001/03); Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Washington (2003/07); Embaixador e Representante Permanente da Embaixada/Missão Permanente junto a Organismos Internacionais em Viena (2012/16); e Representante Permanente da Missão Permanente junto à Organização Mundial do Comércio [OMC (desde 2016)]. Registre-se, ainda, que o indicado chefiou inúmeras delegações brasileiras nos mais diferentes fóruns e é autor de diversas publicações.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a Suíça e Liechtenstein, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

A Confederação Suíça, fundada em 1291, é uma república federal composta por 26 cantões e a cidade de Berna. Topograficamente, o país é dividido entre os Alpes, o Planalto Suíço e a Cordilheira de Jura. Sua população, com pouco mais de 8 milhões de habitantes, está majoritariamente situada no Planalto, não obstante os Alpes ocuparem a maior parcela do território.



SF/18538.93434-05



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

O país se caracteriza, desde 1815, por sua neutralidade armada, como também por ser o nascedouro do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e sede tanto do Comitê quanto de inúmeras outras organizações internacionais. Embora não faça parte da União Europeia (UE), os suíços participam do Espaço Schengen e do mercado único europeu. Em decorrência de sua política de neutralidade, a Confederação só se tornou membro da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2002. Cuida-se de um dos países mais desenvolvidos do planeta com o oitavo maior produto interno bruto (PIB) *per capita*.

No tocante às relações bilaterais, elas remontam ao reinado de D. João VI que, há duzentos anos, autorizou 100 famílias suíças a se instalarem como imigrantes no Rio de Janeiro. Desde então e sobretudo após o reconhecimento da nossa independência pelos helvécios em 1826, o relacionamento foi se aperfeiçoando. Ele alcançou patamar de parceria estratégica em 2008, sendo o Brasil o principal parceiro comercial suíço na América Latina. Verifica-se, desse modo, cooperação bilateral consistente em vários domínios (ciência e tecnologia, educação, saúde, energia, meio ambiente).

Anote-se, também, a presença de importantes empresas brasileiras na Suíça (Vale, Suzano, Safra Sarrasin), bem como de grandes empresas suíças no Brasil (Nestlé, Roche, Novartis). Para além disso, o empresariado helvético vem demonstrando crescente interesse em investir no país. Nesse sentido, vale destacar a concessão do aeroporto de Confins, em Minas Gerais, do qual a operadora do aeroporto de Zurique (*Zurich Airport AG*) tem 24% da participação no consórcio operador. Além disso, a Suíça figura como a 11ª maior investidora estrangeira no Brasil.

Em relação aos assuntos consulares, estima-se em cerca de 79 mil o número de brasileiros na Confederação Suíça. Para seu atendimento, nossos nacionais contam com os Consulados-Gerais do Brasil em Genebra e Zurique.

Sobre Liechtenstein, trata-se de Principado com 160 quilômetros quadrados e população estimada em 37 mil pessoas. É um dos menores países da Europa. Desde o romper do século passado, mantém fortes vínculos com a Confederação Helvética. O Principado adota o franco suíço e delega à nação vizinha as relações exteriores e os serviços telefônicos e postais. O país é uma praça financeira incluída pela Organização para a



SF/18538.93434-05

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) na lista de paraísos fiscais. Liechtenstein é sede de cerca de 75 mil empresas, atraídas pelos baixos impostos. O turismo é, por igual, importante fonte de receitas. Ingressa na ONU em 1990 e participa dos Espaços Schengen e Econômico Europeu (EEE). Calcula-se em 1.000 pessoas o número de brasileiros radicados no país, que são atendidos pelo Consulado-Geral do Brasil em Zurique.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18538.93434-05

2ª PARTE - DELIBERATIVA

1

Aprova o texto do Protocolo de Emenda à Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e seu Protocolo, adotado em Mendoza, em 21 de julho de 2017.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo de Emenda à Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e seu Protocolo, adotado em Mendoza, em 21 de julho de 2017.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente

2ª PARTE - DELIBERATIVA

2



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 54, DE 2018

(nº 330/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 330

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Os méritos do Senhor André Aranha Corrêa do Lago que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de junho de 2018.

EM nº 00126/2018 MRE

Brasília, 12 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de **ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 294 - C. Civil.

Em 14 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO

CPF.: 279.494.271-91

ID.: 8295 MRE

1959 Filho de Antonio Corrêa do Lago e Delminda Aranha Corrêa do Lago, nasce em 12 de agosto, em Paris, França (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição)

Dados Acadêmicos:

1981	Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1982	CPCD - IRBr
1990	CAD - IRBr
2004	CAE - IRBr, Estocolmo, Rio de Janeiro, Joanesburgo: a evolução do discurso brasileiro nas conferências ambientais das Nações Unidas.

Cargos:

1983	Terceiro-secretário
1987	Segundo-secretário
1993	Primeiro-secretário
2000	Conselheiro
2005	Ministro de segunda classe
2011	Ministro de primeira classe

Funções:

1984	Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
1985	Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
1986	Consulado-Geral em Madri, Cônsul-Adjunto
1986	Embaixada em Madri, Terceiro e Segundo-Secretário
1988	Embaixada em Praga, Segundo-Secretário
1991	Presidência da República, Cerimonial, Oficial de Gabinete
1995	Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário
1998	Embaixada em Buenos Aires, Primeiro-Secretário e Conselheiro

2001	Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, assessor
2002	VI e VII Conferência das Partes à Convenção da Basileia sobre o Controle do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito, Genebra, Chefe de delegação (2002 e 2004)
2004	Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Chefe
2004	XX Sessão dos Órgãos Subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Bonn, Chefe de delegação
2005	Missão junto à CEE, Bruxelas, Ministro-Conselheiro
2008	Departamento de Energia, Diretor
2011-13	Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, Diretor
2013	Embaixada em Tóquio, Embaixador

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DA ÍNDIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

DADOS BÁSICOS / DADOS COMERCIAIS

NOME OFICIAL:	República da Índia
GENTÍLICO:	indiano
CAPITAL:	Nova Delhi
ÁREA:	3.287.590 km ² (sétimo maior país)
POPULAÇÃO:	1,324 bilhão (segundo país mais populoso)
LÍNGUA OFICIAL:	Hindi e inglês. Línguas oficiais em nível estadual: bengali, telugu, sindi, marata, tâmil, urdu, oriya, gujarati, malayalam, kannada, punjabi, assamês, caxemiri, maithili, sânscrito
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	hinduísmo (79,8%); islamismo (14,2%); cristianismo (2,3%); sikhismo (1,7%); budismo (0,7%); outras religiões (1,3%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República federativa parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral: Câmara Baixa (Lok Sabha), com 545 membros, e Câmara Alta (Rajya Sabha), com 245 membros.
CHEFE DE ESTADO:	presidente Ram Nath Kovind (desde julho de 2017)
CHEFE DE GOVERNO:	primeiro-ministro Narendra Modi (desde maio de 2014)
CHANCELER:	Sushma Swaraj (desde 26 de maio de 2014)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 2,43 trilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA PPP (2017):	US\$ 9,44 trilhões
PIB PER CAPITA (2017):	US\$ 1.852
PIB PPP PER CAPITA (2017):	US\$ 7.173
VARIAÇÃO DO PIB:	6,7% (2017); 7,1% (2016); 7,2% (2015); 7,2% (2014).
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH):	0,624 – 131º lugar (2017)
EXPECTATIVA DE VIDA:	68,3 anos
ALFABETIZAÇÃO:	62,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)	3,4%
UNIDADE MONETÁRIA:	rúpia indiana
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Ashok Das
EMBAIXADOR EM NOVA DELHI:	Tovar da Silva Nunes
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de cerca de 300 brasileiros residentes.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – ÍNDIA (US\$ bilhões, FOB)

Fonte: MDIC

Brasil→Índia	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	5,60	7,73	9,28	10,61	9,48	11,42	7,90	5,64	7,60 (+ 34,7%)
Exportações	3,41	3,49	3,20	5,57	3,13	4,78	3,61	3,16	4,65 (+ 47%)

Importações	2,19	4,24	6,08	5,04	6,35	6,64	4,28	2,48	2,94 (+ 18,5%)
Saldo	1,22	-0,75	-2,88	0,53	-3,22	-1,85	-0,67	0,67	1,71 (+ 155%)

APRESENTAÇÃO

A Índia é um dos pilares de prosperidade na Ásia, bem como espaço privilegiado para captação e geração de investimentos. Apresenta as maiores taxas de crescimento entre as grandes economias do mundo (com variação positiva do PIB de 7,1% em 2016 e acima de 6,7% em 2017). Politicamente, o país tem desempenhado um papel cada vez mais importante nos principais assuntos da agenda internacional.

A relação com a Índia é caracterizada por uma Parceria Estratégica, existente desde 2006. Brasil e Índia gozam de grande convergência política na esfera internacional, inclusive em agrupamentos como G4, IBAS, BRICS e G20. Convém conferir ao relacionamento bilateral densidade e diversidade condizentes com o elevado nível de entendimento alcançado entre os dois países no âmbito plurilateral. A cooperação bilateral, especialmente em ciência, tecnologia e inovação, pode fortalecer setores estratégicos para o Brasil. A Índia tem o domínio de tecnologias e *know-how*, por exemplo, nas áreas de segurança cibernética, espaço (inclusive nanossatélites) e energias renováveis (inclusive biocombustíveis e energia solar).

O Brasil tem interesse em ampliar o comércio e os investimentos bilaterais, que ainda estão muito aquém do potencial dos dois países. Depois que atingiu a marca recorde de US\$ 11,4 bilhões em 2014, o comércio entre Brasil e Índia apresentou decréscimo (o fluxo foi de US\$ 7,9 bilhões em 2015 e de US\$ 5,6 bilhões em 2016, com ligeira recuperação em 2017: US\$ 7,6 bilhões), devido à queda nos preços do petróleo, item que representa em torno de 50% da pauta bilateral. Estão em curso iniciativas no sentido de aproximar os dois mercados, como a expansão do Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-Índia, que o Brasil vem liderando. Incrementar e diversificar o comércio bilateral deverá exigir medidas ousadas de ambas as partes, como a abertura de mercado em setores estratégicos. Além disso, o Brasil tem grande interesse na assinatura de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, cujo texto já foi negociado com a parte indiana e espera apenas o sinal de que a Índia está pronta para assiná-lo.

O relacionamento com a Índia ganha dimensão adicional se visto também sob o ângulo de uma desejável ampliação da presença do Brasil no continente asiático. Seja pelo tamanho de sua economia e população, ou por sua crescente relevância política, diplomática e militar, a Índia desponta como elemento essencial de uma política externa abrangente para a Ásia.

PERFIS BIOGRÁFICOS**NARENDRA MODI***Primeiro-Ministro da Índia*

Nasceu em Vadnagar, no atual estado de Gujarat, em 17 de setembro de 1950. A partir dos oito anos de idade, Modi engajou-se em atividades da *Rashtriya Swayamsevak Sangh* (Organização Nacional de Voluntários), instituição nacionalista hindu (a expressão “nacionalismo hindu” distingue-se de “nacionalismo indiano” por ancorar sua identidade nas tradições da religião hindu, em oposição a outras religiões também praticadas na Índia). Graduiu-se em Ciência Política na Universidade de Gujarat. Em 1987, filiou-se ao *Bharatiya Janata Party* (“Partido do Povo Indiano”, ou BJP). No ano seguinte, foi escolhido como secretário-geral da legenda no estado de Gujarat.

Em 2001, tornou-se governador (*chief minister*) de Gujarat, sendo reeleito quatro vezes para o cargo. Sob sua administração, o estado de Gujarat desfrutou de notável desenvolvimento econômico. Empossado em 26 de maio de 2014 como primeiro-ministro da República da Índia, é o primeiro chefe de governo indiano nascido após a Independência do país, ocorrida em 1947. Visitou o Brasil para participar da VI Cúpula do BRICS, em 2014.

RAM NATH KOVIND*Presidente da Índia*



De origem dalit (grupo desfavorecido no sistema de castas hindu), nasceu no vilarejo de Paraukh, no estado de Uttar Pradesh, em 1945. Bacharel em Comércio e em Direito pela faculdade *Dayanand Anglo Vedic*, na cidade de Kanpur.

É membro do *Bharatiya Janata Party* (BJP), mesmo partido de Narendra Modi. No ano de 1994 foi eleito pelo estado de Uttar Pradesh como membro da *Rajya Sabha* (câmara alta do parlamento), permanecendo no cargo até 2006. Entre outras atribuições parlamentares, foi membro do comitê parlamentar para o bem-estar das castas e tribos desfavorecidas (*Parliamentary Committee for Welfare of Scheduled Castes/Tribes*). Em 25 de julho de 2017, foi empossado presidente da República da Índia. Trata-se do segundo dalit a ocupar o cargo.

SUSHMA SWARAJ

Ministra dos Negócios Exteriores



Nasceu em 1952, no estado de Haryana. É formada em Direito, Sânscrito e Ciência Política pela Universidade do Punjab. Sua carreira política iniciou-se nos anos 1970, no movimento estudantil da *Rashtriya Swayamsevak Sangh* (Organização Nacional de Voluntários), instituição nacionalista hindu. Em 1977, obteve seu primeiro mandato eletivo, ao disputar assento pelo *Janata Party* (antecessor do BJP) na Assembleia Legislativa de Haryana. Tornou-se, então, aos 25 anos, a secretária estadual (Trabalho e Emprego) mais jovem da história do país. Em 1990, ingressou na *Rajya Sabha* (Câmara Alta, constituída por eleições indiretas) e, em 1996, na *Lok*

7

Sabha (Câmara Baixa), pelo distrito eleitoral do sul de Delhi. Desde então, reelegeu-se sucessivas vezes. Ao longo de sua atuação parlamentar, adquiriu experiência variada na área internacional.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Índia foram estabelecidas em 1948, logo após a independência indiana. Durante as cinco décadas subsequentes, os países mantiveram relações virtualmente circunscritas à cooperação no âmbito de organismos internacionais, a relações econômico-comerciais incipientes e a intercâmbios culturais pouco expressivos. Esse quadro começou a modificar-se a partir do início dos anos 1990, período em que ambos os países empreenderam reformas com vistas a uma maior abertura de suas economias.

As visitas de alto nível multiplicaram-se desde 2003, o que tem estimulado a identificação de oportunidades de cooperação em campos como agricultura, ciência e tecnologia, defesa, educação, energia, espaço exterior, meio ambiente, saúde, entre outros. Em setembro de 2006, Brasil e Índia decidiram, durante visita do primeiro-ministro Manmohan Singh ao Brasil, estabelecer uma Parceria Estratégica. O relacionamento bilateral nos campos político e econômico-comercial, bem como a cooperação e coordenação de posições em organismos internacionais, têm sido intensos desde então. Com efeito, a Índia é país fundador e integrante de todos os agrupamentos extrarregionais globais importantes de que o Brasil participa (G4, IBAS, BRICS e G20).

Comércio e investimentos

Nos últimos anos, o fluxo comercial do Brasil com a Índia apresentou oscilações, em decorrência da queda dos preços do barril do petróleo e demais *commodities* minerais e agrícolas, seguida por recuperação em 2017. O progressivo crescimento verificado até 2012 (quando totalizou US\$ 10,62 bilhões), não se manteve a partir de 2013 (US\$ 9,28 bilhões), e a retomada do comércio em 2014 (US\$ 11,43 bilhões) não se firmou em 2015 (US\$ 7,9 bilhões) ou em 2016, ano em que a balança comercial acumulada alcançou o montante de US\$ 5,6 bilhões, com exportações brasileiras de US\$ 3,16 bilhões e importações de US\$ 2,48 bilhões. Em 2017, a corrente de comércio atingiu US\$ 7,6 bilhões – 34,7% a mais do que no ano anterior –, com exportações brasileiras de US\$ 4,657 bilhões e importações de US\$ 2,945 bilhões. As flutuações na pauta de comércio bilateral decorrem de sua composição, fortemente concentrada em produtos de baixo valor agregado, como os da cadeia de combustíveis (petróleo bruto e óleo diesel), minerais e commodities agrícolas (óleo de soja em bruto e açúcares de cana).

Entre os maiores desafios de ordem comercial enfrentados pelo Brasil na Índia, destaca-se a dificuldade de acesso a mercados. A título de exemplo, dos dez principais produtos que compuseram a pauta global brasileira de exportações em 2017, três (celulose, carne bovina e carne de frango congelada) tiveram acesso inexpressivo ao mercado indiano. A carne de aves (fresca, resfriada ou congelada) enfrenta tarifas de 30% a 100% *ad valorem* e variadas restrições sanitárias. A carne de frango congelada, além disso, tem reduzida comercialização, por conta de estrutura pouco capitalizada do varejo e de carências de infraestrutura de cadeias a frio. Já a carne bovina tem seu consumo e importações limitados por especificidades da prática religiosa da maioria hindu. O açúcar, embora tenha sido o segundo produto com maior participação nas exportações brasileiras para a Índia em 2017, também enfrenta barreiras tarifárias de alto valor (50% *ad valorem*). Há, ainda, a concorrência com a produção de açúcar da própria Índia, que conta com estrutura robusta de apoios governamentais, indo do estabelecimento de preços mínimos para a cana e o açúcar produzidos em solo indiano à oferta de créditos subsidiados às usinas processadoras e subsídios à exportação do açúcar bruto. Manufaturados de baixo valor agregado, como o aço, por sua vez, também chegam menos competitivos à Índia, em comparação com os fornecidos por produtores mais próximos, em razão dos custos de transporte.

As dificuldades para a entrada de produtos brasileiros, no entanto, não significam que o mercado indiano seja pouco atrativo. Ao contrário, o bom momento econômico da Índia e seu mercado consumidor de grandes proporções compensariam desvantagens nas exportações para o país. É notável o número de empresas estrangeiras (norte-americanas, canadenses, alemãs, japonesas, mexicanas e chilenas, entre outras) que têm anunciado o início de operações na Índia, normalmente em forma de *joint ventures* e outras iniciativas que se beneficiem de políticas do atual governo, como o programa *Make in India*.

Estima-se que o investimento direto do Brasil na Índia alcance US\$ 1 bilhão, enquanto o investimento indiano no Brasil esteja na faixa dos US\$ 6 bilhões. Embora as cifras sejam modestas quando comparadas às de outros países, em especial grandes parceiros asiáticos como China e Japão, a natureza e a composição do fluxo de investimentos indo-brasileiro abrange vários setores, evidenciando o potencial para diversificar as relações econômico-comerciais. Eventual assinatura do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), cuja negociação já foi concluída pelas partes brasileira e indiana, contribuirá para criar quadro regulatório abrangente e favorável à atuação de empresas brasileiras na Índia e vice-versa, e situará o Brasil como um dos poucos países com os quais a Índia ainda mantém acordos de investimentos.

Os investimentos indianos no Brasil inserem-se no grande quadro de expansão e mudança no perfil das inversões da Índia no exterior, que passaram, ao longo das últimas décadas, por transformação considerável em termos de magnitude, distribuição geográfica e composição setorial. Empresas da Índia investem no exterior sobretudo por meio de fusões e aquisições, estratégia que visa à aquisição de novas tecnologias e à inserção em novos mercados. A Europa recebeu o maior

volume de investimento direto indiano desde 2009, seguida por Ásia, África e América do Norte. Na América Latina, há crescente, embora modesta, gama de investimentos indianos. Embora países exportadores de tecnologia de ponta ainda sejam destinos preferenciais para o investimento indiano no exterior, o acelerado crescimento econômico do país, associado a suas limitações geográficas e sociais para aumento da produção de alimentos e de energia, tem elevado a atratividade de países exportadores de alimentos e de recursos energéticos para fluxos de investimento. No Brasil, o investimento indiano abrange empresas de diversos setores da economia, em operações nos campos siderúrgico, automobilístico, de tecnologia de informação, farmacêutico, agropecuário, eletrônico, de energia e do agronegócio. Desenvolvimentos recentes apontam para aumento tendencial do investimento indiano no Brasil. Em 2017, concretizaram-se projetos significativos nos setores de mineração e de transmissão de energia elétrica.

A atual pauta de comércio e investimentos entre Brasil e Índia indica tanto questões a serem superadas quanto oportunidades abertas pelo dinamismo da economia indiana. Está em negociação a expansão do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre Mercosul e Índia. Assinado em 2004 e em vigor desde 2009, o ACP abrangia originalmente apenas 450 linhas tarifárias de cada lado. Durante a III reunião de Administração Conjunta do ACP Mercosul-Índia, realizada em Brasília, em setembro de 2016, definiram-se metodologia e cronograma para levar adiante a expansão da cobertura do Acordo. Na ocasião, acordou-se pela inclusão de 2.000 linhas tarifárias adicionais de cada lado (além das 450 já existentes), a serem agregadas em etapas consecutivas de 500 linhas tarifárias, com margens de preferência de 50% e 100%. Em setembro de 2017, durante a Presidência *Pro Tempore* brasileira do Mercosul, foram intercambiadas as primeiras listas de ofertas, cada uma delas contendo 484 linhas tarifárias. Perceberam-se assimetrias entre as listas de oferta do Mercosul e da Índia: o Mercosul ofereceu inúmeros produtos com margens de preferências de 75% e 100%, ao passo que a Índia ofereceu apenas MPs de 50%; além disso, a oferta indiana não contemplou o setor agrícola, importante para o Mercosul. Apesar das assimetrias no intercâmbio de listas de ofertas, decidiu-se dar prosseguimento à ampliação do ACP. Acordou-se pelo intercâmbio, em movimento único, de 2.000 linhas tarifárias adicionais de cada lado, número que inclui as 484 linhas recentemente intercambiadas. As negociações ainda estão em curso. Por enquanto, a Índia continua reticente em contemplar o setor agrícola em sua oferta, o que é necessário para tornar a ampliação do ACP interessante para o Brasil e demais sócios do Mercosul.

Defesa

A cooperação bilateral em defesa é uma das áreas de maior potencial no relacionamento entre Brasil e Índia. Os dois países mantêm adidos de defesa em suas embaixadas desde 2009. O mercado indiano para produtos de defesa é o quarto maior do mundo, e deverá, na próxima década, atingir um valor estimado de US\$ 150 bilhões a US\$ 200 bilhões. A produção interna, porém, responde por apenas 40% da demanda.

A base legal da cooperação com a Índia em defesa é o Acordo de Cooperação em Defesa, assinado em 2003 e em vigor desde 2006. O acordo prevê colaboração em amplo espectro de atividades militares e cria o Comitê Conjunto de Defesa Brasil-Índia, que se reúne anualmente e alternadamente no Brasil e na Índia. A mais recente reunião do Comitê Conjunto ocorreu em novembro de 2017, em Nova Delhi.

A Índia teve êxito, nos últimos anos, em exportar navios-patrolha e fragatas para países de seu entorno, a exemplo do Sri Lanka, e planeja diversificar os destinos de suas exportações e os parceiros em novos projetos no setor.

Cooperação na área espacial

A Índia destaca-se no desenvolvimento de tecnologias satelitais e sensoriamento remoto, contando com pesquisas de grande dinamismo e decidido apoio governamental. A principal atividade de cooperação espacial bilateral entre o Brasil e a Índia tem sido o recebimento de imagens de sensoriamento remoto de satélites indianos, utilizadas no monitoramento dos biomas brasileiros e do desflorestamento. Com o fim da vida útil do satélite indiano Resourcesat-1, foi negociado novo acordo que permitiu ao Brasil passar a receber imagens do Resourcesat-2 desde 2014.

A Organização de Pesquisa Espacial Indiana (ISRO) já manifestou em diferentes ocasiões ter interesse em explorar novas áreas de cooperação com o Brasil para além do compartilhamento de dados de sensoriamento remoto, inclusive em veículos lançadores e bases de lançamento, nanossatélites e intercâmbio de cientistas. Nesse sentido, fizeram convite para que representantes da Agência Espacial Brasileira (AEB) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) fossem conhecer as instalações da agência espacial indiana, ocasião em que poderiam ser discutidas novas oportunidades de cooperação. Também já propuseram a criação de grupo de trabalho com esse propósito, sugestão que foi bem recebida pela AEB.

Pelo lado brasileiro, a AEB já indicou ao lado indiano ter interesse em eventual participação da Índia no programa brasileiro SERPENS ("Sistema Espacial para Realização de Pesquisa e Experimentos com Nanossatélites"), iniciativa na área de *capacity-building* de estudantes, jovens pesquisadores e engenheiros no Brasil. O INPE manifestou interesse em eventual participação da Índia no desenvolvimento do satélite científico EQUARS (*Equatorial Atmosphere Research Satellite*), cujo objetivo é investigar a atmosfera e a ionosfera terrestres. As partes já trocaram contatos de pontos focais para aprofundamento da discussão sobre esses temas.

Segundo a AEB, as novas possibilidades de cooperação entre Brasil e Índia na área espacial encontram-se em estágio bastante preliminar, carecendo ainda de delineamento mais específico, o que poderá ser feito nos próximos meses por meio de videoconferências.

Ciência, tecnologia e inovação (CT&I)

O Acordo de Cooperação Científica e tecnológica, assinado em 2006, criou a Comissão Mista Brasil-Índia de Ciência, Tecnologia e Inovação, a ser presidida por representantes designados pelos Ministérios de Ciência e Tecnologia de cada país,

com vistas a coordenar e fomentar a cooperação bilateral nessa área. Desde então, a Comissão Mista em CT&I tem sido o principal foro bilateral para a discussão desses temas. A Comissão se reuniu uma vez Nova Delhi, em 2012 e se reuniu pela segunda vez em Brasília, em 30 de maio de 2018.

Aproximação com a Índia em CT&I justifica-se tanto por motivos de ordem política quanto científica. Há predisposição indiana de buscar intercâmbios entre especialistas para lecionar e conduzir pesquisas em instituições nos dois países, e a Comissão Mista cumpre o papel de promover contatos diretos entre os ministérios das Relações Exteriores e Ciência Tecnologia e Inovação, bem como representantes das principais instituições brasileiras de pesquisa científica e tecnológica e representantes dos Departamentos de Ciência e Tecnologia e de Biotecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia da Índia, bem como com diretores e pesquisadores de instituições indianas.

O momento atual permite o reexame de prioridades e complementaridades na área de CT&I, de forma a permitir ganhos concretos e tanto para o Brasil quanto para a Índia. O potencial mais imediato de cooperação em CT&I com a Índia apresenta-se principalmente nas áreas ligadas à biotecnologia, em particular ciências biomédicas, e aos biocombustíveis. Nas duas áreas há amplo espaço para a formulação de programas sob a égide de acordos bilaterais já assinados (como o Memorando de Entendimento em Cooperação na Área de Biotecnologia, de 2012), além do desenvolvimento dos pontos definidos na reunião da Comissão Mista, em maio, em que foi dada ênfase, por um lado, à cooperação em pesquisa científica e, por outro, ao interesse recíproco nas tecnologias de supercomputadores indianos e turbinas brasileiras para a geração de hidroeletricidade, bem como em suas aplicações concretas.

O governo indiano tem buscado autonomia energética por meio de fontes renováveis, favorecendo a participação de atores externos em áreas em que o Brasil possui particular destaque, como a mencionada geração de hidroeletricidade. Além dessas áreas, um campo promissor para maior cooperação bilateral é o de tecnologia da informação (TI), no qual a Índia possui *expertise* não só em pesquisa e desenvolvimento, mas também na aplicação de avanços tecnológicos em iniciativas industriais e comerciais. Esforços bem sucedidos nessa direção também impactariam positivamente o diálogo indo-brasileiro sobre assuntos cibernéticos e temas correlatos.

POLÍTICA INTERNA

A República da Índia é uma república federativa, com sistema de governo parlamentarista bicameral. A Câmara baixa (*Lok Sabha*) conta com 543 membros eleitos por voto direto (además de dois parlamentares indicados pelo Presidente da República para representar a minoria anglo-indiana). Os 545 membros da *Lok Sabha* têm mandato com duração de cinco anos. A Câmara Alta (*Rajya Sabha*) conta com

245 membros, com mandatos de seis anos, sendo 12 indicados pelo Presidente, e, os demais, eleitos pelas Assembleias Estaduais.

No plano nacional, a política indiana organiza-se principalmente em torno da polarização entre os dois maiores partidos, o partido Congresso Nacional Indiano (*Indian National Congress* – INC) e o Partido do Povo da Índia (*Bharatiya Janata Party* – BJP).

O Poder Executivo indiano é composto por um Primeiro-Ministro, escolhido pelo partido ou coalizão com maior representação; um Gabinete, formado por Ministros escolhidos pelo Primeiro-Ministro; e um Presidente, eleito por ambas as casas do Parlamento e pelos legislativos estaduais, em processo complexo, organizado de acordo com sistema proporcional à população dos Estados.

As eleições legislativas indianas de 2014 registraram participação recorde de 66,4% dos 814 milhões de eleitores do país. Crescimento econômico, criação de empregos, controle da inflação e combate à corrupção foram os temas centrais da campanha. O BJP conquistou vitória histórica, obtendo 282 dos 543 assentos da Câmara Baixa indiana – dez a mais do que o necessário para conformar maioria absoluta na Casa, independentemente de coalizão partidária. A coligação política liderada pelo BJP, a Aliança Democrática Nacional (*National Democratic Alliance* – NDA), obteve 336 assentos. A maioria absoluta conquistada pelo BJP consagrou como primeiro-ministro Narendra Modi, que tomou posse em 26 de maio de 2014.

O governo Modi elegeu-se com a proposta de conferir prioridade à recuperação do crescimento econômico, lastreada em sua experiência exitosa como governador (*chief minister*) do estado de Gujarat, cargo que ocupou durante mais de uma década. No início de seu mandato, implementou medidas para atração de investimento estrangeiro direto nos setores ferroviário e de defesa, além da criação de programa para a abertura de contas bancárias populares, sugerindo uma possível migração do sistema de benefícios sociais para método de transferências diretas. Anunciou, também, planos para construção de centenas de "vilas modelo", além do programa *Make in India*, que busca incentivar a produção industrial em solo indiano.

Os primeiros anos do governo da NDA podem ser divididos em duas fases até o momento. Na primeira fase, relativa ao primeiro ano de governo, Modi concentrou esforços em atrair investimentos estrangeiros e em elevar o perfil internacional da Índia, por meio de uma política externa ativa nos planos bilateral e multilateral. Já a segunda fase do governo de Modi é caracterizada por maior atenção à política interna e a reformas econômicas. A maior preocupação com a aplicação de reformas econômicas surgiu em consequência do desempenho econômico abaixo do previsto, principalmente a partir de 2016. Os efeitos políticos da desaceleração do crescimento já são visíveis. Embora as taxas de crescimento do PIB da Índia estejam substancialmente acima da média mundial, para a realidade indiana, o desempenho não é suficiente para gerar empregos frente à crescente entrada de mão-de-obra no mercado de trabalho. Calcula-se que a Índia precisará criar 100 milhões de novos empregos na próxima década (2020-30), a fim de absorver o crescimento esperado de sua população em idade de trabalho. O governo não dispõe de dados gerais e sistemáticos sobre o mercado de trabalho indiano, mas está claro que a geração de

vagas formais é substancialmente inferior às necessidades do país, o que tem levado analistas a descreverem o panorama atual como de "crescimento sem empregos".

Ao mesmo tempo em que o BJP tem gozado de altos níveis de aprovação popular, seu mandato tem sido acompanhado pela deterioração da atmosfera social indiana, traduzida no recrudesimento de conflitos sectários. Críticos mais radicais atribuem ao BJP a intenção de transformar a Índia em uma nação estritamente hindu. Críticos mais moderados indicam que, devido ao funcionamento de sua máquina partidária, o BJP seria obrigado a fazer concessões a grupos que defendem a preponderância do hinduísmo sobre as demais religiões da Índia.

Questão agrária

A Índia é atualmente um dos principais produtores mundiais de alimentos. Destaca-se, principalmente, na produção de açúcar, leite, café, arroz, frutas, grãos e leguminosas. A agricultura representa 17,5% do PIB nacional e é meio de vida para quase metade das famílias indianas. Vivem de agricultura cerca de 70% dos pobres do país. Predominam pequenas propriedades, vulneráveis a flutuações de mercado, a eventos climáticos e a problemas de endividamento. Por esses motivos, graves questões sociais no meio rural, como suicídios de agricultores, são ocorrências frequentes.

Apesar da existência de áreas e projetos pontuais com maior grau de desenvolvimento, o setor agrícola indiano é, de forma geral, pouco dinâmico, de baixa produtividade e tem baixa incidência tecnológica. As diferenças nas taxas de crescimento do PIB rural e urbano têm sistematicamente fomentado a percepção de que existem duas Índias: uma Índia urbana, dinâmica e que busca a modernização; e uma Índia rural, de baixa renda e poucas oportunidades.

Tal estrutura explica em parte o protecionismo indiano quanto à abertura de seu mercado para bens agrícolas – o governo indiano teme o potencial desemprego de centenas de milhares de agricultores indianos, incapazes de competir com a produção agrícola de outros países, o que poderia levar o país a uma grave crise social. O excesso de intervenção nos mercados agrícolas não apenas compromete a rentabilidade, mas também a alocação de recursos escassos. A política de preços mínimos não raro estabelece incentivos ao cultivo de produtos com alto consumo de recursos hídricos, os quais poderiam ser importados, liberando terras para cultivos mais adaptáveis ao clima e ao solo do país.

Setores do governo argumentam ser imprescindível que a Índia lance mão de cultivos geneticamente modificados (OGM) para aumentar a produção interna de alimentos. Atualmente, somente algumas variedades de sementes geneticamente modificadas de algodão encontram-se aprovadas na Índia. Observa-se forte oposição ao uso de transgênicos pela sociedade civil organizada. A proibição de cultivos OGM no país também afeta produtos importados. O Brasil, por exemplo, não está autorizado a exportar soja à Índia; os envios estão restritos ao óleo de soja, já que o produto processado não contém traços de OGM.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa da Índia norteia-se pelo objetivo de gerar desenvolvimento econômico e bem-estar social em um contexto de segurança regional. Para tanto, a diplomacia indiana atua tradicionalmente em três planos: (i) garantir um ambiente estável, de paz e de segurança em seu entorno imediato; (ii) manter relações cordiais e balanceadas com as grandes potências; e (iii) estabelecer parcerias mutuamente benéficas com os países em desenvolvimento.

Sob o primeiro-ministro Narendra Modi, a diplomacia indiana buscou reconfigurar o perfil político da Índia, em uma fase em que a ordem asiática passa por transformações de desfecho ainda incerto. Três fatores contribuem para sustentar a vitalidade da ação diplomática do governo. O primeiro é o desempenho econômico da Índia, cujo PIB tem crescido mais de 7% ao ano ao longo do governo Modi (com exceção de 2017, quando cresceu 6,7%). O outro é a maioria obtida na câmara baixa pelo *Bharatiya Janata Party* (BJP) nas eleições de 2014, que dá ao governo ampla latitude de decisão. O terceiro fator é o interesse de Modi na área diplomática.

Além de seus desafios de ordem interna, a Índia tem de lidar com problemas externos como definição de fronteiras, controle de fluxos migratórios e infiltração de grupos terroristas. O projeto de ampliação de seu espaço na cena internacional leva a Índia a delicado exercício de sustentar sua posição na sub-região, em meio a países confrontados por movimentos insurrecionais, ademais de valorizar o seu relacionamento com as potências mais influentes na Ásia, bem como com a Rússia, com os Estados Unidos e com a União Europeia.

O entorno imediato tem sido uma prioridade para o primeiro-ministro Modi, que, em gesto inédito, convidou dignitários de todos os países da Ásia Meridional (Butão, Nepal, Bangladesh, Sri Lanka e Paquistão) para a cerimônia de sua posse. Apesar de o primeiro-ministro indiano ter visitado todos os vizinhos sul-asiáticos, os resultados alcançados são desiguais. Inicialmente, houve deterioração das relações com o Nepal após a entrada em vigor da nova Constituição daquele país, em setembro de 2015; com o Paquistão, não se verificou evolução substantiva na relação, que continua a ter caráter antagônico. A crescente projeção da China na Ásia Meridional é um fator que afeta a posição de preponderância da Índia e não pode ser ignorado numa avaliação das dinâmicas de poder no subcontinente.

Para a Índia, o Sudeste Asiático representa uma vizinhança estendida, e o adensamento dos vínculos com países da ASEAN tem sido uma diretriz de política externa desde o lançamento da política do *Look East*, em 1991, que o Governo Modi renomeou para *Act East*, sinalizando um enfoque mais pragmático e proativo.

Além da atenção à vizinhança imediata e estendida e a parceiros-chave, o governo Modi vem buscando reconfigurar suas relações com outras regiões do globo. Uma região a que o governo do BJP dedica crescente atenção é o Oriente Médio, de onde provém a maior parte do petróleo importado pela Índia e onde reside uma diáspora de aproximadamente sete milhões de indianos, que enviam anualmente US\$ 35 bilhões para suas famílias. Com relação à Europa, os parceiros prioritários são França, Alemanha e Reino Unido.

A visita de Modi a Washington, em setembro de 2014, marcou o início de um processo de revigoramento das relações indo-americanas. Em gesto de profundo alcance simbólico, Barack Obama tornou-se o primeiro presidente americano a ser convidado para as celebrações do Dia da República da Índia, em 2015. Posteriormente, em junho de 2017, Narendra Modi realizou visita de estado aos Estados Unidos, sendo recebido por Donald Trump. A visita resultou em comunicado conjunto muito positivo para os objetivos da política externa indiana na Ásia. A aproximação indo-americana não é motivada apenas por circunstâncias internas, mas também pela ascensão da China, país com o qual a Índia mantém uma relação com elementos de cooperação e de competição. Ambos os países vêm aumentando a presença militar na fronteira e é crescente a tensão no plano marítimo. Em junho de 2017, os dois países se envolveram em disputa no platô de Doklam, na tríplice fronteira Índia-China-Butão. No âmbito comercial, o volume das trocas subiu de modo significativo, mas em prejuízo da Índia, que tem acumulado déficits comerciais com a China ano após ano.

Na esfera multilateral, a Índia investiu em ativa campanha para ingressar no Grupo de Supridores Nucleares, até o momento sem sucesso, e no Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, de que se tornou parte em 2016. Uma enfática manifestação de interesse na reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas foi transmitida pelo primeiro-ministro Modi em setembro de 2015, na reunião de cúpula do G4, em Nova York.

Do ponto de vista indiano, o BRICS é um grupo-chave para agregar influência e construir uma coalizão alternativa (mas não hostil) aos centros tradicionais, mas não deve eclipsar o Fórum IBAS. Estabelecido em 2003, o Fórum IBAS congrega as grandes democracias multiétnicas do mundo em desenvolvimento: Brasil, Índia e África do Sul. A criação do IBAS, ideia brasileira, respondeu ao propósito de enriquecer o perfil e expandir a influência do país em um contexto internacional crescentemente multipolar.

O IBAS havia perdido vitalidade, especialmente em razão do cancelamento da Cúpula de 2013, devido ao desengajamento brasileiro. Em 2017, concretizou-se esforço de reativação do mecanismo, com realização de uma reunião de Chanceleres à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas e da 8ª reunião da Comissão Ministerial Trilateral do mecanismo, na África do Sul.

A reunião da Comissão Ministerial Trilateral de Durban, em outubro de 2017, possibilitou a assinatura do Acordo Constitutivo do Fundo IBAS para o Alívio da Pobreza e da Fome (o qual operava em bases voluntárias, desde sua criação), que formalizou o compromisso dos três países de realizarem contribuições regulares ao Fundo.

O Fundo IBAS financia projetos de infraestrutura social em países de menor desenvolvimento relativo e já beneficiou 13 países por meio de mais de 20 projetos, principalmente nas áreas de infraestrutura, saneamento, saúde e educação.

A vertente comercial e de investimentos tem sido o elemento norteador do relacionamento da Índia com a América Latina. A corrente de comércio tem crescido de forma significativa ao longo dos últimos anos, mas com pouca diversificação na

pauta de produtos comercializados e com expressiva concentração em poucos países – além do Brasil, destacam-se os fluxos comerciais da Índia com México, Colômbia e Argentina.

ECONOMIA

Os primeiros três anos e meio de mandato do primeiro-ministro Narendra Modi caracterizaram-se pela busca de estabilidade macroeconômica e por iniciativas de modernização da economia indiana. Eleito com a promessa de mudanças estruturais capazes de promover o crescimento e gerar empregos, Modi tem obtido êxito variado no complexo conjunto de medidas necessárias à modernização da economia indiana. A despeito das boas taxas de crescimento ao longo dos últimos três anos (7,1% em 2016/2017, 8% em 2015/2016 e 7,3% em 2014/2015), a avaliação geral é de que o país cresce aquém de seu potencial e não gera empregos suficientes para absorver a crescente mão-de-obra jovem que entra no mercado de trabalho. No ano fiscal de 2017-2018, estima-se que a economia indiana crescerá 6,5%, abaixo, portanto, dos índices apresentados nos primeiros anos de governo.

Os melhores resultados da gestão econômica de Modi estão relacionados aos fundamentos macroeconômicos. O mercado financeiro avalia positivamente a previsibilidade e a estabilidade geradas nos três anos de mandato, durante os quais a economia indiana apresentou: (i) redução da taxa de inflação e índices dentro da meta de 4%, garantidos por ação de um Banco Central vigilante e independente; (ii) política cambial estável, com interferências mínimas do Banco Central e bom nível de reservas internacionais (US\$ 404,9 bilhões); e (iii) política fiscal voltada para o controle de gastos e a redução do déficit. Os bons fundamentos macroeconômicos permitiram a redução da taxa de juros nos últimos três anos, de 8% para 6%.

Entre as variáveis macroeconômicas, destaca-se a atuação do governo Modi na área fiscal. Nos últimos três anos, a política fiscal indiana tem-se baseado na prudência em relação aos gastos do governo e em estratégias para o aumento da base tributável. Para o ano fiscal de 2017/2018, o governo prevê déficit de 3,2%, dentro de um plano amplo de consolidação fiscal de longo prazo. Como reconhecimento ao programa de redução da dívida pública indiana, em novembro de 2017 a agência de classificação de risco Moody's elevou os títulos públicos indianos de grau Baa3 para Baa2. A melhora da nota indiana era aguardada desde 2004. O Banco Central tem mantido posição vigilante em relação à política fiscal e seus efeitos inflacionários, razão pela qual o espaço de manobra do governo para afastar-se da meta fiscal é bastante reduzido.

Antecipam-se, contudo, dificuldades justamente no pilar fiscal. É dado como certo que a meta de 3,2% de déficit máximo estabelecida para 2017/2018 não será cumprida. Embora dificuldades para atingir a meta fossem vislumbradas em função da queda no ritmo de crescimento econômico e da consequente pressão pelo aumento dos gastos como forma de fomentar a demanda, chama atenção a magnitude do descolamento dos gastos atuais em relação à meta. O aumento do déficit fiscal está

relacionado principalmente a quedas na arrecadação, em decorrência não apenas do novo regime tributário, iniciado em julho de 2017, mas também dos cortes em tributos anunciados no segundo semestre de 2017.

Além do estreito controle dos fundamentos macroeconômicos, a política econômica do primeiro-ministro Modi confere especial atenção à agenda de reformas estruturais e de modernização da economia indiana. O governo Modi tem continuamente projetado imagem *business friendly*, aspecto confirmado por variadas iniciativas tomadas ao longo de seus quatro anos, principalmente no sentido de facilitação de investimentos, redução de processos burocráticos e projeção de oportunidades para manufaturas na Índia. A Índia tem adotado uma série de medidas de simplificação de processos de modo a melhorar o ambiente de negócios e, dessa forma, atrair investimentos estrangeiros e nacionais.

O relatório *Doing Business Index* do Banco Mundial é utilizado como parâmetro para as políticas de reformas da Índia. Desde que assumiu o governo, o primeiro-ministro Narendra Modi tem instruído ministérios e agências a analisar os itens que compõem o *Doing Business Index*, de modo a orientar reformas e permitir que a Índia figure entre os 50 primeiros colocados até 2020. No último relatório, a Índia subiu 30 colocações e passou a figurar na 100ª colocação. Os resultados das reformas são díspares e, não raro, provocam rupturas no mercado interno. O governo de Modi, contudo, defende que, no médio e no longo prazos, os resultados de tais reformas contribuirão para o crescimento sustentável do país.

O maior exemplo de reforma estrutural foi a implementação de novo regime tributário, consubstanciado na *Goods and Services Tax* (GST), após longo processo negociador no Parlamento e com os estados. Em vigor desde julho de 2017, a GST foi objeto de discussão no âmbito legislativo por pelo menos dez anos e foi tratado internamente como a maior reforma fiscal desde a independência do país e complemento aos esforços de liberalização econômica iniciados nos anos 1990. Na prática, a GST substituiu cerca de 17 tributos estaduais e federais e eliminou a cobrança de tributos entre as unidades federativas, o que contribuirá para a consolidação de um mercado comum no território indiano e a organização dos negócios a partir de escalas nacionais. A GST funciona como imposto indireto aplicado sobre bens e serviços, calculado de acordo com o valor agregado em cada etapa da produção, eliminando, portanto, o efeito cascata no recolhimento de impostos e ineficiências nas cadeias de valor. Embora vários produtos não estejam cobertos pela GST e haja diferenças substanciais em relação a outros modelos de imposto por valor agregado, o novo sistema, indubitavelmente, contribuirá para aumentar a arrecadação fiscal, via aumento da formalização da economia.

Ressalte-se que, mesmo nos casos em que os efeitos positivos das reformas foram limitados, o governo logrou reforçar o discurso de transformação econômica e de modernização do país. O apoio popular ao processo que ficou conhecido como "desmonetização" é exemplo da capacidade do governo de promover reformas. Em novembro de 2016, o governo baniu de circulação as notas de 500 (US\$ 7,90) e mil rupias (US\$ 15,80), as de maior denominação até então em circulação. As notas, declaradas ilegais, representavam 86% do papel moeda circulante em valor. A

população foi obrigada a trocar as notas ilegais em instituições financeiras e, por semanas, lidou com severas restrições de acesso a meios de pagamentos. Apresentada como instrumento de combate à corrupção, a "desmonetização" provocou impactos negativos especialmente no setor informal da economia, altamente dependente de papel moeda. Não houve, contudo, manifestações contundentes da população contra a medida, em decorrência da percepção de que a decisão afetaria em maior grau os detentores de recursos ilegais.

A desaceleração do crescimento econômico, nos últimos dois anos, lançou dúvidas sobre a capacidade de a economia indiana atingir índices de crescimento superiores a 8%. Os efeitos políticos da desaceleração do crescimento já são visíveis. Embora as taxas de crescimento do PIB da Índia estejam substancialmente acima da média mundial, para a realidade indiana, o desempenho não é suficiente para gerar empregos frente à crescente entrada de mão-de-obra no mercado de trabalho.

De forma geral, avalia-se que eventual novo ímpeto de crescimento econômico deverá necessariamente estar ancorado no investimento privado, a julgar pelo pouco espaço fiscal disponível ao governo e pelo potencial aumento da conta energética do país diante do aumento dos preços de petróleo.

Embora as reformas e políticas do governo no plano econômico tenham resultados variados, é fato que a economia indiana passa por conjuntura de crescimento e dinamismo. As medidas econômicas do atual primeiro-ministro têm como componente fundamental a criação de uma nova imagem para a economia do país, caracterizada como pujante, aberta ao capital internacional e com crescente mercado consumidor. De forma geral, a política econômica é bem avaliada internamente. O novo regime tributário, consubstanciado na GST, é praticamente unanimidade entre analistas indianos e interpretado como elemento capaz de promover alterações profundas na economia indiana e, no médio prazo, gerar crescimento econômico.

A política de investimentos da Índia está substancialmente baseada no programa *Make in India*, plataforma pela qual têm sido divulgadas as medidas de incentivos para atração de investimentos, principalmente nos setores manufatureiro, de defesa e infraestrutura. No âmbito da iniciativa, destaca-se o relaxamento dos limites ao investimento estrangeiro em vários setores, o que teria contribuído para aumentar o investimento estrangeiro direto. Na prática, o programa tem como um de seus objetivos fundamentais a substituição de importações e, embora vários setores tenham sido abertos ao capital estrangeiro, permanecem restrições substanciais em determinadas áreas, com destaque para o setor de varejo. Dados oficiais indicam que, entre outubro de 2014 e outubro de 2016 (dois primeiros anos do *Make in India*), houve aumento de 53% no fluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED) na Índia. Em 2014/2015, o fluxo foi de US\$ 45,1 bilhões, seguido por US\$ 55,4 bilhões, em 2015/2016, e US\$ 60 bilhões, em 2016/2017. No entanto, parte substancial do capital estrangeiro ingressou na forma de aquisições de negócios já existentes, prática que não estaria necessariamente coberta pelo *Make in India*. Dados do Banco Central indicam quedas substantivas da participação do setor de manufaturas no total de IED e avanços nos setores de serviços e construção civil. De

modo geral, o investimento privado não respondeu, ao menos no nível esperado, aos incentivos estabelecidos pelo *Make in India*.

Comércio exterior

Os resultados da balança comercial indiana parecem contrapor-se ao bom momento da economia do país: há persistente déficit e progressiva diminuição do fluxo comercial, sob efeito da contração de exportações e importações. As exportações indianas caíram de U\$S 314 bilhões em 2013/2014 para U\$S 310 bilhões em 2014/2015; para U\$S 262 bilhões em 2015/2016; e registraram leve recuperação, para U\$S 274 bilhões, em 2016/2017. A meta do governo é de que as exportações do país alcancem U\$S 910 bilhões até 2020.

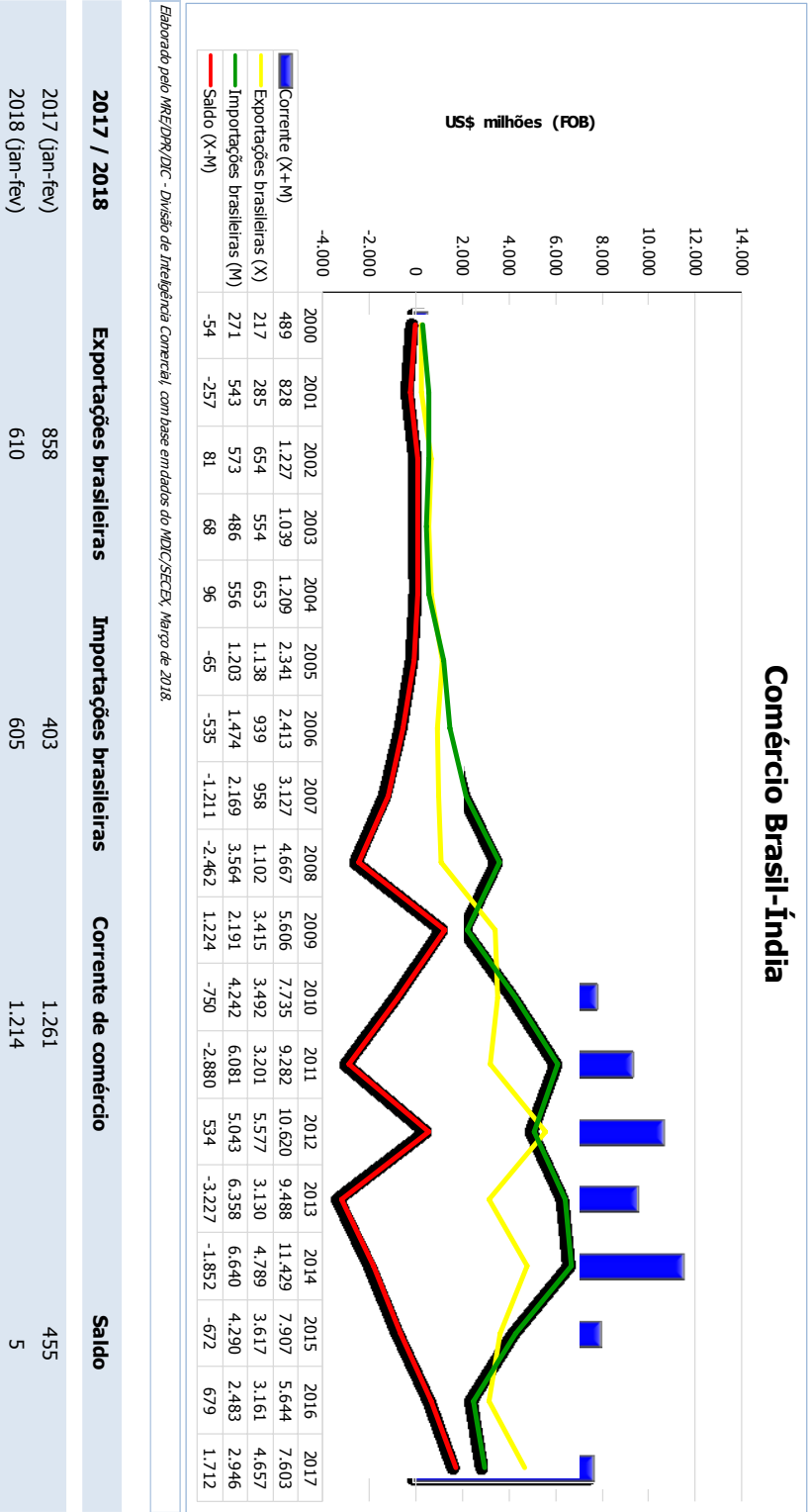
Apesar do objetivo governamental de abertura e liberalização econômica, são mínimos os avanços observados em negociações comerciais bilaterais e multilaterais. A estrutura tarifária protecionista que sempre caracterizou a economia indiana permanece. A percepção comumente veiculada pelos meios de comunicação indianos é de que os acordos comerciais que o país assinou com os países da ASEAN, com o Japão e com a Coreia do Sul contribuíram para ampliar o déficit comercial da Índia. A China é maior parceiro comercial da Índia e também o país com o qual a Índia tem os déficits comerciais mais expressivos. No início de 2018, o governo indiano aumentou de uma média inferior a 13% para uma média de 20% *ad valorem* as tarifas de importação para dois grandes grupos de produtos, todos eles importados principalmente da China. O primeiro grupo inclui diversos produtos intensivos em trabalho, como produtos de beleza, relógios, brinquedos, móveis e calçados. O segundo grupo é composto por dispositivos eletrônicos e de comunicações, incluindo telefones celulares, televisores e peças e componentes. A medida foi anunciada como forma de gerar empregos em solo indiano.

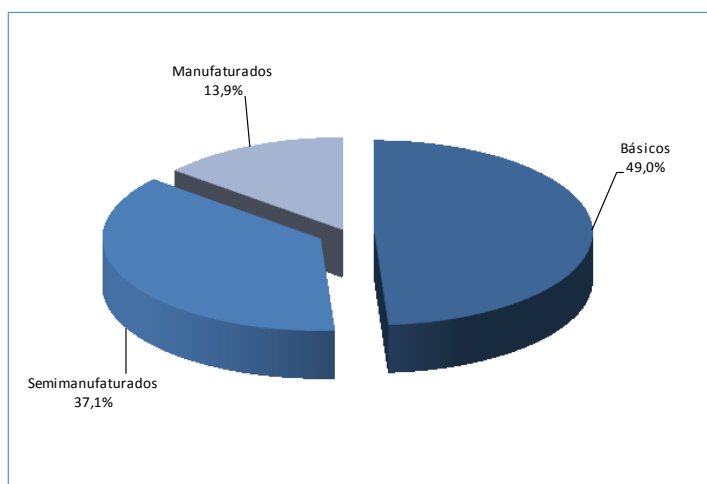
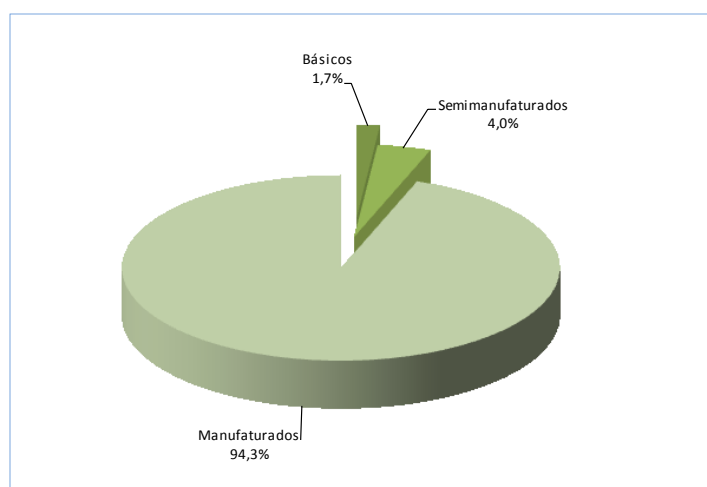
Apesar de a Índia estar envolvido em uma série de negociações, registraram-se poucos avanços nas discussões bilaterais e nas tratativas regionais. A Índia é parte das negociações em torno da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), grupo que engloba os países da ASEAN, Austrália, China, Japão, Coreia do Sul e Nova Zelândia. Conforme avançam as discussões, se torna mais difícil para a Índia fazer valer sua lista de sensibilidades, sobretudo na área agrícola. Estar fora de um eventual megabloco de comércio asiático limitaria sobremaneira a capacidade indiana de exportar para outros países do continente.

No âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), a Índia defende a agenda de Doha. Uma das principais preocupações do país refere-se às regras relativas aos estoques públicos de alimentos para fins de segurança alimentar. O montante permitido de compras públicas a preços mínimos atingiu volumes próximos aos praticados pelo país, razão pela qual a Índia insiste na adoção de exceções permanentes que resguardecem sua política de segurança alimentar. Na condição de países em desenvolvimento, Brasil e Índia possuem uma série de pontos de convergência no âmbito da OMC, sobretudo no que diz respeito ao papel da organização no comércio mundial e na defesa do mandato da Rodada Doha. Há,

porém, algumas posições conflitantes. As demandas brasileiras por cortes em programas de apoio agrícola chocam-se com o crescente gasto da Índia em subsídios.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

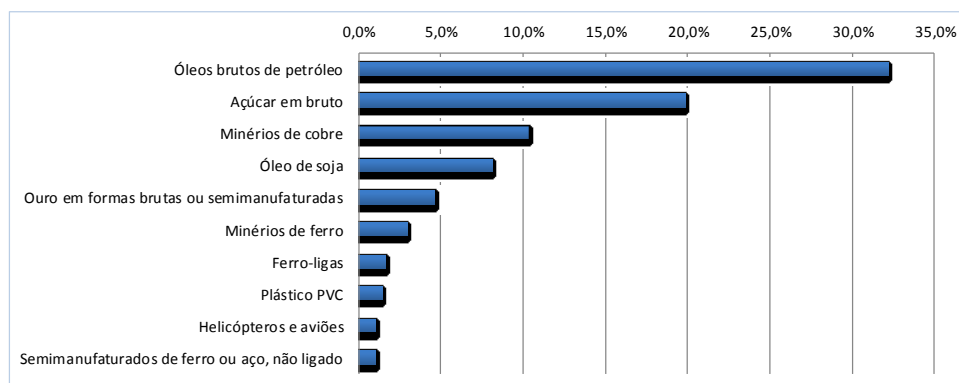
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Março de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Índia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Óleos brutos de petróleo	1.103	30,5%	671	21,2%	1.498	32,2%
Açúcar em bruto	457	12,6%	884	28,0%	924	19,8%
Minérios de cobre	250	6,9%	226	7,2%	482	10,3%
Óleo de soja	552	15,3%	378	11,9%	377	8,1%
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas	281	7,8%	88	2,8%	214	4,6%
Minérios de ferro	47	1,3%	132	4,2%	136	2,9%
Ferro-ligas	32	0,9%	71	2,2%	76	1,6%
Plástico PVC	24	0,7%	71	2,2%	66	1,4%
Helicópteros e aviões	89	2,5%	0	0,0%	48	1,0%
Semimanufaturados de ferro ou aço, não ligado	27	0,7%	1	0,0%	47	1,0%
Subtotal	2.863	79,1%	2.522	79,8%	3.869	83,1%
Outros	755	20,9%	639	20,2%	789	16,9%
Total	3.617	100,0%	3.161	100,0%	4.657	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

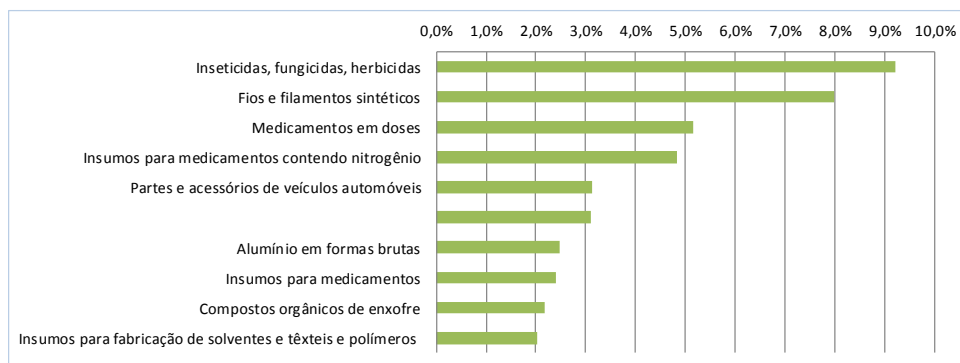


Composição das importações brasileiras originárias da Índia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Inseticidas, fungicidas, herbicidas	168	3,9%	261	10,5%	271	9,2%
Fios e filamentos sintéticos	163	3,8%	173	7,0%	235	8,0%
Medicamentos em doses	160	3,7%	146	5,9%	152	5,2%
Insumos para medicamentos contendo nitrogênio	109	2,5%	119	4,8%	142	4,8%
Partes e acessórios de veículos automóveis	157	3,7%	100	4,0%	93	3,1%
Corantes orgânicos utilizados como agentes de avivamento fluorescentes	98	2,3%	93	3,8%	92	3,1%
Alumínio em formas brutas	51	1,2%	29	1,2%	73	2,5%
Insumos para medicamentos	45	1,1%	83	3,3%	71	2,4%
Compostos orgânicos de enxofre	29	0,7%	43	1,7%	64	2,2%
Insumos para fabricação de solventes e têxteis e polímeros	78	1,8%	48	1,9%	60	2,0%
Subtotal	1.058	24,7%	1.095	44,1%	1.253	42,5%
Outros	3.231	75,3%	1.387	55,9%	1.693	57,5%
Total	4.290	100,0%	2.483	100,0%	2.946	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



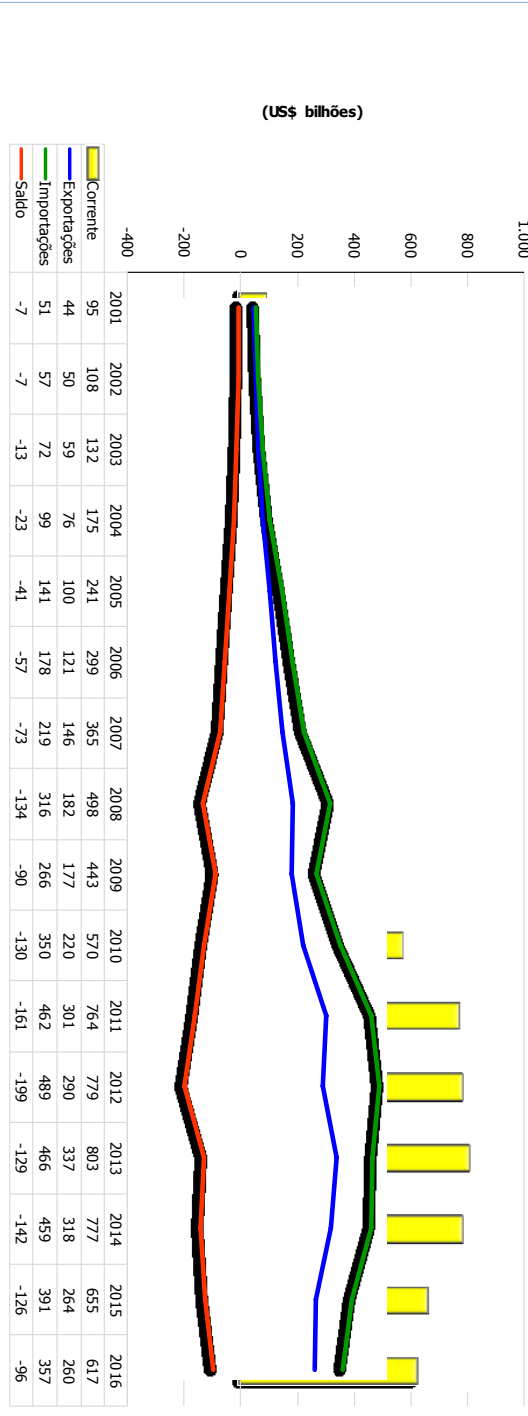
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Óleos brutos de petróleo	436	50,8%	222	36,4%	Óleos brutos de petróleo 36,4%
Óleo de soja	42	4,9%	83	13,7%	Óleo de soja 13,7%
Açúcar em bruto	146	17,0%	79	12,9%	Açúcar em bruto 12,9%
Ouro em formas brutas ou semimanufaturado	22	2,6%	56	9,2%	Ouro em formas brutas ou semimanufaturado 9,2%
Minérios de cobre	40	4,7%	29	4,8%	Minérios de cobre 4,8%
Minérios de ferro	27	3,2%	11	1,9%	Minérios de ferro 1,9%
Ferro-ligas	7	0,9%	9	1,5%	Ferro-ligas 1,5%
Madeira em bruto	4	0,4%	7	1,2%	Madeira em bruto 1,2%
Compostos de função nitrilo	5	0,6%	7	1,2%	Compostos de função nitrilo 1,2%
Amianto	2	0,2%	6	1,0%	Amianto 1,0%
Subtotal	731	85,2%	511	83,8%	
Outros	127	14,8%	99	16,2%	
Total	858	100,0%	610	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Inseticidas, fungicidas, herbicidas	56	13,9%	72	12,0%	Inseticidas, fungicidas, herbicidas 12,0%
Fios de filamentos sintéticos	31	7,8%	47	7,7%	Fios de filamentos sintéticos 7,7%
Insumos para medicamentos contendo nitrogênio	21	5,2%	32	5,2%	Insumos para medicamentos contendo nitrogênio 5,2%
Medicamentos em doses	19	4,8%	28	4,7%	Medicamentos em doses 4,7%
Óleos refinados de petróleo	2	0,5%	22	3,6%	Óleos refinados de petróleo 3,6%
Corantes orgânicos utilizados como agentes de avivamento fluorescentes	15	3,6%	17	2,9%	Corantes orgânicos utilizados como agentes de avivamento fluorescentes 2,9%
Compostos orgânicos de enxofre	8	1,9%	17	2,8%	Compostos orgânicos de enxofre 2,8%
Partes e acessórios de veículos automóveis	16	4,0%	16	2,6%	Partes e acessórios de veículos automóveis 2,6%
Hidrocarbonetos cíclicos	0	0,0%	13	2,1%	Hidrocarbonetos cíclicos 2,1%
Insumos para medicamentos	8	2,1%	12	2,1%	Insumos para medicamentos 2,1%
Subtotal	177	43,8%	276	45,7%	
Outros produtos	227	56,2%	328	54,3%	
Total	403	100,0%	605	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2018.

Comércio Índia x Mundo



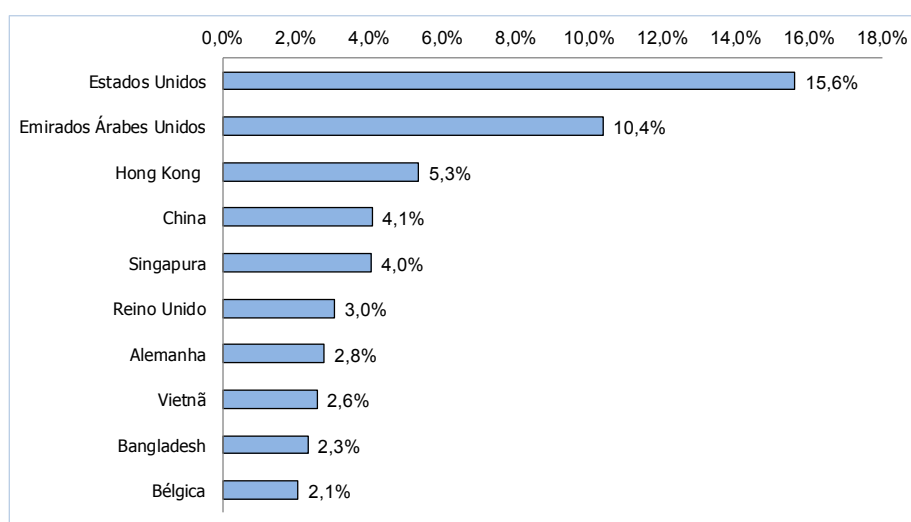
Elaborado pelo MCI/DPY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Março 2018.

2016 / 2017	Exportações	Importações	Corrente de comércio	Saldo
2016 (jan-out)	217	290	508	-73
2017 (jan-out)	243	362	605	-119

Principais destinos das exportações da Índia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7 (jan-out)	Part.% no total
Estados Unidos	37,94	15,6%
Emirados Árabes Unidos	25,20	10,4%
Hong Kong	12,98	5,3%
China	9,89	4,1%
Singapura	9,82	4,0%
Reino Unido	7,39	3,0%
Alemanha	6,72	2,8%
Vietnã	6,23	2,6%
Bangladesh	5,62	2,3%
Bélgica	5,00	2,1%
...		
Brasil (29º lugar)	2,33	1,0%
Subtotal	129,12	53,1%
Outros países	113,87	46,9%
Total	242,99	100,0%

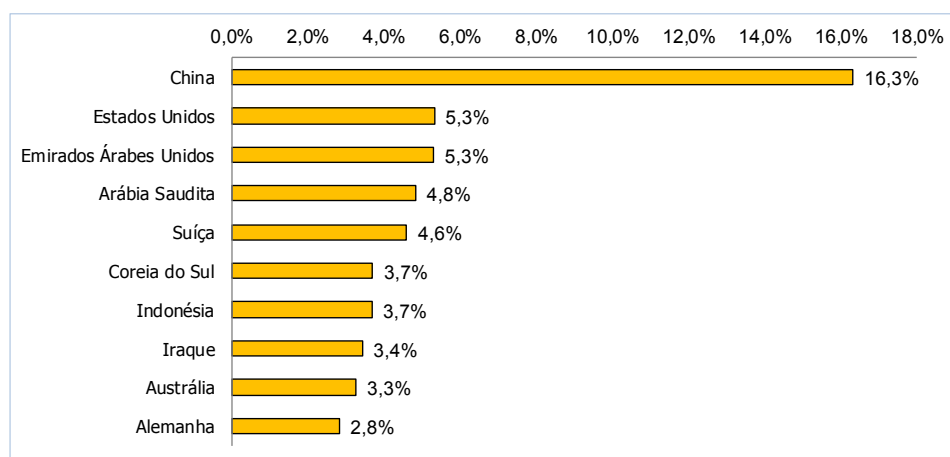
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.



Principais origens das importações da Índia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7 (jan-out)	Part.% no total
China	59,04	16,3%
Estados Unidos	19,24	5,3%
Emirados Árabes Unidos	19,17	5,3%
Arábia Saudita	17,47	4,8%
Suíça	16,64	4,6%
Coreia do Sul	13,39	3,7%
Indonésia	13,30	3,7%
Iraque	12,39	3,4%
Austrália	11,79	3,3%
Alemanha	10,20	2,8%
...		
Brasil (25º lugar)	4,03	1,1%
Subtotal	196,67	54,4%
Outros países	165,17	45,6%
Total	361,84	100,0%

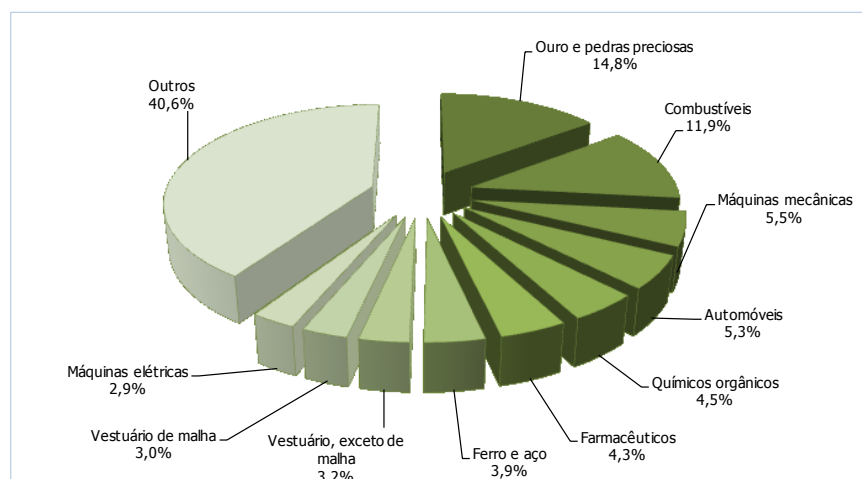
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.



Composição das exportações da Índia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7 (jan-out)	Part.% no total
Ouro e pedras preciosas	35,95	14,8%
Combustíveis	29,02	11,9%
Máquinas mecânicas	13,37	5,5%
Automóveis	12,92	5,3%
Químicos orgânicos	10,96	4,5%
Farmacêuticos	10,51	4,3%
Ferro e aço	9,45	3,9%
Vestuário, exceto de malha	7,79	3,2%
Vestuário de malha	7,17	3,0%
Máquinas elétricas	7,13	2,9%
Subtotal	144,26	59,4%
Outros	98,73	40,6%
Total	242,99	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.

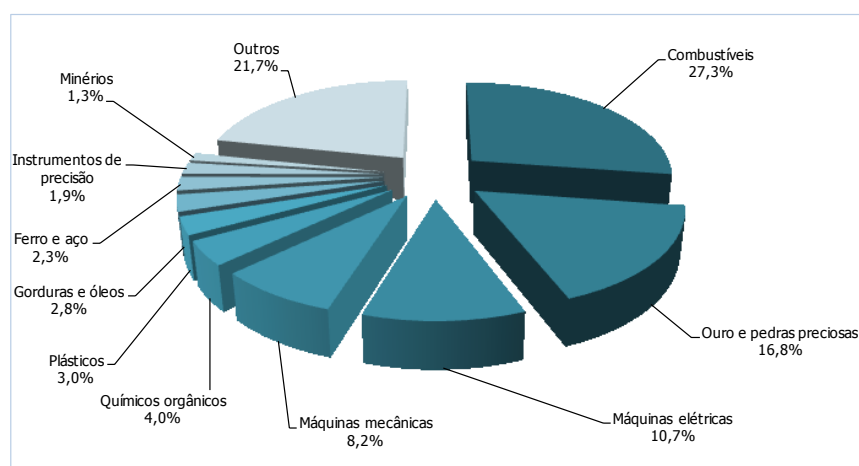


Composição das importações da Índia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-out)	Part.% no total
Combustíveis	98,96	27,3%
Ouro e pedras preciosas	60,75	16,8%
Máquinas elétricas	38,69	10,7%
Máquinas mecânicas	29,50	8,2%
Químicos orgânicos	14,64	4,0%
Plásticos	10,80	3,0%
Gorduras e óleos	10,08	2,8%
Ferro e aço	8,23	2,3%
Instrumentos de precisão	6,94	1,9%
Minérios	4,71	1,3%
Subtotal	283,31	78,3%
Outros	78,53	21,7%
Total	361,84	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da Índia

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	7,11%	6,72%	7,37%	7,80%	7,93%
PIB nominal (US\$ trilhões)	2,26	2,44	2,65	2,93	3,22
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.742	1.852	1.989	2.165	2.355
PIB PPP (US\$ trilhões)	8,70	9,45	10,34	11,38	12,55
PIB PPP "per capita" (US\$)	6.694	7.174	7.750	8.422	9.160
População (bilhões habitantes)	1,299	1,316	1,334	1,351	1,369
Inflação (%) ⁽²⁾	3,57%	4,48%	4,76%	5,09%	4,89%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-0,67%	-1,38%	-1,53%	-1,61%	-1,77%
Dívida externa (US\$ bilhões)	456,14	475,44	479,17	505,74	533,10
Câmbio (Rs / US\$) ⁽²⁾	67,20	65,12	66,77	73,07	68,78

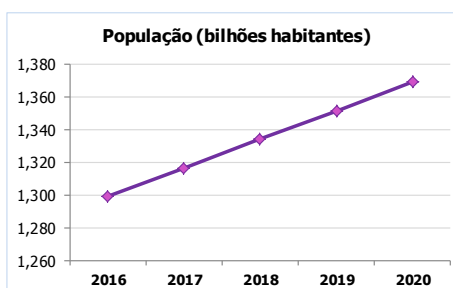
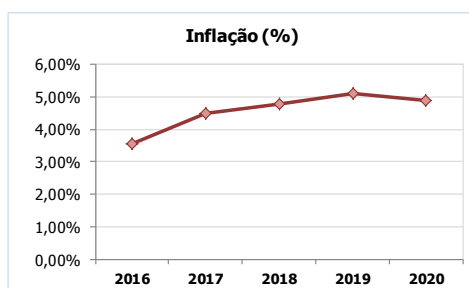
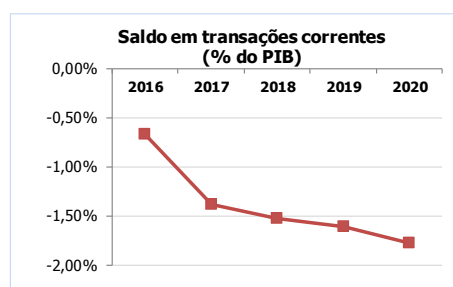
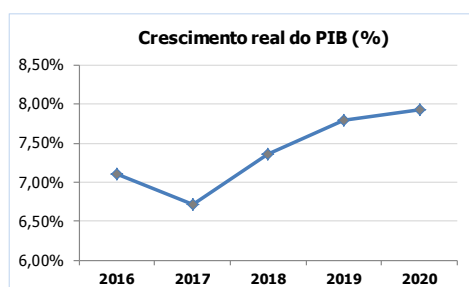
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	16,8%
Indústria	28,9%
Serviços	46,6%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report March 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1947	Independência da Índia. Governo de Jawaharlal Nehru (até 1964). Secessão do Paquistão.
1948	Assassinato de Gandhi. Guerra com Paquistão (conflito pela Caxemira).
1962	Guerra com a China por Ladakh e perda do território.
1965	Guerra com o Paquistão na região da Caxemira.
1966	Governo de Indira Gandhi (até 1984).
1971	Guerra com o Paquistão. Independência de Bangladesh (ex-Paquistão Oriental)
1974	Primeiro teste nuclear indiano.
1984	Assassinato de Indira Gandhi. Governo de Rajiv Gandhi (até 1991).
1991	Assassinato de Rajiv Gandhi. Governo de Narasimha Rao (até 1998). Reforma Econômica, iniciada pelo então Ministro das Finanças Manmohan Singh.
1998	Governo de Atal Bihari Vajpayee, do Partido do Povo Indiano (até 2004). Novos testes nucleares, seguidos de condenação internacional.
1999	Assinatura da Declaração de Paz de Lahore (com o Paquistão). Guerra de Kargil (com o Paquistão).
2000	A Índia atinge a marca de 1 bilhão de habitantes.
2002	Teste do míssil balístico de capacidade nuclear <i>Agni</i> . Paquistão testa míssil terra-terra de capacidade nuclear <i>Ghauri</i> . Abdul Kalam é eleito Presidente.
2004	Início do Governo de Manmohan Singh. Criação do G-4.
2006	Visita do Presidente George Bush. Acordo Nuclear EUA-Índia.
2007	Pratibha Patil torna-se a primeira mulher a ocupar a presidência da Índia.
2008	Primeira missão indiana à lua: foguete <i>Chandrayaan-1</i> . Ataques terroristas em Mumbai deixam 200 mortos.
2009	Acordo nuclear Índia-Rússia (fevereiro). Vitória do Partido do Congresso nas eleições parlamentares (maio).
2010	Acordo nuclear Índia-Canadá (junho). Início das negociações de acordo nuclear com o Japão e a Coreia do Sul (junho). Retomada do diálogo Índia-Paquistão após os atentados em Mumbai. Visita do Presidente Barack Obama; Governo norte-americano anuncia apoio à Índia como membro-permanente no CSNU.
2011	Retomada do Diálogo Índia-Paquistão (fevereiro).
2012	Eleições presidenciais (julho). Eleição de Pranab Mukherjee, do Partido do Congresso Indiano (INC).
2013	Início de programa nacional de transferência de renda a populações carentes.
2014	Eleições gerais (abril-maio). Narendra Modi, do Partido do Povo Indiano (BJP), torna-se Primeiro-Ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1948	Anúncio do estabelecimento de legações, em 06/04/1948. Abertura da Missão indiana no Rio de Janeiro, em 03/05/1948. Missão diplomática brasileira elevada à categoria de Embaixada, em 15/10/1948.
1968	Visita oficial da Primeira-Ministra Indira Gandhi ao Brasil.
1996	Visita oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Índia.
1998	Visita oficial do Presidente Narayanan ao Brasil.
2002	Estabelecimento da Comissão Mista Brasil-Índia, principal mecanismo de coordenação do diálogo bilateral, que tem o objetivo de avaliar e de dar diretrizes para o desenvolvimento da cooperação e para a intensificação do intercâmbio comercial, científico, tecnológico e cultural.
2003	Criação do G-20 e do IBAS. Visita a Nova Délhi do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para reunião do G-20. I Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (em Nova Délhi).
2004	Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia. Lançamento do G-4 (grupo formado por Alemanha, Brasil, Índia e Japão, para coordenação de políticas para a reforma do Conselho de Segurança da ONU).
2006	II Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (Brasília). Cúpula do IBAS; Visita oficial do Primeiro-Ministro Manmohan Singh ao Brasil.
2007	III Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (Nova Délhi). Visita do Ministro Celso Amorim à Índia; I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia, em Nova Délhi. Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia. IV Reunião da Comissão Mista do IBAS (Nova Délhi). II Reunião de Cúpula do IBAS (África do Sul).
2008	Visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pranab Mukherjee. Visita oficial da Presidenta da Índia, Pratibha Patil. V Reunião Ministerial do IBAS (África do Sul). I Reunião Ministerial do BRIC (Rússia).
2009	I Reunião de Cúpula do BRIC (Ecatemburgo). Abertura da Adidância Militar do Brasil em Nova Délhi. Entrada em vigor do ACP Mercosul-Índia. IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (Brasília).
2010	Visita à Índia do Ministro da Defesa, Nelson Jobim. Visita de trabalho ao Brasil do Primeiro-Ministro Manmohan Singh, paralelamente à realização da IV Reunião de Cúpula do IBAS e da II Reunião Ministerial dos BRICs (Brasília) – renomeado BRICS em dezembro, com a formalização do ingresso da África do Sul. II Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia (Brasília). I Reunião do Comitê Conjunto de Defesa (Nova Délhi).
2011	Visita à Índia do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota; III Reunião do Mecanismo de Diálogo Estratégico. VII Reunião Ministerial do IBAS (Nova Délhi); V Reunião da Comista Brasil-Índia (Nova Délhi).
2012	Visita à Índia do Ministro da Defesa, Celso Amorim; Visita de Estado da Presidenta da República, Dilma Rousseff, à Índia. Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Manmohan Singh, por ocasião da Conferência Rio+20.
2013	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Externos da Índia, Salman Khurshid; VI Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia.
2014	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi (VI Cúpula do BRICS).
2015	Encontro bilateral entre a presidente da República, Dilma Rousseff, e o primeiro-ministro Narendra Modi, à margem da VII Cúpula dos BRICS (Ufá, Rússia); Reunião

	de Consultas Políticas Brasil-Índia (Brasília); I Reunião do Mecanismo de Consultas Consulares e Mobilidade (Brasília); VII Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (Nova Delhi); V Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia (Nova Delhi); visita da ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu (Nova Delhi).
2016	Visita do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi (Nova Delhi). Visita do presidente da República Michel Temer (Goa, 17/10/2016).
2017	V Reunião do Comitê Conjunto de Defesa Brasil-Índia (Nova Delhi, novembro de 2017).

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Cultural	23/09/1968	15/07/1970
Acordo de Comércio com a Índia	03/02/1968	13/10/1969
Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia.	22/07/1985	24/01/1990
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	26/04/1988	11/03/1992
Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa	1/12/2003	27/12/2006
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviços.	25/01/2004	17/11/2004
Acordo-Quadro sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior entre o Brasil e a Índia	25/01/2004	22/10/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte dos Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular	02/02/2006	16/05/2012
Acordo de Coprodução Audiovisual	04/06/2007	03/01/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Assistência Mútua em Matéria Aduaneira	04/06/2007	30/11/2013
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia	15/10/2013	Em tramitação no Congresso Nacional

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REINO DO BUTÃO****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
Maio de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE O REINO DO BUTÃO	
NOME OFICIAL:	Reino do Butão
GENTÍLICO:	butanês
CAPITAL:	Thimphu
ÁREA:	38 394 km²
POPULAÇÃO (2017):	804 000
LÍNGUA OFICIAL:	butanês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	budismo (75,3%); hinduísmo (22,1%); outras (2,6%)
SISTEMA DE GOVERNO:	monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO:	parlamento bicameral composto pelo Conselho Nacional e pela Assembleia Nacional
CHEFE DE ESTADO:	Jigme Khesar Namgyel Wangchuck (desde 2006)
CHEFE DE GOVERNO:	Lyongchen Tshering Tobgay (desde 2013)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 2,32 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US\$ 7,01 bilhões
PIB PER CAPITA (2017)	US\$ 2887
PIB PPP PER CAPITA (2017):	US\$ 8720
VARIAÇÃO DO PIB:	5,8% (2017); 6,2% (2016); 6,1% (2015)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2014):	0,607 (132ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	69,9 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	64,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	3,2%
UNIDADE MONETÁRIA:	ngultrum
EMBAIXADOR EM THIMPHU:	Tovar da Silva Nunes (não residente)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Doma Tshering (não residente)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registro de brasileiros residindo no Butão

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-BUTÃO (Fonte: MDIC - US\$ mil)										
Brasil → Butão	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2018 (jan-abr)
Intercâmbio	1,2	46,8	36	77,4	0	0,2	53,1	71,8	342,9	63,1
Exportações	1,2	46,8	35,9	18,9	0	0	0	4,5	93,9	0
Importações	0	0	0,1	58,5	0	0,2	53,1	67,4	249,1	63,1
Saldo	1,2	46,8	35,9	-39,5	0	-0,2	-53,1	-62,9	-155,2	-63,1

APRESENTAÇÃO

O Butão é um pequeno país, localizado entre a China, ao norte, e a Índia, ao sul. Historicamente, o Butão usou seu isolamento geográfico para limitar

influências culturais externas. O Butão mantém, há mais de um século, uma política de isolacionismo estrito com o objetivo de preservar sua herança cultural. Atualmente, o país tem passado por processo de relativa abertura e modernização.

O Butão é uma jovem democracia. Ao longo da última década, o país abandonou o regime monárquico absolutista e tornou-se uma monarquia constitucional com parlamentares eleitos por voto direto.

A identidade nacional butanesa é fortemente ligada à religião budista e à figura do monarca. A língua oficial é o butanês, embora minorias étnicas falem outras línguas, como o nepalês. O inglês foi adotado como língua franca da elite butanesa, sendo empregado nas escolas e universidades.

SÍNTESE HISTÓRICA

A presença humana na região onde hoje se encontra o Butão, conforme registros arqueológicos mais recentes, remonta a 2000 a.C. Por volta de 500 a.C., clãs nômades que habitavam o território se estabeleceram em suas planícies, adotando uma religião xamanista caracterizada pelo culto à natureza.

A consolidação do Butão como estado independente ocorreu em 1616, sob a liderança do lama (autoridade religiosa no budismo tibetano) Ngawanag Namgyal. Naquele ano, foram derrotadas três invasões tibetanas ao território butanês, escolas religiosas rivais foram subjugadas e Namgyal estabeleceu-se como governante sobre um sistema de administradores eclesiásticos e civis. Após sua morte, o país passou por seguidos conflitos internos que fragilizaram o governo dual dividido entre autoridades religiosas e civis. Em 1885, o governador de Trongsa (local a leste da capital Thimphu), Ugyen Wangchuck, derrotou militarmente o governador de Paro (no leste do país), tornando-se o homem forte da política butanesa. Tendo consolidado seu poder sobre o país, começou a cultivar laços mais estreitos com os britânicos, que dominavam grande parte do subcontinente indiano.

Em 1907, Wangchuck tornou-se o primeiro *Druk Gyalpo* (dragão rei), estabelecendo a monarquia hereditária no Butão. Em 1910, o rei assinou o Tratado de Punakha com a coroa Britânica. Por meio do tratado, o Butão mantinha sua autonomia interna, mas cedia o poder decisório sobre sua política externa ao governo britânico.

Em 1949, dois anos após a independência da Índia, o Tratado sobre Paz e Amizade entre a República da Índia e o Reino do Butão atribuiu ao governo indiano o poder de guiar a política externa butanesa. O Butão tornou-se membro das Nações Unidas em 1971, momento em que passou a buscar maior independência frente à Índia. O acordo entre os dois países foi renegociado e substituído em 2007 por novo Tratado de Amizade que impõe menos restrições à ação externa butanesa. Ainda assim, embora não seja um protetorado, o país continua a ser um *estado protegido* pela Índia.

Em 1972, ascendeu ao trono Jigme Singye Wangchuck. Seu reinado ficou conhecido internacionalmente pela criação do conceito de “Felicidade Interna Bruta”,

segundo o qual a dimensão econômica não é suficiente para medir o desenvolvimento de um país.

A década de 1990 foi marcada por conflitos étnicos entre a maioria *drukpa* (budista) e a minoria *ghorka* (praticantes da religião hindu). Em 1999 a televisão e a internet tiveram seu uso autorizado pela primeira vez no país. Também foi autorizada a entrada de turistas, ainda que em números limitados.

Em 2006, Jigme Khesar Namgyel Wangchuck tornou-se o quinto rei dragão e deu início ao processo de transição do regime para uma monarquia constitucional. Em 2008, foi adotada a primeira constituição do país, que introduziu o voto universal, o que permitiu a realização das primeiras eleições legislativas. O Butão passou a ser formalmente uma monarquia constitucional em 18 de julho de 2008.

PERFIS BIOGRÁFICOS

JIGME KHESAR NAMGYEL WANGCHUCK
rei



Nasceu em 21 de fevereiro de 1980, em Thimphu. Estudou na Cushing Academy e no Wheaton College, em Massachusetts (EUA) e, em 2000, graduou-se em Relações Internacionais e Serviço Exterior na Universidade de Oxford, na Inglaterra. É Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de New Brunswick, no Canadá, pela Universidade de Rangsit, na Tailândia, pela Universidade de Calcutá, na Índia, e pela Universidade Keio, no Japão.

Jigme Khesar assumiu o trono em 14 de dezembro de 2006, quando seu pai abdicou em seu favor, convertendo-o no quinto rei da dinastia Wangchuk, detentora do trono desde 1907. Em 1º de novembro de 2008, foi coroado rei do Butão.

LYONCHHEN
primeiro-ministro

TSHERING TOBGAY



Nasceu em 19 de setembro de 1965. Graduiu-se em Engenharia Mecânica pela Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos, e obteve o título de Mestre em Administração Pública pela Universidade de Harvard. Ingressou no serviço público butanês em 1991, onde ocupou o cargo de Diretor da Autoridade Nacional de Treinamento Técnico do Butão e de Diretor do Departamento de Recursos Humanos do Ministério do Trabalho e Emprego.

Foi eleito membro da Assembleia Nacional em 2008 pelo Partido Popular Democrático do Butão. Atuou como líder da oposição até julho de 2013, quando foi eleito primeiro-ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Butão tem demonstrado reiterado interesse em fortalecer seus laços com o Brasil. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 2009, tendo sido o Brasil o primeiro país da América Latina a fazê-lo. A amizade entre os dois países tem se refletido no inequívoco apoio butanês a pleitos brasileiros em diversos foros multilaterais. A distância geográfica, o limitado conhecimento mútuo e o estado ainda incipiente dos laços humanos entre os dois povos podem ser vistos como desafios ao fortalecimento das relações bilaterais.

Em novembro de 2009, o então primeiro-ministro do Butão, Jigme Thinley, visitou o Brasil por ocasião da 5ª Conferência Internacional do Índice da Felicidade, realizada em Foz do Iguaçu. O evento foi organizado pelo *Centre of Bhutan Studies*, entidade vinculada ao governo butanês que promove eventos internacionais para divulgar o conceito de “Felicidade Nacional Bruta”. Thinley voltou a visitar o Brasil por ocasião da Conferência Rio+20, em 2012.

Em março de 2018, delegação butanesa visitou o Brasil a fim de participar do Fórum Mundial da Água. Na ocasião, os representantes do Butão realizaram visita técnica à Usina Hidrelétrica de Itaipu, com apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Há potencial de cooperação na área hidrelétrica, devido à

capacidade técnica do Brasil e ao potencial de produção hidrelétrica do Butão. A exportação de energia elétrica gerada por usinas hidrelétricas corresponde a mais de 40% das exportações butanesas e a 14% de seu PIB.

O Butão deseja estabelecer agenda bilateral mais substantiva com o Brasil. Há possibilidades de fomentar atividades de cooperação na área hidrelétrica, no setor agrícola (melhoria de sementes, aprimoramento de raças bovinas, formação de cooperativas de pequenos agricultores e aprimoramento de legislação e regulamentação relativas à qualidade da produção de alimentos) e na área de turismo.

Em 2014, o governo brasileiro propôs assinatura de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Butão. O governo butanês manifestou preferência por assinar Memorando de Entendimento (MdE) ao invés de um ACT, em virtude da dificuldade de ratificação de acordos no parlamento do Butão.

Em abril, a embaixadora não-residente do Butão, Doma Tshering, visitou Brasília para apresentar cartas credenciais ao senhor Presidente da República, sendo a primeira representante do país a fazê-lo. Na ocasião, mencionou que, em 2019, serão celebrados 10 anos das relações bilaterais, o que constituirá momento propício para intensificar o relacionamento entre Brasil e Butão. Manifestou desejo de retomar as negociações do ACT, afirmando que o Butão almeja estabelecer cooperação com o Brasil também na área espacial, como já tem feito com Índia e Japão.

Assuntos econômico-comerciais

O relacionamento bilateral em matéria econômica é bastante limitado. Embora muito pequeno em valores absolutos, o intercâmbio comercial entre Brasil e Butão foi, em 2017, o maior já registrado entre os dois países, de USD 342.935, com déficit de USD 155.235 para o Brasil. As exportações brasileiras concentraram-se em pneus novos, ao passo que as importações foram, sobretudo, de circuitos elétricos.

Assuntos consulares

Não há registro de cidadãos brasileiros residentes no Reino do Butão.

POLÍTICA INTERNA

O Butão é uma jovem democracia que, na atualidade, passa por um processo de abertura e modernização. O budismo, religião oficial do país, desempenha papel relevante na definição da política e do comportamento do povo butanês.

O país é uma monarquia constitucional, cuja primeira constituição foi adotada em 2008. Os ministros de Estado são nomeados pelo rei entre os membros da Assembleia Nacional (câmara baixa), por indicação do primeiro-ministro.

O Poder Legislativo é bicameral, constituído pelo Conselho Nacional, composto por 25 membros (20 eleitos diretamente e 5 indicados pelo rei), e pela Assembleia Nacional (47 membros eleitos diretamente por voto proporcional). Os mandatos em ambas as casas são de 5 anos. Destaque-se que os membros do

Conselho Nacional não podem ter filiação partidária, enquanto que na Assembleia Nacional é obrigatório pertencer a algum partido político.

Foram realizadas eleições legislativas em 2008 e 2013. No ano corrente, já foram realizadas eleições para o Conselho Nacional, em abril, e serão realizadas eleições para a Assembleia Nacional em outubro ou novembro próximos.

O Poder Judiciário é composto por Corte Suprema (com jurisdição somente sobre temas constitucionais), Alta Corte, Cortes Distritais e Cortes Sub-distritais.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Butão é, em grande parte, determinada por sua circunstância geográfica, uma vez que o país é um enclave entre China e Índia. Conforme seus princípios nacionais, o Butão procura promover a paz por meio do diálogo com a comunidade internacional, almejando, também, a preservação de sua soberania, integridade territorial e patrimônio cultural e religioso.

O Butão mantém relações diplomáticas com apenas 52 países e a União Europeia (nas Américas, somente com Brasil, Argentina, Canadá, Colômbia, Costa Rica e Cuba). O Butão mantém apenas cinco embaixadas no exterior (Índia, Bangladesh, Tailândia, Kuwait e Bélgica), além das missões juntos às Nações Unidas em Nova York e em Genebra, ademais de um Consulado em Calcutá, na Índia. Apenas Índia e Bangladesh mantêm embaixadas residentes em Thimphu.

Embora mantenha relações diplomáticas com poucos países, o Butão é membro de 75 organizações internacionais. Cabe destacar a participação do país na Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC), juntamente com Bangladesh, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.

A Índia é o principal parceiro e o mais importante mercado para os produtos butaneses. É por meio de seu vizinho setentrional que o Butão mantém canais de intercâmbio com outros países, uma vez que suas fronteiras com a China são pouco porosas. Cabe destacar a participação destacada da Índia em projetos de infraestrutura, como a construção de usinas hidrelétricas e de estradas.

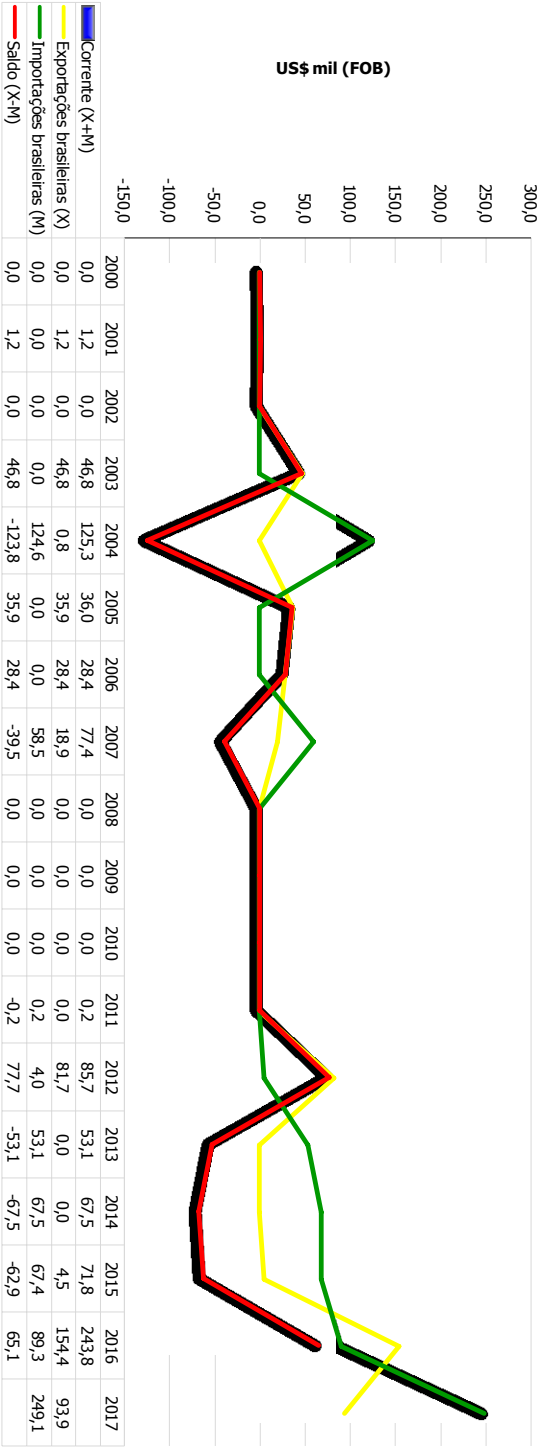
As relações com a China são consideradas conflitivas devido a disputas fronteiriças, destacamente as do platô de Doklam, próximo à tríplice fronteira China-Butão-Índia. Em junho de 2017, uma questão no platô de Doklam envolveu os três países e causou mobilização militar de Índia e China. O impasse teve início com a tentativa chinesa de construir uma rodovia em área que Índia e Butão consideram território butanês. O governo indiano enviou tropas à região, suscitando ameaças de intervenção militar da China. Depois de 73 dias, os dois países acertaram uma trégua sobre a questão, que ainda não foi solucionada de maneira definitiva.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A política econômica butanesa concentra-se na geração de empregos e diversificação da base produtiva; estímulo ao empreendedorismo, à autossuficiência e à exportação de manufaturas. A moeda nacional, o ngultrum, está atrelada à rupia indiana, de modo que qualquer alteração na economia indiana afeta diretamente a economia butanesa.

Graças às suas condições geográficas, o Butão conta com potencial hidrelétrico notável, estimado em 30 GW, dos quais 23,76 GW são considerados economicamente viáveis no curto prazo, segundo dados da *International Hydropower Association*. A maior parte da hidroeletricidade gerada no Butão é exportada para a Índia, o que corresponde a mais de 40% das exportações do país e a 14% de seu PIB. Com a rápida expansão da capacidade de geração de energia, já em curso, que deverá alcançar 10 GW até 2020 (a produção era de 1.6 GW em 2015), e o recente entendimento para exportação de hidroeletricidade gerada no Butão também para Bangladesh, o país deverá emergir proximamente como um importante supridor de energia limpa na Ásia Meridional.

Comércio Brasil-Butão

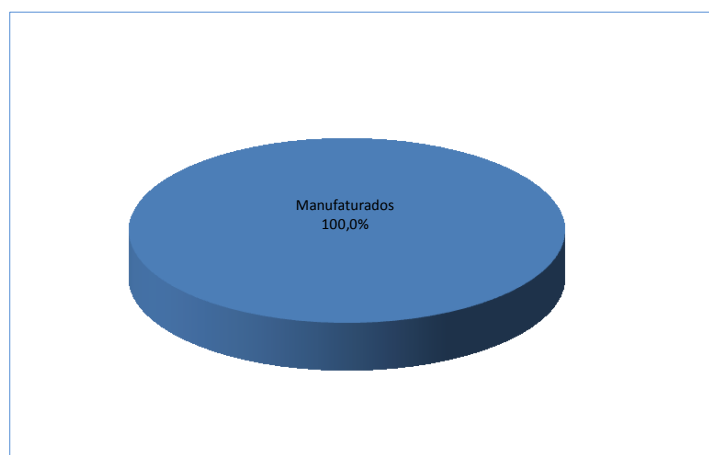


Elaborado pelo MRE/DPY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

(+) Variação superior a 1.000%

(n.a.) Critério não aplicável

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

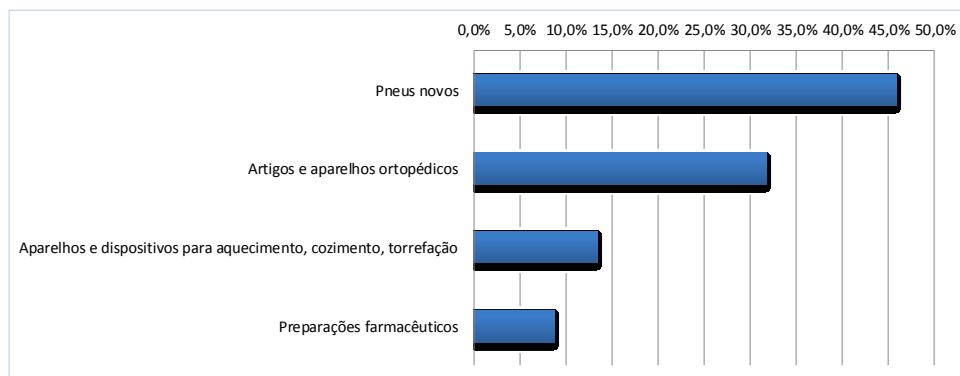
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Butão (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pneus novos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	43,09	45,9%
Artigos e aparelhos ortopédicos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	29,79	31,7%
Aparelhos e dispositivos para aquecimento, cozimento, torrefação	0,00	0,0%	0,00	0,0%	12,68	13,5%
Preparações farmacêuticas	0,00	0,0%	0,00	0,0%	8,30	8,8%
Máquinas para terraplanagem	0,00	0,0%	106,00	68,6%	0,00	0,0%
Chapas, folhas, tiras e lâminas de plástico	0,00	0,0%	43,32	28,0%	0,00	0,0%
Sementes para sementeira	0,00	0,0%	5,13	3,3%	0,00	0,0%
Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária	4,47	100,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Subtotal	4,47	100,0%	154,45	100,0%	93,85	100,0%
Outros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Total	4,47	100,0%	154,45	100,0%	93,85	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

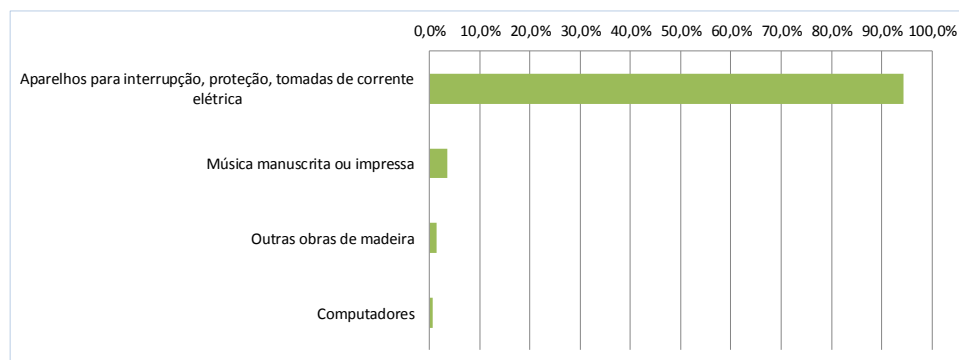


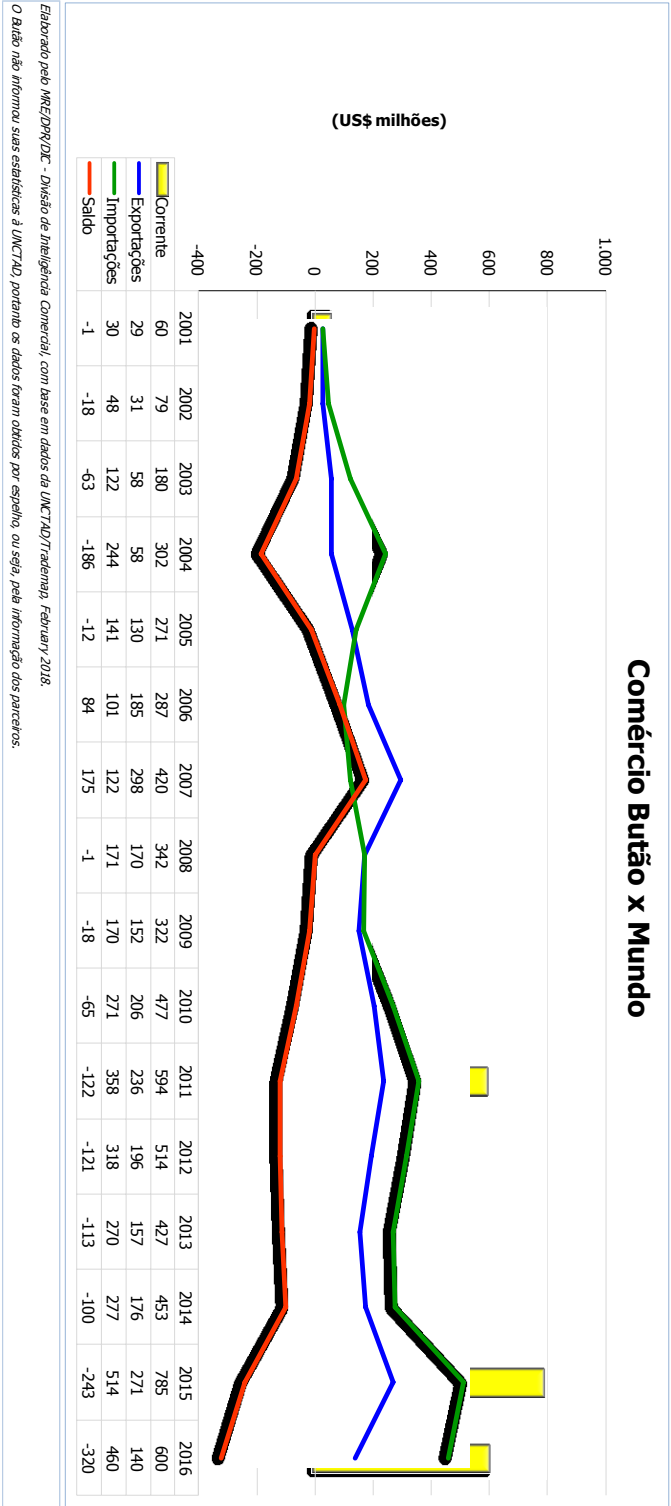
Composição das importações brasileiras originárias do Butão (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aparelhos para interrupção, proteção, tomadas de corrente elétrica	29,02	43,1%	80,59	90,2%	235,29	94,5%
Música manuscrita ou impressa	0,00	0,0%	5,48	6,1%	8,84	3,6%
Outras obras de madeira	0,00	0,0%	0,00	0,0%	3,17	1,3%
Computadores	0,00	0,0%	0,00	0,0%	1,48	0,6%
Partes e acessórios para veículos automóveis	9,12	13,5%	3,26	3,6%	0,00	0,0%
Ferro-ligas	29,23	43,4%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Subtotal	67,37	100,0%	89,33	100,0%	248,77	99,9%
Outros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,31	0,1%
Total	67,37	100,0%	89,33	100,0%	249,09	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

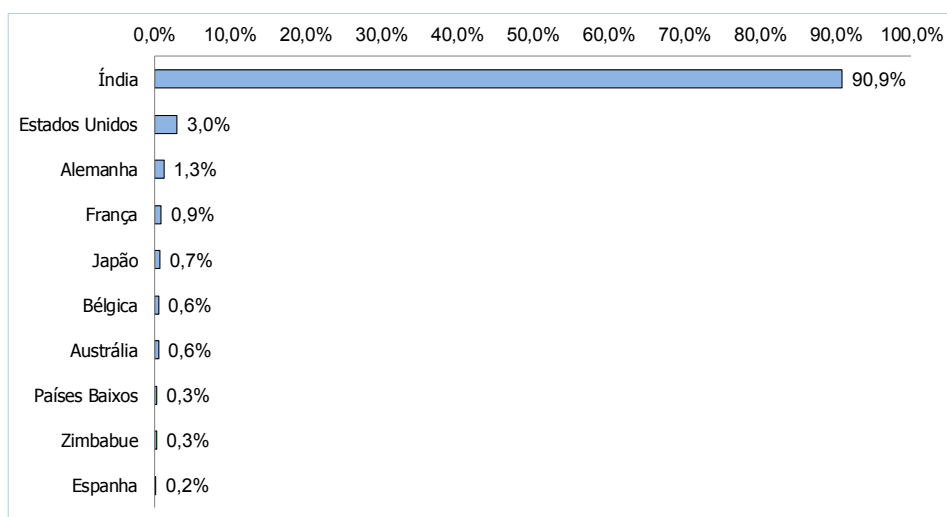




Principais destinos das exportações do Butão
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Índia	127,3	90,9%
Estados Unidos	4,3	3,0%
Alemanha	1,8	1,3%
França	1,3	0,9%
Japão	1,0	0,7%
Bélgica	0,8	0,6%
Austrália	0,8	0,6%
Países Baixos	0,5	0,3%
Zimbábue	0,4	0,3%
Espanha	0,3	0,2%
...		
Brasil (19º lugar)	0,1	0,1%
Subtotal	138,6	98,9%
Outros países	1,6	1,1%
Total	140,1	100,0%

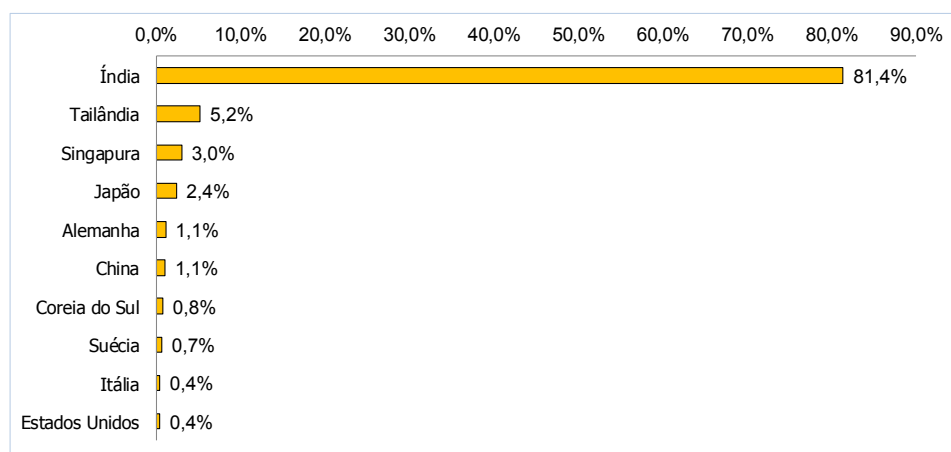
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Principais origens das importações do Butão
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Índia	374,2	81,4%
Tailândia	24,0	5,2%
Singapura	13,9	3,0%
Japão	11,1	2,4%
Alemanha	5,2	1,1%
China	4,8	1,1%
Coreia do Sul	3,7	0,8%
Suécia	3,1	0,7%
Itália	2,0	0,4%
Estados Unidos	2,0	0,4%
...		
Brasil (30º lugar)	0,2	0,0%
Subtotal	444,2	96,6%
Outros países	15,7	3,4%
Total	459,9	100,0%

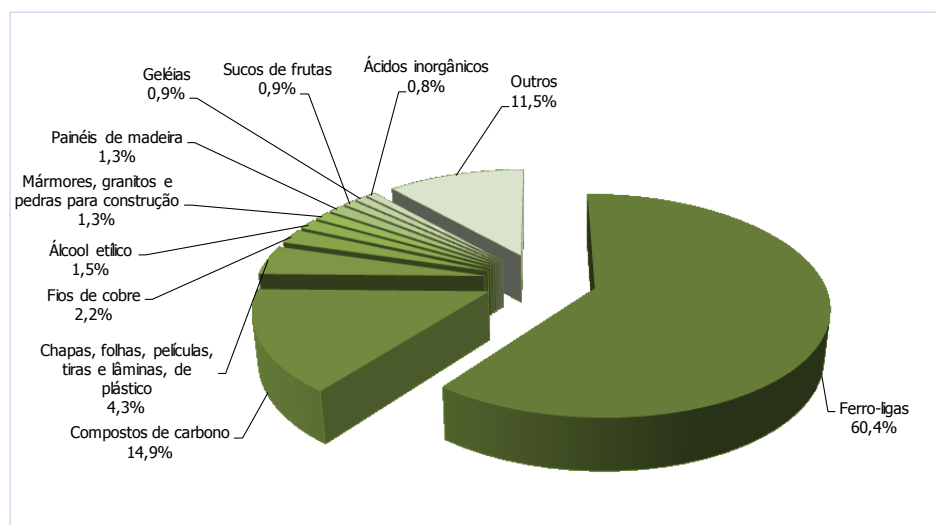
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Composição das exportações do Butão (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Ferro-ligas	84,6	60,4%
Compostos de carbono	20,9	14,9%
Chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plástico	6,1	4,3%
Fios de cobre	3,0	2,2%
Álcool etílico	2,1	1,5%
Mármore, granitos e pedras para construção	1,8	1,3%
Painéis de madeira	1,8	1,3%
Sucos de frutas	1,3	0,9%
Geléias	1,2	0,9%
Ácidos inorgânicos	1,2	0,8%
Subtotal	124,0	88,5%
Outros	16,1	11,5%
Total	140,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

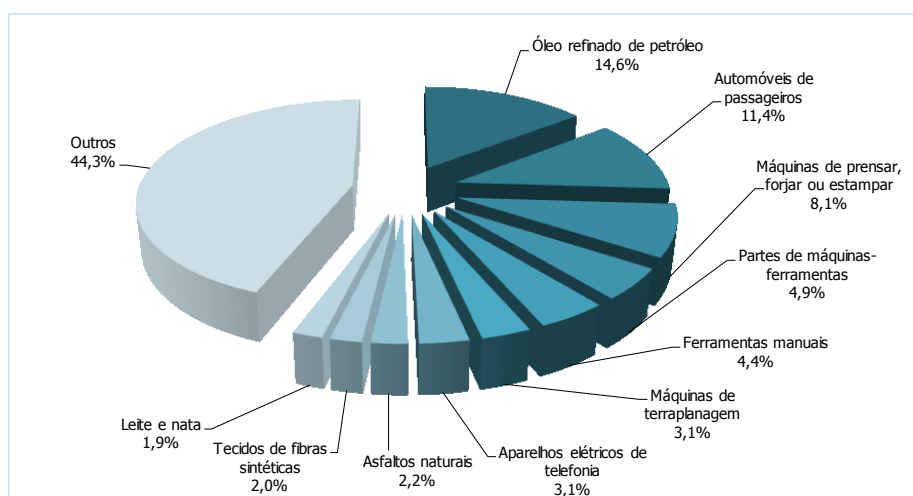


Composição das importações do Butão (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Óleo refinado de petróleo	66,95	14,6%
Automóveis de passageiros	52,50	11,4%
Máquinas de prensar, forjar ou estampar	37,37	8,1%
Partes de máquinas-ferramentas	22,45	4,9%
Ferramentas manuais	20,40	4,4%
Máquinas de terraplanagem	14,40	3,1%
Aparelhos elétricos de telefonia	14,22	3,1%
Asfaltos naturais	10,33	2,2%
Tecidos de fibras sintéticas	9,16	2,0%
Leite e nata	8,60	1,9%
Subtotal	256,37	55,7%
Outros	203,53	44,3%
Total	459,89	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Butão

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	6,23%	5,89%	11,21%	13,74%	8,44%
PIB nominal (US\$ bilhões)	2,12	2,32	2,63	3,05	3,37
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.681	2.887	3.217	3.672	3.999
PIB PPP (US\$ bilhões)	6,51	7,01	7,95	9,23	10,22
PIB PPP "per capita" (US\$)	8.225	8.720	9.729	11.122	12.118
População (mil habitantes)	791	804	817	830	844
Desemprego (%)	3,20%	3,20%	3,20%	3,20%	3,20%
Inflação (%) ⁽²⁾	3,03%	3,30%	4,48%	4,88%	4,77%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-29,14%	-29,38%	-16,60%	-15,04%	-3,96%
Câmbio (NU / US\$) ⁽²⁾	67,95	66,12	72,13	79,32	n.d.

Origem do PIB (2017 Estimativa)

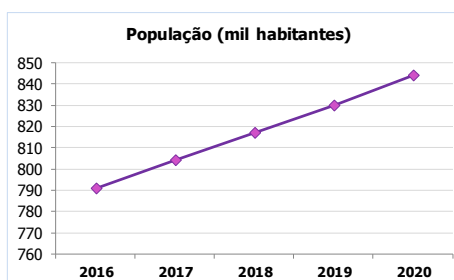
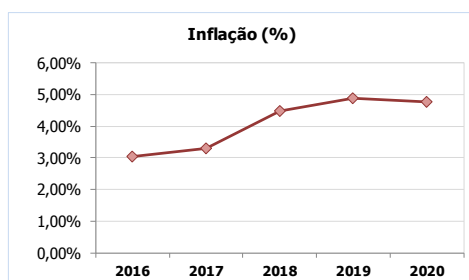
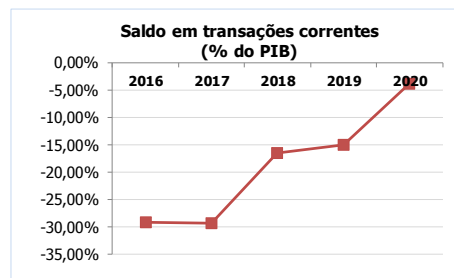
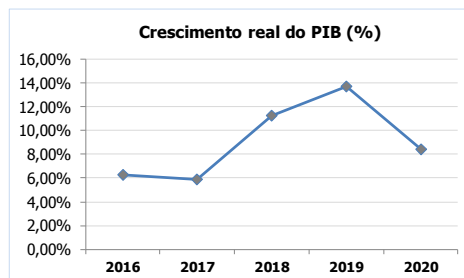
Agricultura	15,7%
Indústria	42,6%
Serviços	41,7%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 4th Quarter 2017.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

500 a.C.	Povos nômades se estabelecem nas planícies butanesas.
-----------------	---

747	O guru Rimpoche chega ao Butão, proveniente do Tibete.
Séc. XI	O Butão é ocupado por forças militares mongóis.
1616	O monge Ngawang Namgyal assume a liderança política do Butão e estabelece um governo central.
1862	Soldados butaneses saqueiam Sikkim e Cooch Behar, então estados clientes do <i>raj</i> britânico, ambos atualmente parte da Índia.
1864-1865	Guerra do Butão. O governo britânico declarou guerra ao Butão que, derrotado após três meses, perdeu territórios em sua porção meridional.
1865	O Tratado de Sinchula é assinado entre o Butão e a Grã-Bretanha.
1907	A monarquia é instituída. Ugyen Wangchuck torna-se o primeiro “rei dragão”.
1952	Jigme Dorji Wangchuck assume o trono.
1953	A Assembleia Nacional é instituída.
1959	Milhares de refugiados tibetanos buscam asilo no Butão após a incorporação do Tibete à China.
1972	Jigme Singye Wangchuck assume o trono após a morte do pai.
1990	Ocorrem confrontos de natureza étnica e protestos por democracia e pelos direitos dos nepaleses no sul do país.
1998	O rei cede poderes à Assembleia Nacional. O regime continua absolutista, com parlamentares escolhidos pelo monarca.
1999	Televisão e internet passam a ser permitidas no país.
2006	O rei Jigme Singye Wangchuck abdica. O príncipe-herdeiro Jigme Khesar Namgyel Wangchuck assume o trono.
2008	A monarquia constitucional é instituída, adotando eleições diretas para a escolha dos parlamentares.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2009	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Butão.
2009	Visita ao Brasil do primeiro-ministro do Butão, Jigmi Thinley, por ocasião da 5ª Conferência Internacional do Índice da Felicidade.
2012	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Jigme Thinley, por ocasião da Conferência Rio+20.
2018	Visita a Brasília de delegação butanesa, por ocasião do Fórum da Água.

ACORDOS BILATERAIS

Não há registro de acordos bilaterais

EMBAIXADA DO BRASIL EM NOVA DELHI**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR TOVAR DA SILVA NUNES****INTRODUÇÃO**

Minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Nova Delhi coincide com período de aceleração do crescimento econômico indiano e ampliação da influência geopolítica do país. Da perspectiva das relações bilaterais, no entanto, constata-se certa defasagem entre potencial e realizações, com dependência talvez excessiva em relação à agenda plurilateral e pouco dinamismo nos contatos e iniciativas bilaterais.

2. Os próximos anos demandarão esforço de revitalização da Parceria Estratégica entre Brasil e Índia, ambos em fase de ajustes internos e de transição para uma realidade global marcada pela emergência de múltiplos centros de influência. Essa revitalização poderá expressar-se em um enfoque em áreas e projetos de interesse comum, preferencialmente de caráter científico, tecnológico ou estratégico, de forma a conferir à relação bilateral densidade e diversidade condizentes com o elevado nível de entendimento alcançado entre Brasil e Índia em âmbito plurilateral.

AÇÕES REALIZADAS

a) Acompanhamento do cenário político interno:

3. Minha gestão teve início um ano e três meses após a eleição de Narendra Modi ao cargo de primeiro-ministro e a substituição do histórico Partido do Congresso (INC) pelo Bharatiya Janata Party (BJP). De 2014 a 2018, o BJP logrou ampliar sua presença em diferentes níveis de governo e regiões, passando a liderar ou integrar o governo de 20 dos 29 estados indianos.

4. Com a ascensão do BJP, a Embaixada empenhou-se em produzir análises sobre as principais transformações da política interna e em estabelecer e cultivar relacionamento privilegiado com atores políticos associados

ao partido governista, sem descuidar do contato com atores relacionados à oposição. Além de prospectar fontes para a compreensão da política interna, a Embaixada buscou explicar a distribuição das forças políticas na Índia por meio do acompanhamento de eleições estaduais, articulações entre partidos políticos e atividades de grupos que propagam a ideologia do nacionalismo hindu. Na área de direitos humanos e temas sociais, o posto concentrou-se no acompanhamento de conflitos sectários; questões de gênero; situação da comunidade LGBTI; e principais julgamentos da Suprema Corte indiana com efeitos sobre a garantia dos direitos humanos.

5. Procurei manter estreita relação com a Election Commission of India (ECI), equivalente local do TSE, para entender os processos eleitorais neste país. Em março de 2017, fui convidado a acompanhar, em Varanasi, o processo de apuração de votos das eleições para a Assembleia Legislativa do Uttar Pradesh, estado mais populoso da Índia.

6. A Embaixada também cultivou contato constante com atores não-estatais, dentre os quais os principais `think tanks` locais e acadêmicos selecionados, e participou de eventos e `briefings` restritos. Com a intermediação do posto, o `think tank` Research and Information System for Developing Countries (RIS) recebeu diplomatas brasileiros para cursos de curta duração, bem como pesquisadores brasileiros para residências no âmbito do `IBSA Fellowship Programme`, projeto capitaneado por aquele `think tank`.

b) Política externa indiana e relações bilaterais:

7. Para além do acompanhamento da política externa indiana, a Embaixada buscou ativamente facilitar uma maior aproximação política entre o Brasil e a Índia. Foi prestado apoio frequente a numerosas missões de autoridades brasileiras e à realização de reuniões técnicas de alto nível. Ponto alto desse processo, a visita oficial do presidente da República, em outubro de 2016, permitiu a identificação de prioridades no relacionamento bilateral: (i) diversificação da pauta comercial e ampliação de investimentos; (ii) desenvolvimento de soluções conjuntas em defesa; (iii) pesquisa agropecuária e redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias; (iv) energia; e (v) ciência e tecnologia, incluindo a área espacial (pesquisas e experimentos com nano-satélites).

c) Agrupamentos plurilaterais:

8. A Embaixada produziu subsídios e prestou suporte para atividades no âmbito de mecanismos como o BRICS, o IBAS e o G4. No caso do BRICS, ressaltos os trabalhos no suporte e na preparação da participação brasileira na Cúpula de Goa (out/2016), bem como ao longo da correspondente presidência de turno indiana, em que foram realizados mais de 100 eventos em nível ministerial ou de peritos. Diplomatas do posto representaram a parte brasileira ou integraram as delegações em número expressivo de reuniões setoriais. Ao longo das presidências de turno de outros membros do BRICS, o posto procedeu a gestões e à coleta de informações junto ao governo indiano, bem como se fez representar em eventos do BRICS realizados na Índia, como a Reunião dos Enviados Especiais do BRICS para o Oriente Médio (abr/2017).

9. O fórum IBAS passa por processo de reativação, com a realização de reunião ministerial (Durban, nov/2017) e de pontos focais nacionais (Chennai, abr/2018), e expectativa de que reunião de Cúpula seja sediada pela Índia proximamente. Em minha gestão, o posto preparou subsídios e realizou contatos com vistas à revitalização do IBAS. Entre os eventos no âmbito do IBAS, ressaltos a quinta edição do exercício naval conjunto IBSAMAR (Goa, fev/2016), de cujo encerramento participei, e a `Workshop` de Turismo Rural do IBAS (Nova Delhi, fev/2017).

10. No âmbito do G4, a Embaixada acompanhou e prestou suporte à realização de Reunião de Diretores-Gerais (Nova Delhi, mar/2016), além de ter realizado gestões solicitadas em diversas ocasiões.

d) Defesa e segurança:

11. O contexto geopolítico instável faz da área de defesa uma prioridade para as relações exteriores da Índia. O país é o maior importador mundial de armamentos, o que se explica pela limitada capacidade de desenvolvimento interno de tecnologias e equipamentos bélicos. Há quase duas

décadas, e especialmente no governo Modi, a Índia busca modernizar suas forças armadas e reduzir a dependência de armamentos importados.

12. A cooperação na área de defesa é especialmente promissora para o Brasil. Os dois países mantêm adidos de Defesa em suas respectivas capitais desde 2009. Há dois mecanismos de diálogo bilateral sobre defesa, que se reuniram uma vez cada durante minha gestão. Um exemplo dessa cooperação foi a adaptação de radares indianos para uso em três aeronaves EMB-145 adquiridas, em 2008, pela Força Aérea indiana.

13. Na área de segurança e inteligência, foram realizadas duas visitas do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), general Sergio Etchegoyen, o qual manteve encontros com o assessor de Segurança Nacional da Índia, Ajit Doval. Em 2017, foi criada no posto uma Adidância Civil de Inteligência, chefiada por funcionário indicado pela ABIN.

e) Energia:

14. O setor de energia do posto priorizou esforços em biocombustíveis e energia solar, no contexto de fontes renováveis, e em investimentos recíprocos em petróleo e gás natural, no âmbito das não renováveis.

15. No setor de biocombustíveis, destacam-se a organização de missão indiana ao Brasil (jan/2017), com agenda em Brasília, Campinas e Piracicaba, e o Seminário Índia-Brasil sobre Biocombustíveis (fev/2018, Nova Delhi). No plano multilateral, o posto atuou pela adesão da Índia à Plataforma para o Biofuturo e pela participação indiana na `I Biofuture Summit` (São Paulo, out/2017). Por fim, houve participação brasileira expressiva na `International Conference on Sustainable Biofuels` (Nova Delhi, fev/2018). Na área de energia solar, a embaixada relatou os esforços do governo indiano e elaborou subsídios e análises, que redundaram na assinatura brasileira do Acordo-Quadro da Aliança Solar Internacional (ISA). O posto representou o Brasil na cerimônia de fundação da ISA (Nova Delhi, mar/2018) e tem participado das reuniões do Comitê Gestor Internacional e dos encontros mensais promovidos pelo

Secretariado.

16. Na área de petróleo e gás, destaca-se a visita a Nova Delhi do então ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho (dez/2016), que contou com apoio substantivo e logístico do posto. A autoridade brasileira participou da 12^a feira `Petrotech` e encontrou-se com seu homólogo indiano e com empresários locais. Como resultado, facilitaram-se contatos para atração de investimentos estatais indianos no setor de refino no Brasil e foram realizados esclarecimentos, junto ao governo local, sobre o estado do empreendimento conjunto da Petrobrás com empresas indianas na Bacia Sergipe-Alagoas. O posto tem participado de conferências internacionais e acompanhado as políticas indianas para o setor.

f) Meio ambiente:

17. O início de minha gestão coincidiu com a adoção do Acordo de Paris e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Dado esse contexto, o setor de meio ambiente relatou e analisou as ações do governo indiano para o cumprimento das contribuições nacionalmente determinadas (NDC), sobretudo nas áreas de geração de eletricidade e transportes, e avaliou os desafios e estratégias da Índia associados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O posto atuou na promoção da 8^a edição de Fórum Mundial da Água (Brasília, 18-23/03/2018), mediante aproximação a atores governamentais e não governamentais, apresentações em conferências e artigos em jornais.

18. Merece destaque o intercâmbio na área de direito ambiental. O ministro do Superior Tribunal de Justiça, Herman Benjamin, realizou três visitas à Índia (nov/2016, mar/2017 e nov/2017), a convite do presidente do Tribunal Verde da Índia (NGT). A rede de contatos do ministro Benjamin facultou ao posto acesso a eventos realizados pelo NGT e ensejou a participação de juristas indianos no 8^a Fórum Mundial da Água.

g) Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I):

19. A Índia confere alta prioridade ao relacionamento

com o Brasil em CT&I, como ilustrado pela perspectiva de delegação indiana de alto nível na 2ª reunião da Comista bilateral em CT&I, a realizar-se no Brasil em maio de 2018, além de visitas a instituições científicas e laboratórios brasileiros. Com relação a temas de inovação, destacam-se a visita de diretor da FINEP a Calcutá e Nova Delhi (set/2016) e a inclusão do posto na edição de 2018 do Programa de Trabalho de Diplomacia da Inovação. O posto tem ampliado contatos com importantes atores indianos sobre inovação, entre incubadoras, centros tecnológicos, universidades e investidores de capital de risco.

20. No setor de TICs, a Embaixada participou das duas videoconferências bilaterais sobre temas cibernéticos globais (abr/2016 e mai/2018). O posto atuou nas negociações do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Segurança Cibernética, que deverá ser assinado proximamente. Prestou-se apoio ao processo de negociação de convênio sobre computação de alta performance entre o Centro de Desenvolvimento de Computação Avançada da Índia e a Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI), firmado em abril de 2018.

21. Na área espacial, o posto atuou para restabelecer a cooperação bilateral entre a Organização de Pesquisa Espacial Indiana (ISRO) e a Agência Espacial Brasileira (AEB). Em fevereiro de 2018, diretor da AEB realizou visita à ISRO, ocasião em que foram identificadas oportunidades de trabalho conjunto em lançamentos, aplicações e intercâmbio acadêmico.

h) Agricultura:

22. Dada a importância do setor agrícola para a Índia, foi dedicada especial atenção ao acompanhamento dos dados agrícolas do país, com vistas a identificar oportunidades para produtos exportados pelo Brasil e que se beneficiam de flutuações na safra indiana (caso do açúcar e de algumas leguminosas).

23. Tive o privilégio de receber visitas dos titulares do Ministério da Agricultura em duas ocasiões (Katia Abreu, nov/2015, e Blairo Maggi, ago/2016). Ambas as visitas

contribuíram para a identificação de uma rica agenda de trabalho na área agrícola. Ademais, a visita do ministro Maggi ensejou junto a autoridades indianas tratativas quanto à harmonização de protocolos e certificados sanitários e fitossanitários.

24. Entre as principais oportunidades, identifiquei a cooperação na área da cadeia a frio, setor particularmente carente na Índia, o que busquei divulgar junto ao empresariado brasileiro. O posto organizou visita a Nova Delhi do CEO da Ásia-Brasil Agro Alliance, Marcos Saraiva Jank (nov/2017), para discutir esse e outros temas com autoridades e empresários indianos (exportação de proteína animal e vegetal, cooperação em biocombustíveis, notadamente o etanol de segunda geração). Outra área promissora é a cooperação genética e reprodução assistida em bovinos, tema de memorandos de entendimento entre a Embrapa e autoridades indianas, cuja implementação aguarda a finalização de planos de ação pelo lado brasileiro.

25. Entre os desafios, observo que o setor agrícola da Índia ainda é particularmente fechado e as exportações brasileiras são frequentemente dificultadas por altas tarifas e por barreiras sanitárias e fitossanitárias. O posto fez gestões junto às autoridades indianas para a liberação das importações brasileiras de uma série de produtos, como maçã (liberadas em setembro de 2017), carne suína (ainda pendente de resposta indiana), citrus, fava e abacate (em estágio final de aprovação dos certificados sanitários).

26. Noto que as gestões do posto se beneficiariam de maior agilidade do lado brasileiro em responder a demandas indianas. Além de planos de ação no âmbito dos instrumentos assinados com a Embrapa, o lado indiano questiona o andamento de análises de riscos de pragas de uma série de cultivos, pendentes desde 2012.

i) Acompanhamento econômico, finanças e investimentos:

27. Minha gestão coincidiu com expressivo crescimento da economia do país. Foram preparados relatórios macroeconômicos e de análise específica regularmente. Adicionalmente, o posto

empenhou-se na divulgação de dados macroeconômicos brasileiros, em especial à luz do bom desempenho da economia brasileira em 2017 e 2018 e das reformas estruturais efetuadas e ainda em curso. O posto empenhou-se, também, em fazer chegar ao setor privado indiano informações acuradas sobre as oportunidades de investimentos no Brasil, especialmente após o anúncio dos planos de privatização do Governo Federal em 2017. Em dezembro último, realizei mesa redonda na embaixada com representantes das principais empresas indianas com investimentos no Brasil.

28. Os investimentos indianos no Brasil - estimados em cerca de 6,5 bilhões de dólares - apresentaram visível tendência de crescimento nos últimos anos. A `Sterlite Power`, por exemplo, ganhou em 2017 licitação da ANEEL para a construção e a operação de linhas de transmissão no Brasil (RS e PE), com novos investimentos estimados de R\$485 milhões. Outro exemplo é o do setor de mineração, onde o grupo `DP Jindal` concluiu negociação para investir US\$ 70 milhões em Santana-AP.

29. Foi negociado Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, que deverá estimular os investimentos recíprocos entre Brasil e Índia e cuja assinatura deverá ocorrer proximamente. O acordo cria quadro regulatório abrangente e favorável à atuação de empresas brasileiras na Índia e vice-versa, e situará o Brasil como um dos poucos países com os quais a Índia mantém acordos de investimentos.

30. O posto esteve atento aos projetos de integração em que a Índia está engajada, especialmente à luz de seu possível impacto nas negociações sobre a ampliação do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) com o Mercosul.

j) Promoção comercial:

31. Priorizei iniciativas destinadas a aumentar o volume, diversificar e elevar o valor agregado da pauta de exportações (US\$7,6 bilhões em 2017, sendo US\$4,7 bilhões de exportações brasileiras), bem como a promover a ampliação do fluxo bilateral de investimentos. Verifiquei que desafios centrais consistem no enfrentamento de barreiras tarifárias e não tarifárias e na sensibilização do empresariado nacional quanto às oportunidades e particularidades do

mercado indiano, tarefas nas quais os órgãos competentes do Governo brasileiro (MRE, MAPA, MDIC, APEX, entre outros) desempenham papel fundamental.

32. No contexto da visita presidencial à Índia e da realização da 8ª Cúpula do BRICS neste país (out/2016), o encontro de líderes empresariais brasileiros e indianos com o presidente da República e o primeiro-ministro indiano confirmou a importância de uma maior sensibilização do empresariado nacional para o incremento qualitativo do comércio e investimentos bilaterais. Na mesma ocasião, realizou-se a Feira de Comércio dos BRICS, que contou com missão de 17 empresas brasileiras, lideradas pela APEX. Na ocasião, foi realizado seminário intitulado `Invest in Brazil`, no qual proferi palestra juntamente com Gerente de Investimentos da agência.

33. Com o intuito de atrair o interesse e a atenção da iniciativa privada brasileira a oportunidades concretas de mercado na Índia, contratei a elaboração de estudo detalhado de 25 setores pela empresa `T&A Consulting`, com o apoio financeiro do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR). Concluído em março de 2017, o estudo apresenta panorama detalhado das políticas comercial, regulatória e tarifária locais de cada setor. O estudo agregou massa crítica e dados estatísticos valiosos e já fundamentou iniciativas como a realização de mesa redonda com investidores e potenciais investidores no Brasil. Outro evento importante foi o `Roundtable Discussion on India-Brazil Dynamics and Opportunities in Agribusiness and Food Processing`, realizado pelo posto, em 2/11/2017, com apoio do DPR.

k) Promoção cultural e cooperação educacional:

34. Há uma demanda por maior conhecimento sobre o nosso país. A Índia é terreno fértil para a disseminação da cultura brasileira, em especial através do cinema, da música e do ensino da língua portuguesa. Foram nessas áreas em que intensifiquei a atuação do posto, sem prejuízo de oportunidades em outras artes.

35. A vinda de técnicos e jogadores de futebol para o treinamento de times locais tem fortalecido a inserção do

Brasil no meio esportivo indiano. Assim, apoiei atividade de cooperação esportiva em uma comunidade no estado de Kerala, no contexto da Copa do Mundo Sub-17.

36. No setor educacional, estreitei diálogo e colaboração com escolas e universidades indianas. Em 2015 e 2016, aulas de Português do Brasil foram ministradas na Universidade de Delhi pelo então chefe do setor Cultural, na qualidade de professor convidado `pro bono`. No primeiro semestre de 2017, foi estabelecido leitorado na Universidade Jawaharlal Nehru (JNU), com a professora Arizangela Figueiredo.

37. A Embaixada realizou levantamento sobre como nosso país e região são descritos no material escolar adotado na Índia. O resultado sugere que mesmo indianos com bom nível educacional desconhecem a projeção atual do Brasil e as confluências de visão com a Índia em temas da agenda internacional.

38. O cinema nacional vem sendo divulgado pelo posto com a promoção de títulos brasileiros em festivais e mostras em cidades como Delhi, Goa, Chennai, Calcutá e Mumbai (nesta última, em colaboração com o Consulado-Geral). Foram exibidas produções nacionais em mostras gerais e temáticas, internacionais ou de grupos de países afins. Adicionalmente, prestei apoio institucional a equipes de filmagem e a produções brasileiras em busca de contatos no mercado indiano.

39. A Embaixada buscou promover e apoiar apresentações de músicos nacionais, tais como o grupo `Bixiga 70` e o pianista Antonio Guerra, e apoiou a realização de residências artísticas de produtores culturais diversos, como a desenhista Andreia Dulianel, os grafiteiros Renato Reno e Douglas de Castro (do coletivo `Bicicleta Sem Freio`), o artista plástico Alexandre Mury, as escritoras Adriana Lisboa e Veronica Stigger e a poeta Angélica Freitas.

40. Apoiei o projeto fotográfico `The Aesthetics of Joy: Holi and Carnival`, com exposição e publicação de livro sobre as referidas manifestações culturais. Nesse projeto, os fotógrafos Ailton Silva (Brasil) e Natasha Hemrajani (Índia) trocaram de lugar para registrar em imagens o festival "do outro". Na área de gastronomia, destaco a oficina sobre cachaça e caipirinha com o professor Jairo Martins, que

consistiu em exercício de apresentação da cachaça para o mercado indiano.

41. No contexto dos 70 anos de relações diplomáticas, iniciei levantamento histórico, documental e iconográfico das trocas entre Brasil e Índia. Tais registros poderiam compor livro, exposição e outros produtos culturais, que ajudariam a valorizar os elos entre os dois povos.

l) Atividades consulares:

42. Busquei dar prioridade ao aperfeiçoamento do espaço físico e à alocação de recursos humanos no setor consular. Foi criado novo espaço, que permitiu ao posto oferecer condições dignas de atendimento ao público e de trabalho aos funcionários do setor. Logrou-se diminuir o prazo médio de concessão de vistos de 20 para três dias úteis e, conseqüentemente, fazer frente ao aumento expressivo da demanda por serviços consulares na jurisdição de Nova Delhi. Iniciou-se, igualmente, processo de licitação para a escolha de empresa apta a instalar centros de recepção de vistos na Índia e no Butão.

43. Desde 2006, não tinha havido expansão da rede de consulados honorários na Índia, fundamentais para apoiar e consolidar o relacionamento bilateral. Foram criados, na minha gestão, consulados honorários em Hyderabad e Bangalore, e aguarda-se encaminhamento da documentação de instrução do processo para criação de consulado honorário em Chennai. Por fim, o posto prestou suporte às negociações de acordo previdenciário entre Brasil e Índia.

m) Administração do posto:

44. Em continuidade aos esforços de meus antecessores, busquei orientar as ações administrativas pela preocupação em conservar o patrimônio histórico do posto, refletido em dois imóveis próprio-nacionais (Chancelaria e Residência Oficial), localizados em área nobre de Delhi. Cabe ressaltar que os esforços de recuperação, conservação e acréscimo de benfeitorias, nos espaços internos e externos, muito contribuíram para o desempenho das atividades de representação.

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS

45. As proporções continentais, a natureza federalista da política indiana e a existência de importantes centros econômicos distantes entre si impõem a necessidade de deslocamentos constantes pelo país. Para atender às demandas do ofício diplomático e explorar as oportunidades que a Índia oferece ao Brasil, seria importante garantir a presença do chefe do posto ou de colaboradores diplomatas, em bases regulares, em eventos e reuniões em outros estados, o que não tem se mostrado possível. Em diversas circunstâncias, arqueei pessoalmente com os custos de deslocamento para participar de atividades fora de Nova Delhi. A nomeação de novos cônsules honorários teve entre suas motivações mitigar algumas das dificuldades relativas ao deslocamento de servidores do posto.

46. Outra dificuldade recorrente refere-se à incapacidade da chancelaria local e de outros órgãos do governo indiano de reagir a consultas com celeridade correspondente à capacidade de proposição do Brasil.

47. Em outra frente, a retração da economia brasileira, a partir de 2015, refletiu-se em relativa redução no interesse do empresariado indiano no Brasil. Esse desafio vem sendo sanado com o revigoramento recente da economia brasileira, além da atuação decidida do setor de promoção comercial do posto.

48. O posto encontrou desafios em mobilizar atores brasileiros, governamentais e não governamentais, para explorar o potencial de cooperação com a Índia em pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico. Assim, a embaixada produziu, periodicamente, panoramas setoriais, visando a sensibilizar o lado brasileiro sobre a importância da aproximação bilateral.

49. Por fim, noto que Nova Delhi impõe dificuldades específicas relativas à qualidade de vida dos servidores do posto e de seus familiares. Trata-se da capital com os piores índices de poluição do mundo. Preocupações com segurança são também reportadas, especialmente por colaboradoras e por cônjuges do sexo feminino. As dificuldades enfrentadas, ao que se somam

temperaturas inclementes durante a maior parte da primavera e do verão - em 2016, foi registrada sensação térmica de 49,2 °C -, elevam o custo de vida em Delhi, ao acarretar desembolsos que não se fazem necessários na grande maioria dos postos do Serviço Exterior Brasileiro, além de criar demanda sensível por afastamentos periódicos de servidores e familiares.

SUGESTÕES PARA O NOVO TITULAR

50. A ascensão econômica da Índia combinada a seu reposicionamento geopolítico fazem do relacionamento com o país um dos principais eixos de uma necessária revisão estratégica da política externa do Brasil para a Ásia, que permita aumentar a presença regional do Brasil e aproveitar as oportunidades oferecidas pela pujança econômica do continente. É grande o potencial da Índia para representar, nesse contexto, uma verdadeira "porta de entrada" do Brasil na Ásia, o que se reforça pelo fato de os dois países compartilharem características como o multiculturalismo, a diversidade étnica, a defesa da democracia e a confluência de posições em questões multilaterais.

51. Em sua fase atual, o relacionamento indo-brasileiro requer a renovação dos mecanismos de diálogo e a redefinição de áreas prioritárias e projetos de interesse mútuo. Há nítida carência de um foro de alto nível, nos moldes da reunião anual de líderes entre Índia e países como Rússia e Japão, que poderia ser complementado por diálogos setoriais em nível ministerial.

52. O comércio exterior Brasil-Índia apresenta panorama promissor, com evolução expressiva desde o início da década passada e grande potencial a ser explorado: de US\$ 489 milhões no ano 2000, a corrente de comércio alcançou um pico de US\$ 11,43 bilhões em 2014. Esses números devem ser vistos da perspectiva da concentração da pauta, da qual 60% correspondem ao comércio de petróleo cru e óleo diesel. Diversificar a pauta, incluindo produtos de maior valor agregado, constitui desafio tão grande quanto a ampliação do fluxo comercial, estagnado em patamar inferior ao seu auge em 2014 e totalizando US\$ 7,60 bilhões em 2017.

53. Noto o desconhecimento em meio à comunidade empresarial

brasileira quanto ao atual momento de crescimento e de reformas econômicas pelo qual passa este país. Seria de interesse elaborar uma estrutura de missão empresarial mais adaptada ao dinamismo e particularidades do mercado indiano.

54. Na área de energia, considero haver momento propício para aprofundar a cooperação em biocombustíveis, tanto em pesquisa e desenvolvimento, como em comércio e investimentos. Caberia considerar a constituição de grupo de trabalho bilateral para institucionalizar as relações na área. Avalio que a ratificação do Acordo Quadro da ISA reforçaria a imagem positiva do Brasil no contexto do combate à mudança do clima e ajudaria a alavancar a indústria nacional de energia solar. Dado o avançado estágio da Índia no setor de refino, uma parceria tecnológica poderia apoiar a modernização do parque `midstream` brasileiro. Ao mesmo tempo, o prognóstico de crescimento da demanda indiana por petróleo cru deverá ampliar oportunidades para exportações brasileiras da `commodity`.

55. Em CT&I, aproveitando o contexto propício em ambos os países, caberia atribuir ênfase a projetos de fomento à inovação, mediante adoção de programas de apoio a `startups` e por meio da aproximação entre universidades e empresas. Na área ambiental, existe espaço para aproximação bilateral em recursos hídricos.

56. Na área de saúde, o intercâmbio de pesquisadores, o maior contato entre instituições e o desenvolvimento conjunto de fármacos poderiam trazer benefícios à população brasileira, principalmente no acesso a medicamentos e em inovações no tratamento de doenças que afetam ambos os países.

57. À luz da nova lei de migração, bem como das diversas questões consulares bilaterais pendentes identificadas pelo posto (transferência de presos, tratamento migratório a nacionais brasileiros e indianos, acordo de seguridade social, notificação consular em casos de detenção de nacionais brasileiros), considero fundamental convocar reunião do Mecanismo de Diálogo Consular, criado em 2015.

58. Entre as ações de longo prazo, destaco a revisão do conteúdo sobre o Brasil no material escolar adotado na Índia. Para esse projeto e para ações mais amplas de difusão

cultural, faz-se necessária a formulação de conteúdo "tailor-made" sobre o Brasil, que aborde temas caros ao país na atualidade, como democracia, multilateralismo, pacifismo, diversidade racial e cultural e desenvolvimento sustentável.

BUTÃO

59. A partir da década de 1980, o Butão passa por um processo de modernização institucional e abertura para o exterior. O principal marco dessas transformações foi a adoção a partir de 2008, por iniciativa da própria família real, da democracia parlamentarista como modo de governo, em substituição ao regime absolutista teocrático tradicional daquele país.

60. A economia butanesa tem demonstrado taxas de crescimento consideravelmente elevadas nos últimos anos e foi estimada em 5.9% em 2017. O PIB per capita elevou-se de US\$ 997,74, em 2003, para US\$ 2870,00 em 2017. Em março de 2018, a Comissão para Políticas de Desenvolvimento (CDP), subsidiária da ECOSOC, recomendou que o Butão seja retirado da listagem de países de menor desenvolvimento relativo. O crescimento da economia butanesa deve-se principalmente ao setor hidrelétrico, com exportação de energia limpa para a Índia (e, em breve, também para Bangladesh), e ao turismo. A agricultura emprega em torno de 58% da população, mas responde por apenas 15,7% do PIB.

61. O Butão atribui singular importância à proteção do meio ambiente, elemento-chave de sua cultura e identidade nacional, destacando-se a esse respeito mesmo em comparação com outros países fortemente engajados sobre o tema. A promoção do desenvolvimento sustentável e a conservação da natureza correspondem a dois dos quatro pilares que orientam as políticas públicas do Butão, juntamente com a preservação e promoção da cultura butanesa e a boa governança. Entre os resultados dessa primazia de temas ambientais, nota-se, como exemplo, que o Butão é celebrado como o único país "carbon negative" do mundo, i.e., que remove gás carbônico da atmosfera mais do que emite, não obstante uma indústria de turismo e um tráfego de veículos crescente. Adicionalmente, a constituição do Butão estabelece que ao menos 60% de seu território deve ser conservado sob a cobertura florestal original.

62. Em sua política externa, o Butão guarda vínculos profundos com a Índia, em uma relação tradicional de dependência que o reino himalaio tem se esforçado para atenuar. O Tratado de Amizade entre Índia e Butão de 1949 estabeleceu que as relações exteriores do Butão seriam "orientadas pelo aconselhamento do governo indiano", cláusula que vigorou até 2007, quando o tratado foi revisto. Persiste, contudo, a percepção de uma "relação especial" entre os dois países, calcada na dependência do reino himalaio junto ao único vizinho com quem mantém relações diplomáticas - o Butão rompeu relações e fechou as fronteiras com a China no contexto dos conflitos de 1959 no Tibete, e as relações não foram normalizadas desde então.

63. A expansão das relações diplomáticas do Butão ocorreu em três etapas. Na primeira, a ênfase recaiu sobre países da região sul-asiática: Bangladesh (1973), Nepal (1983) e Maldivas (1984). Não obstante o tratado de 1949, relações diplomáticas formais com a Índia só foram estabelecidas em 1968. Na etapa seguinte, ao longo da década de 1980, o Butão buscou acercar-se de grandes doadores, como Japão, Dinamarca e União Europeia, com o propósito de obter recursos e cooperação, bem como de diminuir sua dependência com relação à Índia. Numa terceira etapa, entre 2002 e 2013, período de reformas internas significativas, o governo butanês avaliou ser necessário contar com representação global. Nesse período, o Butão ampliou o número de países com quem mantém relações diplomáticas de 19 para 53. O Brasil, primeiro país latino-americano com o qual o Butão estabeleceu relações diplomáticas, em 2009, faz parte dessa terceira etapa. O Butão candidatou-se, sem êxito, a um assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o mandato 2013-2014. Após esse episódio, a diplomacia butanesa parece priorizar a consolidação das parcerias já estabelecidas, e não estabeleceu relações diplomáticas com novos parceiros.

64. O Butão não mantém relações diplomáticas com quaisquer dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (EUA, China, Rússia, França e Reino Unido). Não obstante, interlocução informal é mantida, especialmente por intermédio da Embaixada do Butão em Nova Delhi, com os Estados Unidos e a China. Também há interlocução, em menor medida, com as

missões do Reino Unido e da França, enquanto a interação com a Rússia seria mais rarefeita.

65. No diálogo com a China, cabe destaque às negociações sobre demarcação de fronteiras, em curso desde os anos de 1980, e as tensões recentes no platô de Doklam. Em 2017, uma tentativa chinesa de construção de estrada em território reivindicado também pelo Butão resultou em impasse militar, por mais de 70 dias, entre China e Índia - que atuou em defesa de seu vizinho himalaio, bem como em atenção a suas próprias preocupações securitárias, dada a sensibilidade para a segurança indiana da região disputada.

BUTÃO - ATIVIDADES REALIZADAS

66. O Posto acompanhou proximamente os desenvolvimentos recentes na política interna e externa do Butão, com especial atenção às questões fronteiriças com a China, e cultivou interlocução com a Real Embaixada Butanesa em Nova Delhi. Além do contato por intermédio das Embaixadas, realizei duas visitas a Thimphu, em 5/12/2015 e em 24-25/3/2016. Na primeira ocasião, quando apresentei credenciais, mantive encontro com o rei do Butão; com o primeiro-ministro e com todos os ministros governo butanês; e com membros de destaque da oposição. Na segunda visita, encontrei-me ainda com o Secretário do Exterior e realizei visita ao Royal Thimphu College, instituição onde leciona a professora brasileira Kalinca Susin. Os encontros realizados nessas visitas permitiram reafirmar os laços do Brasil com o Butão e explorar possibilidades para atuação conjunta.

67. A confiança construída entre Brasil e Butão reflete-se no inequívoco apoio butanês a pleitos brasileiros em instâncias multilaterais. No período de minha gestão, o Butão anunciou apoio unilateral às candidaturas brasileiras no Conselho de Direitos Humanos (CDH); Comissão de Direito Internacional (CDI); União Postal Universal (UPU); Organização da Aviação Civil Internacional (OACI); Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ); Comitê do Patrimônio Mundial, no âmbito da UNESCO; Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW); Comitê dos

Direitos da Criança (CRC); e Corte Internacional de Justiça (CIJ). O Butão apoia o pleito brasileiro por um assento permanente em um Conselho de Segurança reformado.

68. Na seara de cooperação, dois projetos foram concretizados durante a minha gestão. Em outubro de 2016, o técnico de futebol Reinaldo Lima conduziu treinos com jovens jogadores butaneses e oficinas com outros treinadores em Thimphu, em iniciativa que atendia à solicitação específica do primeiro ministro do Butão por cooperação sobre futebol. Em março 2018, dois especialistas butaneses na área de gestão de recursos hídricos fizeram viagem ao Brasil, onde participaram do 8º Fórum Mundial da Água (Brasília, 18-23/3), encontraram-se com representantes da Agência Nacional de Águas (ANA), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do Banco Mundial, e, de 24 a 28/3, realizaram visitas técnicas aos projetos de gestão de recursos hídricos de Itaipu Binacional. Ambas os projetos contaram com o apoio da ABC.

69. O ministro Hermann Benjamin, do STJ, esteve no Butão em 2017, promovendo intercâmbio entre os judiciários, com ênfase em questões ambientais. Graças aos contatos e esforços do ministro Benjamin, um juiz da Suprema Corte butanesa e uma especialista da área jurídica da `National Environment Commission` também estiveram no Brasil em março de 2018, para participar do segmento de juízes e promotores do Fórum Mundial da Água. Por iniciativa do ministro Benjamin, em coordenação com a Embaixada, deu-se início a cooperação na área de ensino de direito.

70. Contatos sobre eventual interesse em cooperação técnica com o Butão foram travados com instituições e agências brasileiras diversas, com reações preliminares geralmente positivas. São exemplos a EMBRAPA; MAPA; Ministério dos Esportes; Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN); Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL); e o Centro de Excelência contra a Fome, do Programa Mundial de Alimentos. Interesse foi acenado também por pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

71. Em abril de 2018, a embaixadora, não residente, do Butão junto ao Brasil, Doma Tshering, realizou visita à ABC e à Agência Espacial Brasileira (AEB). Tshering indicou que recomendaria a seu país a retomada das negociações de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) bilateral, inicialmente proposto pelo Brasil, bem como informou do interesse butanês de explorar possibilidades de cooperação na área espacial. O Posto reapresentou a proposta brasileira de ACT, de 2014, bem como tem buscado facilitar o contato entre a AEB e o governo butanês.

BUTÃO - PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS

72. A distância geográfica, o limitado conhecimento mútuo e o estado ainda incipiente dos laços humanos entre os dois povos impõem dificuldades especiais para o fortalecimento das relações entre o Brasil e o Butão. O quadro atual de restrições orçamentárias dificulta o atendimento às demandas butanesas por cooperação técnica e auxílio ao desenvolvimento.

BUTÃO - SUGESTÕES

73. A recente atividade na área de gestão de recursos hídricos pode ter seguimento por meio de iniciativas como a realização de `workshop` sobre o tema, aproveitando-se os contatos estabelecidos pela delegação butanesa em sua visita ao Brasil e a boa vontade resultante por parte do governo butanês. Da mesma forma, o momento atual é propício para avançar nas negociações do acordo de cooperação técnica, que forneça quadro mais amplo para atividades em áreas diversas.

74. A prioridade que ambos os países atribuem ao tema do desenvolvimento sustentável e a importância da hidroeletricidade em suas matrizes energéticas criam oportunidades para cooperação bilateral. Outras áreas de cooperação em que o Butão tem demonstrado interesse incluem esportes, especialmente o futebol; tecnologia espacial; melhoria de sementes, aprimoramento de raças bovinas e formação de cooperativas de pequenos agricultores; nutrição escolar; e promoção do turismo.

75. Como jovem democracia, o Butão pode receber auxílio do Brasil com vistas à consolidação de instituições, formulação de políticas e capacitação no setor público. Além de constituir contribuição estrutural para o desenvolvimento do país, a cooperação nessa área pode estabelecer laços de confiança profundos e duradouros. Além da Índia, que tradicionalmente exerce esse papel junto ao Butão, atividades de cooperação nessa área estão sendo conduzidas pela União Europeia e pelo Japão. No caso brasileiro, os recentes intercâmbios entre os judiciários constituem passo promissor nessa direção.

2ª PARTE - DELIBERATIVA

3



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 52, DE 2018

(nº 328/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Suécia e, cumulativamente, na República Letônia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 328

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

Os méritos do Senhor Nelson Antonio Tabajara de Oliveira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de junho de 2018.

EM nº 00117/2018 MRE

Brasília, 5 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Antonio Marcondes de Carvalho

Aviso 292 - C. Civil.

Em 14 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA

CPF.: 186.636.481-20

ID.: 8293 MRE

1957 Filho de João Tabajara de Oliveira e Anna Maria Tabajara de Oliveira, nasce em 4 de março, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1982 CPCD - IRBr
 1995 CAD - IRBr
 2007 CAE - IRBr, Novas ameaças, velhas vulnerabilidades: o novo conceito de segurança hemisférica e a agenda de desenvolvimento latino-americana.

Cargos:

1983 Terceiro-secretário
 1988 Segundo-secretário
 1996 Primeiro-secretário, por merecimento
 2003 Conselheiro, por merecimento
 2008 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2013 Ministro de primeira classe

Funções:

1983-85 Divisão de Passaportes, assistente
 1985-87 Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assistente
 1987-90 Embaixada no Vaticano, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1990-93 Embaixada em Santiago, Segundo-Secretário
 1993-96 Embaixada em Nova Delhi, Segundo-Secretário
 1996-99 Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, Chefe, substituto
 1998 XXI Reunião da Comissão Internacional para Conservação do Atum Atlântico, Chefe de delegação
 1999 Reunião Extraordinária para Determinação de Critérios para Designação de Quotas no âmbito da ICCAT, Chefe de delegação
 1999-2001 Embaixada em Estocolmo, Primeiro-Secretário
 2001-03 Departamento de Organismos Internacionais, Assessor
 2003-06 Divisão da Organização dos Estados Americanos, Chefe
 2006-08 Missão junto à OEA, Washington, Conselheiro
 2008-11 Representação Permanente junto à Conferência do Desarmamento, Genebra, Ministro-Conselheiro
 2001-13 Departamento de América Central e Caribe, Diretor
 2013-15 Gabinete do Ministro de Estado, Assessor Especial
 2015-16 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Assessor Especial
 2016 Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança, Diretor

Condecorações:

1987 Medalha do Mérito de Tamandaré, Brasil
 1989 Ordem de São Gregório Magno, Vaticano, Comendador
 1997 Medalha de Amigo da Marinha, Brasil

2010	Ordem do Mérito Militar, Comendador
2011	Ordem do Mérito Naval, Comendador
2012	Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
2014	Medalha Mérito da Polícia do Exército - Exército do Brasil - 2014
2016	Ordem do Mérito da Defesa, Comendador
2016	Ordem do Mérito Santos-Dumont
2016	Medalha Ordem do Mérito Naval, Brasil, promoção a Grande Oficial
2016	Medalha Mérito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, Grão Mestre
2016	Medalha do Pacificador - Exército do Brasil
2016	Medalha Marechal Cordeiro de Farias - Escola Superior de Guerra
2016	Ordem do Mérito da Aeronáutica, Grande Oficial
2017	Medalha da Vitória, Ministério da Defesa
2017	Ordem de Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Grã Cruz
2018	Ordem do Mérito Militar, Exército do Brasil, promoção a Grande Oficial

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**SUÉCIA****INFORMAÇÃO OSTENSIVA****Maior de 2018**

DADOS BÁSICOS SOBRE A SUÉCIA

NOME OFICIAL:	Reino da Suécia
GENTÍLICO:	sueco
CAPITAL:	Estocolmo
ÁREA:	450 mil km ²
POPULAÇÃO:	10,12 milhões (2017)
LÍNGUA OFICIAL:	sueco
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Igreja da Suécia (63%) e Protestantismo
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento unicameral (Riksdag), composto por 349 membros, eleitos para mandatos de quatro anos
CHEFE DE ESTADO:	Rei Carlos XVI Gustavo (desde 1973)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-ministro Stefan Löfven (desde outubro de 2014)
MINISTRA DO EXTERIOR	Margot Wallström (desde outubro de 2014)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 538,58 bilhões
PIB – PARIDADE DO PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US\$ 520,94 bilhões
PIB PER CAPITA (2017):	US\$ 53,22 mil
PIB PPP PER CAPITA (2017):	US\$ 51,47 mil
VARIAÇÃO DO PIB	2,4% (2017); 3,24% (2016); 4,2% (2015);
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015)	0.913– 14º no <i>ranking</i>
EXPECTATIVA DE VIDA (2016)	82,3 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)	6,68%
UNIDADE MONETÁRIA	Coroa sueca
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Per-Arne Hjelmborn
BRASILEIROS NA SUÉCIA	Há registro de 8.407 brasileiros residentes na Suécia

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SUÉCIA (fonte: MDIC)

Brasil-Suécia	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	938	1.461	1.984	1.491	2.711	2.440	1.656	1.556
Exportações	297	548	634	313	543	449	503	466
Importações	641	913	1.349	1.106	2.168	1.9913	1.152	1.090
Saldo	-344	-365	-715	-793	-1624	-1.542	-649	-623

PERFIS BIOGRÁFICOS

Carlos XVI Gustavo Rei da Suécia



Carlos Gustavo nasceu em Solna, em 1946. Recebeu treinamento no Exército, na Marinha e na Força Aérea real, recebendo o título de oficial nos três serviços, antes de assumir o trono. Completou estudos em história, sociologia, ciências políticas, direito e economia nas universidades de Uppsala e Estocolmo. Serviu na missão sueca junto às Nações Unidas e na Agência de Cooperação para o Desenvolvimento Exterior Sueca (SIDA). Trabalhou, ainda, em banco em Londres, na embaixada na mesma cidade, na câmara de comércio sueca na França e em companhia também na França. Ascendeu ao trono em 1973. É conhecido por seu envolvimento em questões de meio ambiente (preside, desde 1988, o ramo sueco do World Wide Fund for Nature, o WWF).

STEFAN LÖFVEN Primeiro-ministro da Suécia



Nasceu em Estocolmo, em 1957. Trabalhou como metalúrgico e foi líder sindical. Em 2001, foi eleito vice-líder do Sindicato dos Metalúrgicos da Suécia (*Metall*). Entre 2005 e 2012, foi líder da *IF Metall*, fusão da *Metall* com o Sindicato dos Trabalhadores da

Indústria da Suécia. Löfven foi eleito membro do comitê executivo do Partido Social-Democrata em 2006. Em janeiro de 2012, com a renúncia de Hakan Juholt, passou a ocupar a posição de líder da agremiação – e, portanto, a de líder da Oposição ao então governo de centro-direita. É primeiro-ministro da Suécia desde 3 de outubro de 2014.

APRESENTAÇÃO

A Suécia está situada na península da Escandinávia, no norte da Europa, e é banhada pelo Mar do Norte e pelo Mar Báltico. Faz fronteira, a oeste, com a Noruega e, a nordeste, com a Finlândia. A Dinamarca está situada a sudoeste, do outro lado dos estreitos de Öresund, Categate e Escagerraque. Desde 2000, há ponte em Öresund ligando Malmö, na Suécia, a Copenhague, na Dinamarca.

Com 450 mil quilômetros quadrados de área, a Suécia é o terceiro país em território da União Europeia. No entanto, com apenas 10,2 milhões de habitantes, o país possui baixa densidade geográfica (cerca de 22 habitantes por quilômetro). A população está concentrada ao sul do território, onde as temperaturas são mais amenas. A capital é Estocolmo, maior cidade do país. O idioma oficial é o sueco.

Historicamente, a Suécia emergiu como território unificado ao redor de 1.000 d.C. As origens do Estado sueco, no entanto, são posteriores, remontando ao reinado de Gustav Vasa (1523–60). Em 1905, após a dissolução da união com a Noruega, a Suécia adquiriu, em linhas gerais, sua configuração atual. O país evitou envolver-se em conflitos internacionais e manteve neutralidade ao longo do século XX. O país caracteriza-se atualmente por promover política externa em prol da paz e do multilateralismo.

A população sueca passou a usufruir de um dos mais altos padrões de vida do mundo após a II Guerra Mundial, com a adoção do estado de bem-estar social. Após experimentar turbulências financeiras na década de 90, o país passou por programa de reformas econômicas com ênfase no equilíbrio fiscal, sem sacrificar os gastos sociais. Atualmente, o país é considerado um dos mais inovadores do mundo, com um setor dinâmico de *startups* e novas tecnologias e uma economia ancorada nas exportações.

RELAÇÕES BILATERAIS

A amizade entre o Brasil e a Suécia tem raízes nos laços entre as famílias reais brasileira e sueca (Dona Amélia de Leuchtenberg, segunda esposa de D. Pedro I, era irmã da Rainha Josefina, consorte do Rei Oscar I da Suécia) e na emigração de suecos para o Brasil, no final do século XIX. As relações diplomáticas Brasil-Suécia foram estabelecidas em 1826. Os primeiros contingentes de imigrantes suecos chegaram ao Brasil em 1890. Em 1909, foi criada a primeira linha de transporte marítimo regular entre os dois países. Os investimentos no Brasil começaram com a pioneira Ericsson, em 1924, e aumentaram e diversificaram-se a partir de 1946, concentrando-se em São Paulo, onde, em 1953, foi estabelecida a Câmara de Comércio Sueco-Brasileira.

Em 1984 o relacionamento bilateral mudou de patamar com a visita de estado do rei Carlos XVI Gustavo e da rainha Sílvia ao Brasil. Na ocasião, foi assinado o Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica e criada a Comissão Mista Bilateral.

Desde então, há fluxo regular de visitas e contatos entre autoridades dos dois países. A presença de cerca de 180 empresas suecas no Brasil, o volume do comércio bilateral e dos investimentos suecos no país e o fluxo crescente de turistas suecos conferem grande vitalidade às relações Brasil-Suécia. No plano político há convergência de posições sobre diversas questões da agenda internacional, com destaque a: desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente; combate à fome e à pobreza; desarmamento; democracia e justiça social; e direitos humanos e direito humanitário.

Nos últimos anos, observou-se o fortalecimento da Parceria Estratégica entre Brasil e Suécia, inaugurada em 2009, por meio da realização, em bases mais frequentes, de visitas de chefes de estado e governo, de ministros e de outras altas autoridades, a intensificação dos contatos bilaterais de alto nível à margem de eventos multilaterais; e a criação ou retomada de diversos mecanismos de cooperação bilateral. A Parceria Estratégica ganhou maior visibilidade após o início da parceria bilateral no projeto Gripen NG, em 2014.

A visita de estado do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em setembro de 2007, e sua viagem a Estocolmo para participar da Cúpula Brasil-União Europeia, em outubro de 2009, bem como a visita oficial da então presidente Dilma Rousseff, em outubro de 2015, renovaram o interesse mútuo no aprofundamento do diálogo político e da cooperação econômica. Também contribuíram para adensar as relações bilaterais a visita ao Brasil do então primeiro-ministro Fredrik Reinfeldt, em maio de 2011, e a viagem do primeiro-ministro Stefan Löfven para participar, em janeiro de 2015, da cerimônia de posse de Dilma Rousseff, com quem manteve reunião bilateral no dia seguinte. Finalmente, o rei Carl XVI Gustav e a rainha Sílvia, realizaram visita oficial ao Brasil em abril de 2017, no contexto da realização do “Global Child Forum” e de reunião do Conselho de Líderes Empresariais Brasil-Suécia, em São Paulo. Na ocasião, os monarcas suecos se avistaram com o presidente Michel Temer e a primeira-dama e foram homenageados em jantar em Brasília.

Outras visitas de alto nível contribuíram para o estreitamento dos laços entre os dois países. Em agosto de 2012, atendendo a convite do então vice-primeiro-ministro Jan Björklund, o então vice-presidente Michel Temer realizou visita oficial à Suécia, acompanhado dos ministros dos Esportes e de Assuntos Estratégicos, assim como do presidente da Câmara de Deputados. Em fins de agosto de 2012, realizou-se a visita do então chanceler Antonio Patriota, a primeira do gênero desde 1992. Em abril de 2014, o então ministro da Defesa Celso Amorim visitou a Suécia, acompanhado de grande comitiva, que incluiu o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o

comandante da Aeronáutica e outras autoridades militares. Por fim, em junho de 2017, realizou-se visita do então ministro da defesa Raul Jungmann.

Em maio de 2015, o ministro de Indústria e Inovação da Suécia, Mikael Damberg, liderou missão empresarial ao Brasil, onde cumpriu intensa agenda de encontros em Brasília, São Paulo e Belo Horizonte. No contexto da visita de Damberg, foi organizada reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, que não se reunia desde o início dos anos 90. A segunda reunião da "Comista" ocorreu em outubro de 2017. Em setembro de 2017, o ministro para Assuntos Rurais, Sven-Erik Bucht visitou o Brasil. Por fim, o ministro da Educação, Gustav Fridolin, realizou visita ao Brasil em novembro de 2017.

Com o estabelecimento do "Plano de Ação da Parceria Estratégica" de 2009, o Brasil mantém formalmente com a Suécia uma parceria que, além da fluidez do diálogo político, prevê maior interação na área econômico-comercial e o desenvolvimento de projetos conjuntos em diversos campos. Esse documento programático foi atualizado no Novo Plano de Ação, de 2015, que recomenda iniciativas para a efetiva implementação dos mecanismos e acordos bilaterais, de modo a reforçar a cooperação nas áreas de: comércio e investimentos; defesa; educação; ciência, tecnologia e inovação; meio ambiente; energias renováveis; seguridade social; e cultura. Nesse contexto, vale ressaltar que, nos últimos três anos, foram retomados ou realizados pela primeira vez diversos eventos bilaterais de alto nível, tais como a Comissão Mista de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica; o Grupo de Alto Nível em Aeronáutica (GAN); o Grupo de Trabalho em Alta Tecnologia Industrial Inovadora (GTATI); o Diálogo Político-Militar (formato "2+2"); o Mecanismo de Consultas Políticas; o Conselho de Líderes Empresariais; e a primeira Semana da Inovação Brasil-Suécia, em Estocolmo. Também como resultado do Novo Plano de Ação, os países acordaram memorando de entendimento sobre Mineração Sustentável e iniciaram negociações para convênios nas áreas de previdência social e tributação.

Na área de defesa, a celebração, em outubro de 2014, do contrato comercial entre a Força Aérea Brasileira e a Saab para a aquisição e o desenvolvimento conjunto de 36 caças Gripen NG, ao custo aproximado de US\$ 5,4 bilhões (o maior contrato de exportação da história da empresa sueca), seguido pela assinatura do contrato financeiro, em agosto de 2015, marcou o aprofundamento da cooperação em aeronáutica militar, no contexto da Parceria Estratégica entre os dois países. Essa parceria no projeto Gripen NG tornou-se a mais bem-sucedida e visível iniciativa de cooperação bilateral, capaz de gerar externalidades positivas para outros setores da economia brasileira.

A cooperação bilateral no domínio da aeronáutica ganhou nova dinâmica com a criação, em outubro de 2015, no contexto da visita da então presidente Dilma Rousseff a Estocolmo, do Grupo de Alto Nível em Aeronáutica (GAN), conformado por representantes militares e civis de entidades públicas e privadas dos dois países que se dedicam a potencializar os efeitos de transbordamento da cooperação estabelecida no projeto de cofabricação dos caças Gripen NG para outras cadeias produtivas. O GAN reúne-se anualmente, tendo seu último encontro ocorrido em outubro de 2017.

Em matéria de energia, o "Memorando de Entendimento Brasil-Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis" foi firmado em setembro de 2007. O instrumento estabeleceu o marco legal dessa vertente do relacionamento bilateral. Com a instituição de Grupo de Trabalho (GT) de Alto Nível, os dois países procuraram promover o diálogo sobre política energética e encorajar a cooperação em pesquisa e desenvolvimento na área da bioenergia. A I reunião do GT (realizada em Estocolmo, em 16 de setembro de 2009) propiciou troca de informações sobre as possibilidades de cooperação em terceiros países; sobre a questão da sustentabilidade dos biocombustíveis e sobre os mecanismos de promoção do crescimento das energias renováveis na matriz energética global. Também vale destacar a realização do Seminário sobre a Bioeconomia, em Estocolmo, em outubro de 2017, congregando atores governamentais, empresariais e acadêmicos do Brasil e da Suécia, o qual permitiu a

identificação de interesses convergentes acerca de uma maior participação da biomassa nas soluções voltadas para a mitigação da mudança do clima, como a utilização de biocombustíveis com alto desempenho em termos de redução de emissões de GEE, tanto de primeira geração quanto de segunda geração.

No tocante a ciência, tecnologia e inovação, constituiu importante passo na cooperação bilateral a criação, em 2011, do Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro (CISB), com expressivo suporte financeiro da Saab. Com sedes em São Bernardo do Campo e Gotemburgo, o CISB propõe-se a ser arena de inovação aberta a empresas, agências governamentais e instituições acadêmicas do Brasil e da Suécia, com foco no setor aeronáutico, mas também abrangendo outros temas, como desenvolvimento urbano. Também contribuiu para a cooperação neste domínio a organização da primeira Semana da Inovação Brasil-Suécia em Estocolmo (23-27 de outubro de 2017). O evento reuniu mais de 150 participantes brasileiros, entre funcionários governamentais, empresários e especialistas acadêmicos, e versou sobre temas estratégicos das relações bilaterais, como aeronáutica, bioeconomia, financiamento da inovação, cooperação acadêmica e tecnologias industriais inovadoras. A iniciativa replicou a bem-sucedida experiência da Embaixada da Suécia em Brasília, que vem organizando Semanas da Inovação desde 2012.

O significativo potencial sueco-brasileiro para produção conjunta de inovação, com reciprocidade e benefício mútuo, adquiriu, ademais, verdadeiro “roadmap”, consubstanciado na ata e no Plano de Trabalho da II Reunião do Grupo de Trabalho de Tecnologia Industrial Inovadora (GT-ATI), realizado durante a Semana da Inovação em Estocolmo. O Plano de Trabalho com as diretrizes para pautar as discussões do GT-ATI, cuja criação ocorreu em outubro de 2016, compreende os seguintes eixos temáticos: bioeconomia, cidades inteligentes, mobilidade, mineração e saúde, bem como um eixo transversal em parques tecnológicos e incubadoras (parceria Anprotec-SISP). Estabeleceu-se também estrutura de governança, inspirada no modelo do GAN, composto por Comitê

Executivo bilateral com participação de governo, academia e setor produtivo, já tendo o referido comitê se reunido em duas ocasiões desde então (a última em março de 2018).

O intercâmbio cultural entre os dois países também é relevante. O Brasil se faz presente na Feira do Livro de Gotemburgo, a terceira maior da Europa, desde 2014, ano no qual o país foi homenageado pela organização do evento como “country in focus”. Existe relevante interesse pela literatura nacional, sendo a Suécia o sétimo maior mercado consumidor de livros de autoria de escritores brasileiros. Já foi confirmada a participação do Brasil na edição da Feira do Livro de Gotemburgo deste ano, na qual o Brasil contará com a presença de quatro autores. Ademais, haverá o lançamento de ao menos três novas obras recém-traduzidas para o sueco.

Temas Consulares

A comunidade brasileira residente na Suécia é estimada em 8.407 pessoas, de acordo com dados oficiais do Escritório de Estatística da Suécia (2017). A referida comunidade é composta majoritariamente por mulheres (64%) e por indivíduos entre 18 e 59 anos (83%). Cerca de 7.907 brasileiros residentes na Suécia encontram-se em situação migratória regular, dos quais 1.200 possuem cidadania sueca adquirida; os indivíduos indocumentados são estimados em cerca de 500. Ademais da Embaixada do Brasil em Estocolmo, existem consulados honorários em Gotemburgo e em Malmö.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de operações ostensivas aprovadas no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantias às Exportações (COFIG) a tomadores soberanos suecos. O corte temporal retrospectivo analisado foi de 15 anos.

POLÍTICA INTERNA

A Suécia é uma monarquia parlamentarista. O Parlamento (Riksdag) é unicameral e composto por 349 membros, eleitos para mandatos de quatro anos. O país possui cláusula de barreira de 4%. Os seguintes partidos possuem representação no Riksdag: Partido Social-Democrata (113 assentos), Partido Moderado (83 assentos), Democratas-Suecos (42 assentos), Partido do Meio Ambiente (25 assentos), Partido do Centro (22 assentos), Partido de Esquerda (21 assentos), Partido Liberal (19 assentos) e Democratas Cristãos (16 assentos). O Parlamento nomeia o primeiro-ministro para formar o governo. Como chefe de governo, o premiê seleciona os membros do gabinete ministerial.

O sistema judiciário é dividido em dois sistemas paralelos: as cortes administrativas, para casos entre o governo e cidadãos privados, e as cortes gerais, para casos civis e criminais. Ambos os sistemas possuem três níveis, sendo que, no topo, estão, respectivamente, a Suprema Corte Administrativa e a Suprema Corte.

No que diz respeito à conjuntura política, o partido Social Democrata, liderado por Stefan Löfven, voltou ao poder após oito anos ao vencer as eleições gerais de setembro de 2014. Ao assumir o cargo de primeiro-ministro, em substituição a Fredrik Reinfeldt, do partido Moderado, Löfven formalizou com o Partido do Meio Ambiente (“verdes”) a formação de uma coalizão governamental, que não detém maioria no Parlamento.

Nas atuais condições, a coalizão governamental Vermelho-Verde (138 assentos) possui menos parlamentares no Riksdag que a principal coligação partidária de oposição (Aliança, 140 assentos), composta pelos partidos Moderado, de Centro, Liberal e Democratas-Cristãos. Com vistas à aprovação de matérias mais relevantes, a coalizão governamental tem contado com o apoio do Partido de Esquerda, em bases *ad hoc*.

A crise migratória europeia gerou dificuldade para o governo nos últimos três anos. Após ter recebido cerca de 160 mil refugiados em 2015, o que colocou o país numa “situação-limite” em sua capacidade de acolher os novos habitantes, a Suécia reduziu esse

número para pouco mais de 20 mil refugiados em 2016, em decorrência da imposição de controles de fronteira e do endurecimento das políticas de asilo.

Ademais da política migratória, a questão da segurança e, mais especificamente, do combate ao terrorismo segue relevante na política interna sueca. Em 7 de abril de 2017, a cidade de Estocolmo registrou um ataque terrorista no qual foram vitimadas cinco pessoas.

As próximas eleições parlamentares estão previstas para setembro deste ano. O cenário eleitoral permanece indefinido, conforme indicado pelas pesquisas de intenção de votos, realizadas mensalmente na Suécia.

POLÍTICA EXTERNA

Após ser confirmado no cargo de primeiro-ministro, em outubro de 2014, Stefan Löfven manifestou sua intenção de tornar a Suécia um "ator forte" no mundo. Naquela ocasião, anunciou sua decisão de reconhecer o Estado da Palestina, o que de fato ocorreu ainda no final daquele ano. Asseverou não pretender tornar a Suécia membro da OTAN, mas manter seu status de "neutralidade" (o que não significaria "indiferença", caso algum aliado europeu fosse atacado por agressor externo). Em diversas ocasiões ao longo de seu mandato, Löfven expressou sua avaliação de que alegadas "ações agressivas" da Rússia constituiriam o principal desafio à segurança europeia desde o fim da Guerra Fria.

Por sua vez, a chanceler Margot Wallström, nas edições anuais do documento programático "Declaração de Política Externa", assinalou como principais desafios internacionais da Suécia as supostas "ações agressivas" da Rússia, a mudança do clima, o terrorismo e a crise migratória. Para a diplomacia sueca, a arena prioritária de inserção internacional é a União Europeia (UE), que tem sido testada mais recentemente por fatores adversos como "recuperação econômica desigual" e crescimento das "forças populistas e xenófobas", além das repercussões do "Brexit" (decisão do Reino Unido de sair da UE).

Desde sua assunção ao cargo de chanceler, Wallström tem implementado a "política externa feminista", com ênfase na promoção dos direitos das mulheres.

Em linhas gerais, a Suécia é um país que almeja projetar-se na arena global como "potência humanitária", mediante ações como: ativismo na ONU; participação em operações de paz; perfil de relevante doador de ajuda para o desenvolvimento; e lançamento de iniciativas sobre questões internacionais, mormente as ligadas à paz, à democracia, aos direitos humanos, ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

No campo multilateral, em especial, o país encerra, em 2018, seu período como membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Durante o mandato, a Suécia buscou consolidar sua posição como potência humanitária e promotora da paz, dando especial atenção para os temas relacionados à Síria e aos conflitos étnicos envolvendo os rohingyas em Myanmar. Tem sido constante, durante esse período, a atuação da Suécia na promoção de agenda de direitos humanos, em particular nos assuntos tocantes à igualdade de gênero e ao papel da mulher.

Embora o governo sueco não esteja cogitando ingressar na OTAN, as forças amadas do país têm expandido sua cooperação com aquela organização, por meio da participação em reuniões, da intensificação de exercícios militares conjuntos na região do Báltico e até mesmo do envio de instrutores para missões da OTAN (Afeganistão, Iraque). Após quase dois anos de tramitação, o acordo com a OTAN sobre Apoio de Nação Sede foi ratificado pelo Riksdag em maio de 2016, estabelecendo base legal para futuros exercícios militares da Aliança em território sueco.

Na Ásia, China, Índia e Irã despontam como focos de interesse, em vista das oportunidades econômico-comerciais que oferecem. A África, região de baixa presença sueca, vem sendo objeto de mais frequentes visitas e missões de autoridades suecas, com o objetivo não somente de impulsionar a cooperação para o desenvolvimento, mas também de facilitar os negócios das empresas suecas na região.

A Suécia é membro das Nações Unidas (ONU) desde 1946; da União Europeia (UE) desde 1995; do Conselho Nórdico desde 1952; da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 1961; do Conselho de Estados do Mar Báltico (CBSS) desde 1992; e do Conselho Ártico desde 1996.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Suécia registra o 11º maior PIB per capita do mundo (US\$ 53 mil) e, no mais recente ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado em 2015, figura na 14ª posição. Com PIB nominal de US\$ 538,5 bilhões (23ª economia mundial), a Suécia obteve crescimento econômico acima da média europeia em anos recentes (3,2% em 2016 e 2,4% em 2017). Dentre os principais setores da economia, destacam-se o de telecomunicações, tecnologia da informação, maquinário e automação, indústria química e farmacêutica, veículos automotores, siderurgia, bem como a indústria florestal (madeira e papel/celulose). A taxa de investimento é da ordem de 25% do PIB, enquanto a taxa de poupança é de aproximadamente 30%. Apesar de fazer parte da União Europeia (desde 1995), a Suécia não adotou o euro como moeda, optando por preservar a coroa sueca.

Trata-se de economia competitiva e engajada no comércio internacional que, no período entre 2000 e 2007, apresentou crescimento médio anual de 3%. Como consequência da crise financeira internacional, entretanto, o PIB sueco registrou queda de 0,5 em 2008 e de 5,2% em 2009. A recessão foi revertida em 2010, quando o país cresceu 6,0%, seguido por novo aumento do PIB em 2011 (2,7%). Contudo, a partir de 2012, as dificuldades econômicas na zona do euro (onde estão os tradicionais parceiros comerciais da Suécia, como Alemanha, França e Países Baixos) limitaram o crescimento do PIB sueco: verificou-se incremento de 0,3% em 2012, 1,3% em 2013 e 2,2% em 2014. Já em 2015, com a gradual retomada da confiança por parte do setor privado, o aumento no

consumo das famílias e o reaquecimento da economia em importantes parceiros comerciais da Suécia (especialmente EUA e Alemanha), o crescimento do PIB sueco alcançou 4,1%.

O Riksbank (Banco Central da Suécia), em sua mais recente avaliação econômica, publicada em abril de 2018, divulgou projeções para o crescimento do PIB sueco e estimou expansão de 2,6% em 2018 e de 2,0% em 2019 (a título de comparação, a expectativa do Fundo Monetário Internacional para a expansão do PIB sueco é de 2,4% em 2018 e 2,0% em 2019). O governo sueco prevê taxa de desemprego estável, em nível pouco abaixo de 7% (6,7%, em dezembro de 2017).

Em 2017, a formação bruta de capital fixo registrou crescimento de 6% em relação a 2016, sendo os investimentos na construção civil um dos grandes propulsores do PIB no ano. O consumo das famílias, outro fator decisivo para o avanço do PIB em 2017, registrou alta de 2,4%; já os gastos do governo totalizaram alta de 0,4%. Apesar do bom ano para as exportações suecas (alta de 6,2% em comparação com 2016), impulsionadas pela desvalorização da coroa sueca, a balança comercial em 2017 apresentou resultado bastante equilibrado - superávit de US\$ 20 milhões.

O balanço das finanças públicas em 2017 foi positivo, tendo a proporção dívida pública/PIB apresentado queda para 40,9% (42,2% em 2016). Os gastos públicos cresceram apenas moderadamente em 2017, ao passo que a arrecadação do governo percorreu trajetória de crescimento. As finanças públicas deverão continuar superavitárias no futuro próximo, o que justificaria o prognóstico governamental de queda da proporção dívida pública/PIB para os próximos anos (37,9% em 2018; 34,3% em 2019; e 31,9% em 2020).

Já a taxa de inflação, que ao final de 2017 registrava índice de 1,8%, deverá apresentar leve recuo em 2018 (1,7%), voltando a subir em direção à meta do governo (de 2%) somente em 2019. Nesse contexto, o BC sueco tem optado pelo prolongamento da política monetária expansionista ao manter a taxa de juros referenciais em patamar negativo (-0,50% desde julho de 2015). De acordo com o prognóstico do "Riksbank", a

taxa de juros deverá passar por cautelosos aumentos a partir do segundo semestre de 2018, buscando assim evitar a rápida valorização da coroa sueca. A taxa de juros deverá fechar o ano de 2018 ainda em terreno negativo, passando para 0% em 2019 e 0,6% em 2020.

No âmbito bilateral, a corrente de comércio entre o Brasil e a Suécia, segundo o Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio (MDIC), totalizou US\$ 1,55 bilhão (FOB) em 2017, frente a US\$ 1,48 bilhão em 2016 (alta de 4,7%). As exportações brasileiras para a Suécia em 2017 sofreram queda de 9,3% em relação ao ano anterior, ao somarem US\$ 466 milhões. Já as importações brasileiras de produtos suecos totalizaram US\$ 1,08 bilhão (alta de 12,05% em relação a 2016).

Os dados, portanto, apontam déficit brasileiro no intercâmbio comercial com a Suécia no montante de US\$ 623 milhões em 2017 (déficit de US\$ 457 milhões em 2016). As exportações brasileiras para a Suécia consistem, predominantemente, em produtos básicos, tais como minérios (cerca de 41% em 2017), café em grão não torrado (21%) e carne bovina (5%). Por sua vez, as importações brasileiras apresentam uma pauta diversificada, mas dominada por manufaturados, como máquinas mecânicas, produtos farmacêuticos e partes e acessórios para veículos automotores.

A Suécia é tradicional fonte de investimentos produtivos no Brasil. De acordo com dados do Banco Central do Brasil, o fluxo de Investimento Estrangeiro Direto (IED) de origem sueca em 2017 foi de US\$ 126 milhões (0,2% do total), frente a US\$ 378 milhões em 2016 e US\$ 422 milhões em 2015. O BCB registrou estoque de investimento sueco no País no montante de US\$ 2,31 bilhões em 2016 (último dado disponível), pelo critério do investidor imediato. Já pelo critério do investidor final, o estoque de IED sueco no Brasil soma US\$ 1,93 bilhão (0,4% do total).

Grandes empresas suecas de renome e atuação mundial mantêm unidades produtivas no Brasil, tais como Scania, Ericsson, Electrolux, Stora Enso (por meio da "joint-venture" Veracel), SFK e Tetra Pak. Estima-se que haja mais de 60 mil pessoas trabalhando em

cerca de 220 empresas suecas no Brasil. Devido à concentração dessas empresas em São Paulo, a cidade é considerada a "segunda cidade industrial da Suécia".

O principal investimento sueco no Brasil refere-se à empresa Saab. Em dezembro de 2013, o governo brasileiro anunciou a empresa como vencedora de licitação internacional para a compra do novo avião de combate brasileiro. A empresa destacou que realizaria investimento inicial de US\$ 150 milhões para a construção de fábrica em São Bernardo do Campo, em São Paulo, que irá produzir estruturas para o Gripen. Em novembro de 2016, a Saab e a Embraer Defesa e Segurança inauguraram, em Gavião Peixoto, Centro de Projetos e Desenvolvimento do Gripen com vistas a promover o desenvolvimento tecnológico do Gripen no Brasil.

A Fitesa (fabricante de tecidos de polipropileno "nonwoven" para aplicação nas áreas de higiene e especialidades médicas e industriais) e a Weg (fabricante de equipamentos eletroeletrônicos) são atualmente algumas das empresas brasileiras atuantes no mercado sueco.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1905 - União entre a Suécia e a Noruega é dissolvida pacificamente.
1914 - Suécia permanece neutra na I Guerra.
1939 - Suécia declara-se neutra na II Guerra.
1946 - Suécia torna-se membro das Nações Unidas. O Social Democrata Tage Erlander torna-se primeiro-ministro e permanece no cargo até 1969.
1952 - Suécia torna-se membro fundador do Conselho Nórdico.
1953 - Diplomata sueco Dag Hammarskjöld torna-se secretário-geral das Nações Unidas.
1959 - Suécia torna-se membro fundador da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA).
1971 - Substituição das duas câmaras do Parlamento por uma câmara eleita proporcionalmente.
1975 - Reformas constitucionais limitam os poderes do monarca.

1980 - Crise nas relações com a URSS, por suspeita de invasão de águas territoriais suecas.
1986 - O primeiro-ministro Olof Palme é assassinado em Estocolmo.
1990 - Suécia se candidata a membro da UE.
1995 - Suécia torna-se membro da UE.
1996 - O social-democrata Göran Persson torna-se primeiro-ministro.
2002 - Görran Persson mantém-se pela terceira vez consecutiva no cargo de primeiro-ministro.
2003 - Referendo na Suécia rejeita a moeda única europeia.
2004 - A chanceler Anna Lindh é assassinada em Estocolmo.
2006 - A chanceler Laila Freivalds renuncia em meio ao escândalo sobre as caricaturas do profeta Maomé.
2006 - O bloco partidário Aliança, de centro-direita, vence as eleições parlamentares. Fredrik Reinfeldt, do Partido Moderado, torna-se primeiro-ministro.
2010 - Aliança de centro-direita é reeleita. Fredrik Reinfeldt continua no cargo de primeiro-ministro. Entrada dos Democratas da Suécia (SD), partido de extrema-direita, no Parlamento.
2012 - Nascimento da princesa herdeira Estelle.
2012 - Nomeação do embaixador Jan Eliasson para vice-secretário-geral da ONU.
2014 - Partido Social-Democrata vence eleições parlamentares e, junto com o Partido do Meio Ambiente ("Verdes"), forma novo Governo. Stefan Löfven torna-se primeiro-ministro.
2014- Suécia torna-se o primeiro país da União Europeia a reconhecer o Estado da Palestina.
2015 - Por iniciativa sueca, criação do grupo de alto nível em apoio à implementação da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, com a participação, entre outros mandatários, do primeiro-ministro Stefan Löfven e da presidente Dilma Rousseff.
2015 – Eclode a crise de refugiados na Europa, com grande impacto sobre a Suécia.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1826 - Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Império do Brasil e o Reino da
--

Suécia.
1876 - D. Pedro II visita a Suécia.
1953 - Inauguração da Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, em São Paulo (SP).
1984 - Visita de Estado do rei Carlos XVI Gustavo e rainha Sílvia ao Brasil.
1995 - Brasil e Suécia integram o Grupo dos 16 para promover a reforma da ONU.
1997 - I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia, em Brasília.
1998 - Brasil e Suécia integram a Coalizão da Nova Agenda para o Desarmamento (NAC).
1998 - Missão Real Tecnológica ("Royal Technology Mission") chefiada pelo rei Carlos XVI Gustavo ao Brasil.
2002 - Presidente Fernando Henrique Cardoso participa de reunião sobre a Governança Progressista, em Estocolmo, a convite do PM Göran Persson.
2003 - PM Göran Persson comparece à cerimônia de posse do presidente Lula.
2006 - II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia, em Brasília, Inauguração do Escritório do Conselho de Exportações da Suécia em São Paulo, na presença da princesa herdeira Victoria.
2007 - III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia, em Estocolmo.
2007 - Visita de Estado à Suécia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
2008 - Visita ao Brasil do presidente do Parlamento sueco, Per Westerberg;
2008 - Visita ao Brasil da rainha Sílvia, para participar da III Conferência Internacional sobre o Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Rio de Janeiro).
2009 - Visita ao Brasil da ministra do Comércio Exterior, Ewa Björling;
2009 - Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Estocolmo, por ocasião da Cúpula Brasil-UE.
2010 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Carl Bildt. Visita ao Brasil do Casal Real da Suécia.
2011 - Visita ao Brasil do primeiro-ministro Fredrik Reinfeldt.
2011 - Visita ao Brasil da rainha Sílvia para Conferência no Congresso Nacional sobre o direito das crianças, patrocinada pela ONU.
2012 - Visita ao Brasil do presidente do Parlamento sueco, Per Westerberg.
2012 - Participação do rei da Suécia e do primeiro-ministro Fredrik Reinfeldt na conferência Rio+20.
2012 - Visita à Suécia do vice-presidente Michel Temer.

2012 - Visita à Suécia do presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia.
2012 - Visita à Suécia do chanceler Antonio Patriota.
2012 - Visita ao Brasil da ministra da Defesa, Karin Enström.
2013 - Visita ao Brasil da ministra de Indústrias, Annie Lööf.
2013 - Visita ao Brasil da ministra do Comércio, Ewa Björling.
2013 - Visita à Suécia de missão parlamentar liderada pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado, Ricardo Ferraço, e pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara de Deputados, Nelson Pellegrino.
2013 - Missão do rei Carlos XVI Gustavo e da Real Academia de Engenharia (São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro)
2014- Visita à Suécia do ministro da Defesa Celso Amorim, acompanhado do ministro-chefe do GSI, do Comandante da Aeronáutica e de outras autoridades.
2014 - Assinatura do contrato comercial entre a Saab e o Comando da Aeronáutica para a aquisição e desenvolvimento conjunto de 36 aeronaves de combate Gripen NG, no âmbito do projeto FX-2.
2015 - Visita ao Brasil do ministro de Indústria e Inovação Mikael Damberg, acompanhado de comitiva empresarial.
2015 - Abertura da Adidância de Defesa do Brasil na Suécia.
2015 - Assinatura do contrato financeiro relativo à aquisição e desenvolvimento conjunto das aeronaves Gripen NG.
2015 - Visita à Suécia do presidente do TSE, José Antonio Dias Toffoli, e do presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Aloysio Nunes Ferreira, por ocasião do 20º aniversário do Instituto para a Democracia e Cooperação Eleitoral (IDEA).
2015 - Visita à Suécia da presidente Dilma Rousseff.
2016 - Reunião de Consultas políticas Brasil-Suécia, em Brasília
2017 - Visita ao Brasil do rei e da rainha da Suécia
2017- Visita à Suécia do ministro da defesa, Raul Jungmann.
2017 - Reunião de Consultas políticas Brasil-Suécia, em Estocolmo.

ACORDOS BILATERAIS

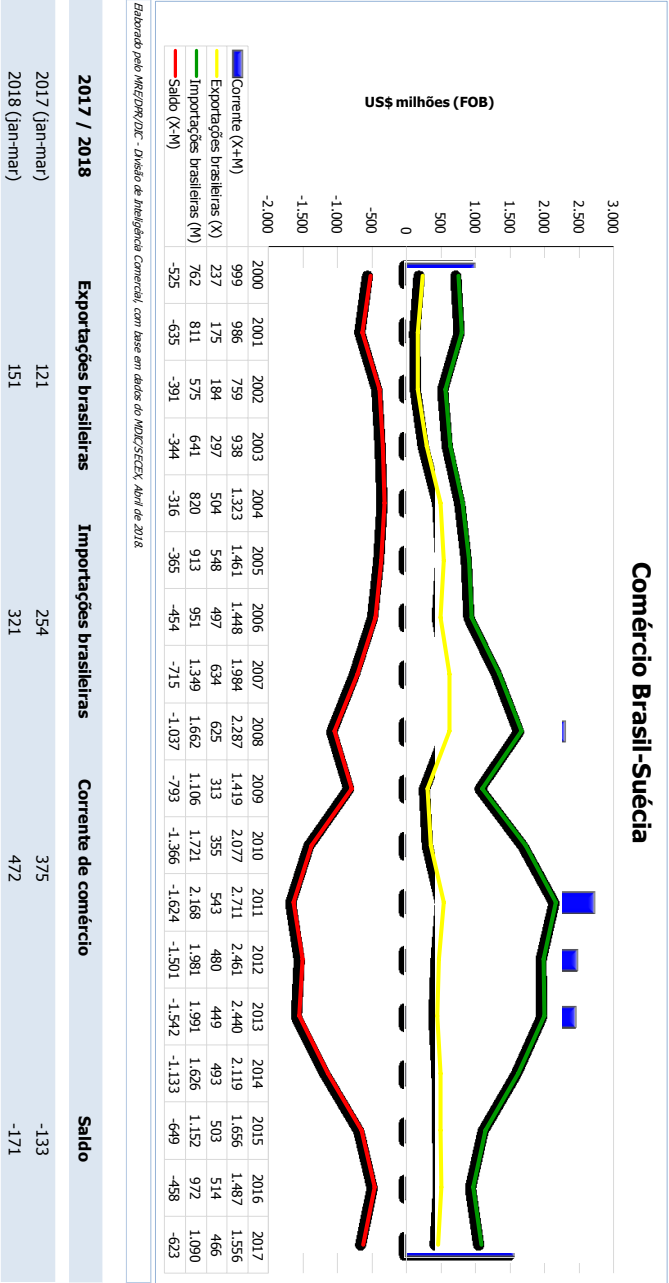
Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação
--------	--------------------	------------------	------------

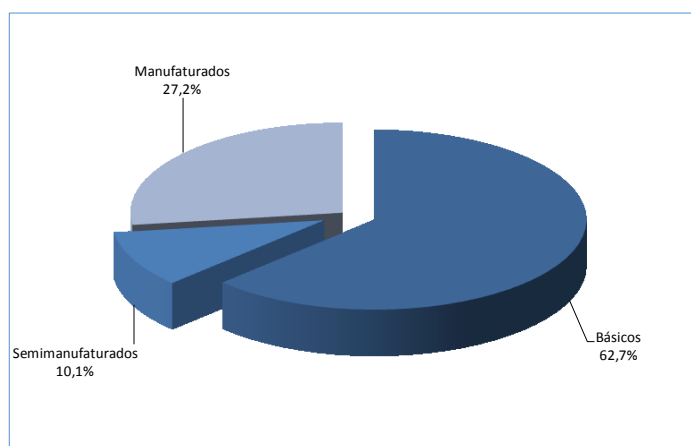
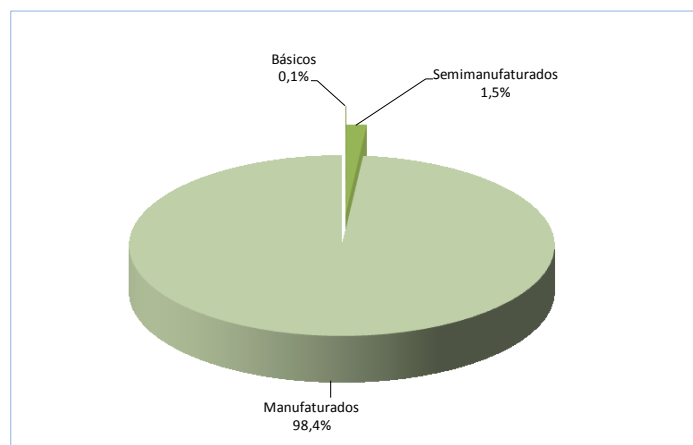
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Mineração Sustentável entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia	18/10/2016	18/10/2016	11/11/2016
Acordo - Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Cooperação em Matéria de Defesa	03/04/2014	13/11/2017	07/02/2018
Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada	03/04/2014		
Memorando de Entendimento entre o Governo da República do Brasil e o Governo do Reino da Suécia para Parceria e Diálogo sobre Desenvolvimento Global.	29/08/2012	29/08/2012	10/09/2012
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério de Relações Exteriores do Reino da Suécia sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	06/10/2009	06/10/2009	22/10/2009
Protocolo Adicional sobre Cooperação em Alta Tecnologia Industrial Inovadora ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica	06/10/2009	22/12/2009	27/01/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	11/09/2007	23/10/2010	19/03/2015
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis	11/09/2007	06/04/2009	

Anexo Aditivo ao Memorando de Entendimento entre o Governo da República do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação em Assuntos Relativos às Defesa.	24/04/2001		18/02/2002
Memorando de Entendimento entre o Governo da República do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação em Assuntos Relativos a Defesa.	07/07/2000	07/07/2000	21/07/2000
Declaração Conjunta sobre o encontro do Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Collor, com o Primeiro-Ministro da Suécia, Ingvar Carlsson, em 5 de junho de 1991, em Estocolmo.	05/06/1991	05/06/2001	
Acordo, por Troca de Notas, sobre Exportação de Produtos Têxteis da República Federativa do Brasil para o Reino da Suécia.	14/01/1985	14/01/1985	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica.	03/04/1984	07/04/1986	06/06/1984
Acordo Relativo às Exportações de Produtos Têxteis da República Federativa do Brasil para o Reino da Suécia.	25/04/1983	25/04/1983	24/06/1983
Troca de Notas Colocando em Vigor o Item VI da Ata Final da Consulta Aeronáutica entre a República Federativa do Brasil e os Países Escandinavos.	30/10/1979	30/10/1979	11/12/1979
Troca de Notas Determinando a Entrada em Vigor da Ata Final da III Reunião de Consulta Aeronáutica com os Países Escandinavos e a República Federativa do Brasil.	17/12/1976	17/12/1976	11/12/1979
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia.	25/04/1975	29/12/1975	20/01/1976

Acordo Constitutivo de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia.	22/09/1971	22/09/1971	26/10/1971
Convênio sobre Radioamadorismo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia.	08/12/1970	08/12/1970	17/02/1971
Protocolo Adicional ao Acordo de Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia	18/03/1969	16/03/1969	
Acordo sobre Transportes Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia.	18/03/1969	07/10/1969	10/12/1969
Acordo para Supressão de Vistos em Passaportes entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino da Suécia.	04/12/1959	01/01/1960	
Acordo Relativo a Facilidades para a Concessão de Vistos em Passaportes entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino da Suécia.	22/03/1956	01/05/1956	12/07/1956
Acordo para a proteção de Marcas Comerciais e Industriais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Reino da Suécia	29/04/1955	01/07/1955	18/05/1955

DADOS DE COMÉRCIO



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

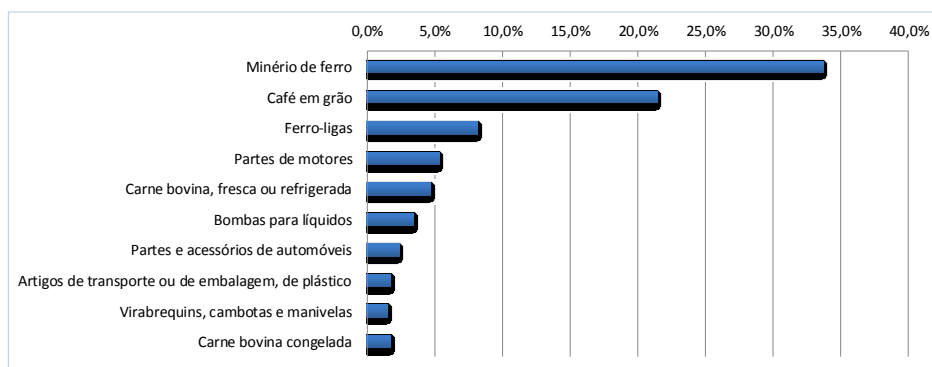
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIQ/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Suécia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Minério de ferro	206	40,9%	208	40,4%	157	33,7%
Café em grão	99	19,7%	97	18,9%	100	21,4%
Ferro-ligas	36	7,2%	49	9,5%	38	8,2%
Partes de motores	23	4,6%	18	3,5%	25	5,4%
Carne bovina, fresca ou refrigerada	28	5,6%	24	4,7%	22	4,7%
Bombas para líquidos	10	2,0%	13	2,5%	16	3,4%
Partes e acessórios de automóveis	13	2,6%	8	1,6%	11	2,4%
Artigos de transporte ou de embalagem, de plástico	3	0,6%	4	0,8%	8	1,7%
Virabrequins, cambotas e manivelas	7	1,4%	5	1,0%	7	1,5%
Carne bovina congelada	3	0,6%	5	1,0%	8	1,7%
Subtotal	428	85,0%	431	83,8%	392	84,1%
Outros	75	15,0%	83	16,2%	74	15,9%
Total	503	100,0%	514	100,0%	466	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

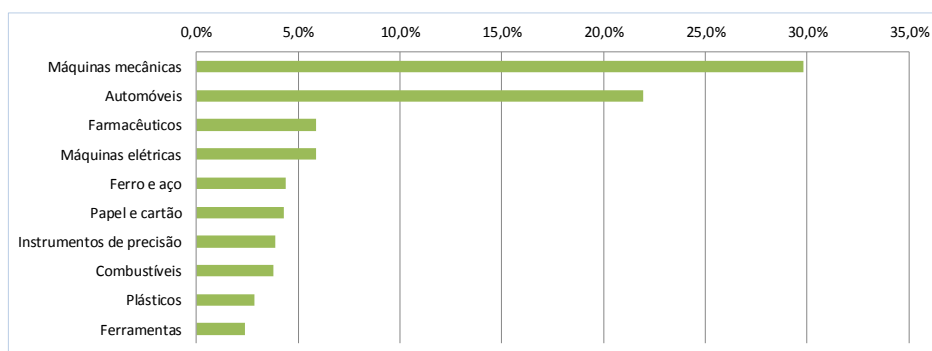


Composição das importações brasileiras originárias da Suécia (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	418	36,3%	291	29,9%	325	29,8%
Automóveis	188	16,3%	193	19,8%	239	21,9%
Farmacêuticos	71	6,2%	64	6,6%	64	5,9%
Máquinas elétricas	71	6,2%	64	6,6%	64	5,9%
Ferro e aço	66	5,7%	57	5,9%	48	4,4%
Papel e cartão	33	2,9%	26	2,7%	47	4,3%
Instrumentos de precisão	50	4,3%	39	4,0%	42	3,9%
Combustíveis	25	2,2%	28	2,9%	41	3,8%
Plásticos	30	2,6%	28	2,9%	31	2,8%
Ferramentas	21	1,8%	23	2,4%	26	2,4%
Subtotal	973	84,4%	813	83,6%	927	85,1%
Outros	179	15,6%	159	16,4%	163	14,9%
Total	1.152	100,0%	972	100,0%	1.090	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

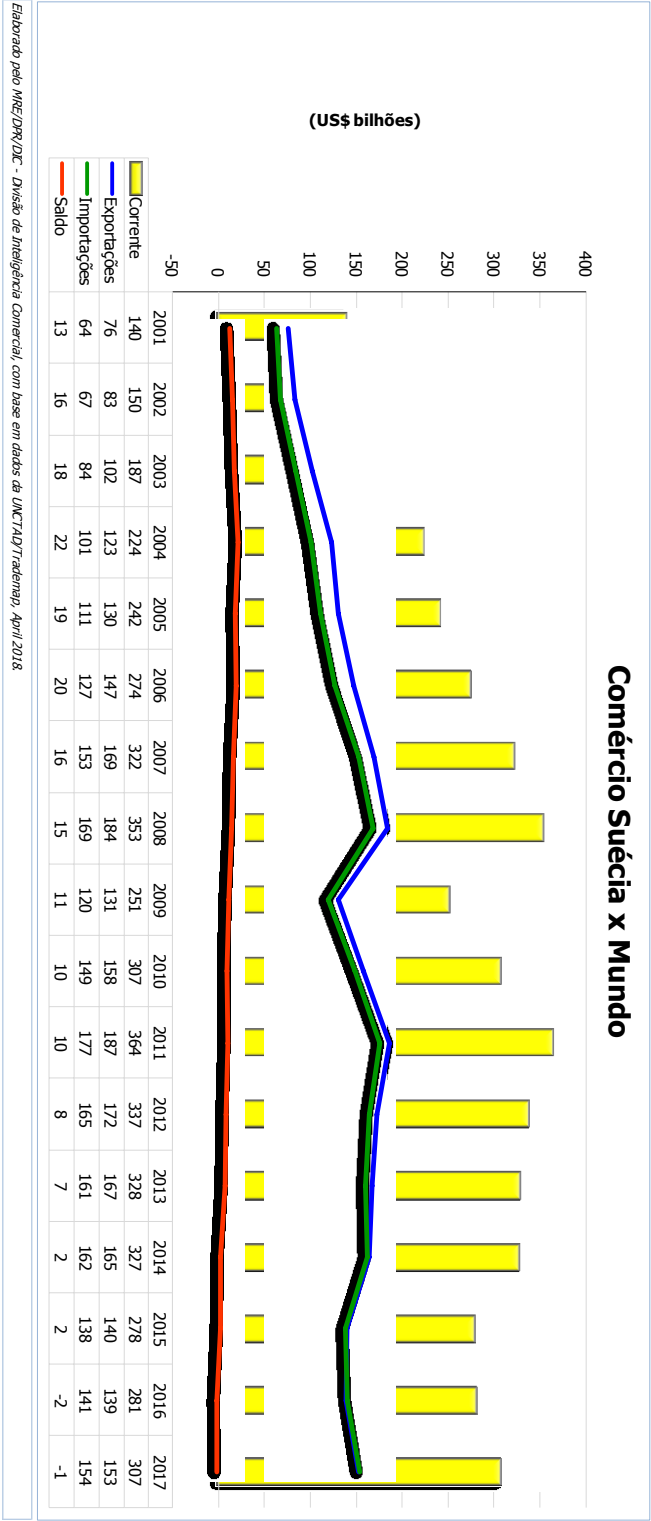
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Minério de cobre	53	43,7%	62	41,2%	Minério de cobre 41,2%
Café em grão	25	20,6%	25	16,6%	Café em grão 16,6%
Ferro-ligas	11	9,1%	12	8,0%	Ferro-ligas 8,0%
Partes de motores	4	3,3%	7	4,6%	Partes de motores 4,6%
Bombas para líquidos	4	3,3%	4	2,7%	Bombas para líquidos 2,7%
Carne bovina fresca ou refrigerada	4	3,3%	3	2,0%	Carne bovina fresca ou refrigerada 2,0%
Artigos de transporte ou de embalagem, de plástico	1	0,8%	3	2,0%	Artigos de transporte ou de embalagem, de plástico 2,0%
Pastas químicas de madeira	0	0,0%	2	1,3%	Pastas químicas de madeira 1,3%
Açúcar	0	0,0%	2	1,3%	Açúcar 1,3%
Partes e acessórios de automóveis	2	1,6%	2	1,3%	Partes e acessórios de automóveis 1,3%
Subtotal	104	85,7%	122	81,0%	
Outros	17	14,3%	29	19,0%	
Total	121	100,0%	151	100,0%	
Importações					
Automóveis	44	17,3%	93	28,9%	Automóveis 28,9%
Máquinas mecânicas	97	38,2%	73	22,7%	Máquinas mecânicas 22,7%
Farmacêuticos	16	6,3%	26	8,1%	Farmacêuticos 8,1%
Papel e cartão	7	2,8%	17	5,3%	Papel e cartão 5,3%
Máquinas elétricas	13	5,1%	16	5,0%	Máquinas elétricas 5,0%
Ferro e aço	12	4,7%	15	4,7%	Ferro e aço 4,7%
Instrumentos de precisão	10	3,9%	12	3,7%	Instrumentos de precisão 3,7%
Plásticos	8	3,1%	9	2,8%	Plásticos 2,8%
Químicos orgânicos	5	2,0%	9	2,8%	Químicos orgânicos 2,8%
Combustíveis	4	1,6%	7	2,2%	Combustíveis 2,2%
Subtotal	216	85,0%	277	86,2%	
Outros produtos	38	15,0%	44	13,8%	
Total	254	100,0%	321	100,0%	

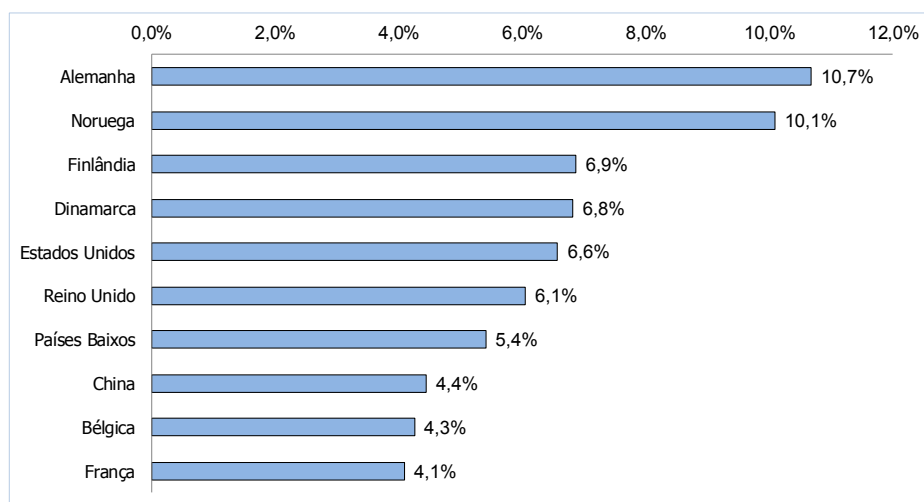
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.



Principais destinos das exportações da Suécia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Alemanha	16,36	10,7%
Noruega	15,45	10,1%
Finlândia	10,52	6,9%
Dinamarca	10,45	6,8%
Estados Unidos	10,08	6,6%
Reino Unido	9,27	6,1%
Países Baixos	8,29	5,4%
China	6,81	4,4%
Bélgica	6,52	4,3%
França	6,28	4,1%
...		
Brasil (27º lugar)	0,84	0,5%
Subtotal	100,86	65,9%
Outros países	52,29	34,1%
Total	153,15	100,0%

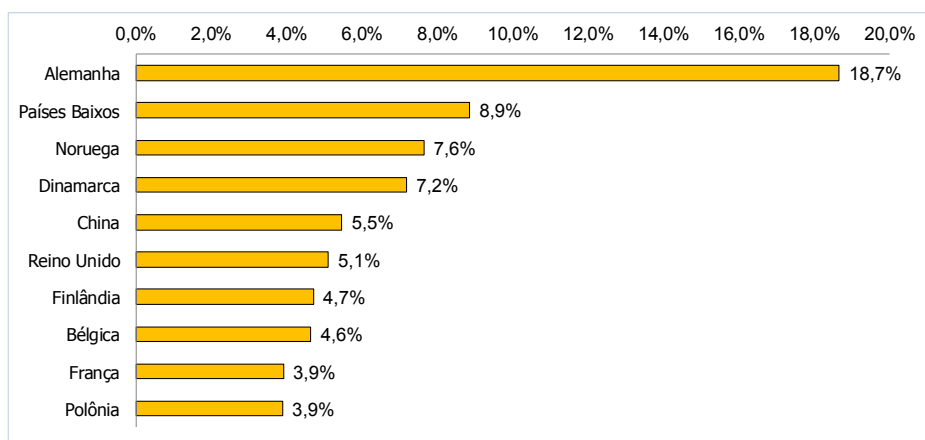
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Principais origens das importações da Suécia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Alemanha	28,73	18,7%
Países Baixos	13,63	8,9%
Noruega	11,77	7,6%
Dinamarca	11,06	7,2%
China	8,42	5,5%
Reino Unido	7,87	5,1%
Finlândia	7,26	4,7%
Bélgica	7,15	4,6%
França	6,03	3,9%
Polônia	5,99	3,9%
...		
Brasil (31º lugar)	0,54	0,3%
Subtotal	108,43	70,4%
Outros países	45,49	29,6%
Total	153,91	100,0%

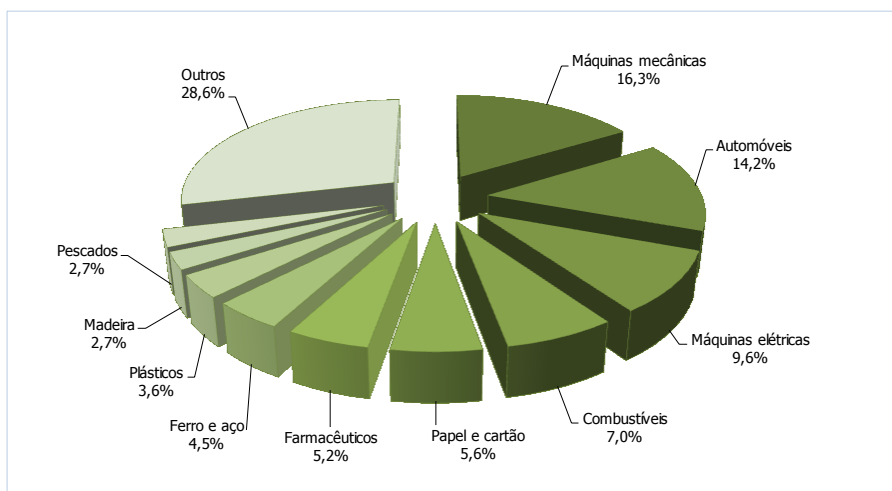
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Composição das exportações da Suécia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas mecânicas	24,98	16,3%
Automóveis	21,81	14,2%
Máquinas elétricas	14,73	9,6%
Combustíveis	10,65	7,0%
Papel e cartão	8,64	5,6%
Farmacêuticos	7,92	5,2%
Ferro e aço	6,84	4,5%
Plásticos	5,50	3,6%
Madeira	4,13	2,7%
Pescados	4,13	2,7%
Subtotal	109,32	71,4%
Outros	43,83	28,6%
Total	153,15	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Composição das importações da Suécia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part. % no total
Máquinas mecânicas	20,60	13,4%
Automóveis	19,36	12,6%
Máquinas elétricas	18,59	12,1%
Combustíveis	15,51	10,1%
Plásticos	5,75	3,7%
Pescados	4,62	3,0%
Farmacêuticos	4,38	2,8%
Instrumentos de precisão	4,17	2,7%
Móveis	3,73	2,4%
Obras de ferro ou aço	3,60	2,3%
Subtotal	100,31	65,2%
Outros	53,60	34,8%
Total	153,91	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

10 principais grupos de produtos importados

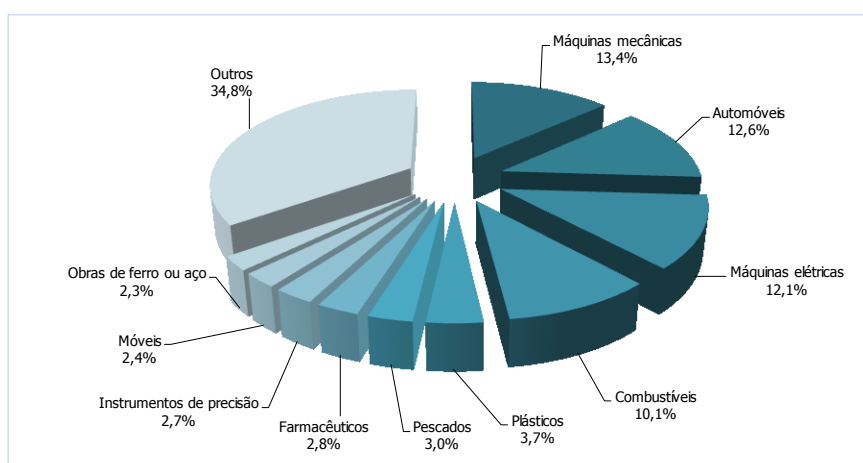


	Tabela. Investimentos Suécia - Brasil (em milhões de US\$)							
	Estoque						Fluxo (*)	
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 (jan-fev)
Origem: Suécia	3801	3564	2328	2003	1673	n.d	126	9
Origem: Brasil	n.d	n.d	79	120	1356	n.d	n.d	n.d



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

LETÔNIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Letônia
GENTÍLICO	letão
CAPITAL	Riga
ÁREA	64.589 km ²
POPULAÇÃO	1,96 milhões (2016)
LÍNGUA OFICIAL	Letão (oficial, 59,3%); russo (27,8%), bielorrusso (3,6%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Luteranos (19,6%); ortodoxos (15,3%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (Saeima)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Raimonds Vējonis (desde 2015)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Māris Kučinskis (desde 2016)
CHANCELER	Edgars Rinkēvičs (desde 2011)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL	US\$ 27,57 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP)	US\$ 50,19 bilhões
PIB PER CAPITA	US\$ 14,071 mil
PIB PPP PER CAPITA	US\$ 24,587 mil
VARIAÇÃO DO PIB	2,2% (2016); 3,0% (2015); 1,9% (2014); 2,4% (2013)
IDH	0,814 - 44º lugar
EXPECTATIVA DE VIDA	74, 5 anos
ALFABETIZAÇÃO	99,8%
UNIDADE MONETÁRIA	euro
EMBAIXADORA DA LETÔNIA JUNTO AO BRASIL	Alda Vanaga (residente em Lisboa)
COMUNIDADE BRASILEIRA	A comunidade brasileira na Letônia é estimada em cerca de 50 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL- Fonte: MDIC (US\$ Milhões)

BRASIL → LETÔNIA	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 (abril)
<i>Intercâmbio</i>	49,6	47,6	41,6	36,2	21,5	27,5	52,5	58,6	29,8	21,2	19,4
<i>Exportações</i>	40,8	22,7	11,9	31,2	16,1	20,9	42,3	26,7	20,7	13,0	16,5
<i>Importações</i>	8,8	24,9	29,6	4,9	5,4	6,6	10,1	31,8	9,0	8,2	2,9

Saldo	31,9	-2,1	-17,7	26,3	10,7	14,3	32,1	-5,1	11,6	4,7	13,6
--------------	------	------	-------	------	------	------	------	------	------	-----	------

APRESENTAÇÃO

Os primeiros povos que começaram a habitar o território da atual Letônia, por volta do nono milênio antes de Cristo, eram de origem desconhecida. Por volta de 3.000 a.C, porém, povos fino-úgricos se estabeleceram na região, onde foram sucedidos, mil anos mais tarde, por tribos pré-bálticas. Essas tribos formaram entidades independentes até o século XIII, quando foram conquistadas pelos povos germânicos, que rebatizaram o território como Livônia.

Fundada pelo bispo germânico Alberto da Livônia, em 1201, a cidade de Riga tornou-se parte da Liga Hanseática em 1285, passando a desfrutar de laços econômicos e culturais com o restante da Europa. A aristocracia germânica reduziu o campesinato à servidão e limitou os direitos comerciais e de propriedade da população autóctone.

Até o séc. XIII, a população que ocupava o território letão vivia dividida entre meia dúzia de reinos independentes e culturalmente distintos. A falta de unidade entre os reinos facilitou sua conquista por cavaleiros cruzados alemães, donos de armas tecnologicamente melhores e técnicas militares mais sofisticadas. Durante os 600 anos subsequentes, várias partes da Letônia foram conquistadas por Dinamarca, Prússia, Suécia, Polônia e Rússia. Mesmo com a constante sucessão de soberanos, os descendentes dos conquistadores alemães foram hábeis em manter intactos seus privilégios. Mediante a constante adaptação e o juramento de lealdade ao poder dominante do momento, eles conseguiram manter sua autonomia, bem como seus títulos de propriedade feudal. Esses barões alemães formaram o cerne da elite letã. Também a Rússia colaborou de forma significativa na formação do país. A Rússia começou a conquistar a região em 1710, sob o reinado do czar Pedro I, e concluiu o processo de ocupação oito anos mais tarde.

Durante a segunda metade do século XIX, os letões experimentaram o surgimento da consciência nacional. A posição privilegiada da Letônia no mar Báltico, que possibilitava via de acesso ao vasto interior russo e de escoamento para o império czarista, proporcionou o rápido desenvolvimento da região, especialmente no período entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial. Pelo porto de Riga, em 1913, transitava um volume maior de mercadoria que por São Petersburgo. Com a construção de uma estrutura fabril no país, um grande contingente populacional se deslocou do interior para a capital. Esse processo de urbanização formou uma significativa burguesia. Como efeito secundário dessa dinâmica atividade econômica, a cultura letã recebeu importante impulso e se fortaleceu. Com esse fenômeno, surgiu a necessidade de protegê-la contra as constantes impulsos de germanização e russificação. A nova elite letã começou, então, a pressionar por maior participação no processo decisório nacional.

Com a Rússia devastada e enfraquecida pela Revolução bolchevique e pela I Guerra,

a Letônia aproveitou o momento histórico e declarou sua independência em 18 de novembro de 1918. Em 1921, foi admitida na Liga das Nações. As décadas de 1920 e 1930, entretanto, foram de instabilidade política provocada pelas constantes crises econômicas. Em 5 de agosto de 1940, após a assinatura do pacto Molotov-Ribbentrop, a Letônia, junto com os vizinhos Estônia e Lituânia, foi anexada à ex-URSS. A subsequente ocupação por tropas alemãs provocou a mobilização de muitos letões pelas legiões da Waffen SS; outros tantos se juntaram às Tropas Vermelhas e formaram grupos de resistência. Em 1945, a população letã representava apenas 25% do total anterior à eclosão da II Guerra Mundial.

Com o fim da II Guerra Mundial, a URSS implementou uma reorganização social e econômica que rapidamente transformou a economia rural letã num pólo de indústria pesada, etnicamente diversificado e com o antigo campesinato transformado em classe operária urbana. Como parte do projeto de maior integração da Letônia à União Soviética, Stálin promoveu uma política de intensa migração russa para aquele território. Com o fim do governo Kruschov, em 1959, a nova liderança soviética dissolveu o Partido Comunista da Letônia e destituiu os líderes do governo regional, acusados de “nacionalismo burguês”, substituindo-os por políticos da linha dura, em sua maioria originários da Rússia.

A “Perestroika” e o afrouxamento do poder de dominação soviético fizeram renascer entre as elites letãs o desejo de reconquistar a soberania do país. Em 1989, o Soviete Supremo letão adotou a “Declaração de Soberania” e emendou a Constituição, dando às leis nacionais primazia sobre as soviéticas. Nas eleições de março de 1990, os candidatos do partido Frente Popular Pró-Independência da Letônia conquistaram dois terços das cadeiras do Conselho Supremo, e, no dia 4 de maio, o Conselho Supremo declarou que a independência da Letônia seria estabelecida no prazo de 3 anos.

Em janeiro de 1991, forças militares e políticas ligadas à antiga URSS tentaram, sem sucesso, contrarrestar o movimento de independência. Em agosto do mesmo ano, após referendo nacional realizado em março, quando mais de 70% da população votou a favor, a Letônia declarou sua independência “de facto”. Naquele mesmo ano, o país reintroduziu no sistema jurídico importantes parcelas da sua constituição de 1922 e, em 1998, após 5 anos de estudo, o governo introduziu a controversa legislação que estabelece critérios para a nacionalidade e a cidadania. A nova lei incluiu um juramento de fidelidade ao país, a renúncia a qualquer nacionalidade anterior e o conhecimento da história e da língua letã. Essas medidas têm provocado insegurança e tensões com a expressiva comunidade russa. Em 1994, a Rússia e a Letônia assinaram acordo para a retirada das tropas russas do território letão.

Em março de 2004, a Letônia tornou-se membro da OTAN e, em maio do mesmo ano, o país ingressou na União Europeia. Em março de 2007, após 10 anos de negociações, a Letônia assinou com a Rússia o histórico tratado de fronteiras, consolidando seus limites atuais junto ao grande vizinho e abrindo mão de eventuais demandas futuras em relação a pequeno território perdido após a II Guerra. Em 1º de janeiro de 2014, a Letônia adotou o

euro como moeda, substituindo o lats letão e tornando-se membro pleno da zona do euro. Em 18 de novembro de 2018, será comemorado o centenário da República da Letônia.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Raimond Vējonis, presidente: Nasceu em Pskov, Rússia (URSS), em 15/6/1966, filho de pai letão a serviço do Exército Vermelho e de mãe russa. Bacharel, em 1989, e Mestre, em 1996, em Biologia pela Universidade da Letônia. Vereador pela cidade letã de Madona, entre 1990 e 1993, e diretor da Junta Ambiental da Grande Riga, entre 1996 e 2002. Eleito para o Parlamento e nomeado ministro do Meio Ambiente em 2002, exerceu o cargo até 2011. Em 2014, tornou-se ministro da Defesa. Em 3/6/2015 foi eleito presidente da Letônia pelo Parlamento, por 55 votos a favor, 44 contrários e uma abstenção. Empossado em 8/7/2015.



Māris Kučinskis, primeiro-ministro: Nasceu em Limbaži, em 28/11/1961. Trabalhou como economista no departamento de Finanças do Conselho de Valmiera dos Deputados do Povo. A partir de 1981, serviu no exército soviético e, em seguida, entrou na Faculdade de gestão e informações econômicas da Universidade Estadual da Letônia. Em 1987, foi convidado a se tornar o economista-chefe do departamento municipal de habitação e comunal do distrito de Valmiera. Tornou-se um deputado do Saeima pela primeira vez em 2002 como membro do Partido do Povo; foi reeleito em 2006. Em outubro de 2010, foi eleito membro do parlamento da aliança do partido Por Uma Boa Letônia, que incluía o Partido do Povo. Filiado, desde 2014, ao Partido União dos Verdes e Camponeses (ZZS, da sigla em letão). Em 13 de janeiro de 2016, foi indicado para substituir Laimdota Straujuma como primeiro-ministro da Letônia, após sua renúncia. É o primeiro primeiro-ministro a não ser membro do Partido da Unidade ou um dos seus antecessores desde 2009 e o primeiro do ZZS desde 2004.

RELAÇÕES BILATERAIS

Os vínculos entre os povos brasileiro e letão precedem o estabelecimento das relações diplomáticas oficiais, que completaram 25 anos em 2017. De acordo com registros históricos, a colonização letã no Brasil teve início em 1890, quando chegaram a Laguna (SC) 25 famílias oriundas de Riga. O fluxo de imigrantes letões intensificou-se durante o começo do século XX e estima-se que mais de três mil letões emigraram para o Brasil a partir de então, estabelecendo-se em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Atualmente, a população brasileira de origem letã é de cerca de 25 mil habitantes, o que

constitui a maior comunidade letã na América do Sul.

Em 5/12/1921, o Brasil reconheceu a independência da Letônia e voltou a fazê-lo em 4/9/1991, após a dissolução da URSS – embora não tenha o governo brasileiro jamais indicado aceitação, *de jure*, da anexação do país por Moscou. Os dois países estabeleceram relações diplomáticas formais em 18/7/1992.

Apesar da grande distância entre os dois países, a gigantesca disparidade entre as dimensões geográfica, política e econômica, e o quase generalizado desconhecimento mútuo, as relações Brasil-Letônia têm sido desenvolvidas em bases positivas, cordiais e promissoras.

Ao Brasil cabe aproximar-se da Letônia em um momento em que aquele país vislumbra novos horizontes em sua política externa, tendo completado com êxito sua plena adesão à comunidade euro-atlântica, com o ingresso na UE, na OTAN e na zona do euro. Embora ainda concentrada em seu entorno regional, a Letônia tem, pouco a pouco, buscado explorar novas parcerias internacionais, em particular os grandes países emergentes. Na América Latina, o país se volta, em particular, para o Brasil.

Para o Brasil, ademais, engajado na estruturação de uma parceria estratégica tanto com a União Europeia quanto com a Rússia e interessado no processo de “redescoberta” do Ártico, o diálogo com a Letônia se revela de particular relevância, face a suas identidades como nação a um só tempo europeia e báltica, bem como a seu histórico de relações seculares – embora nem sempre amistosas – com a Rússia, a qual continua a ser importante para a definição das linhas gerais da política externa de Riga.

Diante de seu claro desejo de expandir seu relacionamento com o Brasil, as autoridades letãs têm sinalizado interesse em desenvolver laços econômicos e políticas com o País. A decisão da Letônia de copatrocinar o projeto de resolução do G-4 sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2005, e as visitas ao Brasil da presidente Vaira Vike-Freiberga, em junho de 2007, e do primeiro-ministro Valdis Dombrovskis, em julho de 2011, representaram marcos importantes nesse processo de adensamento do relacionamento bilateral.

Em sua visita ao Brasil, em 2007, a presidente Vike-Freiberga cumpriu programação em São Paulo, Nova Odessa, Rio de Janeiro e Brasília. Acompanharam-na os ministros das Finanças, da Defesa e da Integração Social, além de delegação empresarial. Em Brasília, Vike-Freiberga foi recebida pelo então presidente Lula da Silva e manteve encontros com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em Nova Odessa, participou de cerimônia alusiva à imigração letã. Em São Paulo, proferiu palestra na FAAP e participou de seminário de negócios organizado pela FIESP (a delegação empresarial

ainda visitou planta produtora de etanol).

Em sua visita ao Brasil, em 2011, o então primeiro-ministro Dombrovskis cumpriu agenda em Brasília, Rio de Janeiro, Nova Odessa (cidade paulista que abriga a maior comunidade de imigrantes letões no Brasil), São Paulo (onde se reuniu com o governador Geraldo Alckmin e com o presidente da FIESP, além de participar de eventos empresariais) e Santos (onde se assinou memorando de entendimento para "irmanação" dos portos de Santos e Riga). Em Brasília, reuniu-se com o então vice-presidente da República, com o embaixador Valdemar Carneiro Leão (na condição de ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores), com o então ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, com o então ministro-chefe da Secretaria de Portos, José Leônidas Cristiano, e com o então secretário-executivo do Ministério da Fazenda, senhor Nelson Barbosa.

Em abril de 2012, esteve no Brasil o chanceler Edgars Rinkēvičs, para participar da reunião de alto nível da Parceria para o Governo Aberto (OGP). Em breve encontro com o então ministro Antônio Patriota, reiterou a importância do Brasil para a Letônia e manifestou disposição de seu país em abrir embaixada residente em Brasília.

Em março de 2013, esteve em Riga, para solicitar voto ao candidato brasileiro à OMC, o então subsecretário-geral de Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais (SGEC), embaixador Hadil Vianna. Em 2014, a ministra da Educação da Letônia participou, em São Paulo, do Fórum para Progresso Social.

Em dezembro de 2015, o chanceler Rinkēvičs e o então ministro das Relações Exteriores, embaixador Mauro Vieira, mantiveram encontro à margem da Conferência Ministerial de Organização Mundial do Comércio (OMC) realizada em Nairóbi, Quênia.

Espera-se para 2018 a retomada das consultas políticas, realizadas duas vezes, em junho de 2008 e em outubro de 2009, ambas em Riga.

Embaixadas residentes

Em sua visita ao Brasil, em 2011, o então primeiro-ministro Dombrovskis anunciou a intenção de seu governo de instalar Embaixada residente em Brasília. Em encontro com o senhor ministro de Estado também em 2011, o chanceler Rinkēvičs disse que, para seu governo, a abertura de embaixadas residentes em Brasília não seria uma questão de "se", mas de "quando", e ponderou que Riga poderia dar início a esse processo.

Em carta enviada ao senhor ministro de Estado em 7/9/2014, Rinkēvičs ponderou que "a abertura recíproca de embaixadas em nossas capitais poderia não apenas conferir novo impulso à promoção de nossas relações em várias áreas de interesse mútuo, mas

também testemunhar como importante manifestação dos laços de amizade que unem nossas nações".

Durante entrega de cartas credenciais pelo embaixador, não residente, do Brasil, em 28/10/2014, o presidente Bērziņš manifestou interesse em abrir, em futuro próximo, representação diplomática em Brasília, a primeira da Letônia na América Latina, e em contar com embaixador brasileiro residente em Riga.

A Letônia conta com três cônsules honorários no Brasil: Brasília, Natal e São Paulo. O Brasil, por sua vez, mantém cônsul honorário em Riga. A embaixada em Estocolmo é responsável por acompanhar os interesses da comunidade brasileira na Letônia (cerca de 50 pessoas).

Cooperação portuária

Em maio de 2010, o então ministro da Secretaria de Portos, Pedro Brito, visitou o Porto de Riga, no que constituiu a primeira visita de uma autoridade brasileira de alto nível à Letônia. O ministro Pedro Brito foi recebido pelos então presidente da República Valdis Zlaters e pelo então primeiro-ministro Valdis Dombrovskis. Como desdobramento dessa visita, o então secretário-executivo daquele órgão, Mario Lima Júnior, visitou a Letônia em junho de 2013, onde conheceu os Portos de Riga e Ventspils e manteve contato com o ministro dos Transportes daquele país.

O porto de Riga tem sido apresentado pelo governo letão como opção para a exportação de mercadorias brasileiras aos países bálticos, à Rússia e ao antigo espaço soviético, pela infraestrutura de transportes que une esses países. Quarto maior porto da Europa oriental em volume de carga (atrás de Primorsk; Klaipeda; e Tallinn), é, ainda, o porto da União Europeia mais próximo a Moscou e o que melhor serve a Belarus, dali partindo as exportações de fosfatos bielorrussos ao Brasil. Apresenta, ainda, a vantagem adicional de ser navegável o ano todo, ao contrário de muitos dos portos bálticos, que deixam de operar – total ou parcialmente – nos meses de inverno. O porto vizinho de Ventspils, por fim, possui, segundo o governo local, o terminal de importação de suco de laranja "mais moderno do mundo".

Comércio bilateral

As relações comerciais entre o Brasil e a Letônia, pela sua reduzida expressão, refletem a distância física e a ausência de tradição de intercâmbio entre os dois países. Trata-se de intercâmbio modesto em termos de valor e concentrado em poucos produtos primários, embora a pauta de exportações letãs para o Brasil tenha-se diversificado e

incorporado produtos manufaturados, alguns de médio e alto valor agregado.

Cabe observar que, até 2004, as estatísticas do intercâmbio bilateral anotadas pelo MDIC apresentam a anomalia de registrar exportações brasileiras em níveis modestos, em contraste com importações originárias da Letônia desproporcionalmente altas – chegaram a registrar US\$ 152 milhões, em 2000, e US\$ 238 milhões, em 2001. As cifras discrepantes refletem a importação, pelo Brasil, de óleo diesel de origem russa através de portos letões, impropriamente contabilizada na corrente de comércio com o país báltico. Tais dados nunca apareceram nas estatísticas letãs, cujas tabelas sempre acusaram saldos negativos com o Brasil em todos os exercícios desde o estabelecimento das relações comerciais, em 1991.

Consciente da pequena escala de seu mercado interno em relação à economia brasileira, o governo letão tem procurado promover-se como porta de entrada de exportações brasileiras para terceiros países, sugerindo que a Letônia, em razão de sua posição geográfica e de sua expertise logística, poderia constituir-se em um *hub* para a entrada de produtos brasileiros com destino a seus vizinhos contíguos (Belarus, Estônia, Lituânia e Rússia), além de outros países, como o Cazaquistão e a Ucrânia. O porto de Riga, navegável o ano todo, é um dos principais pontos de comercialização de mercadorias com destino aos países da antiga União Soviética, ou dele provenientes.

O auge do intercâmbio comercial ocorreu em 2015, quando atingiu a cifra de US\$ 58,6 milhões (US\$ 26,7 milhões referente às exportações brasileiras, e US\$ 31,8 milhões, às exportações letãs). Em 2017, a corrente de comércio alcançou US\$ 21,2 milhões, com exportações brasileiras de US\$ 13,0 milhões e importações de US\$ 8,2 milhões. As exportações brasileiras concentraram-se em bens primários e produtos manufaturados de baixo valor agregado. Os principais produtos vendidos à Letônia foram alumina calcinada (79,7%), café não torrado e não descafeinado em grão (8,1%), outras carregadoras (4,4%), café solúvel mesmo descafeinado (1,2%) e pimenta "piper" seca (0,7%). As importações originárias da Letônia, em contrapartida, concentraram-se em turfas (38,9%), outros roteadores digitais (15,4%), partes de motores hidráulicos e pneus (8,8%), monoaminas e poliaminas (4,4%) e roteadores digitais (3,7%).

Investimento letão em telecomunicações

Durante a visita do então primeiro-ministro Dombrovskis ao Brasil, em 2011, deu-se início à produção de equipamento de comunicações *wireless* conjuntamente pela empresa letã SAF Tehnika e pelas brasileiras WI2B e Siemens Brasil, em Curitiba (PR).

A SAF Tehnika é uma companhia europeia baseada na Letônia que produz e exporta

aparelhos de telecomunicação *wireless* para mais de 100 países. O aparelho produzido no Brasil – CFIP Lumina – é um dos mais avançados da companhia, capaz de transmitir até 367 Mbps de informações.

Cooperação educacional

Acordo de cooperação bilateral em educação e ciência, proposto pela Letônia em 2012, não teve seguimento, uma vez que o objetivo letão era introduzir o país no programa Ciência sem Fronteiras.

Durante cerimônia de apresentação de credenciais do embaixador do Brasil junto à Letônia, em 2014, o então presidente letão Andris Berzins mencionou o tema da cooperação educacional, manifestando o desejo de aprofundar o relacionamento entre instituições de ensino superior dos dois países e de receber estudantes brasileiros em universidades letãs, no âmbito do Ciência Sem Fronteiras. Espera-se, em 2018, a conclusão do projetado acordo bilateral em educação e ciência.

Cooperação cultural

Está em vigor acordo sobre cooperação cultural entre Brasil e Letônia, assinado em 2008. No ano de 2012, pela primeira vez, foram realizados eventos culturais brasileiros, organizados pela Universidade Técnica e a Universidade do Rio Grande do Norte: workshop, concerto, fórum e exposição. Posteriormente, com a mesma Universidade, a Embaixada realizou a exposição fotográfica "O povo da floresta tropical".

Assuntos consulares

A Letônia concede, unilateralmente, isenção de vistos de curta duração para brasileiros desde 2004, em virtude de sua adesão à União Europeia. O Brasil retribui o gesto desde 8/10/2012, quando da entrada em vigor do Acordo com a União Europeia para Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em novembro de 2010.

No Brasil, vivem pouco mais de 25 mil descendentes de letões. Na Letônia, atualmente residem cerca de 50 brasileiros.

Reformas à Lei de Nacionalidade em vigor desde 1/10/2013 permitem ao cidadão letão ter dupla nacionalidade com país membro da União Europeia, da OTAN ou da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bem como com Austrália, Nova Zelândia e Brasil.

Grupo Interparlamentar

Em dezembro de 2010, o Parlamento letão (Saeima) criou o “Grupo para Relações Interparlamentares com o Brasil”.

Em abril de 2013, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados aprovou projeto de resolução de autoria do deputado Júlio Delgado (PSB/MG) para criação do Grupo Interparlamentar Brasil-Estônia & Letônia. A resolução deverá ser ainda submetida ao Plenário da Casa.

Empréstimos e créditos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano da Letônia.

POLÍTICA INTERNA

Organização política

A Letônia é uma república parlamentarista. O presidente, chefe de estado, eleito pelo Parlamento para mandato de quatro anos, exerce atribuições majoritariamente simbólicas. Dentre as poucas funções efetivas de que dispõe estão a iniciativa legislativa e a possibilidade de convocar referendo para dissolver o Parlamento.

O Conselho de Ministros é o principal órgão do Poder Executivo; seu presidente, o primeiro-ministro, líder de coalizão majoritária no Parlamento, é apontado pelo presidente da República e, se confirmado pelo Parlamento, exerce a chefia do governo.

O Parlamento (Saeima), unicameral, exerce o Poder Legislativo. É formado por 100 deputados eleitos por voto direto proporcional, para mandatos de quatro anos.

Conjuntura política

Valdis Dombrovskis foi nomeado primeiro-ministro em março de 2009. Então com 37 anos, o mais jovem chefe de governo da Europa, assumiu o cargo em contexto particularmente difícil, em que a Letônia sentia os terríveis efeitos da crise financeira internacional de 2008. Levantou a economia do país e preparou o caminho para a admissão letã à zona do euro em 1/1/2014. Testado nas urnas em 2010 e duas vezes em 2011 (uma delas em um referendo proposto pelo presidente para dissolver o Parlamento), saiu-se vitorioso em todas elas, e se projetava no país e na Europa como um dos políticos mais dinâmicos do continente. Em 2011, tornou-se o mais longo primeiro-ministro da história da Letônia.

Apesar de boas perspectivas para vencer as eleições legislativas naquele ano, o primeiro-ministro Valdis Dombrovskis renunciou ao cargo após o que foi considerada a

pior tragédia no país desde 1950, o desabamento em supermercado de Riga que matou 54 pessoas, em 21/11/2013, alegando que o país precisaria de um "governo que tivesse pleno apoio do Parlamento para lidar com o desastre".

O então presidente da Letônia, Andris Berzins, indicou, em janeiro de 2014, o nome de Laimdota Straujuma para o cargo de primeira-ministra. Matemática e ex-ministra da Agricultura, Straujuma foi eficiente em negociações na UE para obter vantagens para os agricultores letões.

Embora antes não pertencesse a nenhum partido, Straujuma aderiu ao conservador Partido da Unidade no dia anterior a sua nomeação, presumivelmente como gesto facilitador, e conseguiu o apoio de coalizão que consiste no Partido da Unidade, no direitista Aliança Nacional, no centro-direita Partido da Reforma e no centrista União de Verdes e Camponeses e por alguns deputados independentes. As eleições legislativas de outubro de 2014 confirmaram-na no poder, embora o partido mais votado tenha sido o Partido da Harmonia, de orientação pró-russa, com 23,26% dos votos, seguido pelos dois principais partidos governistas, o Partido da Unidade, com 21,62%, e pela União dos Verdes e Camponeses, com 19,74%.

Em junho de 2015, foi realizada no Parlamento eleição indireta para presidente da República, que resultou na escolha, como novo chefe de estado, de Raimonds Vējonis, líder do partido "União dos Verdes e Camponeses", que ocupava até então o cargo de ministro da Defesa e que, em governos anteriores, já havia desempenhado a função de ministro do Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional.

Tão logo eleito, Vējonis anunciou como suas prioridades o fortalecimento da segurança nacional e a promoção de políticas ambientais. Sobre as relações com a Rússia, que ainda mantém grande influência na política interna da Letônia (até mesmo pela presença de vasta comunidade russa naquele país báltico), que se traduz na relevância política do partido "Harmonia", Vējonis assegurou ter interesse em melhorar o relacionamento bilateral, mas advertiu que, enquanto "os mísseis e armas pesadas russas continuarem na Ucrânia", não deverá ser possível implementar essa linha de ação diplomática.

O presidente Raimonds Vējonis indicou, em janeiro de 2016, Māris Kučinskis, do partido União dos Verdes e Camponeses, para exercer o cargo de primeiro-ministro, em substituição à demissionária Laimdota Straujuma, do partido Unidade.

As próximas eleições para a Saeima ocorrerão em outubro de 2018, quase um ano antes das eleições indiretas para presidente da República (escolhido pelos congressistas), previstas para junho de 2019.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa letã é caracterizada pelo dinamismo, pautada pela participação ativa em várias organizações internacionais, pela disposição em estender sua influência entre os países vizinhos e no Cáucaso e pelo intenso trabalho diplomático executado pelos titulares da chefia do estado e do governo, de que é emblemático o elevado número de visitas bilaterais realizadas e recebidas pelas autoridades letãs nos últimos anos.

Grande parte da energia da jovem diplomacia letã é canalizada para a administração. As preocupações defensivas em relação à Rússia parecem constituir o principal elemento definidor da política externa da Letônia e uma das razões a alegadamente justificar o atual alinhamento do país aos EUA. Membro da OTAN desde 2004, participou ativamente de operações lideradas pela Aliança no Kosovo, no Iraque e no Afeganistão. Atribui à Aliança Atlântica o papel de garante de sua segurança nacional.

Da mesma forma como a maioria dos outros países oriundos da esfera de influência soviética, a Letônia tem orientado sua política externa para o aprofundamento de relações políticas, econômicas e militares com a União Europeia (UE). Admitida ao bloco em 2004, valoriza, em seu âmbito, os esforços de diálogo com os países do leste do continente ainda não integrados à UE, ao amparo da Política Europeia de Vizinhança. O país, movido pelo mesmo ímpeto euro-atlântico, logrou, em 2016, obter a adesão à OCDE, uma de suas principais prioridades diplomáticas.

Seus limitados recursos de poder desautorizam uma política mais ambiciosa, que vá além de seu entorno regional imediato. O país, no entanto, não se furta a participar ativamente em organismos multilaterais, embora quase sempre atrelado às posições estadunidenses e europeias, bem como a uma crescente presença diplomática em países relativamente distantes. Sua rede diplomática, embora limitada, conta com 38 embaixadas residentes (China e Rússia, dentre os BRICS; nenhuma na América Latina) e nove missões permanentes. Riga, ademais, sedia 36 embaixadas residentes (nenhuma latino-americana).

As prioridades atuais de política externa letã compreendem a manutenção dos fundos de coesão da UE e a transferência de recursos da Política Agrícola Comum (PAC) da UE para os agricultores locais. Caberia mencionar, ainda, a importância que Riga atribui à construção de um relacionamento positivo com a Rússia e à aproximação com os países do leste europeu não membros da UE e da Ásia Central.

União Europeia (UE)

A Letônia apresentou sua candidatura à admissão na UE em 1995. O país, contudo,

somente seria admitido em 2004. Em 2007, passou a fazer parte do Espaço Schengen. O país aderiu ao euro em 1/1/2014.

O país vem procurando firmar suas posições nos debates entre os membros da UE. Ciente de suas limitações, agravadas pela crise financeira global que reduziu brutalmente o PIB letão, concentra seus esforços no fortalecimento da dimensão de segurança da UE e da Política de Vizinhança, particularmente a Parceria para o Leste. Defende a expansão da União, com o acesso da Turquia e dos países balcânicos.

EUA e OTAN

Para Riga, as relações estratégicas com os EUA constituem pedra-de-toque de sua política de segurança, escorada em sua ativa participação na OTAN. As relações com os EUA, auxiliadas por uma aproximação pessoal entre o ex-presidente George W. Bush e a ex-presidenta Vaira Vike-Freiberga, transformaram a Letônia no bastião avançado das posições ocidentistas na região. O alinhamento com as posições de Washington transpareceu, por exemplo, no envio de tropas militares para o Iraque e o Afeganistão, na condenação do programa nuclear iraniano e na visão de que a parceria transatlântica seria a melhor forma de combater a proliferação de armas de destruição em massa, os conflitos regionais e a ameaça do terrorismo.

O relacionamento formal com a OTAN se iniciou com o estabelecimento, em dezembro de 1991, do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte e se reforçou por ocasião do programa Parceria pela Paz, lançado pela OTAN, em 1998, com vistas a estruturar o diálogo em temas de segurança com países oriundos do espaço soviético.

Apesar de não ter sido contemplada na primeira iniciativa de expansão da OTAN em direção aos países do leste europeu, em 1999, a Letônia persistiu no seu intento de integrar-se à Aliança, sem descuidar do fato de que sua adesão – bem como da Estônia ou da Lituânia – era visto por Moscou de maneira diferente do acesso de outros países da região à Aliança, por se tratar não apenas de um território outrora submetido à influência comunista, mas, principalmente, de uma ex-república constituinte da URSS.

A oposição russa ao alargamento da OTAN na direção leste matizou-se em 2002, quando o presidente Putin reorientou a política externa de seu país no sentido de reforçar seus laços com o Ocidente. Vencido o obstáculo imposto por Moscou, a Letônia e seus vizinhos bálticos foram admitidos na OTAN em 2004.

Com Forças Armadas modestas, o país confere à OTAN a responsabilidade de zelar por sua segurança nacional. Desde 2004, caças alemães, belgas, dinamarqueses, espanhóis e noruegueses patrulham, sob a égide da OTAN, o espaço aéreo da Letônia e dos demais

países bálticos.

A Letônia tem participado, de acordo com suas possibilidades, das operações lideradas pela Organização no Kosovo, no Afeganistão e no Iraque. O país defende a expansão da Aliança e apoia o ingresso de Albânia, Croácia e Macedônia e o oferecimento de Plano de Ação para Adesão a Geórgia e Ucrânia.

Países Bálticos e Nórdicos

Os cinco países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia) e as três nações bálticas (Estônia, Letônia e Lituânia) compartilham entre si fortes vínculos econômico-comerciais, políticos, históricos e linguísticos, que se traduzem nas intensas relações bilaterais mantidas entre si e nas atividades desempenhadas em diversos agrupamentos regionais, com destaque para o Conselho dos Estados do Mar Báltico. Juntos, comportam uma população de mais de 32 milhões de habitantes, um PIB de US\$ 1,1 trilhão. A Letônia, em particular, sempre teve relações históricas com seus vizinhos – sobretudo com Estônia, Lituânia e Suécia.

O país participa do Conselho dos Estados Bálticos, fórum intergovernamental criado em 1992, em resposta às alterações do quadro geopolítico da região, cujo objetivo é fomentar a cooperação regional em cinco áreas-chave: meio ambiente, desenvolvimento econômico, educação e cultura, energia e segurança civil. Conta com onze Estados-membros: Alemanha, Dinamarca, Estônia, Finlândia, Islândia, Letônia, Lituânia, Noruega, Polônia, Rússia e Suécia, além da União Europeia, a título individual. As principais contribuições da Letônia referem-se à resolução de problemas-chave na região: poluição ambiental, segurança energética e imigração ilegal.

Ademais, no tocante à Rússia, os laços históricos e o convívio com o grande vizinho da região tornam os países nórdico-bálticos fonte imprescindível de informação para a visualização, compreensão e eventual antecipação das estratégias e políticas de Moscou.

Os países nórdico-bálticos, por fim, são atores privilegiados do que muitos analistas têm denominado “corrida ao Ártico”, face à descoberta de depósitos de recursos minerais na região e à abertura de novas rotas de navegação por conta do derretimento de calotas polares.

Rússia

A Letônia esteve sob dominação russa/soviética entre 1710-1920 e 1944-1991. Mais de dois séculos e meio de ocupação e persistentes tentativas, da parte de Moscou, de russificação do país imprimiu na população letã sentimento antirrusso, que continuam a

dificultar o relacionamento bilateral com Moscou.

O tema dos direitos da minoria russa na Letônia (que corresponde a quase 30% da população do país) e o debate sobre a interpretação do significado da II Guerra Mundial (que para a Letônia representou o fim de sua independência e o começo de uma ocupação) impõem obstáculos adicionais ao relacionamento Riga-Moscou.

Superado o problema da presença de tropas russas em território letão – que dele se retirariam definitivamente em 1999 –, as relações entre os dois países melhoraram sensivelmente durante a primeira década do século XXI. Seu resultado mais emblemático terá sido a assinatura de tratado de fronteiras em 2007. Persistem ainda, não obstante, grandes tensões entre as duas etnias, ao ponto de alguns analistas apontarem a existência de uma “verdadeira segregação” entre russos e letões e atribuírem ao governo de Moscou ações no sentido de perpetuar a sua influência no país vizinho.

A mudança de uma agenda negativa para uma de diálogo e colaboração entre a Letônia e a Rússia, sobretudo na medida em que esta deverá repercutir na região báltica e induzir outros países da “nova Europa” a terem atitude semelhante, contribuirá para a melhoria das relações entre a UE e a Rússia. Autoridades de Bruxelas têm pressionado o governo letão no sentido de aprofundar o processo de integração da comunidade russa à sociedade nacional.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Letônia possui uma economia pequena e aberta, cujas exportações contribuem significativamente para a formação de seu PIB. Por conta de sua localização geográfica, serviços de trânsito de mercadorias são altamente desenvolvidos e compõem, juntamente com processamento de madeira, agricultura e produção de aparelhos eletrônicos e maquinários, as principais atividades econômicas do país.

As reformas implementadas pela Letônia desde o final do regime comunista renderam resultados eficientes de forma acelerada, que resultaram em um crescimento do PIB letão de 50% entre 1995 e 2006, um dos melhores desempenhos econômicos na Europa. A evolução da economia, contudo, vinha ocorrendo de forma desordenada. Em 2006, a economia letã já começava a dar claros sinais de superaquecimento. Naquele ano, o crescimento do PIB registrou recorde histórico de 12%.

Em dezembro de 2008, o FMI e a UE anunciaram programa conjunto de auxílio ao país báltico no valor de US\$ 10,5 bilhões. O pacote contemplava severas medidas de ajuste fiscal (principalmente redução de salários no setor público e aumento de impostos sobre o

consumo) e monetário (possível desvalorização da moeda local, rompendo com a política de atrelamento ao euro).

A situação macroeconômica se agravou sob as consequências da crise global. Altamente endividada, e Letônia foi atingida em cheio pelo colapso financeiro que se iniciou nos EUA e se alastrou pelo mundo. Em 2008, o PIB encolheu -4,2%; no ano seguinte, o país mergulhou em situação dramática, com uma assustadora queda do PIB de -18%. Em 2010, superada a fase mais aguda da crise global, o país continuou mergulhado na recessão, com retração do PIB de -0,3%. Com sua riqueza reduzida em 25% em menos de três anos, o país é considerado por muitos analistas como o mais duramente atingido pela crise econômica.

Com crescimento de 5,5% em 2011, 4,5% em 2012 e 4,2% em 2013, a economia letã logrou recuperar seu nível pré-crise, graças, em grande parte, ao êxito de setor exportador – que registrou crescimento de 75% entre 2009 e 2013. A entrada da Letônia na zona do euro, em janeiro de 2014, tem sido considerada bem-sucedida e livre de maiores percalços. A expansão do PIB foi da ordem de 2,3%, em 2014, 2,7%, em 2015, e 2%, em 2016.

Em 2017, a economia letã registrou crescimento de 4,5% em relação a 2016 (dados não ajustados sazonalmente). O PIB do país deverá crescer 4% em 2018, 3,4% em 2019 e 3% em 2020. A elevada taxa de crescimento econômico em 2017 (maior dos últimos 6 anos) foi pautada, principalmente, pelos bons resultados registrados no setor manufatureiro (alta de 7,9%) e no setor da construção civil (alta de 19,4%). De acordo com relatório do Ministério das Finanças, a indústria letã foi favorecida pela retomada do crescimento da economia de importantes parceiros comerciais, como a Rússia e alguns países da União Europeia. Foram registrados aumentos significativos na produção letã de máquinas e equipamentos (alta de 41,4%), fabricação de veículos automotores, reboques e semi-reboques (alta de 38,9%), e fabricação de produtos químicos e farmacêuticos (alta de 30,2%).

A composição do PIB da Letônia em 2017, sob a ótica das despesas, teve como pilar principal a formação bruta de capital fixo, que avançou em 16% em comparação com 2016. O consumo das famílias (alta de 5,1%), as exportações (4,4%) e os gastos públicos (4,1%) foram outros fatores que contribuíram para o avanço da economia. A inflação acumulada foi de 2,9% (prognóstico de 2,8% para 2018 e 2,4% em 2019). A alta da inflação - que em 2016 registrava 2,2% - foi resultado, principalmente, da subida dos preços do petróleo e dos alimentos (em especial carne, óleos e produtos lácteos). A taxa de desemprego atingiu a marca de 8,7% (queda de 0,9% em relação a 2016). Os setores que mais contrataram foram o de serviços de TI (alta de 4,7%) e o da construção civil (7,3%).

Por outro lado, os setores de vendas a varejo e atacado, imobiliário e de serviços administrativos apresentaram uma ligeira queda no número de vagas. Ainda sobre a evolução do mercado de trabalho na Letônia, vale ressaltar que os reajustes salariais foram significativamente superiores aos observados em 2016 (em 2017, os reajustes foram de, em média, 8,3% para o setor privado e de 7,4% para o setor público, segundo dados do Ministério das Finanças).

As exportações da Letônia totalizaram EUR 11,4 bilhões (crescimento de 10% em relação a 2016); já as importações somaram EUR 14 bilhões (alta de 14,5%). As exportações para países da União Europeia somaram 71% do total, ou seja, um acréscimo de 6,9% (em valor total) na comparação com 2016. A pauta das exportações foi dominada por produtos manufaturados como máquinas e equipamentos, equipamentos elétricos, alimentos manufaturados e produtos farmacêuticos. Já pelo lado das importações, destacaram-se as seguintes categorias: máquinas e equipamentos, produtos para a indústria química e farmacêutica e produtos minerais. Os maiores parceiros comerciais da Letônia foram a Lituânia (18% do total), a Alemanha (9%), a Estônia (9%), a Rússia (8%) e a Polônia (7%).

Em 23 de março de 2018, a agência de classificação de risco S&P Global anunciou a manutenção da nota de crédito soberano da Letônia (em moeda internacional) em "A-", com perspectiva positiva.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

3000 a.C: Povos fino-úgricos se estabelecem na região onde hoje é a Letônia

1201: Após conquista pelos povos germânicos, o território é batizado de Livônia. Riga é fundada pelo bispo Alberto de Livônia

1285: A cidade de Riga torna-se parte da Liga Hanseática, criando laços econômicos e culturais com o resto da Europa

1621: A região é conquistada pela Suécia

1710-1718: Sob o reinado do tsar Pedro I, a Rússia anexa a região

1913: O porto de Riga passa a ter maior volume de mercadorias do que o de São Petersburgo

1918: Com a Rússia enfraquecida, Letônia declara sua independência no dia 18 de novembro

1921: Letônia é admitida na Liga das Nações

1940: No dia 5 de agosto, a Letônia, juntamente com Lituânia e Estônia, é anexada à ex-URSS

1959: A liderança soviética dissolve o partido comunista da Letônia e destitui os líderes do governo e os substitui, quase que em sua maioria, por políticos russos

1989: A “perestroika” e o afrouxamento da dominação soviética fazem renascer as elites letãs e o Soviete Supremo letão adota a “Declaração da soberania”, dando às leis letãs primazia sobre as soviéticas.

1990: Declarada a independência da Letônia da ex-URSS

1991: Forças militares da URSS tentam, sem sucesso, abafar o movimento de independência

1991: A Letônia volta a introduzir no sistema jurídico parcelas da Constituição de 1922

1994: Rússia e Letônia assinam acordo para a retirada de tropas russas do território letão

2004: Em março, a Letônia torna-se membro da OTAN

2004: Em maio, Letônia ingressa na União Europeia

2007: Em março, após dez anos de negociação, a Letônia assina com a Rússia o tratado de fronteiras, consolidando, assim, seus limites atuais

2008-2010: Crise financeira internacional mergulha a Letônia na recessão

01/01/2014: Adesão da Letônia à zona do euro

2018: Centenário da República da Letônia

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1890: Início da colonização letã no Brasil, em Laguna (SC)

1921: Reconhecimento pelo Brasil da independência da Letônia

1991: Estabelecimento das relações comerciais

1991: Brasil reconhece a separação da Letônia em relação à URSS

1992: Estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Letônia

2004: Letônia concede, unilateralmente, isenção de vistos de curta duração a cidadãos brasileiros

2005: Letônia decide copatrocinar o projeto de resolução do G-4 sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas

2007: Visita oficial ao Brasil da Presidenta Vaira Veike-Freiberga

2007: Assinatura do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas

2010: Visita a Riga do Ministro da Secretaria de Portos, Pedro Brito

2010: Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Andris Teikmanis

2011: Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro, Valdis Dombrovskis

2012: Visita ao Brasil do Ministro de Negócios Estrangeiros, Edgars Rinkēvičs

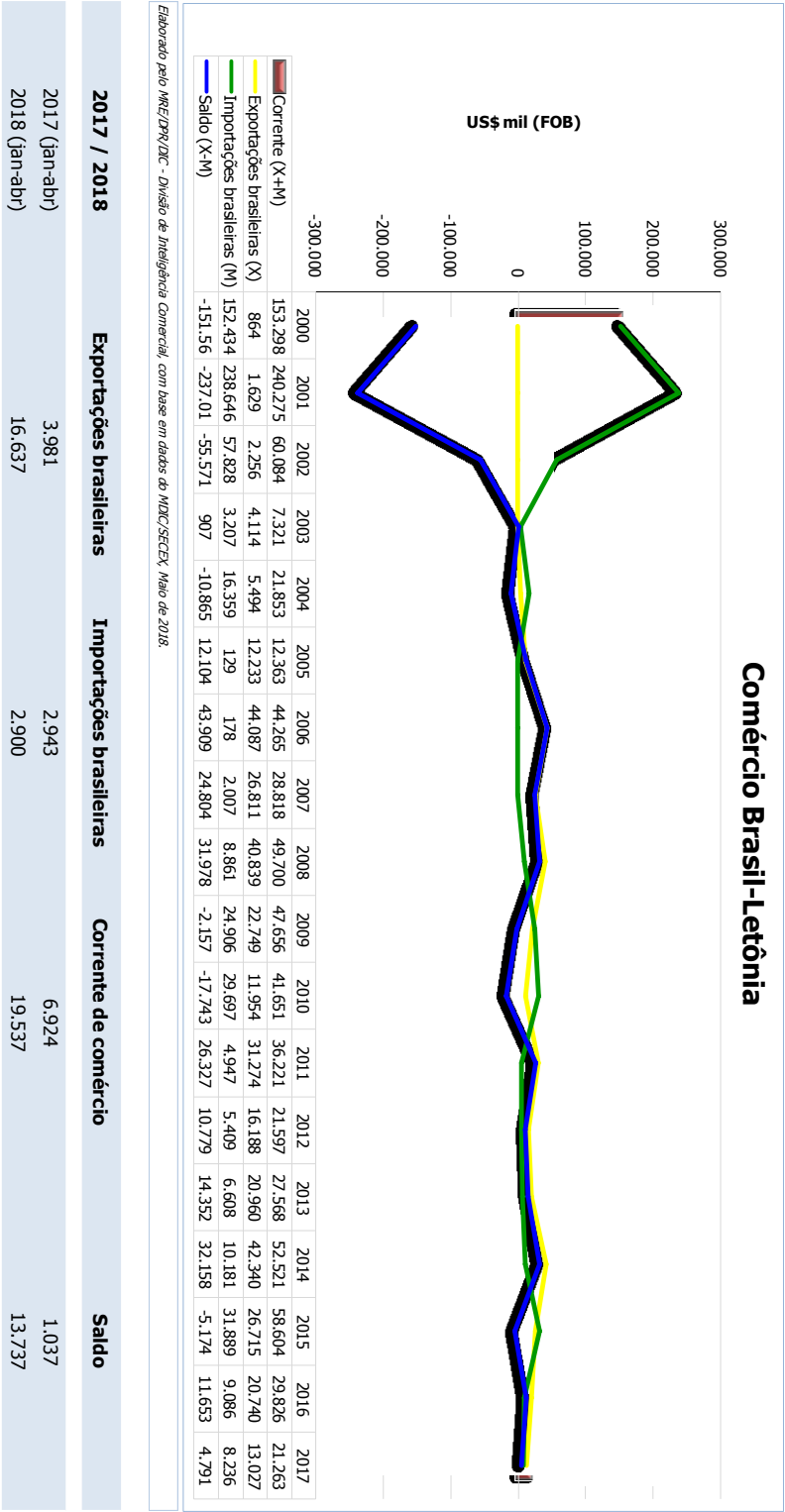
2012: Entrada em vigor de novo acordo de isenção de vistos para turismo e negócios entre o Brasil e União Europeia, com a extensão do benefício da isenção a novos membros da União (Letônia, Estônia, Malta e Chipre)

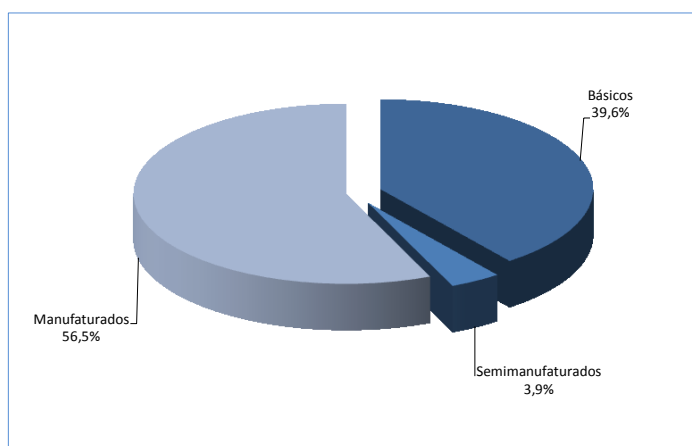
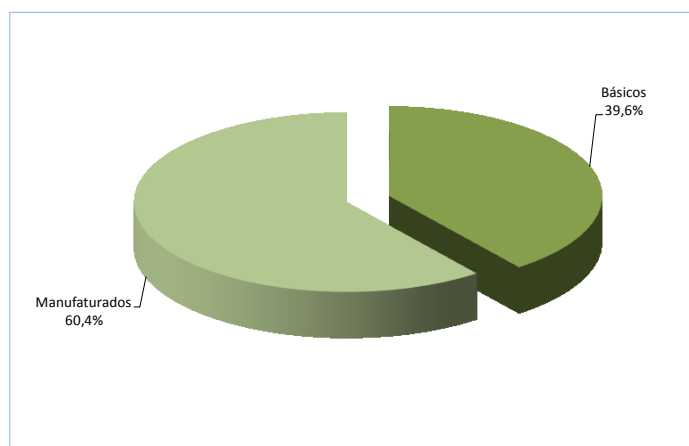
2017: 25 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Letônia

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Letônia sobre Cooperação Esportiva	24/05/2010	Em Vigor
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Letônia	09/06/2008	Em Vigor
Acordo Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Letônia.	21/09/1932	Denunciado

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

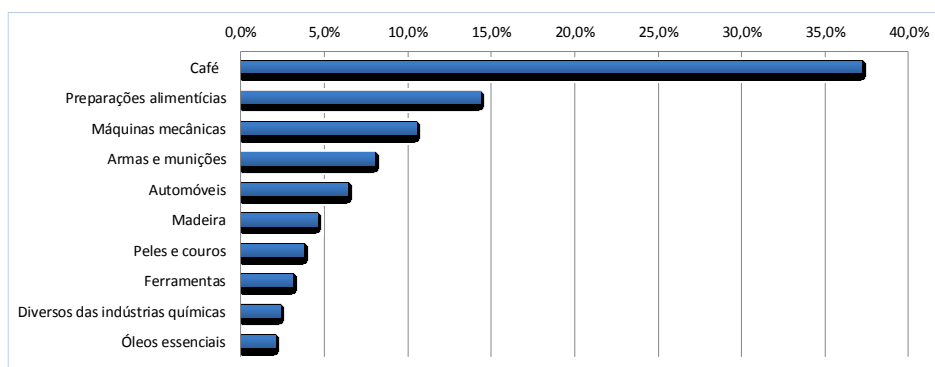
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Letônia (SH2)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Café	1.206	4,5%	1.521	7,3%	4.849	37,2%
Preparações alimentícias	2.877	10,8%	1.584	7,6%	1.871	14,4%
Máquinas mecânicas	440	1,6%	403	1,9%	1.374	10,5%
Armas e munições	0	0,0%	472	2,3%	1.042	8,0%
Automóveis	176	0,7%	598	2,9%	834	6,4%
Madeira	635	2,4%	596	2,9%	601	4,6%
Peles e couros	0	0,0%	1.394	6,7%	497	3,8%
Ferramentas	332	1,2%	346	1,7%	407	3,1%
Diversos das indústrias químicas	625	2,3%	377	1,8%	311	2,4%
Óleos essenciais	15	0,1%	220	1,1%	273	2,1%
Subtotal	6.306	23,6%	7.511	36,2%	12.059	92,6%
Outros	20.409	76,4%	13.229	63,8%	968	7,4%
Total	26.715	100,0%	20.740	100,0%	13.027	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

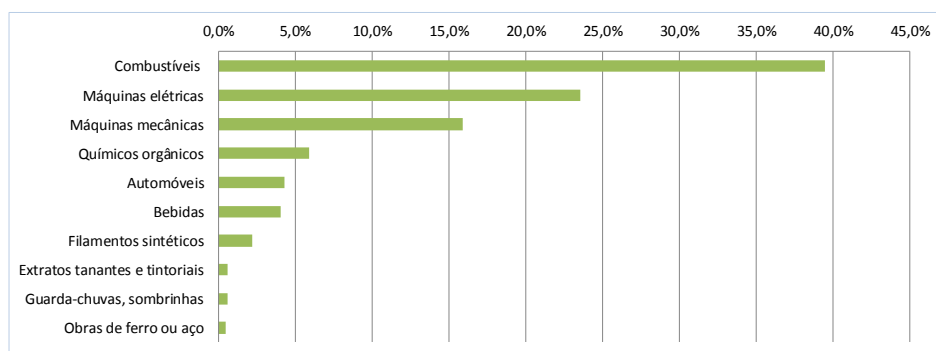


Composição das importações brasileiras originárias da Letônia (SH2)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	25.253	79,2%	2.721	29,9%	3.254	39,5%
Máquinas elétricas	2.904	9,1%	1.413	15,6%	1.938	23,5%
Máquinas mecânicas	1.640	5,1%	2.277	25,1%	1.310	15,9%
Químicos orgânicos	473	1,5%	339	3,7%	486	5,9%
Automóveis	779	2,4%	1.300	14,3%	356	4,3%
Bebidas	502	1,6%	211	2,3%	333	4,0%
Filamentos sintéticos	0	0,0%	35	0,4%	183	2,2%
Extratos tanantes e tintoriais	16	0,1%	16	0,2%	51	0,6%
Guarda-chuvas, sombrinhas	0	0,0%	3	0,0%	47	0,6%
Obras de ferro ou aço	104	0,3%	8	0,1%	38	0,5%
Subtotal	31.671	99,3%	8.323	91,6%	7.996	97,1%
Outros	218	0,7%	763	8,4%	240	2,9%
Total	31.889	100,0%	9.086	100,0%	8.236	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

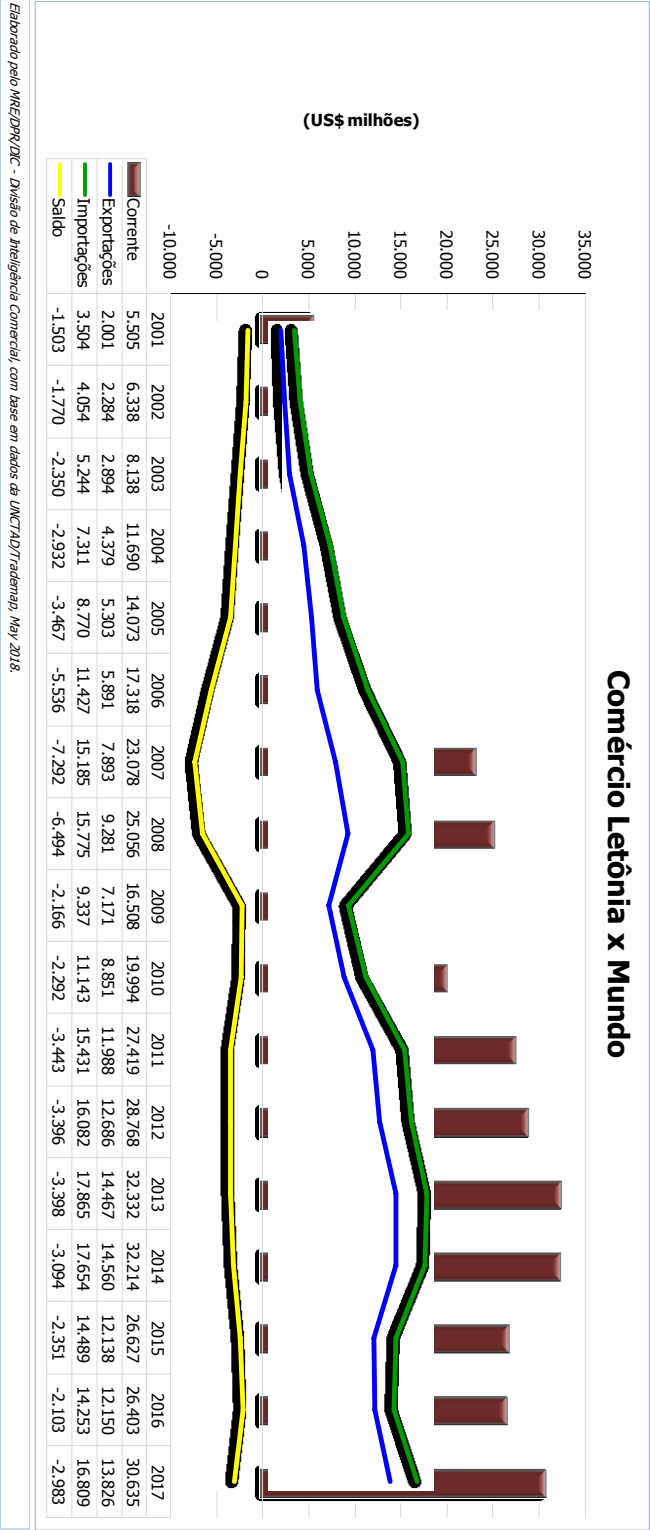
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Químicos inorgânicos	0	0,0%	13.193	79,3%	Químicos inorgânicos 79,3%
Café	821	20,6%	1.593	9,6%	Café 9,6%
Máquinas mecânicas	832	20,9%	826	5,0%	Máquinas mecânicas 5,0%
Preparações alimentícias	440	11,1%	203	1,2%	Preparações alimentícias 1,2%
Madeira	199	5,0%	149	0,9%	Madeira 0,9%
Calçados	18	0,5%	130	0,8%	Calçados 0,8%
Ferramentas	104	2,6%	102	0,6%	Ferramentas 0,6%
Frutas	0	0,0%	93	0,6%	Frutas 0,6%
Óleos essenciais	58	1,5%	81	0,5%	Óleos essenciais 0,5%
Vestuário, exceto de malha	30	0,8%	67	0,4%	Vestuário, exceto de malha 0,4%
Subtotal	2.502	62,9%	16.437	98,8%	
Outros	1.479	37,1%	200	1,2%	
Total	3.981	100,0%	16.637	100,0%	
Importações					
Combustíveis	1.223	41,6%	1.128	38,9%	Combustíveis 38,9%
Máquinas elétricas	470	16,0%	696	24,0%	Máquinas elétricas 24,0%
Máquinas mecânicas	572	19,4%	445	15,3%	Máquinas mecânicas 15,3%
Químicos orgânicos	179	6,1%	131	4,5%	Químicos orgânicos 4,5%
Automóveis	198	6,7%	114	3,9%	Automóveis 3,9%
Filamentos sintéticos	50	1,7%	83	2,9%	Filamentos sintéticos 2,9%
Químicos inorgânicos	5	0,2%	80	2,8%	Químicos inorgânicos 2,8%
Bebidas	69	2,3%	48	1,7%	Bebidas 1,7%
Preparações à base de cereais	0	0,0%	40	1,4%	Preparações à base de cereais 1,4%
Extratos tanantes e tintoriais	17	0,6%	38	1,3%	Extratos tanantes e tintoriais 1,3%
Subtotal	2.783	94,6%	2.803	96,6%	
Outros produtos	160	5,4%	97	3,4%	
Total	2.943	100,0%	2.900	100,0%	

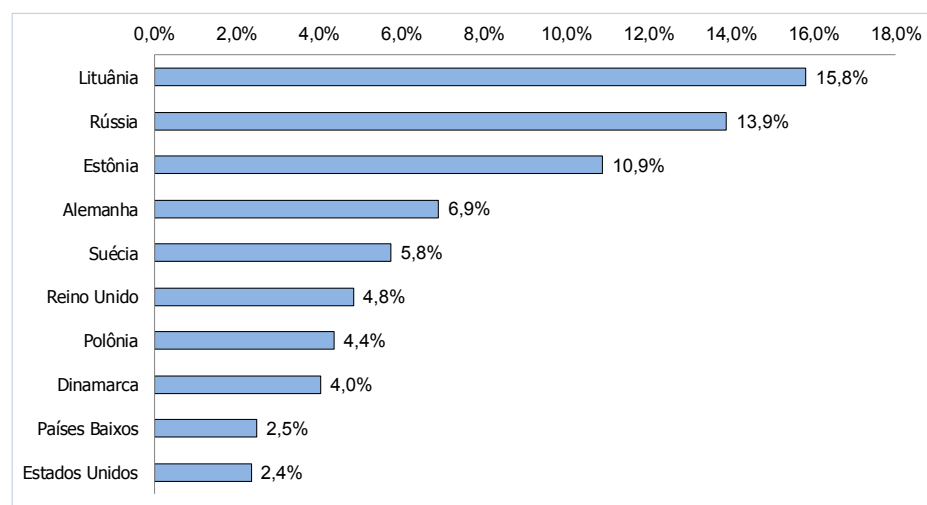
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.



Principais destinos das exportações da Letônia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Lituânia	2.188	15,8%
Rússia	1.922	13,9%
Estônia	1.505	10,9%
Alemanha	955	6,9%
Suécia	795	5,8%
Reino Unido	669	4,8%
Polônia	604	4,4%
Dinamarca	559	4,0%
Países Baixos	344	2,5%
Estados Unidos	325	2,4%
...		
Brasil (69º lugar)	8	0,1%
Subtotal	9.874	71,4%
Outros países	3.952	28,6%
Total	13.826	100,0%

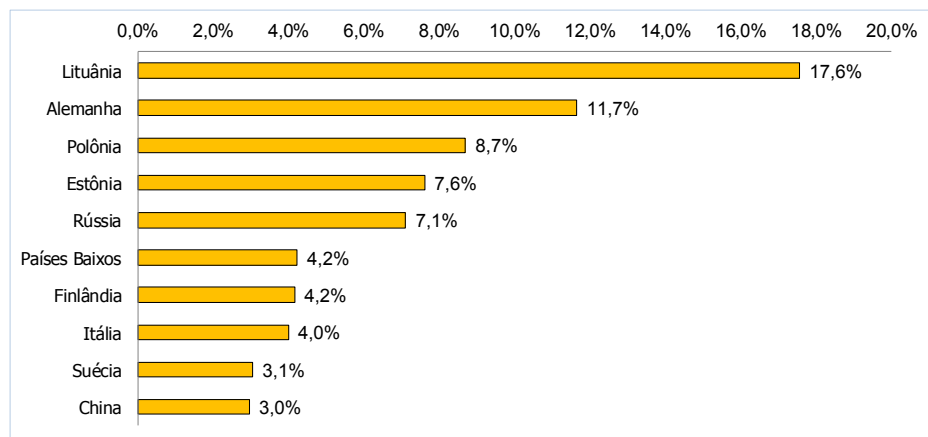
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Principais origens das importações da Letônia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Lituânia	2.953	17,6%
Alemanha	1.959	11,7%
Polônia	1.463	8,7%
Estônia	1.280	7,6%
Rússia	1.196	7,1%
Países Baixos	712	4,2%
Finlândia	700	4,2%
Itália	672	4,0%
Suécia	513	3,1%
China	498	3,0%
...		
Brasil (48º lugar)	9	0,1%
Subtotal	11.955	71,1%
Outros países	4.854	28,9%
Total	16.809	100,0%

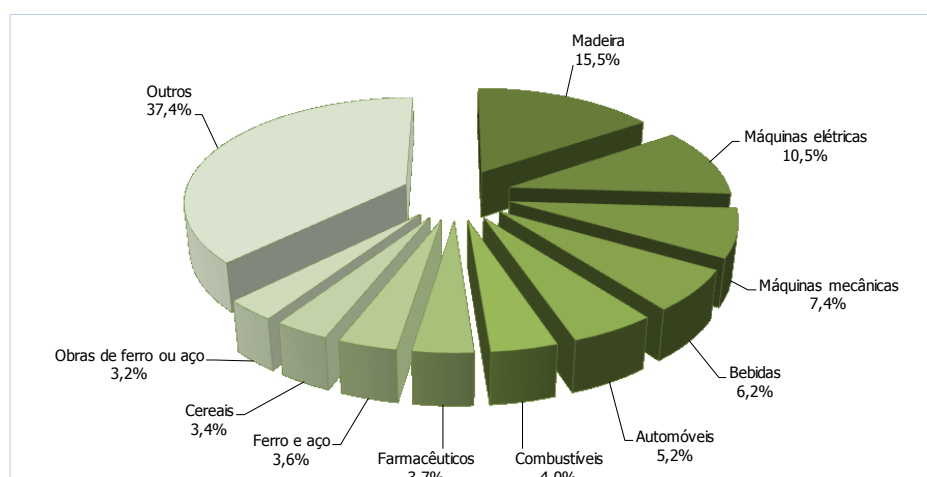
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Composição das exportações da Letônia (SH2)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part. % no total
Madeira	2.142	15,5%
Máquinas elétricas	1.448	10,5%
Máquinas mecânicas	1.018	7,4%
Bebidas	862	6,2%
Automóveis	721	5,2%
Combustíveis	557	4,0%
Farmacêuticos	505	3,7%
Ferro e aço	496	3,6%
Cereais	464	3,4%
Obras de ferro ou aço	437	3,2%
Subtotal	8.650	62,6%
Outros	5.176	37,4%
Total	13.826	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

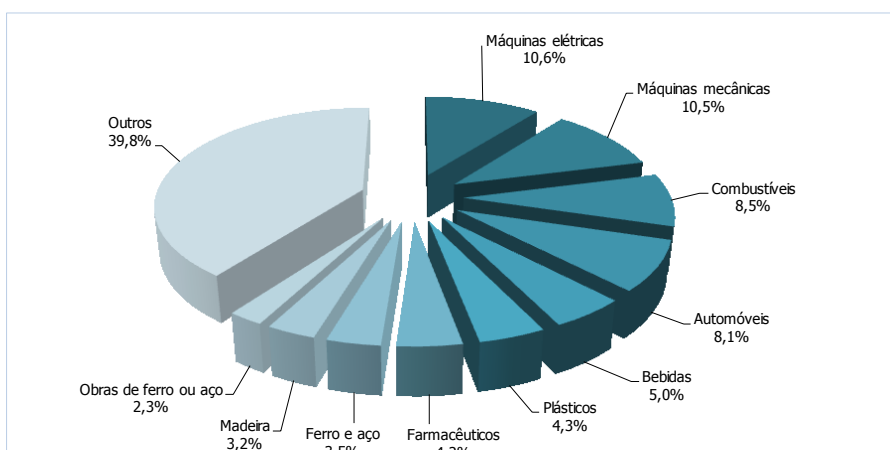


Composição das importações da Letônia (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas elétricas	1.781	10,6%
Máquinas mecânicas	1.758	10,5%
Combustíveis	1.436	8,5%
Automóveis	1.360	8,1%
Bebidas	834	5,0%
Plásticos	730	4,3%
Farmacêuticos	703	4,2%
Ferro e aço	587	3,5%
Madeira	537	3,2%
Obras de ferro ou aço	391	2,3%
Subtotal	10.117	60,2%
Outros	6.692	39,8%
Total	16.809	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da Letônia

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	2,21%	4,55%	3,99%	3,50%	3,30%
PIB nominal (US\$ bilhões)	27,58	30,32	35,92	38,62	41,38
PIB nominal "per capita" (US\$)	14.009	15.547	18.472	19.924	21.390
PIB PPP (US\$ bilhões)	50,65	53,91	57,34	60,63	63,87
PIB PPP "per capita" (US\$)	25.725	27.644	29.490	31.279	33.013
População (milhões habitantes)	1,97	1,95	1,94	1,94	1,94
Desemprego (%)	9,64%	8,71%	8,16%	8,05%	7,97%
Inflação (%) ⁽²⁾	2,11%	2,16%	3,02%	2,49%	2,52%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,37%	-0,76%	-1,91%	-2,24%	-2,21%
Câmbio (€ / US\$) ⁽²⁾	0,90	0,89	0,84	0,85	0,83

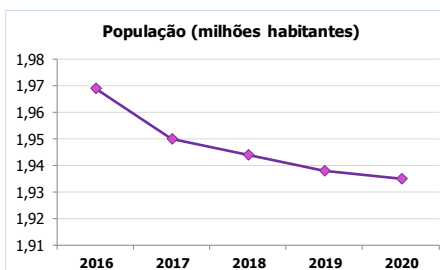
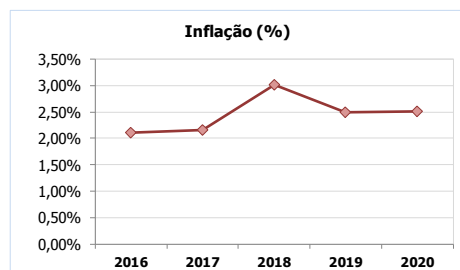
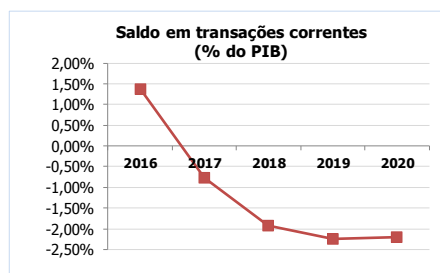
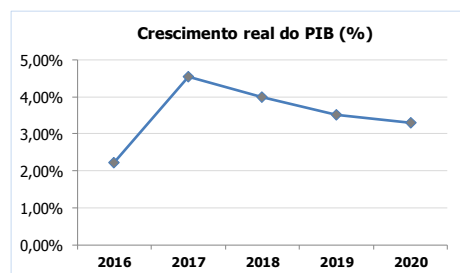
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	3,2%
Indústria	21,6%
Serviços	75,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



EMBAIXADA DO BRASIL EM ESTOCOLMO**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR MARCOS PINTA GAMA**

Transcrevo, abaixo, relatório simplificado de minha gestão à frente da embaixada em Estocolmo, iniciada em 22 de agosto de 2014.

POLÍTICA INTERNA E EXTERNA

2. Pouco após assumir este posto, o partido Social Democrata, liderado pelo atual primeiro-ministro Stefan Löfven, voltou ao poder, após interregno de oito anos. Ao assumir o cargo de primeiro-ministro, em outubro de 2014, em substituição a Fredrik Reinfeldt, do partido Moderado, Löfven formalizou com o Partido do Meio Ambiente ("verdes") a formação de uma coalização governamental que, embora nunca tenha detido a maioria no Parlamento (Riksdag, com 349 parlamentares), conseguiu uma certa governabilidade até o momento. Com vistas à aprovação pelo Riksdag de matérias mais relevantes, a coalizão governamental tem contado com o apoio do Partido de Esquerda. A Suécia, nesse sentido, está sustentada em um sistema político caracterizado pelo "parlamentarismo negativo", no qual o governo, mesmo sem a maioria, consegue permanecer no poder, ainda que com dificuldade para garantir a governabilidade plena.

3. Este Posto identificou a tendência de maior conservadorismo nas agendas dos principais partidos políticos locais, em particular após a grave crise de refugiados de 2015, quando a Suécia recebeu um número desproporcionalmente elevado de imigrantes, em relação ao demais países europeus. O impacto desses eventos deve ser particularmente percebido nas próximas eleições gerais, em setembro de 2018. Desde já, o debate político concentra-se na questão da imigração.

4. Embora de modo geral eclipsada pelo tema da imigração, a questão da segurança e, mais especificamente, do combate ao terrorismo segue relevante na política interna sueca, até porque, para expressiva parte da opinião pública, são assuntos interligados. Em 7 de abril de 2017, a cidade de Estocolmo registrou um ataque terrorista no qual foram

vitimadas cinco pessoas. Rakhmat Akilov, cidadão uzbeque que havia tido seu pedido de asilo político negado, conduziu um caminhão sobre uma multidão, em uma das mais movimentadas ruas da capital sueca. Além das vítimas fatais, ao menos mais 15 pessoas ficaram feridas. Akilov foi detido no mesmo dia e está atualmente sendo julgado.

5. Com a proximidade do pleito eleitoral, o partido Social Democrata vem perdendo eleitores. De acordo com uma pesquisa realizada em abril de 2018, a legenda conta com 26 por cento das intenções de votos, menor índice desde maio do ano passado, e 5 por cento a mais que os Moderados. A queda da preferência dos eleitores por partidos políticos tradicionais tem-se mostrado uma tendência em muitos países europeus. Com vistas a combater tal fenômeno, os sociais-democratas suecos buscam uma coalizão eleitoral ampla, composta por agremiações eleitorais que não apresentem valores conflitantes. A estratégia do partido parece ser reconquistar os eleitores perdidos com uma retórica mais dura sobre imigração e criminalidade, sem contemplar qualquer aproximação com os Democratas-Suecos, partido de extrema direita que vem subindo nas pesquisas de intenção de votos.

6. No que se refere ao plano internacional, esta embaixada observou grande mudança na condução da política externa quando a chanceler Margot Wallström assumiu em 2014 e deu início à implementação da autodenominada `Política Externa Feminista`. Embora não se possa falar em ruptura, uma vez que a questão de gênero tem permeado a política externa sueca, houve, sem dúvida, uma maior ênfase ao assunto.

7. De resto, a política externa sueca tem-se mostrado estável nos últimos anos, com os principais objetivos e as avaliações de ameaças mantendo-se, grosso modo, inalteradas. A ênfase da política exterior sueca tem sido nos principais temas multilaterais, especificamente na proteção dos direitos humanos, em políticas de defesa do meio ambiente, no combate à mudança do clima e na implementação da Agenda 2030. A Chancelaria segue destacando que a não-participação em alianças militares tem servido bem ao país e contribuído para a estabilidade e segurança no norte da Europa. No entanto, não se pode dizer, hoje, que o apoio à neutralidade - em particular à não-adesão à OTAN - seja tão forte como foi no passado. Nota-se que a sociedade sueca está cada vez mais dividida sobre esse tema, não havendo mais apoio grandemente

majoritário à neutralidade, como no passado, talvez pelo aumento da percepção de ameaça russa à segurança do país e da região do Mar Báltico.

8. Sob a ótica sueca, a Rússia continua sendo a principal ameaça à paz e à segurança da Europa. Nenhum posicionamento foi alterado pelo país - a Suécia é enfática ao atribuir responsabilidade à Rússia pelo conflito na Ucrânia, considerando ilegal a anexação da Crimeia e defendendo a aplicação de sanções - mas se percebe certa suavização desse discurso a partir de 2017.

9. O tema de maior relevância na política externa sueca desde 2014 vem sendo a participação do país no Conselho de Segurança das Nações Unidas, como membro temporário, para o mandato 2017-2018. A contribuição sueca tem sido especialmente verificada nos debates internacionais sobre ameaças à paz e segurança internacionais. Durante o mandato, o país vem buscando consolidar sua posição como potência humanitária e promotora da paz, conferindo especial atenção aos temas relacionados à Síria e aos conflitos étnicos envolvendo os rohingyas em Myanmar. Tem sido constante durante esse período a atuação da Suécia na promoção de agenda de direitos humanos, em particular nos assuntos tocantes à igualdade de gênero e ao papel da mulher.

10. Ainda no campo multilateral, pode ser percebida uma hesitação do governo sueco no que diz respeito à ratificação do Tratado para a Proibição de Armas Nucleares, que teve o Brasil entre seus principais proponentes. Tendo sido um dos primeiros países a apoiar o acordo, pode-se perceber a diminuição do comprometimento sueco manifestado inicialmente, em face das possíveis consequências para as relações entre o país e a OTAN, cujo posicionamento é francamente contrário ao referido instrumento. A Suécia, nesse sentido, ainda que não seja membro da aliança atlântica, depende da estreita colaboração com seus integrantes, notadamente dos Estados Unidos, na garantia de sua segurança.

ECONOMIA E FINANÇAS

11. A Suécia registra o 11º maior PIB per capita do mundo (US\$ 53 mil) e, no mais recente ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado em 2015, figura na

14^a posição. Com PIB nominal de US\$ 538,5 bilhões (23^a economia mundial), a Suécia teve crescimento econômico acima da média europeia em anos recentes (de 3,2% em 2016 e 2,4% em 2017). Dentre os principais setores da economia, destacam-se o de telecomunicações, tecnologia da informação, maquinário e automação, indústria química e farmacêutica, veículos automotores, siderurgia, bem como a indústria florestal (madeira e papel/celulose). A taxa de investimento é da ordem de 25% do PIB, enquanto a taxa de poupança é de aproximadamente 30%. Apesar de fazer parte da União Europeia (desde 1995), a Suécia não adotou o euro como moeda, optando por preservar a coroa sueca.

12. Trata-se de economia altamente competitiva e engajada no comércio internacional que, no período entre 2000 e 2007, apresentou crescimento ininterrupto (média de 3%). Como consequência da crise financeira internacional, o PIB sueco registrou queda de -0,5 em 2008 e -5,2% em 2009. A recessão foi revertida em 2010, quando o país cresceu 6,0%, seguido por novo aumento do PIB em 2011 (2,7%). Contudo, a partir de 2012, as dificuldades econômicas na zona do euro (onde estão tradicionais parceiros comerciais da Suécia, como a Alemanha, França e Países Baixos) limitaram o crescimento do PIB sueco: verificou-se incremento de 0,3% em 2012, 1,3% em 2013 e 2,2% em 2014. Já em 2015, com a gradual retomada da confiança por parte do setor privado, o aumento no consumo das famílias e o reaquecimento da economia em importantes parceiros comerciais da Suécia (especialmente EUA e Alemanha), o crescimento do PIB sueco alcançou 4,1%. Em 2016 e 2017 o PIB sueco cresceu em 3,2% e 2,4%, respectivamente.

13. O Riksbank (Banco Central da Suécia, o mais antigo do mundo), em sua mais recente avaliação econômica, publicada em abril de 2018, divulgou projeções para o crescimento do PIB sueco, ao estimar expansão de 2,6% em 2018 e de 2,0% em 2019 (a título de comparação, a expectativa do Fundo Monetário Internacional para a expansão do PIB sueco é de 2,4% em 2018 e 2,0% em 2019). O governo sueco prevê taxa de desemprego estável, em nível pouco abaixo de 7% (6,7% em dezembro de 2017).

14. Em 2017, a formação bruta de capital fixo registrou crescimento de 6% em relação a 2016, sendo os investimentos na construção civil um dos grandes propulsores do PIB naquele ano. O consumo das famílias, outro fator decisivo para o avanço do PIB em 2017, registrou alta de 2,4%; já os gastos

do governo totalizaram alta de 0,4%. Apesar do bom ano para as exportações suecas (alta de 6,2% em comparação com 2016), impulsionadas pela desvalorização da coroa sueca, a balança comercial em 2017 apresentou resultado bastante equilibrado - superávit de US\$ 20 milhões.

15. O balanço das finanças públicas em 2017 foi positivo, tendo a proporção dívida pública/PIB apresentado queda para 40,9% (42,2% em 2016). Os gastos públicos cresceram apenas moderadamente em 2017, ao passo que a arrecadação do governo percorreu trajetória de crescimento. As finanças públicas deverão continuar superavitárias no futuro próximo, o que justificaria o prognóstico governamental de queda da proporção dívida pública/PIB para os próximos anos (37,9% em 2018; 34,3% em 2019 e 31,9% em 2020).

16. Já a taxa de inflação, que ao final de 2017 registrava índice de 1,8%, deverá apresentar leve recuo em 2018 (1,7%), voltando a subir em direção à meta do governo (de 2%) somente em 2019. Nesse contexto, o BC sueco tem optado pelo prolongamento da política monetária expansionista ao manter a taxa de juros referenciais em patamar negativo (-0,50% desde julho de 2015). De acordo com o prognóstico do "Riksbank", a taxa de juros deverá passar por cautelosos aumentos a partir do segundo semestre de 2018, buscando assim evitar a rápida valorização da coroa sueca. A taxa de juros deverá fechar o ano de 2018 ainda em terreno negativo, passando para 0% em 2019 e 0,6% em 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

17. No que tange às relações bilaterais com o Brasil, o posto ressaltou que, após a efetivação do atual governo brasileiro e dadas as perspectivas de recuperação econômica no Brasil, foram retomadas as visitas e eventos bilaterais de alto nível, como bem ilustram as visitas do rei Carl XVI Gustaf e da rainha Silvia ao Brasil, em abril de 2017, a visita do ministro da Defesa Raul Jungmann à Suécia, em junho de 2017.

18. Em cumprimento das diretrizes do Novo Plano de Ação da Parceria Estratégica (2015), esta embaixada também apoiou a realização da III Reunião do Grupo de Alto Nível em Aeronáutica, do Diálogo Político-Militar (formato "2+2"), além do Mecanismo de Consultas Políticas. Com relação às

gestões de alto nível, o posto obteve respostas positivas ao reforçar os pedidos de apoio sueco à evolução das negociações entre Mercosul e União Europeia, à candidatura do Brasil à OCDE e a outros pleitos brasileiros. Quanto aos instrumentos bilaterais, o posto tem incentivado a conclusão do Acordo para Evitar a Dupla Tributação. Ademais, a embaixada deu início a consultas preliminares com vistas à almejada elaboração do plano de ação previsto no Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Proteção ao Meio Ambiente, Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável (2013).

19. Em vista do bom momento pelo qual passam as relações bilaterais, este Posto deve dar seguimento aos esforços para elevar o perfil do Brasil junto ao governo e sociedade suecos, por meio de: a) ações de difusão cultural (com prioridade para a literatura e o cinema brasileiros); b) participação em feiras e mostras comerciais que promovam a imagem do Brasil e a qualidade dos produtos brasileiros (prioridade para produtos alimentícios/bebidas e mobiliário de design); c) participação ativa nas reuniões e eventos de centros de excelência na formação da opinião pública local, como o IDEA International (organização internacional dedicada à promoção da democracia e assistência eleitoral, da qual o Brasil é membro), o Instituto de Relações Internacionais e o SIPRI (think tank especializado em estudos e estatísticas na área de defesa); e d) estabelecimento de contatos mais estreitos com os principais veículos da imprensa sueca.

COMÉRCIO E DE INVESTIMENTOS

20. A Suécia é tradicional fonte de investimentos produtivos no Brasil, uma vez que há mais de duzentas empresas suecas instaladas no País (empregando cerca de 60 mil pessoas, sobretudo no setor industrial), algumas delas com longo histórico, como a SKF (desde 1915) e a Ericsson (desde 1924). De acordo com dados do Banco Central do Brasil, o fluxo de Investimento Estrangeiro Direto (IED) de origem sueca em 2017 foi de US\$ 126 milhões (0,2% do total), frente a US\$ 378 milhões em 2016 e US\$ 422 milhões em 2015. O BCB registrou estoque de investimento sueco no País no montante de US\$ 2,31 bilhões em 2016 (último dado disponível), pelo critério do investidor imediato. Já pelo critério de investidor final, o estoque de IED sueco no Brasil soma US\$ 1,93 bilhão (0,4% do total).

21. Os esforços deste Posto durante minha gestão se concentraram no apoio à consolidação de novos mecanismos de diálogo que pudessem fomentar a coordenação entre atores privados e governamentais e na reativação da Comissão Mista de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, cuja última reunião havia ocorrido em maio de 2015. Tais esforços foram motivados também pela necessidade de se criarem vias de diálogo e coordenação que possam favorecer as reflexões e iniciativas a serem exploradas no eixo da cooperação em aeronáutica, que evoluiu sobremaneira desde 2015, e cujos desdobramentos para outras áreas da cadeia produtiva exigem ainda esforços de ambos os lados.

22. No que se refere ao diálogo entre as comunidades empresariais dos dois países, ganhou grande importância o Conselho de Líderes Empresariais Brasil-Suécia, que congrega representantes de alto nível das empresas com papel mais destacado nas relações econômico-comerciais bilaterais. Após a reunião realizada em 19 de outubro de 2015, no contexto da mais recente visita presidencial à Suécia, o Conselho Empresarial tornou a reunir-se em 3 de abril de 2017, em São Paulo, com a presença do Senhor Presidente da República e do Rei Carlos XVI Gustavo. Dada a relevância dos atores empresariais envolvidos, que incluem as principais multinacionais suecas (como Ericsson, Electrolux, SKF, Scania, Volvo Group, SAAB, Atlas Copco, etc.), o Conselho Empresarial Brasil-Suécia consiste em um espaço privilegiado de intercâmbio de informações e avaliações sobre oportunidades de investimento no Brasil e na Suécia, com potencial irradiador para os respectivos empresariados no que se refere ao incremento do conhecimento e interesse mútuos na seara econômico-comercial. Como manifestação concreta desse fortalecimento do Fórum, foram estabelecidas as seguintes áreas de cooperação sob a coordenação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da agência sueca Business Sweden: indústria 4.0, financiamento público, competitividade industrial, educação, acordos comerciais, propriedade intelectual, bioeconomia e proteção de investimentos.

23. Nessa linha, um dos mais relevantes objetivos alcançados foi a retomada da Comissão Mista Brasil-Suécia sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, estabelecida pelo Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica (1984). Após anos de inatividade, a Comissão Mista foi retomada em 21 de maio de 2015, em Brasília, no contexto da visita ao Brasil do Ministro da Indústria e

Inovação da Suécia, Mikael Damberg. Esse mecanismo, no âmbito do qual se inserem diversos temas, com reflexos econômicos, das relações bilaterais, tem a previsão de reunir-se a cada dois anos, alternando-se entre o Brasil e a Suécia. A sua mais recente edição ocorreu em 25 de outubro último, em Estocolmo, por ocasião da Semana da Inovação Brasil-Suécia, em que foram tratados, notadamente, os temas de acesso do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da negociação do acordo de associação entre o Mercosul e a União Européia. Registra-se que o apoio do governo sueco foi reiterado em ambas as tratativas diplomáticas.

24. Segundo os mais recentes dados disponibilizados pela SECEX/MDIC, a corrente de comércio entre o Brasil e a Suécia totalizou US\$ 1,55 bilhão (FOB) em 2017, frente a US\$ 1,48 bilhão em 2016 (alta de 4,7%). As exportações brasileiras para a Suécia em 2017 sofreram queda de 9,3% em relação ao ano anterior, ao somarem US\$ 466 milhões. Já as importações brasileiras de produtos suecos totalizaram US\$ 1,08 bilhão (alta de 12,05% em 2017 em relação a 2016).

25. Os dados do MDIC, portanto, apontam déficit brasileiro no intercâmbio comercial com a Suécia no montante de US\$ 623 milhões em 2017 (déficit de US\$ 457 milhões em 2016). As exportações brasileiras para a Suécia consistem, predominantemente, em produtos básicos, tais como minérios (cerca de 41% em 2017), café em grão não torrado (21%) e carne bovina (5%). Por sua vez, as importações brasileiras apresentam uma pauta diversificada, mas dominada por manufaturados, como máquinas, produtos farmacêuticos e partes e acessórios para veículos automotores.

26. Os esforços da embaixada na área de promoção do comércio e dos investimentos têm buscado diversificar a pauta brasileira de exportações e atrair investidores em áreas não tradicionais, como as de venture capital, produção de software, comércio eletrônico e fomento das startups tecnológicas. Buscou-se, ademais, atrair para o Brasil o investimento de empresas suecas globais como a IKEA, do setor mobiliário, e a H&M, do setor de vestuário.

DIPLOMACIA DA INOVAÇÃO

27. Acompanhei o processo final da negociação do contrato comercial entre a Força Aérea Brasileira e a Saab, em outubro de 2015, para a aquisição e o desenvolvimento conjunto de 36 caças Gripen NG, ao custo aproximado de USD 5,4 bilhões (o maior contrato de exportação da história da Suécia), seguido pela assinatura do contrato financeiro, em agosto de 2015, fato que marcou sobremaneira a cooperação bilateral em aeronáutica militar. A parceria estabelecida entre a Embraer e a SAAB no projeto Gripen NG tornou-se a mais bem-sucedida e visível iniciativa de cooperação bilateral, capaz de gerar "spillover effects" para diversos setores da economia brasileira, como consequência da ampla transferência de tecnologia prevista no pacote de "offset".

28. A cooperação bilateral no domínio da aeronáutica ganhou auspiciosa dinâmica com a criação, em outubro de 2015, no contexto da visita presidencial, do Grupo de Alto Nível em Aeronáutica (GAN), conformado por representantes militares e civis, de entidades públicas e privadas dos dois países, que se dedicam a potencializar os efeitos de transbordamento da cooperação estabelecida no contexto do projeto de co-fabricação dos caças Gripen NG para outras cadeias produtivas. O GAN reúne-se anualmente, tendo o último encontro do referido grupo ocorrido em outubro de 2017, no contexto da Semana da Inovação Brasil-Suécia em Estocolmo.

29. Pude contribuir para o impulso das iniciativas voltadas a fomentar a produção conjunta de inovação entre o Brasil e a Suécia. Além da indústria aeronáutica, são exemplos de áreas de cooperação bilateral com potencial inovador a bioenergia e a mineração, as ciências da vida e as cidades inteligentes.

30. As relações sueco-brasileiras em ciência, tecnologia e inovação ganharam acentuado impulso e densidade ao longo de 2017, com a realização de visitas de alto nível, como a do secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTIC, Álvaro Prata, e do secretário de Assuntos Internacionais do MPDG, Jorge Arbache, em fevereiro, além de missões da ANPROTEC e da ABVCAP, em abril do ano passado.

31. Esta embaixada também organizou a primeira Semana da Inovação Brasil-Suécia em Estocolmo (23-27 de outubro de

2017), evento que reuniu mais de 150 participantes brasileiros, entre funcionários governamentais, empresários e especialistas acadêmicos. Os eventos foram concebidos tendo em conta o modelo de hélice tripla, que congrega governo, universidades e setor privado, e compreenderam reuniões de trabalho, seminários e workshops que versaram sobre temas estratégicos das relações bilaterais, como aeronáutica, bioeconomia, financiamento da inovação, cooperação acadêmica e tecnologias industriais inovadoras. A iniciativa, que replicou a bem-sucedida experiência da embaixada da Suécia em Brasília, que vem organizando Semanas da Inovação desde 2012, contou a participação do secretário-executivo do MCTIC, Elton Zacarias; do secretário-executivo do MDIC, Marcos Jorge de Lima; do senhor SGEC, embaixador Santiago Mourão; do secretário de Assuntos Internacionais do MPDG, Jorge Arbache; e do secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do MDIC, Igor Calvet, entre outros representantes de diversas entidades públicas e privadas.

32. O significativo potencial sueco-brasileiro para produção conjunta de inovação, com reciprocidade e benefício mútuo, adquiriu, ademais, um verdadeiro "roadmap", consubstanciado na ata e no plano de trabalho da II Reunião do Grupo de Trabalho de Tecnologia Industrial Inovadora (GT-ATI), realizado durante a Semana da Inovação em Estocolmo. O Plano de Trabalho com as diretrizes para pautar as discussões do GT-ATI, criado em outubro de 2016, compreende os seguintes eixos temáticos: bioeconomia, cidades inteligentes, mobilidade, mineração e saúde, bem como um eixo transversal em parques tecnológicos e incubadoras (parceria Anprotec-SISP). Estabeleceu-se também estrutura de governança, inspirada no modelo do GAN, composto por Comitê Executivo bilateral com participação de governo, academia e setor produtivo, já tendo o referido comitê se reunido em duas ocasiões desde então (a última em março de 2018), o que possibilitou a definição, pelo lado brasileiro, da Fiocruz e da Embrapa-Bioenergia como as "instituições-âncora" para os temas relacionados à saúde e à bioeconomia, respectivamente. Além disso, o GT-ATI tem sediado o diálogo entre entidades estratégicas dos dois países no campo da inovação e do financiamento à pesquisa. A entidade sueca que apoia projetos no domínio da inovação, VINNOVA, que já mantém estreita relação com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), por exemplo, anunciou, no contexto da última reunião do Comitê Executivo do GT-ATI, estar negociando os termos de um MdE com a FAPESP e com o CNPq, com vistas, entre outras iniciativas,

a lançar projetos conjuntos de pesquisa. A próxima reunião do .GT-ATI deverá ter lugar no Brasil, em novembro de 2018, na sequência da reunião do GAN.

DIFUSÃO CULTURAL

33. O tema mais relevante no campo das relações culturais entre Brasil e Suécia, desde minha assunção como chefe deste Posto, foi a promoção da produção literária brasileira, por meio da coordenação da participação do Brasil na Feira Internacional do Livro de Gotemburgo, a terceira maior feira literária da Europa e o maior evento cultural da Escandinávia. Desde 2014, ano em que o Brasil foi o "country in focus" na feira, alcançou-se grande êxito no planejamento e montagem do estande brasileiro no evento literário, assim como na concepção e execução de programação de seminários e palestras com autores brasileiros (João Paulo Cueva, Cristino Wapichana, André Neves, Bianca Pinheiro, Oscar Nakasato, Elvira Vigna e Ana Martins Marques, entre outros) e lusófonos de outros países, em parceria com o Instituto Camões.

34. Logrei, durante meu período à frente do Posto, apoio da Secretaria de Estado à tradução e publicação das seguintes obras de literatura infanto-juvenil brasileiras: "Boca da Noite", de Cristino Wapichana, "TOM", de André Neves, e "Flics", de Ziraldo.

35. Já na seara do intercâmbio artístico em áreas promissoras, viabilizou-se uma primeira participação brasileira na residência artística internacional da Associação Sueca de Quadrinhos (Seriefrämjandet). Entre abril e maio de 2017, a quadrinista mineira Luciana Cafaggi concluiu essa residência artística, finalizando sua estada na Suécia com participação no Festival Internacional de Quadrinhos de Estocolmo e em oficina pedagógica para ensino da língua portuguesa a crianças e adolescentes sueco-brasileiros. No campo da ilustração, esta embaixada estabeleceu contato com a organização do festival internacional GÖRA!, que trouxe para a edição 2017 do evento o prestigioso ilustrador brasileiro Roger Mello.

36. No domínio da música, houve participação brasileira, em julho de 2017, no Festival Ethno Sweden, evento internacional de música folclórica, voltado para estudantes universitários.

37. No que diz respeito à promoção do cinema brasileiro, esta embaixada ofereceu apoio institucional a vários festivais durante os últimos quatro anos, realizados em diversas cidades suecas, para a exibição de filmes nacionais. Destaco, entre outros, o Festival Internacional de Estocolmo, Festival de Cinema de Gotemburgo e o Festival de Cinema Infanto-Juvenil de Malmö (BUFF). Além disso, graças ao apoio dessa SERE, esta embaixada pode patrocinar parte das despesas do Festival Brasil-Cine, único festival de cinema dedicado exclusivamente ao cinema brasileiro na Suécia.

38. Graças ao espaço existente na nova sede da Chancelaria, cuja mudança se concretizou em junho de 2017, tem sido possível organizar diversos eventos culturais de menor porte, tais como seminário literários (por exemplo, o seminário sobre a obra de Clarice Lispector em junho de 2017) e leituras de histórias para crianças e adolescentes sueco-brasileiros, entre outros.

COOPERAÇÃO ACADÊMICA

39. Esta embaixada apoiou a participação brasileira no "Swedish Academic Collaboration Forum", em fevereiro de 2017, que marcou as relações bilaterais no domínio da cooperação acadêmica bilateral, ao reunir nesta capital representantes de alto nível do MEC, MCTI, CAPES, CNPq, FINEP, MEC, CONFAP, além reitores e representantes de dez universidades públicas brasileiras.

40. Ainda nesse domínio, este posto organizou, em outubro de 2017, no contexto da Primeira Semana da Inovação Brasil-Suécia em Estocolmo, em parceria com o Instituto Real de Tecnologia (KTH), seminário sobre a cooperação acadêmica, que contou com participação do secretário-executivo do MCTIC, Elton Zacarias, além de representantes do MEC, FINEP, GCUB (Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras) e PUC-Rio. Universidades brasileiras e suecas discutiram, entre outros temas, a possibilidade de estabelecer um foro permanente de cooperação acadêmica.

TEMAS CONSULARES

41. A comunidade brasileira residente na Suécia é estimada

em 8.407 pessoas, de acordo com dados oficiais do Escritório de Estatística da Suécia (2017). A referida comunidade é composta majoritariamente por mulheres (64%) e por indivíduos entre 18 e 59 anos (83%). Cerca de 7.907 brasileiros residentes na Suécia encontram-se em situação migratória regular, dos quais 1.200 possuem cidadania sueca adquirida; os indivíduos indocumentados são estimados em cerca de 500.

42. Registre-se contingente temporário de funcionários civis e militares (FAB, EMBRAER, ATECH e outras empresas vinculadas ao projeto de construção dos caças Gripen NG), e seus familiares, que residem na localidade de Linköping, a 150 km de Estocolmo, onde está localizada a fábrica da SAAB.

43. Tem-se verificado aumento considerável do número de pessoas, principalmente de mulheres, que buscam algum suporte no âmbito da assistência consular. Passou a ser perceptível, recentemente, a presença na Suécia de cidadãos brasileiros indocumentados, que buscam trabalho no mercado informal (construção civil e limpeza).

44. Em reunião realizada em Estocolmo, em março de 2018, os governos do Brasil e da Suécia lograram concluir as negociações técnicas dos textos atinentes a um Acordo bilateral em Previdência Social e ao correspondente Ajuste Administrativo. As minutas dos dois textos foram firmadas e o acordo seguirá para o trâmite interno de ratificação pelos dois países.

DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

45. A despeito de dados negativos registrados em 2015 e 2016 acerca do desempenho de algumas empresas suecas instaladas no Brasil (especialmente no setor automotivo), os investidores suecos têm indicado claramente que, em que pesem as dificuldades econômicas enfrentadas pelo País, prevalece uma visão otimista de médio e longo prazo, fundamentada na constatação do grande potencial econômico do Brasil, inclusive em razão das dimensões do mercado interno brasileiro. Nesse tema, é ilustrativa a pesquisa realizada pela Câmara de Comércio Sueco-Brasileira em São Paulo, publicada em outubro de 2017: dentre as 70 empresas suecas então consultadas, 64% declararam acreditar que a conjuntura do Brasil será mais favorável nos próximos três anos, e 67%

antecipam aumento de suas atividades no país no mesmo período (nenhuma das 70 empresas consultadas tem previsão de deixar o mercado brasileiro por completo). Caberá ao futuro chefe do posto acompanhar a percepção desses investidores suecos, com vistas a promover uma imagem positiva da retomada do ciclo econômico brasileiro.

46. Em virtude do impulso extraordinário decorrente da parceria sueco-brasileira para o desenvolvimento tecnológico conjunto da nova geração das aeronaves de combate Gripen, verifica-se potencial para que a inovação torne-se o principal eixo das relações bilaterais nos próximos anos, com reflexos em diversos campos, como investimentos e cooperação em pesquisa e educação superior. A cadeia de produção do caça Gripen NG, a ser desenvolvida no Brasil, traz oportunidades para parcerias inovadoras, tais como joint ventures entre empresas brasileiras e suecas, assim como estimula, a partir da cooperação na indústria aeronáutica, uma aproximação crescente entre universidades e agências governamentais relacionadas à promoção da inovação nos dois países (CNPq, FINEP e CAPES no Brasil; VR, SRC, VINNOVA e STINT na Suécia).

2ª PARTE - DELIBERATIVA

4



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 57, DE 2018

(nº 331/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 331

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

Os méritos do Senhor Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de junho de 2018.

EM nº 00127/2018 MRE

Brasília, 12 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de **OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 295 - C. Civil.

Em 14 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ

CPF.: 842.261.967-91

ID.: 7973 MRE

1959 Filho de Marcos Henrique Camillo Côrtes e Vera Dias Garcia Côrtes, nasce no dia 13 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1984 Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
 1985 CPCD - IRBr
 1996 CAD - IRBr
 2008 CAE - IRBr, A política externa do Governo Sarney: o início de reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia

Cargos:

1986 Terceiro-secretário
 1992 Segundo-secretário
 1999 Primeiro-secretário, por merecimento
 2003 Conselheiro, por merecimento
 2008 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2017 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1986-87 Divisão de Comunicações, assistente
 1987-88 Divisão de Transmissões Internacionais, assistente
 1988-90 Secretaria-Geral, assessor
 1990-91 Departamento de Administração, assessor
 1991-95 Embaixada em Washington, segundo-secretário e terceiro-secretário
 1995-97 Embaixada do Brasil em Assunção, segundo-secretário
 1997-98 Coordenação-Geral de Modernização e Planejamento, assessor
 1998-2000 Departamento do Serviço Exterior, assessor
 2000-03 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
 2003 Divisão da Europa I, Chefe, substituto
 2003-05 Senado Federal, assessor de Relações Internacionais da Presidência do Senado
 2005 Presidência da República, assessor especial de ex-Presidente da República
 2005-08 Embaixada em La Paz, conselheiro
 2008-11 Embaixada em Tóquio, ministro-conselheiro
 2011-14 Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Chefe de Gabinete do Ministro
 2014 Embaixada em Amã, encarregado de negócios em missão transitória
 2014-15 Embaixada em Bagdá, encarregado de negócios em missão transitória
 2015 Embaixador do Brasil junto à República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, junto à República do Djibouti e à República do Sudão do Sul
 2015 Representante do Brasil junto à União Africana e à Comissão Econômica para a África das Nações Unidas

Condecorações:

2000	Ordem Nacional do Mérito, Romênia, Comendador
2001	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
2001	Medalha do Mérito Alvorada, Brasil
2002	Medalha do Pacificador, Brasil
2002	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2002	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Oficial

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**BOLÍVIA****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
Junho de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE A BOLÍVIA	
NOME OFICIAL:	Estado Plurinacional da Bolívia
GENTÍLICO:	boliviano
CAPITAL:	La Paz (sede do Governo) e Sucre (sede Constitucional)
ÁREA:	1.098.581 km ² (aproximadamente o dobro da área de MG)
POPULAÇÃO:	11,07 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL:	Espanhol, quéchua e aimará
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica (80%), protestante (15%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República unitária e presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral. Câmaras dos Senadores e dos Deputados
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Juan Evo Morales Ayma, presidente do Estado Plurinacional da Bolívia (reeleito em 2014 com mandato até janeiro de 2020)
CHANCELER:	Fernando Huanacuni, no cargo desde janeiro de 2017
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017 FMI):	US\$ 37,122 bilhões (Brasil: US\$ 2,05 trilhões)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017 FMI):	USD 83,55 bilhões (Brasil: USD 3,24 trilhões)
PIB PER CAPITA (2017 FMI):	US\$ 3.353 (Brasil: US\$ 9.895)
PIB PPP PER CAPITA (2017 FMI):	US\$ 7.54 (Brasil: US\$ 15.602)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	4,2% (2017); 3,8% (2016); 4,80% (2015); 5,4% (2014); 6,78% (2013); 5,2% (2012); 5,2% (2011); 4,1% (2010)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,674 - 118º no ranking (Brasil: 0,754 – 79º)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016):	68,34 anos (Brasil: 75,5 anos)
ALFABETIZAÇÃO (2016):	95,7% (Brasil: 93,35%)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	4% (Brasil: 12,7%)
UNIDADE MONETÁRIA:	Boliviano (US\$ 1,00 = Bs 6,9)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Embaixador José Kinn Franco
BRASILEIROS NO PAÍS:	36.000 (estimativa)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL - BOLÍVIA (fonte: MDIC) (US\$ mi)									
Brasil → Bolívia	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	590,6	883	1.575	2.452	2.569	4.375	5.569, 5	3.988	2.791
Exportações	334,5	362,4	585,2	850,7	919	1.511,5	1.534	1.482	1.506
Importações	256	520,4	989,7	1.601	1.649,7	2.863	4.035	2.506	1.285
Saldo	78,3	-158	-404,5	-750,4	-730,5	-1.352	-2.501	-1.024	221

Informação elaborada em 16/04/2018, por DIBP. Revisada por DASME, em 20/04/2018.

APRESENTAÇÃO

A Bolívia é o país com o qual o Brasil compartilha sua maior fronteira terrestre, de 3.423 km (maior que a fronteira entre EUA e México, de 3.141 km). É o único país da América do Sul que tem zona limítrofe com quatro Estados brasileiros (Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). A importância relativa das fronteiras com a Bolívia tem-se acentuado diante da expansão demográfica e da ocupação do território em ambos os lados da fronteira. A relação bilateral é estratégica, em particular do ponto de vista da integração energética, da integração da infraestrutura física e da coordenação para o combate a ilícitos transnacionais. Por estar situada no centro do continente, a Bolívia é caminho natural de acesso ao Pacífico e apresenta importante potencial como rota alternativa para o escoamento das exportações brasileiras, principalmente os grãos produzidos no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

PERFIL BIOGRÁFICO

EVO MORALES PRESIDENTE



EVO MORALES (Orinoca, 1959) foi sindicalista e dirigente da federação de plantadores de coca “Federación del Trópico”, em 1988. Eleito, em 1992, secretário executivo daquela federação. Em 1997, na condição de líder sindicalista dos “cocaleros” e dirigente do "Movimiento al Socialismo" (MAS), foi eleito deputado. Tornou-se presidente da República em 18 de dezembro de 2005. Foi reeleito em 6 de dezembro de 2009, como presidente do Estado Plurinacional da Bolívia. Nas eleições gerais de outubro de 2014, foi reeleito para seu terceiro mandato (2015-2020). Em fevereiro de 2016, emenda constitucional que possibilitaria a sua repostulação a um quarto mandato foi rejeitada por 51,3% dos votos válidos. Em novembro de 2017, o Tribunal Constitucional Plurinacional reverteu o resultado do referendo popular ao declarar que a vedação a reeleições sucessivas seria contrária aos direitos humanos de votar e de ser eleito em eleições periódicas.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações com a Bolívia abrangem áreas de interesse estratégico, como integração energética, cooperação fronteiriça e combate a ilícitos transnacionais. No marco da consolidada parceria em energia, o gás natural boliviano contribui para a estabilidade energética brasileira e é fonte de renda para o Estado boliviano. Há amplo potencial para diálogos construtivos em diferentes áreas, como integração de infraestrutura, comércio, investimentos, cooperação técnica e gestão de recursos hídricos.

No contexto da integração energética, destaca-se a criação, em julho de 2015, do Comitê Técnico Brasil-Bolívia em Energia. A primeira reunião do Comitê Técnico ocorreu em Brasília, em dezembro de 2015, quando foram criados Grupos de Trabalho sobre Gás Natural e sobre o Setor Elétrico, os quais têm se reunido periodicamente. O gás natural boliviano é responsável por aproximadamente 31% da oferta total do produto no mercado brasileiro.

Brasil e Bolívia têm avançado na atuação conjunta para o combate de ilícitos transnacionais, com atividades de cooperação e encontros em alto nível. Destaque-se, a esse respeito, a criação, no ano passado, do Gabinete Binacional de Segurança Brasil-Bolívia, que reúne autoridades ministeriais do dois países com competência na matéria.

Vêm sendo realizadas, desde 2011, as reuniões dos “Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Bolívia”. Os Comitês têm por objetivo promover a integração política, econômica, social, física e cultural das populações lindeiras. Os Comitês operam em quatro localidades: Brasília-Epitaciolândia/Cobija; Guajará-Mirim/Guayaramerín; Corumbá/Puerto Suárez; e Cáceres/San Matias. Coordenados pelas chancelarias dos dois países, são foros de composição flexível, aos quais são convidados a participar representantes dos governos federal, estadual e municipal, bem como membros da sociedade civil.

A Bolívia tem oferecido apoio unilateral a praticamente todas as candidaturas brasileiras apresentadas no sistema multilateral.

Em 5 de dezembro de 2017, realizou-se visita oficial ao Brasil do presidente Evo Morales. Os chefes de Estado e altas autoridades de ambos os países reuniram-se no Palácio do Planalto para passar em revista o conjunto de temas do relacionamento bilateral. Na ocasião, os dois presidentes testemunharam a assinatura, pelo ministro dos Transportes do

Brasil e o ministro de Obras Públicas da Bolívia, de memorando de entendimento sobre o corredor ferroviário bioceânico de integração; e, pelo ministro da Justiça do Brasil e o ministro de Governo da Bolívia, de acordo interinstitucional de cooperação policial para a prevenção e combate ao crime organizado transnacional e qualquer outra manifestação criminosa.

A visita presidencial foi antecedida, em 6 de outubro, em Brasília, por reunião de trabalho entre o ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Fernando Huanacuni, e o chanceler Aloysio Nunes Ferreira.

Cronologia de visitas oficiais recentes

21/12/2017 - Visita ao Brasil do Presidente Evo Morales, por ocasião da LI Cúpula do Mercosul.

05/12/2017- Visita oficial ao Brasil do Presidente Evo Morales.

06/10/2017 - Visita ao Brasil do Chanceler Fernando Huanacuni.

Assuntos consulares

A rede consular brasileira na Bolívia conta com os consulados gerais em Cochabamba e Santa Cruz de La Sierra; e com os consulados em Cobija, Guayaramerín, Puerto Quijarro e Puerto Suarez, além do setor consular na Embaixada em La Paz. Há igualmente consulados honorários em San Ignacio de Velasco, Sucre e Tarija.

Estima-se em 36.000 o número de brasileiros que moram na Bolívia. A grande maioria, cerca de 20 mil, seriam estudantes universitários. Há relatos de dificuldades experimentadas por estudantes brasileiros junto aos órgãos governamentais bolivianos e às próprias universidades, entre as quais a dificuldade de obtenção da carteira de estrangeiro, documento essencial para o processo de regularização migratória. Os estudantes brasileiros concentram-se em Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba, Cobija e Guayaramerín. Parcela importante da comunidade brasileira é integrada por agricultores, que seriam donos de cerca de 15% das terras cultivadas na Bolívia. Destaca-se, nesse contexto, a produção de soja por agricultores brasileiros no Departamento de Santa Cruz.

Empréstimos e financiamentos oficiais

A concessão de financiamentos e garantias oficiais brasileiros à Bolívia está suspensa em função da necessidade de conclusão de trâmites legais relativos à formalização da dação, pelo governo boliviano, de imóvel que abriga a Embaixada do Brasil em La Paz como pagamento da

dívida

boliviana.

POLÍTICA INTERNA

A eleição de Evo Morales a presidente, em 2006, inaugurou novo período político na Bolívia. No mesmo ano foi convocada assembleia constituinte, a qual apresentou texto constitucional ao Congresso em 15 de dezembro de 2007. A Constituição Política do Estado foi submetida a consulta popular e aprovada em 25 de fevereiro de 2009.

O Estado Plurinacional da Bolívia passa a ser composto por quatro poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário e Eleitoral. A Assembleia Legislativa Plurinacional divide-se em duas câmaras: Câmara dos Deputados, composta por 130 representantes; e Câmara de Senadores, com 36 membros (quatro por departamento). O mandato é de cinco anos, com possibilidade de reeleição.

O Poder Executivo é composto pela Presidência, Vice Presidência e Ministérios. Presidente e vice presidente são eleitos por voto universal, obrigatório, livre e direto. O mandato tem duração de cinco anos, podendo haver reeleição uma única vez consecutiva (Artigo 168).

O Poder Judiciário conta com jurisdição ordinária, exercida pelo Tribunal Superior de Justiça, tribunais departamentais, tribunais de sentença e juízes; jurisdição agroambiental; e “jurisdição indígena originária campesina”. Matéria constitucional é submetida ao Tribunal Constitucional Plurinacional.

O Órgão Eleitoral Plurinacional é integrado pelo Tribunal Supremo Eleitoral, tribunais eleitorais departamentais, juízes eleitorais, jurados das mesas de sufrágio, e notários eleitorais. O Tribunal Supremo é formado por sete membros (pelo menos dois devem ter origem “indígena originária campesina”), os quais exercem a função por seis anos, sem possibilidade de reeleição. A Assembleia Legislativa, em votação com maioria de 2/3, indica seis nomes; a Presidência detém a prerrogativa de indicação do sétimo membro.

POLÍTICA EXTERNA

Há fortes nexos entre as políticas doméstica e externa do país, especialmente na busca de maior visibilidade nos cenários regional e global e na valorização de temas indígenas e camponeses. O governo considera ter alavancado a imagem internacional do país, "exportando políticas sociais e valores ancestrais" e exercendo a "diplomacia dos povos".

Podem ser considerados efetivos êxitos da diplomacia boliviana a readmissão do país na Convenção Única sobre Entorpecentes, em seguimento à despenalização da mastigação da folha de coca (2013); a inclusão dos valores ancestrais andinos na resolução da Assembleia-Geral da ONU "Promoting inclusive and accountable public services for sustainable development" (2015); e a aprovação, também pela AGNU, dos princípios básicos sobre reestruturação de dívida soberana, contexto em que o comitê *ad hoc* que elaborou a resolução foi presidido pela Bolívia.

Um dos principais itens da agenda internacional boliviana é a reivindicação de acesso soberano ao mar. Durante a Guerra do Pacífico (1879-1883), a Bolívia perdeu para o Chile parcela do território e um total de 400 km de linha costeira. A situação foi consolidada no Tratado de Paz e Amizade de 1904. O governo Evo Morales submeteu a pendência bilateral à Corte Internacional de Justiça (CIJ), com o objetivo de ver confirmada a "obrigação" do país vizinho de negociar "de boa fé" solução definitiva que garanta à Bolívia uma "saída soberana" ao Oceano Pacífico. A decisão da Corte deverá ser proferida em 2019. Por sua vez, o Chile antecipou-se à Bolívia e judicializou pendência referente ao uso das águas do manancial (ou rio) Silala, também junto à CIJ.

Pela terceira vez em sua história, a Bolívia figura entre os membros não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2017 e 2018. Anteriormente esteve presente no órgão nos períodos de 1964 a 1965, e de 1978 a 1979.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Bolívia tem apresentado desempenho consistentemente positivo em termos de crescimento e estabilidade macroeconômica ao longo da última década.

Em 2017, o PIB boliviano cresceu 4,2%. É perceptível, no entanto, a desaceleração ocorrida desde 2013, quando a taxa de crescimento foi de 6,8%. O país cresceu 5,5% em 2014 e 4,8% em 2015.

O governo boliviano trabalha com a expectativa de crescimento do PIB de 4,7% para 2018, dado que contrasta com estimativa mais modesta do FMI (4%).

Como tem feito nos últimos anos, o Banco Central Boliviano pretende buscar manter a inflação em 2018 em níveis relativamente baixos por meio da ancoragem cambial, mantendo para isso a cotação do dólar em Bs 6,96 para a compra e 6,86 para a venda, vigente desde 2012.

Comércio exterior

Em outubro de 2017, as exportações atingiram USD 6,6 bilhões e as importações, USD 7,5 bilhões. Desde janeiro daquele ano, o saldo negativo acumulado do comércio exterior boliviano atingiu USD 970,5 milhões, valor 18% mais crítico do que no mesmo período de 2016. Trata-se do terceiro ano consecutivo de crescimento do déficit comercial.

Os principais parceiros comerciais do país em 2017 (tendo em conta a soma das exportações e importações) foram o Brasil (34,7% do fluxo comercial), a Argentina (28,1%) e a China (27%). As exportações para o Brasil chegaram a USD 1 bilhão e 285 milhões e as importações brasileiras foram de USD 1 bilhão e 506 milhões. A balança comercial foi deficitária em USD 221 milhões.

A economia boliviana continua dependente da exploração e exportação de recursos naturais não renováveis, especificamente hidrocarbonetos e minerais, assim como da relação com o Brasil, que, desde 2016, tem sido deficitária para a Bolívia. O Brasil é o maior destinatário das exportações bolivianas desde pelo menos o ano de 2001, sendo os hidrocarbonetos o principal produto do comércio bilateral.

As agências de risco Moody's e S&P alteraram de estável para negativa a perspectiva de classificação de risco do país depois do

lançamento, em maio de 2017, de US\$ 1 bilhão em títulos da dívida do país com vencimento em 2028.

Em vista da importância dos hidrocarbonetos para a economia boliviana e sua dependência do mercado brasileiro para a comercialização do produto, as perspectivas de recuperação econômica do Brasil (e, consequentemente, de aumento de consumo) são tema de grande interesse para o debate econômico da Bolívia no curto e médio prazo. Num período mais amplo, as atenções se voltam para o cenário de reestruturação do mercado brasileiro de gás natural e seu possível impacto no processo de renegociação do acordo bilateral para a compra de gás (GSA), que expira em 2019.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

2500 a 800 a.C	Primeiros assentamentos humanos na região.
100 a.C.	Estados Regionais. Tiahuanaco.
1400 d.C	Surgimento dos reinos Aymara.
1460s	Conquista Inca.
1532	Chegada dos espanhóis ao Peru.
1538	Chegada dos espanhóis ao Altiplano boliviano.
1545	Descoberta de prata em Cerro Rico, Potosí.
1624	Criação da Universidade de Chuquisaca.
1695	Descoberta de prata em Oruro.
1809	Rebelião popular pela independência de La Paz.
1825	Independência da Bolívia (6 de agosto).
1825 a 1828	Primeiro governo republicano de Antonio José de Sucre.
1860 a 1870	Descoberta, por chilenos, de guano, prata e nitratos no Deserto de Atacama.
1879	Guerra do Pacífico contra o Chile. Derrota da Bolívia, que perde o acesso ao Oceano Pacífico
1899 a 1903	Movimento separatista do Acre.
1903	Tratado de Petrópolis. Acre é incorporado ao Brasil
1920 a 1934	Governos civis do Partido Republicano.
1932 a 1935	Guerra do Chaco contra o Paraguai. Derrota da Bolívia.
1942	Fundação do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)
1943 a 1946	Governo de Gualberto Villarroel. Aliança militar radical e MNR.

1952		Revolução do MNR.
1964 a 1978	a	Governos militares.
1978 a 1979	a	Transição política. Reorganização de partidos políticos.
1980 a 1982	a	Governo militar. Protestos populares.
1982 até o presente		Redemocratização. Governos civis.
1995		Fundação do Movimento ao Socialismo (MAS)
2006 a 2010	a	Primeiro Mandato de Evo Morales. Nacionalização dos setores de hidrocarbonetos e eletricidade.
2009		Nova Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia.
2010 a 2014	a	Segundo Mandato de Evo Morales.
2015 a 2020	a	Terceiro Mandato de Evo Morales.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1825		Declaração de Independência da Bolívia
1867		Tratado de La Paz de Ayacucho estabelece linha Madeira-Javari como fronteira comum
1872		Chile e Bolívia rompem relações diplomáticas. Brasil representa Bolívia em Santiago
1879		Início da Guerra do Pacífico. Brasil permanece neutro
1884		Fim da Guerra do Pacífico contra o Chile. Bolívia perde acesso ao Oceano Pacífico
1899		Ex-diplomata espanhol Luís Galvez R. Arias proclama a independência do Acre
1902		Revolução Acreana de Plácido de Castro (60 mil brasileiros opõem-se ao Governo boliviano e ao arrendamento do Acre à companhia norte-americana "Bolivian Syndicate")
1903		Modus vivendi sobre o Acre é assinado com a Bolívia para cessação das hostilidades. Tratado de Petrópolis. Acre é incorporado ao Brasil, que paga indenização de 2 milhões de libras à Bolívia e se compromete a construir ferrovia Madeira-Mamoré
1912		Inauguração da ferrovia Madeira-Mamoré
1932-1935		Guerra do Chaco. A Bolívia é derrotada pelo Paraguai
1958		Acordos do Roboré (exploração de petróleo, obras ferroviárias e cooperação econômica)
1969		Tratado da Bacia do Prata (Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai)
1973		Acordo para construir gasoduto entre Santa Cruz de la Sierra e a refinaria de Paulínia (SP)

1984	Visita do Presidente Figueiredo a Santa Cruz: primeira viagem de um Presidente brasileiro à Bolívia
1992	Acordo de Compra de Gás Natural Boliviano. Construção de gasoduto de 3 mil km
1996	Área de Livre Comércio entre o MERCOSUL e Bolívia Acordo para Isenção de Impostos para Implementação do Gasoduto Brasil-Bolívia
1999	Início do funcionamento do gasoduto GASBOL
2004	Acordo Brasil-Bolívia de Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus territórios Visita Presidencial a Santa Cruz de La Sierra, com assinatura de acordo bilateral de perdão da dívida boliviana no valor de US\$ 53 milhões. Acordo-Quadro BNDES para Bolívia (julho)
2005	Aprovação de nova lei boliviana para a nacionalização dos hidrocarbonetos, por meio de referendo popular.
2006	Visita do Presidente-eleito Evo Morales ao Brasil (janeiro) Efetivação, em 1º de maio, da nacionalização dos hidrocarbonetos Início das negociações com Petrobras sobre nacionalização dos seus ativos (maio) Adesão da Bolívia à Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA)
2007	Visita de Estado do Presidente Evo Morales ao Brasil (fevereiro) Visita do Presidente Lula a La Paz. Petrobras anuncia novos investimentos na Bolívia. Firmam-se acordos de cooperação e de financiamento para a Bolívia (dezembro)
2008	Convite do Governo boliviano ao Brasil para integrar “Grupo de Países Amigos da Bolívia”, com vistas a promover a facilitação do diálogo entre Governo e oposição (março) Visita do Presidente Lula a Riberalta, na Amazônia boliviana, com assinatura do protocolo sobre financiamento brasileiro para construção de estrada entre Riberalta e Rurrenabaque (julho) Reunião bilateral entre o Presidente Lula e o Presidente Morales, à margem do encontro quadripartite de Manaus (Brasil, Bolívia, Venezuela e Equador) (setembro) Reunião do Presidente Lula com o Presidente Morales, à margem da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), em Sauípe (dezembro)
2009	Encontro de Fronteira entre Presidentes de Brasil e Bolívia, entre Puerto Suárez e Ladário. Inauguração de dois trechos do futuro Corredor Interoceânico Brasil-Bolívia-Chile. Aprofundamento das discussões sobre infra-estrutura regional, narcotráfico e comércio bilateral (janeiro) Encontro entre Presidentes de Brasil e Bolívia em Villa Tunari, ocasião em que foi assinado Protocolo sobre financiamento brasileiro da Rodovia San

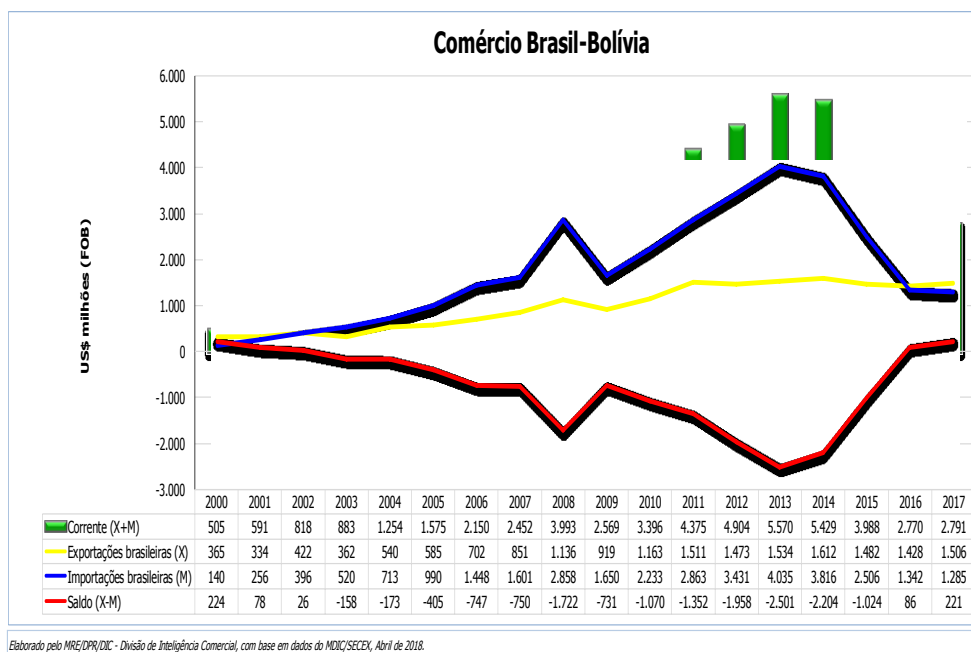
	Ignácio de Moxos – Villa Tunari (agosto)
2010	Posse do Presidente Evo Morales para seu segundo mandato, em 22 de janeiro
2015	Visita do Presidente Evo Morales a Brasília, por ocasião da posse da Presidenta Dilma Rousseff (1º de janeiro) Viagem da Presidente Dilma Rousseff a La Paz, por ocasião da posse do Presidente Evo Morales (22 de janeiro)
2016	Visita do Presidente Evo Morales a Brasília (fevereiro)
2017	Visita do Presidente Evo Morales a Brasília (dezembro)

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Publicação
Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Igarapé Rapiirã entre as Cidades de Plácido de Castro e Montevideo	17/12/2007	28/09/2010	20/06/2012
Acordo de Cooperação em Educação Superior	17/12/2007	17/12/2007	31/12/2007
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Mamoré entre as Cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerin	14/02/2007	09/03/2009	26/05/2009
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa	14/02/2007	18/09/2010	30/12/2015
Acordo sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios	08/07/2004	16/09/2005	20/09/2005
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos	08/07/2004	02/12/2008	13/01/2009
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas Proximidades das Cidades de Brasiléia e Cobija	28/04/2003	25/06/2004	16/07/2004
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Restituição de Veículos Automotores Roubados ou Furtados	28/04/2003	14/06/2006	20/07/2006
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia	26/07/1999	13/08/2001	26/04/2002
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia	26/07/1999	13/08/2001	10/05/2002
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre a Recuperação de Bens Culturais, Patrimoniais e outros Específicos Roubados, Importados ou Exportados Ilicitamente	26/07/1999	25/07/2002	29/10/2002
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo	26/07/1999	15/04/2004	11/03/2004

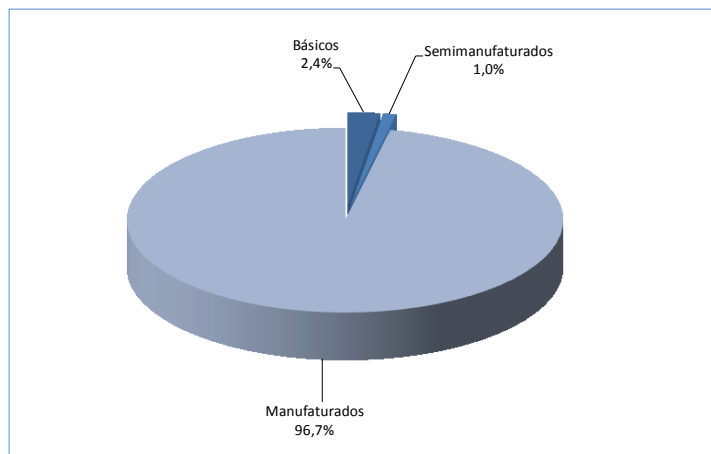
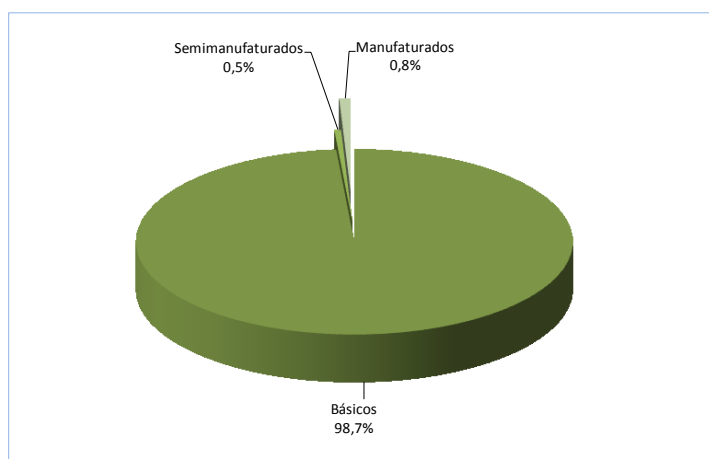
da República da Bolívia para Impedir o Uso Ilegal de Precursores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.			
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre a Transferência de Nacionais Condenados	26/07/1999	20/03/2007	21/06/2007
Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia.	17/12/1996	29/10/2002	20/07/1998
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Isenção de Impostos Relativos a Implementação do Projeto do Gasoduto Brasil-Bolívia.	05/08/1996	01/03/1997	06/02/1997
Acordo de Alcance Parcial sobre Promoção de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia (Fornecimento de Gás Natural)	10/08/1992	17/08/1992	12/11/1992
Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Paranaguá	15/08/1990	02/09/2015	02/02/2016
Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Preservação, Conservação e Fiscalização dos Recursos Naturais nas Áreas de Fronteira.	15/08/1990	30/09/1998	14/04/1999
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia sobre a Instalação e o Funcionamento, na Cidade do Rio de Janeiro, de um Escritório de Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos	16/02/1978	18/08/1978	28/09/1978
Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia	17/08/1977	28/04/1978	01/06/1978
Convênio de Sanidade Animal em Áreas de Fronteira entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia	17/08/1977	05/03/1979	05/04/1979
Acordo sobre a supervisão e Execução dos Estudos e Projeto de Engenharia da Conexão Ferroviária entre Santa Cruz de La Sierra e Cochabamba	24/07/1975	24/07/1975	02/12/1975
Acordo de Cooperação e Complementação	22/05/1974	24/10/1974	07/11/1974

Industrial entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia.			
Acordo sobre Normas de Financiamento do Fundo de Desenvolvimento.	25/09/1973	25/09/1973	-
Acordo sobre Cooperação Sanitária entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia.	08/06/1972	17/08/1977	07/11/1978
Tratado sobre Vinculação Rodoviária entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia.	04/04/1972	25/04/1973	18/05/1973
Acordo sobre Radioamadorismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Bolívia.	03/11/1970	03/11/1970	02/12/1970
Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia.	11/01/1966	20/02/1970	25/02/1970
Tratado sobre a Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o República da Bolívia.	25/02/1938	15/09/1938	08/10/1938
Tratado de Extradicação entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia	25/02/1938	26/07/1942	10/07/1942
Tratado de Limites e Comunicações Ferroviárias.	25/12/1928	27/06/1929	11/07/1929
Acordo para a Demarcação das Fronteiras na Bacia do Amazonas entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia	10/02/1911	10/02/1911	-
Tratado de Comércio e Navegação Fluvial entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia	12/08/1910	29/07/1911	03/03/1912
Tratado de Arbitramento Geral entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia	25/06/1909	10/05/1912	05/08/1913
Tratado de permuta de Territórios e outras Compensações (Tratado de Petrópolis), entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia	17/11/1903	10/03/1904	15/03/1904
Acordo para a Execução de Cartas Rogatórias entre o Império do Brasil e a República da Bolívia	22/12/1879	22/12/1879	15/10/1880



2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	367	191	558	176
2018 (jan-mar)	343	335	677	8

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

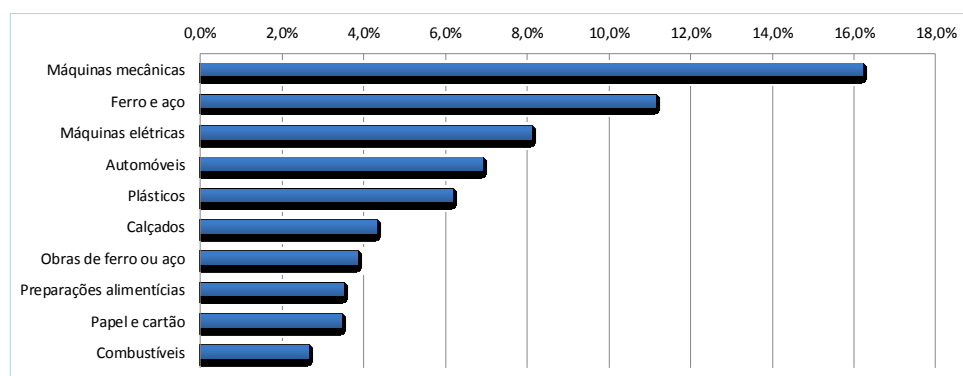
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Bolívia (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	231	15,6%	221	15,5%	244	16,2%
Ferro e aço	149	10,1%	169	11,8%	168	11,2%
Máquinas elétricas	102	6,9%	111	7,8%	122	8,1%
Automóveis	108	7,3%	113	7,9%	104	6,9%
Plásticos	110	7,4%	109	7,6%	93	6,2%
Calçados	50	3,4%	46	3,2%	65	4,3%
Obras de ferro ou aço	61	4,1%	51	3,6%	58	3,9%
Preparações alimentícias	11	0,7%	12	0,8%	53	3,5%
Papel e cartão	52	3,5%	53	3,7%	52	3,5%
Combustíveis	61	4,1%	47	3,3%	40	2,7%
Subtotal	935	63,1%	932	65,3%	999	66,3%
Outros	547	36,9%	496	34,7%	507	33,7%
Total	1.482	100,0%	1.428	100,0%	1.506	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

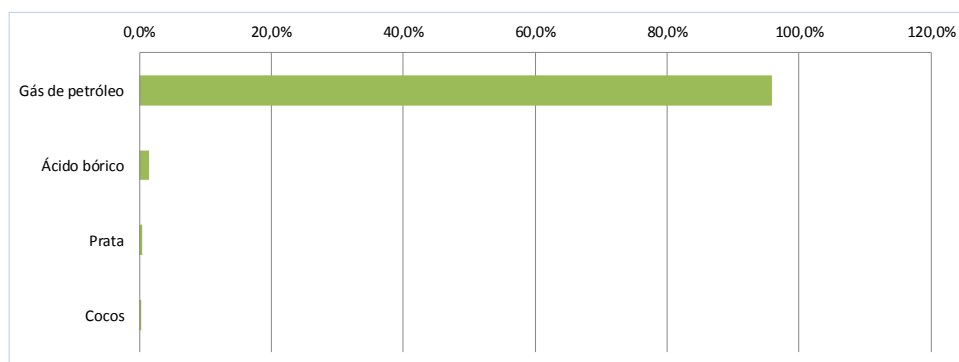


Composição das importações brasileiras originárias da Bolívia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Gás de petróleo	2.460	98,2%	1.279	95,3%	1.232	95,9%
Ácido bórico	16	0,6%	14	1,0%	19	1,5%
Prata	1	0,0%	7	0,5%	5	0,4%
Cocos	0	0,0%	1	0,0%	4	0,3%
Subtotal	2.477	98,8%	1.301	96,9%	1.260	98,0%
Outros	29	1,2%	41	3,1%	25	2,0%
Total	2.506	100,0%	1.342	100,0%	1.285	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

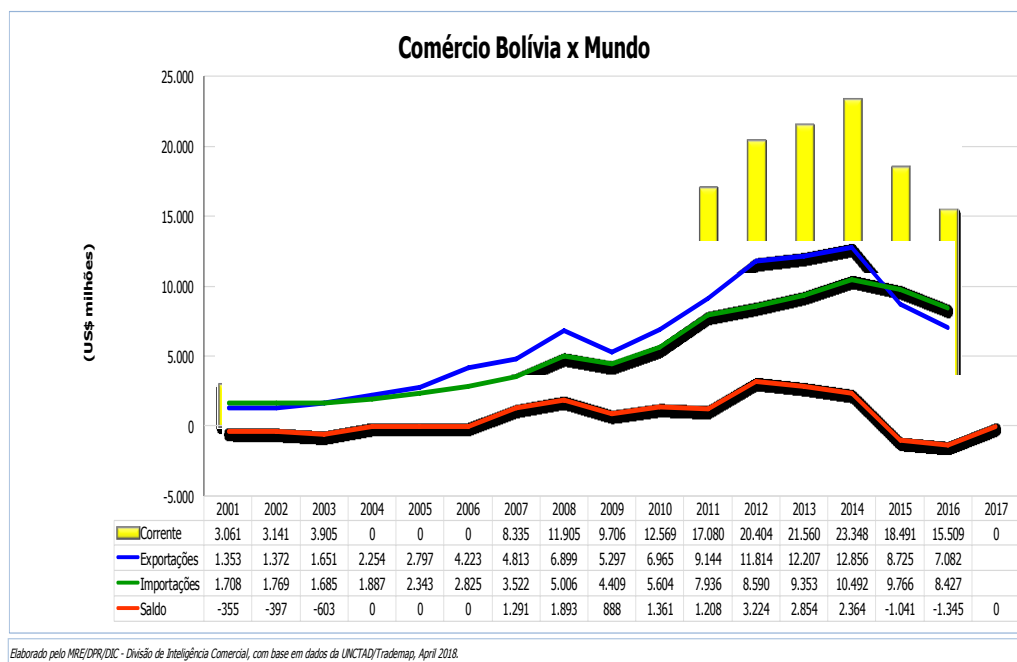
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Máquinas mecânicas	53	14,4%	50	14,6%	Máquinas mecânicas 14,6%
Ferro e aço	54	14,7%	40	11,7%	Ferro e aço 11,7%
Automóveis	22	6,0%	29	8,5%	Automóveis 8,5%
Plásticos	25	6,8%	26	7,6%	Plásticos 7,6%
Máquinas elétricas	28	7,6%	26	7,6%	Máquinas elétricas 7,6%
Preparações alimentícias	7	1,9%	13	3,8%	Preparações alimentícias 3,8%
Papel e cartão	13	3,5%	13	3,8%	Papel e cartão 3,8%
Obras de ferro ou aço	16	4,4%	13	3,8%	Obras de ferro ou aço 3,8%
Calçados	13	3,5%	10	2,9%	Calçados 2,9%
Extratos tanantes e tintoriais	8	2,2%	8	2,3%	Extratos tanantes e tintoriais 2,3%
Subtotal	239	65,1%	228	66,5%	
Outros	128	34,9%	115	33,5%	
Total	367	100,0%	343	100,0%	
Importações					
Gás de petróleo	180,0	94,2%	321,0	95,9%	Gás de petróleo 95,9%
Fertilizantes azotados	0,0	0,0%	3,0	0,9%	Fertilizantes azotados 0,9%
Ácido bórico	3,2	1,7%	1,8	0,5%	Ácido bórico 0,5%
Desperdícios e resíduos de alumínio	0,6	0,3%	1,2	0,4%	Desperdícios e resíduos de alumínio 0,4%
Sementes para sementeira	0,4	0,2%	1,1	0,3%	Sementes para sementeira 0,3%
Prata	1,5	0,8%	1,0	0,3%	Prata 0,3%
Legumes de vagem	0,1	0,1%	1,0	0,3%	Legumes de vagem 0,3%
Sementes de girassol	0,6	0,3%	0,8	0,2%	Sementes de girassol 0,2%
Subtotal	186,5	97,6%	330,9	98,9%	
Outros produtos	4,6	2,4%	3,6	1,1%	
Total	191,1	100,0%	334,6	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

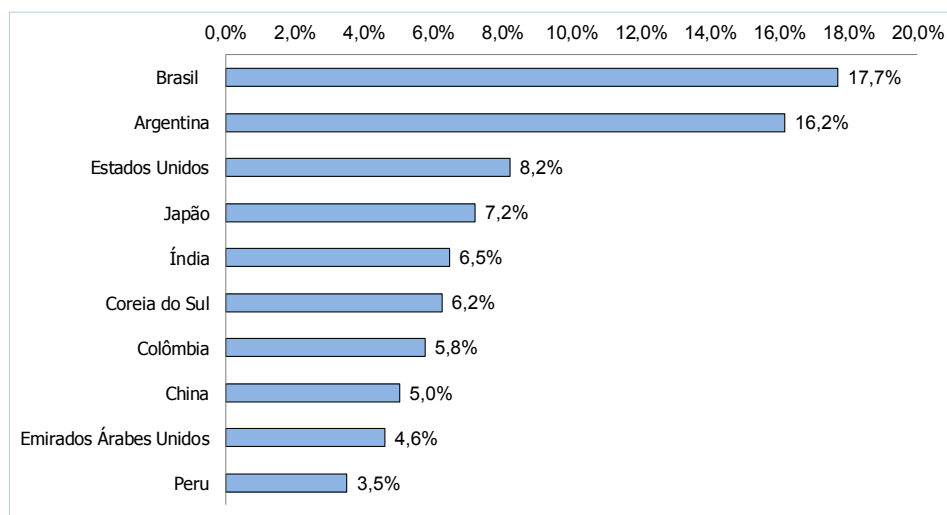


2016 / 2017	Exportações	Importações	Corrente de comércio	Saldo
2016 (jan-set)	3.372	6.166	9.538	-2.794
2017 (jan-set)	5.891	6.790	12.681	-899

Principais destinos das exportações da Bolívia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7 (jan-set)	Part.% no total
Brasil	1.042	17,7%
Argentina	952	16,2%
Estados Unidos	484	8,2%
Japão	425	7,2%
Índia	381	6,5%
Coreia do Sul	368	6,2%
Colômbia	339	5,8%
China	296	5,0%
Emirados Árabes Unidos	271	4,6%
Peru	207	3,5%
Subtotal	4.765	80,9%
Outros países	1.126	19,1%
Total	5.891	100,0%

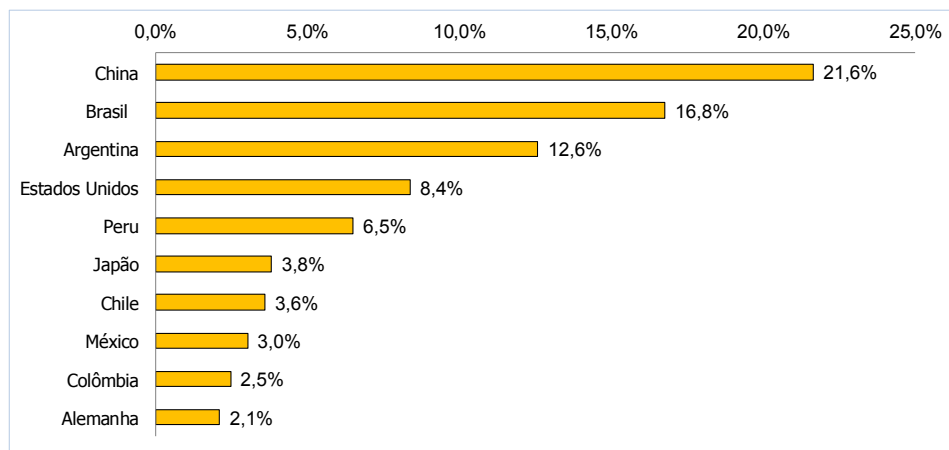
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Principais origens das importações da Bolívia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7 (jan-set)	Part.% no total
China	1.470	21,6%
Brasil	1.139	16,8%
Argentina	855	12,6%
Estados Unidos	569	8,4%
Peru	442	6,5%
Japão	260	3,8%
Chile	245	3,6%
México	206	3,0%
Colômbia	168	2,5%
Alemanha	144	2,1%
Subtotal	5.498	81,0%
Outros países	1.292	19,0%
Total	6.790	100,0%

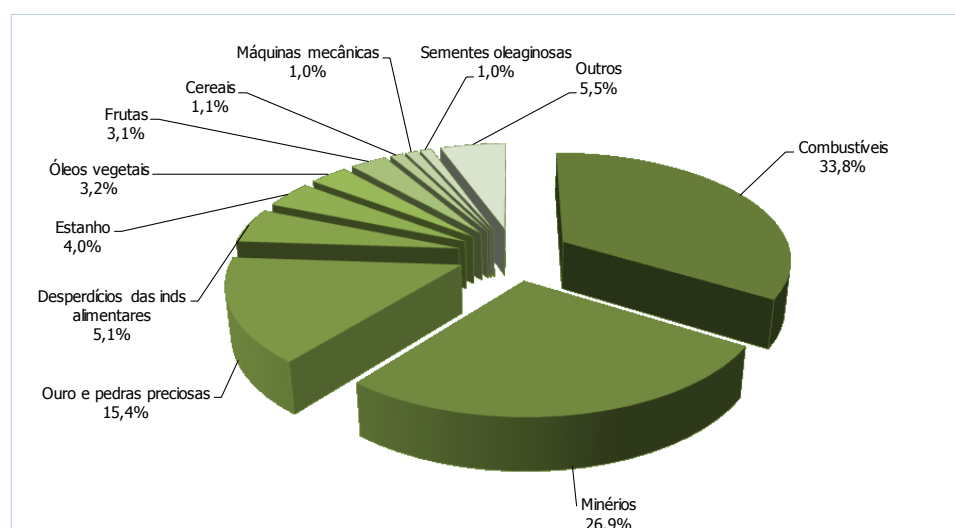
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Composição das exportações da Bolívia (SH2)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7 (jan-set)	Part.% no total
Combustíveis	1.991	33,8%
Minérios	1.586	26,9%
Ouro e pedras preciosas	905	15,4%
Desperdícios das inds alimentares	303	5,1%
Estanho	237	4,0%
Óleos vegetais	187	3,2%
Frutas	180	3,1%
Cereais	63	1,1%
Máquinas mecânicas	60	1,0%
Sementes oleaginosas	56	1,0%
Subtotal	5.568	94,5%
Outros	323	5,5%
Total	5.891	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

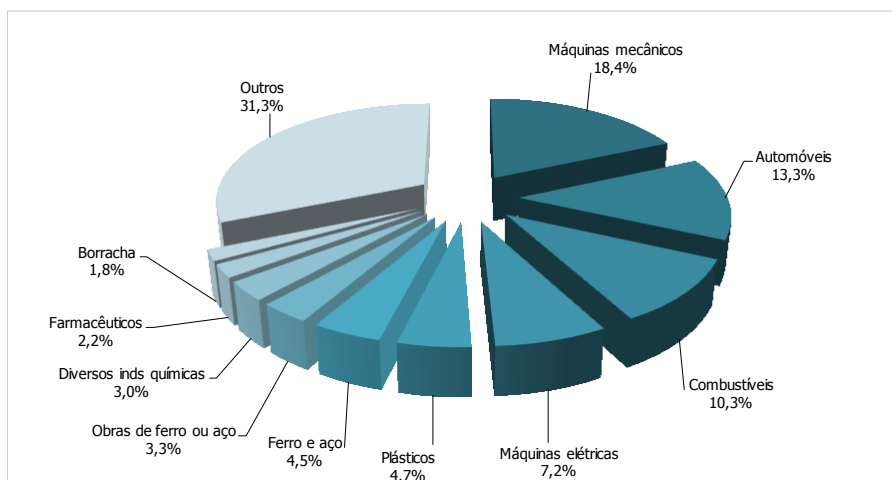


Composição das importações da Bolívia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-set)	Part.% no total
Máquinas mecânicos	1.250	18,4%
Automóveis	905	13,3%
Combustíveis	701	10,3%
Máquinas elétricas	491	7,2%
Plásticos	317	4,7%
Ferro e aço	304	4,5%
Obras de ferro ou aço	222	3,3%
Diversos inds químicas	207	3,0%
Farmacêuticos	146	2,2%
Borracha	121	1,8%
Subtotal	4.664	68,7%
Outros	2.126	31,3%
Total	6.790	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

10 principais grupos de produtos importados



EMBAIXADA DO BRASIL EM LA PAZ
RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADOR RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO

INTRODUÇÃO

Qualquer programa de trabalho que venha a ser concebido para a atuação diplomática brasileira na Bolívia deve tomar em conta os seguintes elementos constitutivos da história mais recente (e remota) do país, especialmente no tocante a suas relações exteriores: i) trata-se de uma das nações mais pobres e desiguais da região, com um histórico de instabilidade econômica, política e social, além de uma acentuada discriminação racial; ii) ainda que o fenômeno nem sempre apareça de forma explícita, o país nutre sentimento de rancor em relação ao elemento estrangeiro, seja em função do histórico de exploração colonial, da forte influência norte-americana ou das sucessivas guerras e reveses que resultaram em perdas territoriais substanciais para seus vizinhos (Brasil inclusive). É contra esse pano de fundo que se deve procurar entender o significado do advento do governo do Presidente Evo Morales, bem como do "processo de câmbio" que ele preconiza para o país desde sua ascensão ao poder em 2006.

Em que pesem os problemas e debilidades inerentes ao regime atual - ranços de autoritarismo; ataques à liberdade de expressão e de imprensa; cerco às ONGs; perseguições políticas por intermédio do judiciário, etc. -, não há como desconsiderar os avanços logrados nos poucos mais de 10 anos de gestão do PR Evo Morales, dentre os quais se podem destacar: i) sua relativa capacidade de controle sobre os movimentos sociais tradicionalmente responsáveis pela instabilidade política da Bolívia; ii) a subsequente estabilidade do sistema político do país, caracterizado historicamente por crises institucionais que resultaram em golpes militares ou governos inconclusos; iii) o crescimento econômico contínuo que levou a Bolívia a praticamente quintuplicar seu PIB nos últimos 12 anos; iv) fortalecimento e expansão da presença do Estado; v) distribuição de renda; vi) o desmantelamento do apartheid social; vii) revalorização das identidades e das culturas indígenas, bem como a recuperação do orgulho nacional frente à comunidade internacional; e viii) a elevação do perfil da Bolívia no cenário mundial.

Ora, o movimento pendular observado internamente, decorrente da necessidade de diferenciar-se em tudo dos governos "neoliberales y vendepátrias" que o precederam, também exibiu sua face externa, na qual a necessidade de reafirmação internacional se impôs, com frequência, em detrimento das relações com outros países (Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos, Peru). A identificação político-ideológica com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva não representou óbice, por exemplo, para a decisão do PR Evo Morales ocupar e desapropriar - poucos meses após a sua posse - duas refinarias da Petrobras no país, inaugurando, assim, o primeiro grande entrave ao bom relacionamento com o Brasil. A rápida recomposição das relações bilaterais, bem como o sólido e incondicional apoio do governo petista ao PR Evo Morales durante o período de instabilidade político-institucional de 2008 e 2009 ("crise da meia-lua") tampouco impediram, por sua vez, o endurecimento da posição boliviana em relação ao episódio do asilo político do senador Roger Pinto na Embaixada do Brasil em La Paz.

Se o alinhamento ideológico com o governo Morales não foi garantia de relações fluidas durante as administrações anteriores, tampouco se pode dizer que as atuais divergências de orientação política doméstica e de posicionamento nos temas regionais entre os atuais governos do Brasil e da Bolívia constituam obstáculos incontornáveis ao bom relacionamento bilateral. Além dos vários encontros de alto nível ocorridos no ano passado, o fenômeno é ilustrado pela visita do presidente Evo Morales ao Brasil em dezembro último, ocasião na qual o chefe de estado boliviano se empenhou em sinalizar a superação da crise desencadeada por sua reação ao processo de impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff. Em suma, apesar da retórica inflamada e de forte carga ideológica característica do governo Morales, as recentes indicações de que a atitude

brasileira diante da Bolívia não é simples projeção das afinidades ou divergências na visão de mundo dos governos de turno, mas depende da identificação de objetivos comuns e está condicionada ao respeito mútuo e à reciprocidade no tratamento, tem levado o governo boliviano a adotar também postura mais pragmática, cooperativa e respeitosa da soberania brasileira, com a consequente melhora no relacionamento.

SECAO I – Contextualização / Relações Bilaterais

POLÍTICA INTERNA

O acompanhamento, o relato e a análise do cenário político-eleitoral boliviano constituíram atribuições centrais da Embaixada em La Paz nos últimos dois anos e meio, período no qual três acontecimentos balizaram o debate político local, quais sejam: (i) rejeição, em referendo de 21/2/2016, de emenda constitucional que permita ao presidente recandidatar-se a um terceiro mandato; (ii) sentença do Tribunal Constitucional que considerou que dispositivos da constituição que proibiam mais de uma reeleição consecutiva para mandatos no executivo violariam direitos humanos; e (iii) o número crescente de mobilizações críticas ao governo. Tal quadro resulta na “eleitorização” precoce do debate político, marcado, por um lado, pelo desgaste do presidente Evo Morales e, por outro, pela debilidade da oposição, bastante fragmentada, incapaz, até o momento, de apresentar um programa político que faça frente à atual gestão.

Deve-se registrar que a Bolívia vive hoje um dos períodos mais longos de estabilidade política desde sua independência (1825). Trata-se de momento de exceção numa história marcada por convulsões e turbulências: em 192 anos, o país conta quinze constituições, oitenta e oito mandatos presidenciais, sessenta e cinco mandatários, dez magnicídios e, segundo alguns, duzentas revoluções. O presente quadro de estabilidade se deve, em grande medida, à ascensão de Evo Morales e de seu partido Movimiento al Socialismo (MAS), que lograram compor um amálgama de movimentos sociais, sindicatos, cooperativas, grupos étnicos e minorias – assegurando um equilíbrio inédito para a governabilidade. Evidenciam o êxito de tal estratégia as votações majoritárias alcançadas nos últimos pleitos eleitorais. Com efeito, em 2014, Morales reelegeu-se no primeiro turno com 61% dos votos, e seu partido garantiu mais de 2/3 das cadeiras nas duas Casas da Assembleia Legislativa Plurinacional. No ano seguinte, nas eleições locais, o MAS consolidou 2/3 de representantes na maioria das assembleias departamentais e municipais e elegeu governadores em 6 dos 9 departamentos e prefeitos em 224 dos 339 municípios.

Embora o MAS continue a ser a primeira força política na Bolívia e única sigla com presença nacional, há indícios de que se estaria debilitando. Nos últimos anos houve inúmeras manifestações contra o governo, especialmente a partir de fevereiro de 2016, quando, pela primeira vez desde 2006, o MAS foi derrotado nas urnas, no referendo que propunha emenda constitucional que permitisse ao presidente concorrer a um terceiro mandato, rejeitada por 51% dos bolivianos. As manifestações se intensificaram a partir de novembro de 2017, quando decisão controvertida do Tribunal Constitucional abriu caminho para a repostulação de Evo Morales em 2019. A corte acolheu o argumento de que a vedação a reeleições sucessivas seria contrária aos direitos humanos de “votar e ser eleito em eleições periódicas autênticas” e de “ter acesso, em condições gerais de igualdade, às funções públicas de seu país”, previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos. A interpretação valeu-se de dispositivo constitucional boliviano (artigo 13, alínea iv) que estabelece que tratados e convênios internacionais ratificados pela Assembleia Plurinacional que “reconhecem direitos humanos [...] prevalecem na ordem interna”.

O desrespeito da decisão do Tribunal Constitucional aos resultados do referendo de 21/2/2016 sobre o tema provocou reações críticas de segmentos da opinião pública e da oposição, que, além de convocarem manifestações, protocolaram denúncias junto a foros e organizações internacionais, dentre eles a OEA. Observam-se diferentes orientações políticas nas recentes

mobilizações. Há, de um lado, atos de viés opositor, contra a repostulação de Evo Morales e o projeto “prorroguista” de seu partido. De outro, vêm ocorrendo protestos de setores, movimentos, sindicatos e regiões afins ao atual governo, que exploram o custo político da decisão de Morales de recandidatar-se, e confrontam-no com demandas crescentes. Ao que parece, estaria surgindo uma nova geografia de oposição, deslocando-se o eixo de conflitos do oriente (o chamado “Crescente”) para o ocidente do país. Nesse contexto, nas últimas pesquisas de opinião, que constatarem quedas nos níveis de aprovação do presidente Evo Morales, surgem os primeiros sinais que fragilizam a tese de que o atual mandatário seria invencível no pleito de 2019.

ECONOMIA E COMÉRCIO

Entre novembro de 2015 e abril de 2018, a economia boliviana continuou a dar mostras de dinamismo e a exibir índices de crescimento superiores à média dos países da América do Sul. De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o PIB boliviano registrou no período taxas de crescimento de 4,9% (2015), 4,3% (2016) e 4,2% (2017). A estimativa oficial para 2018 é 4,7%, enquanto organismos internacionais como o Banco Mundial preveem, na média, expansão próxima aos 4%. As sucessivas taxas de crescimento superiores a 4% ao ano por mais de uma década (a partir de 2004, essa cifra só não foi alcançada em 2009) permitiram à Bolívia elevar seu PIB de US\$ 8,3 bilhões para cerca de US\$ 37 bilhões entre 2000 e 2017 em ambiente de inflação controlada – 2,71% em 2017. A partir de 2015, contudo, nota-se piora moderada em indicadores como a taxa de desemprego (hoje superior a 4%), queda das reservas internacionais (que haviam chegado a US\$ 15,12 bilhões em 2015 e estão hoje abaixo dos US\$ 10 bilhões), aumento da dívida pública (ainda que correspondente a menos de 30% do PIB segundo os dados oficiais) e os sucessivos déficits fiscal (previsto para 8,3% em 2018) e na balança comercial.

Os indicadores econômicos positivos têm reflexo na ampliação da distribuição de renda e na melhoria das condições de vida da população. Entre 2006 e 2017, a porcentagem dos bolivianos em situação de pobreza caiu de 59,9% para 36,4%, o que representou a ascensão social de mais de 2,5 milhões de pessoas. O PIB per capita do país passou de 994 dólares em 2000 para cerca de US\$ 3.700 em 2017, com reflexos perceptíveis no avanço da urbanização e no padrão de consumo das famílias. A Bolívia atingiu antecipadamente quase todas as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

São dois os fatores centrais por trás dos bons resultados do autointitulado “Modelo Econômico-Social Comunitário e Produtivo” adotado desde meados da década passada: i) o aumento da demanda doméstica, resultado do crescimento da renda das famílias e da diminuição dos níveis de desigualdade; e (ii) o preço internacional, elevado na maior parte do período, dos hidrocarbonetos, cuja alta tributação constitui a principal fonte de receita do Estado boliviano. No período de 2000 a 2013 (ano em que o crescimento do PIB atingiu o pico de 6,8%), o valor exportado dos hidrocarbonetos, em particular o do gás natural, aumentou mais de quatro mil por cento, ao passo que o volume exportado se elevou 674%. Analistas indicam, contudo, que a excessiva dependência boliviana da exportação de gás natural é agravada pela política de sobrevalorização cambial, que dificulta a diversificação da atividade econômica. Apesar do cenário potencialmente favorável à Bolívia de valorização do petróleo, cujos preços servem como referência para o valor do gás exportado, pairam dúvidas tanto sobre a manutenção dos níveis de demanda do Brasil e da Argentina (compradores quase exclusivos do produto) quanto sobre a suficiência das reservas de gás do país para assumir novos compromissos de médio e longo prazo.

O Brasil segue como o principal parceiro comercial da Bolívia. Esse intercâmbio comercial pode ser caracterizado, em grandes linhas, pela exportação de três, dois e 1,5 bilhões de dólares de gás boliviano ao Brasil nos últimos três anos respectivamente (2015/2016/2017) e pela importação de uma média de USD 1,5 bilhão de máquinas, veículos, manufaturados, barras de ferro, aço, plásticos e calçados pela Bolívia do Brasil, no mesmo período. A parcela de produtos bolivianos

importados pelo Brasil que não são gás somaram USD 51 milhões em 2017 (boratos de sódio, feijão preto e gasolina).

O impacto do declínio das vendas de gás ao Brasil na balança comercial boliviana foi registrado por meio da interrupção da série histórica de superávits que o país andino sustinha com o Brasil há 15 anos. Em 2016, a drástica queda das cotações do barril de petróleo no mercado internacional e a desaceleração produtiva brasileira determinaram o primeiro déficit boliviano (USD 108 milhões). A manutenção da média de importações bolivianas do Brasil, apesar da crise econômica, evidencia um mercado que poderia ser melhor explorado. Países como China, Alemanha, Espanha, Rússia e França, entre outros têm aproveitado muitas oportunidades. A visita do Ministro Blairo Maggi a La Paz em 28/9/2017 sinalizou que a abertura do mercado brasileiro para a banana boliviana poderia beneficiar o comércio bilateral.

As exportações bolivianas, depois dos anos de alta do petróleo, retomaram patamares de USD 8,7 bilhões em 2015, USD 7,1 bilhões em 2016, e USD 7,9 bilhões em 2017. O esforço de diversificação da pauta comercial, que visa diminuir a dependência das vendas de gás, pouco resultado tem obtido. Em 2017, as chamadas exportações tradicionais (hidrocarbonetos e minerais) somaram 82,09% da pauta contra 74,25%, em 2016, e 78,92%, em 2015.

Dos valores totais exportados pela Bolívia 28,05% foram para o Brasil, em 2015; 25,86%, em 2016; e 18,42%, em 2017. As importações providas do Brasil, por sua vez, aumentaram levemente em valor, passando de 16,51%, a 17,58% e 16,76%, nos três anos considerados, respectivamente. O Brasil perdeu a primazia nas importações bolivianas para a China em 2014, passando a figurar em segundo lugar como país de origem.

ENERGIA E INFRAESTRUTURA

A Bolívia é conhecida pelo gás natural, produto que, exportado, representou 27% do volume total ofertado no mercado brasileiro em 2017. Brasil (por meio da Petrobras) e Argentina são os dois principais compradores do gás boliviano. Por constituir uma das principais fontes de arrecadação para a Bolívia, a venda de gás natural ao Brasil representa importante elemento da agenda bilateral. O governo da Bolívia tem envidado esforços para diversificar sua matriz energética e suas fontes de receita, em alinhamento com o objetivo boliviano de tornar-se o "coração energético da América do Sul" por meio da venda de excedentes de eletricidade (principalmente energia hidroelétrica) a países vizinhos. A título de exemplo, cabe mencionar que foi lançado, em março passado, programa para a adoção do etanol como combustível, o que representa mudança em relação à tradicional posição da Bolívia em relação aos biocombustíveis.

A relação que o Brasil mantém com a Bolívia em energia é um dos exemplos mais exitosos de diálogo com vizinhos. Os temas são tratados no Comitê Técnico Bilateral (CTB), previsto pelo Memorando de Entendimento em Matéria Energética, de 2007, e regulamentado por dois Termos Aditivos, de 2015 e 2017. A primeira reunião do comitê ocorreu em 2015 e, atualmente, está sendo negociada a data da V Reunião do CTB, a realizar-se na Bolívia. Compõem o CTB dois Grupos de Trabalho (Setor Elétrico e Gás Natural). No setor elétrico, é igualmente digno de nota o diálogo entre a Eletrobras e a estatal boliviana Empresa Nacional de Eletricidade (ENDE). Em outubro de 2017, foi assinado, em Brasília, contrato com a empresa Worley Parsons para a realização dos estudos de inventário de hidrelétrica binacional no Madeira. Em maio passado foi assinado, em São Paulo, convênio de cooperação entre a Eletrobras, a ENDE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de até 500 mil dólares para estudos sobre a integração energética binacional. No caso do gás natural, de estrutural importância para o relacionamento bilateral, o diálogo se dá em torno da eventual renovação do Acordo de Suprimento de Gás (GSA), a expirar-se em 2019; da estimativa do volume a ser contratado pelo lado brasileiro – e principalmente pela Petrobras – após 2019; de investimentos em novas áreas para exploração, principalmente em relação à assinatura dos contratos de San Telmo e Astillero com a Petrobras Bolívia – que ainda devem ser protocolizados

pelo governo boliviano –; e da possibilidade de venda direta de gás para termelétricas e distribuidoras de estados brasileiros.

A Bolívia tem vendido a empresas brasileiras ureia proveniente da usina Buló Buló, inaugurada em 2017. O governador do Mato Grosso (MT) transmitiu o interesse no asfaltamento da rodovia entre San Ignacio de Velasco e San Matías (departamento de Santa Cruz), o que permitiria ao MT importar a ureia boliviana a preços competitivos.

A Bolívia valoriza ainda o Corredor Ferroviário Bioceânico Central – CFBC e a participação do Brasil no projeto, que também envolve outros países. O Brasil tem participado das reuniões presenciais, além de aportar tecnicamente em grupos de trabalho que se reúnem periodicamente por videoconferência. A próxima reunião de nível ministerial é prevista para 15 de junho, em Lima. Em 2017, às margens de visita do presidente Morales a Brasília, foi assinado Memorando de Entendimento sobre o tema. Também durante a visita, foi anunciada a autorização para que a Bolívia estabeleça depósito franco no Porto de Paranaguá.

DEFESA E COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE COMBATE ÀS DROGAS

A Bolívia figura, há quase duas décadas, como terceiro maior produtor de folha de coca no mundo, com uma área plantada, hoje, de aproximadamente 23.100 hectares. Advindo do movimento dos plantadores de coca (“cocaleros”) da região do Chapare (Trópico de Cochabamba), o presidente Evo Morales tem promovido política de revalorização da folha de coca, procurando marcar a distinção entre a planta e a droga (“Coca Sí, Cocaína No”). O Governo Evo Morales define a Bolívia como país de trânsito da droga e invoca a necessidade da responsabilidade compartilhada para pedir cooperação internacional na matéria, desde que a mesma não viole a soberania nacional. Vale-se do contraste com a política estadunidense de “guerra contra as drogas” para definir seu paradigma próprio de repressão, pautado nos conceitos de controle social do cultivo da folha de coca (em complemento ao controle estatal), fomento de culturas alternativas, regionalização internacional da luta contra o narcotráfico e enfoque de saúde pública para o consumo de entorpecentes na Bolívia (que alcança aproximadamente 0,3% da população, um dos menores números das Américas).

O Relatório de Monitoramento de Cultivos de Coca na Bolívia, elaborado pelo UNODC, vem registrando, no médio prazo, sucesso na redução da superfície de cultivo de coca em nível nacional. Apesar do aumento de 14% na última edição do documento, consignara-se, nas edições de 2010 a 2015, diminuição de mais de um terço da área total, logro significativo frente aos volumes e expansões aceleradas da produção em países como Colômbia (de 96 mil hectares em 2015 para 146 mil em 2016) e Peru (de 40,3 mil hectares em 2015 para 43,9 mil hectares em 2016). Uma adequada avaliação da medida do cultivo boliviano no conjunto dos três principais produtores andinos tem ainda de considerar o consumo tradicional lícito da folha na Bolívia, hoje calculado em 14,7 mil hectares, segundo estudos patrocinados pela União Europeia. Os restantes 8,4 mil hectares – para os quais La Paz anunciou examinar possibilidades de industrialização e exportação – representam apenas 3,94% de toda a coca plantada nos territórios da Bolívia, Colômbia e Peru.

O presidente Morales contrapõe os êxitos do modelo boliviano de combate ao narcotráfico à falta de resultados dos países que seguem a cartilha norte-americana. Desde que assumiu o poder, Evo Morales determinou ações destinadas a afastar a cooperação dos EUA em matéria de combate às drogas, como, por exemplo, a expulsão da DEA (2008) e da USAID (2013), sob a alegação de que tais agências interferiam indevidamente nos assuntos internos e conspiravam contra o Governo local. Com a redução do envolvimento dos EUA no combate ao narcotráfico na Bolívia, o Brasil passou a ser considerado - junto com a União Europeia - importante fonte de cooperação na matéria.

A política nacional de minoração de oferta e demanda da cocaína, bem como de robustecimento do sistema de justiça criminal voltado ao combate ao narcotráfico, foi recentemente

atualizada com a promulgação da Lei Geral da Coca e da Lei de Luta contra o Tráfico Ilícito de Substâncias Controladas, principais desdobramentos da matéria nos últimos anos.

Em concreto, a nova Lei Geral aprova e organiza a lavra de coca em 22 mil hectares no país. Com a conciliação do ministro de Governo, Carlos Romero, os cocaleiros do Departamento de La Paz (Yungas), que vinham protestando contra qualquer que fosse a delimitação de sua superfície, haver-se-iam contentado com 14,3 mil hectares, que, segundo números oficiais, corresponderiam praticamente à sua área efetiva de granjeio hoje. De outra parte, ao Trópico de Cochabamba (cuja federação sindical de cocaleiros é capitaneada pelo Presidente Evo Morales) ora competem 7,7 mil hectares (76% mais produtivos que em La Paz). A despeito da aprovação da Lei Geral, os Yungas acabaram por abandonar de vez a base social do Governo e contestam a regulação de suas culturas ancestrais.

Contraparte persecutória dos desvios da produção da coca na Bolívia, a Lei sobre Substâncias Controladas constitui marco integral em seu escopo, composta por 124 artigos, em que foram incorporadas ferramentas aqui inéditas para a investigação de ilícitos de tráfico. Nos termos do ministro de Governo, as inovações inspiraram-se "nas experiências da comunidade internacional" e buscam aperfeiçoar os recursos institucionais disponíveis ao combate à produção, comércio e, em especial, trânsito de estupefacientes por território boliviano. Entre as principais novidades do instrumento, cumpre destacar o registro governamental da produção e comércio de precursores, a criação do Centro de Investigações Técnico-Científicas em Toxicologia e Substâncias Controladas, a recompensa financeira a informantes, as escutas telefônicas autorizadas pela Justiça, a possibilidade de levantamento dos sigilos bancário, fiscal, tributário, comercial e de seguros no âmbito específico de investigações sobre tráfico de drogas, a delação premiada, a cooperação jurídica com base em tratados internacionais e a extinção de domínio de bens "vinculados" ao tráfico de drogas.

Pautam atualmente a cooperação bilateral no combate ao narcotráfico e ao crime organizado os acordos alcançados bilateralmente na IX Comista sobre Drogas e Temas Conexos (2016) e no Primeiro Gabinete Binacional de Segurança Brasil-Bolívia (2017), bem como as diretrizes regionalmente acordadas na Declaração de Brasília (Reunião Ministerial do Cone Sul sobre Segurança nas Fronteiras, 2016). Nas três oportunidades, restou refletida a prioridade brasileira de concentrar as ações nos elos centrais das cadeias criminosas. A cooperação em inteligência ganhou destaque e recebeu tratamento transversal, como comprovam os compromissos estabelecidos nas áreas de combate à lavagem de dinheiro, cooperação policial, controle de químicos e inteligência financeira.

No âmbito do combate ao narcotráfico, assumiram-se compromissos importantes. Os avanços obtidos com a regulamentação da interceptação telefônica na Bolívia, a partir da troca de experiências e compartilhamento de legislação brasileira sobre o assunto, abriram espaço para relevante aprofundamento da cooperação técnica na área. Acordou-se, ainda, aumentar o número de oficiais de ligação em diferentes áreas de fronteira e centros de inteligência, de modo a reforçar a cooperação entre as polícias de ambos os países em localidades estratégicas, como Cáceres, Porto Velho e São Paulo.

No controle de substâncias e precursores, reforçou-se a cooperação na área de assistência técnica aos laboratórios forenses bolivianos e de capacitação de pessoal do Grupo de Investigação de Substâncias Químicas (GISUQ/FELCN) e do Grupo de Inteligência de Substâncias Controladas. De particular interesse para o Brasil foi o compromisso assumido pelo lado boliviano de repassar informações sobre substâncias e precursores químicos utilizados na produção de cocaína, que permitirá às autoridades brasileiras identificar laboratórios clandestinos, cuja produção tenha por destino o território nacional. Foi acordado o planejamento de operações bilaterais simultâneas e coordenadas para a repressão, que vêm sendo conduzidas com efetividade. Encetou-se ainda cooperação técnica oferecida pelo Brasil nas áreas de narcóticos, gestão de substâncias controladas e tráfico de pessoas.

Os Acordos de Cooperação entre a Polícia Federal do Brasil e a Polícia Nacional Boliviana constituem outra importante baliza pela qual tem sido possível avançar a pauta de cooperação com iniciativas estruturantes, como o planejamento do primeiro laboratório boliviano contra lavagem de ativos (em conjunto com a União Europeia) e o desenvolvimento de metodologias para monitoramento remoto de cultivos ilegais de coca. O Mecanismo Trilateral Brasil-Bolívia-Peru, responsável por articular atividades de combate ao tráfico de drogas nas regiões e rotas mais sensíveis e de difícil administração entre os três países, recém-produziu seu segundo plano de ação trienal (2018-2020), do qual se destaca a ênfase nos diversos temas de inteligência e no controle do tráfego aéreo.

DIREITOS HUMANOS E TEMAS SOCIAIS

A Bolívia segue logrando avanços em matéria de ampliação de direitos sociais, econômicos e culturais. Amparado pela sólida maioria oficialista no Legislativo boliviano, o governo Evo Morales tem empreendido continuado esforço para promover o desenvolvimento econômico com equidade e a superação da histórica desigualdade social oriunda de questões étnicas, econômicas e de gênero. A adoção de políticas públicas voltadas para a redução da pobreza extrema, como programas de transferência de renda, medidas de enfrentamento da violência contra a mulher, e o reconhecimento oficial da diversidade étnica e cultural da população, contribuíram sobremaneira para a melhoria do quadro socioeconômico no país.

No período entre 2015 e 2018, destacam-se, na área social, a adoção da Lei de Identidade de Gênero, que reconhece os direitos da comunidade LGBTI; a declaração da inconstitucionalidade do trabalho infantil abaixo dos catorze anos de idade; e a instituição do Subsídio Universal Pré-natal pela vida, concedido a mulheres gestantes a partir do quinto mês de gravidez. Entre 2005 e 2015, o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Bolívia cresceu 7,84% (Fonte: PNUD). Progresso relevante também foi registrado com relação à situação da mulher. Dispositivos constitucionais instituídos na última década tornaram a Bolívia o segundo país no mundo com maior participação de mulheres na política. Em 2016, o país logrou fechar a brecha de gênero na área de saúde e sobrevivência, o que significa que mulheres e homens têm o mesmo grau de acesso a serviços de saúde, independentemente de sua qualidade. No último ano, verificou-se, ademais, evolução significativa na área de participação e oportunidade econômica, ainda que a presença feminina no mercado de trabalho esteja concentrada em setores de baixa produtividade. Como resultado, a Bolívia evoluiu, entre 2006 e 2017, do 87º ao 17º lugar no Ranking Global sobre Disparidades de Gênero 2017, do Fórum Econômico Mundial (FEM).

Em que pesem tais avanços, e não obstante a existência de arcabouço legal cada vez mais abrangente, o país ainda enfrenta dificuldades significativas em temas como acesso à saúde; direitos da criança e do adolescente, em especial no que diz respeito à erradicação do trabalho infantil; violência de gênero; direitos da população carcerária; e acesso à justiça. Persistem desafios consideráveis na aplicação e cumprimento das leis, em função de fragilidades institucionais, baixos aportes de recursos, e níveis elevados de corrupção. Tentativa recente de adoção de novo código penal, baseado no conceito de justiça reparadora, e não apenas punitiva, foi rejeitada por diversos setores da sociedade em razão de interesses corporativos. São frequentes, ainda, críticas à falta de independência do judiciário e ao uso da justiça para perseguir políticos da oposição ("judicialização da política").

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do governo Evo Morales caracteriza-se pelos esforços de tornar seu país ator mais relevante na esfera internacional, em especial por meio do estreitamento de relações com países em desenvolvimento. Além de ampliar as relações bilaterais, a Bolívia tem buscado maior

protagonismo no âmbito multilateral. Nesse sentido, pode-se destacar sua atuação em debates relacionados a temas como: reestruturação de dívida; promoção de valores originários andinos (como o "Vivir Bien" e a proteção à "Madre Tierra"); direitos de povos indígenas; direito fundamental à água; cidadania universal; e despenalização do "acullicu" (costume ancestral de mascar a folha de coca). Também é ilustrativo desse empenho o número de eventos multilaterais de alto nível sediados pelo país recentemente, dentre os quais: II Conferência Mundial dos Povos sobre a Mudança do Clima (2015), Reunião de Alto Nível sobre Transporte Sustentável de Países em Desenvolvimento sem Litoral (2016), Conferência Mundial dos Povos por um Mundo sem Muros rumo à Cidadania Universal (2017), IV Cúpula do Foro de Países Exportadores de Gás (2017) e XII Cúpula de Presidentes de Parlamientos da União Interparlamentar-UIP (2018). Um dos resultados de tal orientação internacionalista foi a eleição da Bolívia para assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2017/2018.

Com relação aos blocos de integração regionais, a Bolívia tem privilegiado a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América), com a adoção de alinhamento automático e incondicional com os países-membros, especialmente Cuba e Venezuela. Apesar das dificuldades que marcam o funcionamento da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e da CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), o Governo Evo Morales tem demonstrado conferir prioridade na participação boliviana nos citados mecanismos regionais. Com relação à UNASUL, o início da Presidência pro tempore boliviana, em abril de 2018, foi marcado pelo anúncio conjunto da suspensão da participação de seis membros (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru), motivada, principalmente, pelo impasse em torno da designação do próximo secretário-geral da organização, desde janeiro de 2017. A nomeação de um novo SG, de que depende a continuidade institucional da UNASUL, passará por eventual flexibilização de posições do bloco de países responsável pela permanência do impasse. Já no que respeita à CELAC, a Bolívia deverá, enfim, exercer a Presidência de turno do mecanismo a partir de janeiro de 2019. Desde 2014, o país reclamava sua candidatura ao posto, inviabilizada, no entanto, pela oposição chilena. Ao encerrar seu mandato à frente da CELAC, em janeiro de 2020, a Bolívia deverá sediar uma reunião de cúpula de chefes de estado e de governo da América Latina e do Caribe. A assinatura do Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL na qualidade de membro pleno tem ensejado intenso debate interno, com notório empenho do Governo na defesa do novo foro face ao ceticismo e à preocupação dos setores empresariais e agropecuários, que preferem enaltecer o caráter de "complementariedade" econômica da Comunidade Andina (CAN). Percebe-se uma forte e por vezes agressiva retórica contra a Aliança do Pacífico, cujos mandatários chegaram a ser tachados pelo Presidente Evo Morales de "lacaio do imperialismo".

A aprovação pelo Brasil do Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL – que já foi ratificado pela Bolívia e pelos demais estados partes do bloco, com exceção do Paraguai – é tema de interesse e consultas frequentes nos contatos entre a embaixada e as autoridades bolivianas. Como se sabe, o projeto recebeu recentemente parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e, uma vez aprovado pelo plenário, deverá ser encaminhado à apreciação do Senado Federal.

No tocante ao relacionamento com vizinhos e o entorno regional, cabe frisar que o Brasil é singularizado como parceiro internacional mais importante para a Bolívia e, nos últimos anos, os dois países superaram diferenças ideológicas e programáticas consolidando relação fluida e proativa em benefício de interesses recíprocos. A Bolívia mantém relações próximas também com Peru e Argentina. No caso peruano, os dois países já realizaram, desde 2015, três edições do chamado Gabinete Binacional, mecanismo pelo qual os Chefes de Estado mantêm reuniões de trabalho em companhia de seus respectivos ministérios. Nos encontros, acordaram-se iniciativas conjuntas relacionadas a defesa, segurança, combate a ilícitos transnacionais, meio ambiente, integração física e aduaneira e cooperação energética. Com relação à Argentina, embora se note menor proximidade entre os dois países desde a saída de Cristina Fernández, pragmatismo de ambos os lados tem

permitido a continuidade de encontros em alto nível para tratar de temas da agenda bilateral, com ênfase em integração energética, física, comercial e hídrica; cooperação Sul-Sul; e questões migratórias. Deve-se destacar a assinatura, em fevereiro passado, contrato com a empresa argentina de Investigação Aplicada (INVAP) de cerca de 150 milhões de dólares para a instalação de três centros de medicina nuclear e radioterapia na Bolívia. Paraguai, Uruguai, Equador e México são outros países com os quais a Bolívia tem mantido relações profícuas, ainda que menos densas.

Exceção no quadro de proximidade com países da região toca ao Chile, com o qual a Bolívia não mantém relações diplomáticas desde 1962 (exceto por breve período, entre 1975 e 1978). A distância entre os dois países resulta de questões históricas, em especial a perda do litoral boliviano na Guerra do Pacífico (1879-1883) e a subsequente reivindicação de “acesso soberano ao mar”. Após várias e frustradas tentativas de equacionar bilateralmente o problema, a Bolívia decidiu, em abril de 2013, apresentar demanda perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ) para obrigar o Chile a negociar, “de boa fé”, o acesso soberano ao mar. O processo encontra-se na fase final, a Corte pode vir a pronunciar-se ainda este ano. Bolívia e Chile são partes de um segundo contencioso na CIJ, iniciado pelo Chile em 2016, referente à disputa pelas águas do Silala. As relações bilaterais encontram-se, assim, judicializadas, condicionadas à evolução da questão marítima, sobretudo, mas também às diferenças com relação ao Silala e ao rio Lauca, o que acaba obliterando avanços em outros temas da agenda comum.

No âmbito das relações extra-regionais, a política externa do Governo Evo Morales é marcada pela hostilidade e o distanciamento com relação aos Estados Unidos. As expulsões da DEA, do Embaixador dos Estados Unidos e da USAID foram sucedidas pela decisão norte-americana de encerrar as atividades da NAS na Bolívia, bem como pelo emblemático episódio no qual o avião presidencial boliviano se viu impedido de sobrevoar o espaço aéreo da França, da Espanha e da Itália, o que levou ambos os países a atingir a pior fase da história de suas relações bilaterais. Em compensação, assiste-se à implementação de uma política de aproximação crescente com a China, país com o qual a Bolívia tem estabelecido inúmeros acordos e iniciativas nas áreas de defesa, cooperação técnica, infraestrutura, comunicação, energia e prospecção de recursos naturais. Além das operações de crédito que permitiram à Bolívia adquirir produtos de defesa de alto valor agregado, ganhou especial realce interno a parceria com a China para a construção e o lançamento, em dezembro de 2013, do primeiro satélite geoestacionário de telecomunicações do país. Os chanceleres dos dois países anunciaram que as relações bilaterais devem ser elevadas ao estatuto de “associação estratégica” na visita do presidente Evo Morales ao país oriental, prevista para 19 a 20 de junho. O Governo boliviano ensaia, ainda, política de aproximação com a Rússia, com destaque para cooperação na área de prospecção e exploração de reservas de gás natural, contemplada em contrato de 1 bilhão de dólares que deve ser assinado nos próximos dias. A cooperação com a Rússia também tem sido intensa nas áreas de defesa e de tecnologia nuclear. Em 2017, a Bolívia firmou, em Viena, contrato com a estatal russa Rosatom para a construção do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear (CIDTN) em El Alto.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

A cooperação técnica prestada pelo Brasil à Bolívia, por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação, constitui instrumento fundamental de política externa e contribui de maneira significativa para o fortalecimento de vínculos pessoais e institucionais. Na medida em que promove o desenvolvimento sustentável da Bolívia em caráter solidário e sem condicionalidades, estabelece agenda positiva e proporciona ganhos expressivos de imagem ao Brasil.

A demanda por projetos de cooperação técnica por parte da Bolívia é constante e intensa, tanto por parte do governo central quanto de instâncias subnacionais. Após período de retração, em função, sobretudo, do quadro de contingenciamento orçamentário que atravessou o Brasil, as atividades de cooperação alcançaram novo dinamismo a partir de fevereiro de 2017 com a

realização da II Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Bolívia. Atualmente, a carteira de projetos de cooperação conta com nove iniciativas em fase de execução, no valor total de cerca de US\$ 2,4 milhões, e outras nove em negociação. As áreas de cooperação incluem, entre outras, agricultura, metrologia, eficiência energética, zoologia, arqueologia e segurança de fronteiras, e contam com a participação de diversos órgãos e instituições brasileiras, tais como ANA, ANEEL, Conab, Emater-PB, Embrapa, INMETRO, IBRAM, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

Entre as atividades em estágio de implementação, destaca-se o projeto trilateral +Algodão, em parceria com a FAO, para desenvolvimento do setor algodoeiro na Bolívia, que conta com recursos brasileiros oriundos do contencioso sobre algodão com os Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio. Digno de nota, ainda, é o projeto bilateral que contempla, em parceria com a ANA, a instalação de rede de monitoramento de qualidade da água, sistema de base de dados, bem como conjunto de estações telemétricas, para fortalecer a gestão dos recursos hídricos do país. Na área de segurança das fronteiras, prioritária para ambos os países, as iniciativas em negociação abordam temáticas como controle migratório, tráfico de pessoas e combate ao narcotráfico.

A Embaixada do Brasil em La Paz mantém contato permanente com autoridades governamentais e outros atores da cooperação internacional a fim de identificar novas demandas e oportunidades de adensamento da agenda de cooperação técnica.

RELAÇÕES CULTURAIS E COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

A cultura brasileira, nas suas mais variadas formas de manifestações, encontra grande e inequívoca receptividade de parte do público boliviano. Em razão da proximidade com o Brasil e do fluxo de imigrantes e estudantes entre os dois países, a Bolívia, de maneira geral, já conta com público formado com interesse pelas manifestações artísticas brasileiras.

Com o objetivo de melhor promovê-la na sociedade local, o Setor Cultural e de Cooperação Educacional da Embaixada propõe, aprova e executa anualmente o Programa de Ação Cultural e Educacional dos Postos (PACP). É no marco desse Programa que o Setor apoia e/ou realiza diversas atividades destinadas a divulgar a cultura brasileira no país, tais como: a apresentação de artistas brasileiros no “Festijazz”, no Festival Internacional de Teatro (FITAZ), na Bienal de Cartazes (BiCeBe); a promoção do “Miércoles de Cine Brasileño”, do “Jueves de Tertulias” (ou “Quintas de Sarau”) e de celebrações típicas brasileiras, como a Festa Junina; a participação na Larga Noche de Museos e no La Paz Lee, com atividades diversas na Residência e no CCBB; a realização de atividades conjuntas com os demais países que compõem o GRULAC-Cultural.

O Centro Cultural Brasil-Bolívia (CCBB) constitui importante vetor de promoção da cultura brasileira no país. Criado há 60 anos, o CCBB não só oferece ao público local os tradicionais cursos regulares e intensivos de língua portuguesa, mas também atividades culturais e sociais com o duplo objetivo de promover os costumes e valores brasileiros e de criar pontes de integração entre os dois países mediante o diálogo entre as sociedades. A presença do Centro Cultural Brasil-Bolívia - um dos mais antigos na região - contribui para a visibilidade da atuação cultural do Posto. Ademais de dispor de espaços para promover atividades variadas, o Centro garante um público cativo de estudantes para a programação brasileira, cuja curiosidade pelo país é fomentada na sala de aula. O CCBB é também uma das instituições autorizadas pelo Ministério da Educação a aplicar o exame para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras).

A atuação do Setor Cultural ao longo dos anos permitiu o estreitamento de laços com as principais instituições culturais em La Paz (Ministério da Cultura, Secretaria de Cultura da Prefeitura de La Paz, Fundación Simón Patiño, Museo de Etnología y Folklore, Cinemateca, entre outras). Além disso, foram realizadas novas parcerias com instituições privadas interessadas em patrocinar eventos culturais de interesse do Posto. Graças às parcerias com essas diferentes entidades, a

Embaixada vem realizando, com modestos aportes financeiros, eventos que alcançam excelente repercussão, especialmente no âmbito de festivais consagrados na programação desta capital.

TEMAS CONSULARES, MIGRATÓRIOS E DE FRONTEIRA

A jurisdição do Setor Consular da Embaixada do Brasil em La Paz abrange os Departamentos de Chuquisaca, de La Paz, de Oruro, de Potosí e de Tarija sendo que há dois Cônsules Honorários nomeados para os Departamentos de Chuquisaca e de Tarija. A comunidade brasileira é estimada em cerca de 40 mil pessoas residentes na Bolívia. Desses, cerca de 30 mil residem, em Santa Cruz; cerca de 6 mil em La Paz e em Sucre; e o restante, em Cochabamba e nas demais localidades. Adultos são maioria, correspondendo a pouco menos de 65% do total, incluindo aqueles em idade universitária. Menores correspondem a pouco mais de 30% do total, muitos dos quais são filhos de bolivianos, nascidos no Brasil. Idosos correspondem cerca de 5% do total. São bem divididos entre mulheres e homens, com pequena vantagem para essas, por volta de 60% e 40%. Estima-se que cerca de 65% dos brasileiros estariam documentados, e, cerca de 35%, indocumentados. A maioria é composta por estudantes, principalmente, de medicina. Entre os 65% documentados, 40% seriam binacionais, muitos estabelecidos há vários anos.

Consta que 89 249 brasileiros ingressaram e 79 887 saíram da Bolívia no ano de 2016. Estima-se que o principal motivo de viagens de brasileiros, descontadas estadas prolongadas para estudos, seja o turismo (cerca de 75% do total), seguido por negócios / trabalho (cerca de 25% do total). Ficam entre uma semana e um mês e vão a Santa Cruz de la Sierra, ao salar do Uyuni e ao lago Titicaca. Em La Paz, em 2017, foram registrados cerca de 100 furtos a turistas brasileiros. No mesmo ano de 2016, cerca de 110 000 visitantes bolivianos viajaram ao Brasil, principalmente, aos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A comunidade carcerária brasileira, na Bolívia, é significativa. Na data base de 31/12/2017, eram 125 os presos brasileiros, sendo 75 em prisão preventiva e 50 em cumprimento de pena, dos quais 88 homens e 11 mulheres (não foram obtidos dados referentes ao gênero dos presos em Guayaramerín). Por jurisdições consulares, são 51 em Santa Cruz; 27 em Cobija; 26 em Guayaramerín; 11 em La Paz; 8 em Puerto Quijarro; e 2 em Cochabamba.

Funciona mecanismo de consultas consulares, que já se reuniu duas vezes, ambas em La Paz. O lado brasileiro tem sido representado pelo pessoal da Embaixada. Brasil e Bolívia mantêm quatro Comitês de Integração Fronteiriça: (i) Corumbá – Puerto Suárez; (ii) Cáceres – San Matías; (iii) Cobija – Brasília/Epitaciolândia; e (iv) Guayaramerín - Guajará-Mirim.

SEÇÃO II – Ações Realizadas

- Sob minha gestão, a Embaixada do Brasil em La Paz recebeu e prestou apoio logístico aos brasileiros que integraram as missões de observadores internacionais que acompanharam o referendo de fevereiro de 2016 e as eleições judiciais de dezembro de 2017. Participou, igualmente, das reuniões nas quais os chefes das missões apresentaram ao corpo diplomático local suas metodologias de trabalho, preocupações e conclusões. A Embaixada cedeu, ainda, diplomata para integrar, pelo Brasil, a missão de observadores do MERCOSUL que acompanhou as eleições judiciais.

- Realizou gestões e confirmou o apoio boliviano às seguintes candidaturas brasileiras: Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), (ii) Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), (iii) Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO), (iv) Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas (CERD), (v) Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), (vi) Órgão de Apelação da OMC, (vii) Direção-Executiva da Organização Internacional do Café, (viii) Codex Alimentarius, (ix) Comissão Jurídica Interamericana (CJI), (x) CEDAW, (xi) Direção da OTCA, (xii) Tribunal de Apelação da ONU

- UNAT, (xiii) Corte Internacional de Justiça, (xiv) Comissão de Direito Internacional (CDI) da ONU, (xv) Tribunal Internacional de Direito do Mar (TIDM), (xvi) OACI (aviação civil), (xvii) Secretaria-Executiva da Organização Latino-americana de Energia (OLADE), (xviii) FLACSO e (xix) Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) da ONU. Acompanhou e deu seguimento, ademais, a gestões em busca de apoio boliviano a iniciativas brasileiras de resoluções no âmbito das Nações Unidas.

- Apoiou os trabalhos preparativos e elaborou contribuições para os subsídios para as visitas a Brasília do chanceler Fernando Huanacuni (10/2017) e do presidente Evo Morales (2/2016 e 12/2017). Acompanhou, relatou e comentou os mais importantes temas de política interna e externa da Bolívia em 2016. Sobressaíram, no âmbito doméstico: o referendo da reeleição de fevereiro de 2016; o escândalo Gabriela Zapata; o incêndio criminoso na prefeitura de El Alto; o relacionamento do governo com a imprensa local e organizações não-governamentais; eleições do Judiciário; o movimento das pessoas com deficiência; a escola militar anti-imperialista; a manifestação dos cooperativistas mineiros e o linchamento do vice-ministro do Regime Interior; as investigações sobre o acidente do avião da LaMia e seus desdobramentos políticos; a decisão pela “repostulação” do Presidente Morales; e as manifestações de diferentes setores e regiões contra o governo.

- No tocante à política externa boliviana, acompanhou, registrou e comentou os desdobramentos mais relevantes, com atenção às relações com os países latino-americanos, Estados Unidos, União Europeia, China e Rússia e à atuação das delegações bolivianas em fóruns regionais e internacionais. Seguiu-se de perto, ainda, o posicionamento boliviano com relação à crise na Venezuela. Na área de integração fronteiriça, integrou os trabalhos preparativos e a nova rodada de encontros dos comitês binacionais.

- O Setor de Energia e de Infraestrutura manteve contatos e reuniões com autoridades e especialistas, a fim de monitorar tendências, desafios e oportunidades, tendo relatado e/ou comentado os principais eventos a energia e infraestrutura; elaborado avaliações sobre as perspectivas de renovação do Acordo de Suprimento de Gás (GSA); relatado fatos relativos às perspectivas de integração elétrica bilateral; acompanhado acontecimentos relativos à produção de ureia na Bolívia e a exportação para estados brasileiros; elaborado subsídios sobre o Programa Nuclear Boliviano (PNB); relatado o ressurgimento do interesse pelo etanol e o lançamento de plano para viabilizar a produção do biocombustível na Bolívia; e monitorado a atuação dos estados brasileiros em relação ao interesse de compra direta de gás natural boliviano. O Setor tem acompanhado as negociações no Comitê Técnico Bilateral (CTB), regulamentado em 2015 para discutir temas relacionados ao setor elétrico e a gás natural. Foi realizada, em janeiro/2016, reunião em Santa Cruz dos grupos de trabalho do setor elétrico e de gás natural, com participação da Embaixada e apoio do Consulado em Santa Cruz. Em julho/2016, o Setor participou da XLIII Reunião da Comissão do Acordo da Hidrovia Paraguai-Paraná. Em novembro/2016, acompanhei visita do ministro de Minas e Energia à Bolívia, que contou com a presença do PR Evo Morales durante todo tempo.

- O Setor monitorou e subsidiou a atuação brasileira em projetos de integração regional, como é o caso do Corredor Ferroviário Bioceânico Central (CFBC); integrou a delegação brasileira à Reunião de Altas Autoridades (La Paz, março/2017) - da qual participei pessoalmente - e à I Reunião Plenária do Grupo Operativo Bioceânico – GOB (San Benito, setembro/2017); e realizou gestões para a assinatura de memorando de entendimento sobre o CFBC durante visita presidencial a Brasília em 2017. Realizei gestões para lograr apoio do governo boliviano para pedido de autorização da Ferrovia Oriental S.A (FO) da Bolívia para utilizar, no Brasil, a malha ferroviária concedida à ALL Rumo (Malha Oeste).

- O Setor participou das negociações bilaterais em torno dos temas, e representou a Embaixada em seminários e encontros sobre energia e infraestrutura, entre os quais destaco, de forma exemplificativa: a conferência "Mercado brasileiro de gás: qual é a realidade a dois anos do final do contrato com a Bolívia" (2017); visita de campo ao bloco San Antonio da Petrobras Bolívia (2017); VII

Congresso Internacional YPFB de Gás e Petróleo, em Santa Cruz, do qual participei pessoalmente (2017); primeira edição do Seminário Internacional do Foro de Países Exportadores de Gás - FPEG, em Santa Cruz (2017). Acompanhou atividades de empresas brasileiras nas áreas de energia e infraestrutura na Bolívia, em especial Petrobras; informou sobre as perspectivas de evolução dos transportes, particularmente em relação à integração com o Brasil; informou sobre o engajamento boliviano em temas regionais de infraestrutura, tais como Hidrovia Paraguai-Paraná e Comitê Intergovernamental Coordenador da Bacia do Rio da Prata; e monitorou as tratativas para a concessão de facilidades para o uso do Porto de Paranaguá pela Bolívia.

- Prestei apoio ao ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Henrique de Oliveira, na ocasião de sua vinda à Bolívia para participar da CLX Reunião da Diretoria Executiva da CAF, em 2017.

- Entre as realizações no Setor Comercial devem-se destacar a visita do ministro Blairo Maggi a La Paz, em 28/9/2017, a primeira de um ministro brasileiro daquela pasta ao país. A recuperação e saneamento financeiro e estrutural da Câmara Nacional de Comércio Boliviano-Brasileira, que havia encerrado operações e, com vultosa dívida trabalhista, se encontrava em situação pré-falimentar em 2015 também é digna de nota. O SECOM apoiou duas missões empresariais da APEX a Santa Cruz de la Sierra em 2016 e 2017, missões cujo êxito superou as expectativas em ambas as ocasiões. Depois de 18 anos sem participar com estande próprio da Expocruz, uma das maiores feiras internacionais da América do Sul, a Embaixada do Brasil organizará a representação do empresariado nacional em setembro próximo, promovendo rodada de negócios exclusiva para a missão brasileira. Espera-se inaugurar nova fase de participação nesse evento que costumava contar com pavilhão brasileiro de 2.000 m², como forma de dar o tom a presença comercial do Brasil no país.

- Sempre em estreita coordenação com as Adidências Militares e da Polícia Federal em La Paz, o Setor de Defesa, Combate a Drogas e Temas Conexos subsidiou, apoiou e/ou participou das seguintes principais atividades desde 2015: Plano de Ação 2015-2017 do Mecanismo Brasil-Bolívia-Peru sobre Drogas; restituição de veículos brasileiros furtados ou roubados trazidos para a Bolívia (2015 a 2018); IX Comissão Mista sobre Drogas e Temas Conexos (Santa Cruz de la Sierra, 28-29/6/2016); Reunião Ministerial do Cone Sul sobre Segurança nas Fronteiras (BSB, 16/11/2016); II Reunião do Comitê de Integração Fronteiriça Guajará-Mirim/Guayaramerín (Guajará-Mirim, 24/11/2016); I Gabinete Binacional de Segurança Brasil-Bolívia (Santa Cruz de la Sierra, 17/8/2017); Plano de Ação 2018-2020 do Mecanismo Brasil-Bolívia-Peru sobre Drogas; missão da Agência Brasileira de Cooperação e da Polícia Rodoviária Federal à Bolívia para prospecção de oportunidades de cooperação (La Paz, 14-16/3/2018); consultas para abertura de Adidências de inteligência em ambos os países.

- Além de acompanhar a situação da igualdade de gênero e combate à violência contra a mulher na Bolívia, a Embaixada participou, em conjunto com outras embaixadas e organizações internacionais, de eventos alusivos a datas como o Dia Internacional da Mulher e o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Em outubro de 2017, os setores consular, cultural e de cooperação organizaram a I Semana de Igualdade de Gênero e Combate à Violência contra as Mulheres, que incluiu oficinas, capacitações, palestras e exposições, e contou com a participação do governo boliviano, de organismos internacionais e de ONGs e de indivíduos destacados nos meios artísticos, acadêmicos e da imprensa.

- Durante minha gestão, o Setor de Cooperação Técnica recebeu e integrou, entre novembro de 2015 e junho de 2018, um total de dezesseis missões técnicas a La Paz e a outras cidades da Bolívia, integradas por funcionários da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e ANEEL, Conab, Emater/PB, Embrapa, Ibama, IBRAM, Ministérios do Meio Ambiente e do Trabalho e Emprego, e Polícia Rodoviária Federal. Sediou, em fevereiro de 2017, a II Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Bolívia, que contou com a participação de representantes da ABC, bem como da Conab, Embrapa, Fundação Jardim Zoológico de Brasília, IBRAM, INMETRO, e da Polícia

Federal. Na ocasião, foram negociados nove projetos de cooperação técnica bilateral. Houve, ainda, atividades isoladas de cooperação humanitária, que incluíram a doação de medicamentos contra tuberculose doença de Chagas (2015) e leishmaniose (2017), bem como a doação de vacinas antirrábicas (2017).

- O Setor Cultural realizou diversas atividades para a promoção dos programas de difusão cultural e promoção do audiovisual brasileiro. Dentre os eventos, merece destaque a realização de concertos e recitais de música brasileira; a participação em diversas edições do evento "La Paz lee" e da "Bielal del Cartel Bolívia - BICeBé"; Larga Noche de Museus; Feira do Livro de La Paz; "Miercoles de Cine"; Jueves de Tertúlia", exposições com a temática de gênero; homenagem a expoentes do mundo artístico e cultural originário boliviano, tais como o desfile com motivos do renomado arquiteto Freddy Mamani e a apresentação do livro da artista e museóloga Elvira Espejo. Realizou, ainda, ampla programação dedicada ao "mês do Brasil" em setembro de 2016 e 2017, que incluiu atividades promovidas no Festijazz; o Ciclo de Cine Brasileiro e a Semana de Gastronomia Brasileira, com a participação de restaurantes locais.

- Participou da programação cultural do Grupo Cultural de Países Latino-Americanos e Caribenhos (Grulac Cultural), em que se destaca a realização do Concurso sobre Patrimônios, da Mostra de Cinema Latino-Americano na Cinemateca Boliviana e de atividades conjuntas na Feira do Livro de La Paz.

- o Setor promoveu a mudança do CCBB para nova sede em julho de 2017 e selecionou nova diretora para o Centro. Sob a direção da doutora Eliane Pinheiro, o CCBB introduziu atividades culturais no planejamento pedagógico dos cursos de português, implementou inovações pedagógicas, ampliou a oferta e horário de cursos e realizou oficinas sobre diversos temas relacionados à cultura brasileira, levando ao notável aumento de matrículas nos cursos oferecidos ao incremento de parcerias com outras instituições e a maior visibilidade das atividades realizadas no Centro.

- Realizou atividades de natureza educacional, em especial relacionadas à divulgação dos programas PEC-G, PEC-PG e da Universidade de Integração Latino-Americana (Unila).

- O Setor Cultural e Educacional aplicou as edições do exame para obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras) no Centro Cultural Brasil-Bolívia. Realizou atividades em parceria com o Setor Consular do Posto, a fim de integrar a comunidade brasileira residente em La Paz aos eventos promovidos pela Embaixada e pelo CCBB. Exemplos dessa parceria foram o La Paz Lee, e a Festa Junina.

- Outra importante realização do Setor durante o período em tela foi o da consolidação das redes sociais como importante ferramenta de trabalho para a divulgação de todas as atividades culturais, educacionais, comerciais e turísticas da agenda bilateral. Como resultado, o perfil da Embaixada no Facebook ultrapassou a marca de 10 mil seguidores e foram consolidadas as atuações em outras redes sociais, como o Twitter.

- No que tange à área consular, participei da segunda reunião técnica consular em junho de 2016, na qual foram tratados temas de interesse do lado brasileiro, incluindo problemas com estudantes, atendimento médico hospitalar, questões migratórias e apreensão de veículos de turismo. Também participei, em novembro de 2016, da primeira reunião da segunda rodada dos Comitês de Integração Fronteiriça, começando por aquele de Guajará-Mirim – Guayaramerín.

- Entre novembro de 2015 e junho de 2018, foram realizadas 8 reuniões do Conselho de Cidadãos de La Paz. Foram enviados subsídios para a V e a VI Conferências Brasileiros no Mundo e para a Conferência Preparatória desta última. Foi criado o projeto "Brasileirinhos em La Paz", que promove encontros regulares com crianças brasileiras e no âmbito do qual, junto com outros setores da Embaixada, foram realizadas duas festas juninas.

- Durante minha gestão, o Setor Consular passou a fazer atendimento periódico ao público nas manhãs de sábado, identificou nomes para designação de Cônsules Honorário nos Departamentos

de Oruro e de Potosí, promoveu, em novembro de 2017, consulados itinerantes nas cidades de Oruro, Sucre e Potosí.

SEÇÃO III – Dificuldades

Superadas a situação de déficit de pessoal do quadro do Serviço Exterior lotados, a Embaixada do Brasil – a exemplo do Itamaraty e das demais instâncias do Governo Federal – seguiu compelida, durante minha gestão, a adotar medidas de adequação ao cenário de cortes de gastos e contingenciamento orçamentário que afetaram o desempenho e ações idealizadas pelos seus diversos Setores, especialmente nas áreas de cultura e promoção comercial. Na área cultural, os feitos ainda puderam ser consideravelmente minorados com certa dose de criatividade e o patrocínio de algumas empresas brasileiras e bolivianas que se dispuseram a associar seus nomes à marca cultural da Embaixada.

Na área de energia, indefinições em relação ao marco regulatório no setor de gás brasileiro e a subsequente incógnita sobre o volume que a Petrobras deverá comprometer-se a comprar têm gerado certa pressão da imprensa local sobre o real interesse brasileiro na renovação do Acordo de Suprimento de Gás (GSA), que se expirará em 2019. Por outro lado, a impossibilidade de se agendar, do lado brasileiro, a VI Reunião de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil-Bolívia tem acumulado desgastes e irritantes de solução potencialmente simples.

Cabe listar, por fim, dificuldades encontradas na realização de gestões em favor dos cidadãos brasileiros (assistência médica, confisco de automóveis, questões migratórias, problemas enfrentados por estudantes, etc). Nos casos de apreensão de veículos de turismo, por exemplo, gestões realizadas pela Embaixada junto aos órgãos locais têm resultado, apenas, em referências à legislação local, sem que sejam aceitos comprovantes da boa fé dos condutores, cujos acabam sendo sumariamente leiloados. No pormenor migratório, são muitos os entraves colocados tanto aos brasileiros que vêm temporariamente, quanto àqueles que buscam estabelecer-se por alguns anos. Esses temas foram levantados pelo presidente Temer durante a mais recente visita do presidente Evo Morales ao Brasil. As autoridades migratórias bolivianas a) cobram taxas de manutenção de vistos a cada saída; b) cancelam vistos por prazos de estada, no exterior, compatíveis com viagens de férias e visitas a famílias; c) recusam-se a renovar vistos de mesmo tipo a estudantes; d) exigem a utilização de vistos menos favoráveis aos estrangeiros; e) exigem exames de saúde, entre os quais de HIV, para a concessão de vistos de residência. Tais determinações parecem incompatíveis com as obrigações assumidas pelo país em acordos bilaterais e regionais e não respeitam o princípio da reciprocidade, uma vez que cidadãos bolivianos, no Brasil, recebem tratamento muito mais favorável.

SEÇÃO IV – Recomendações

- Na esfera político-diplomática, o bom momento das relações bilaterais, ilustrado pelas diversas visitas de alto nível realizadas no ano passado, poderia ser aproveitado para o estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Político Brasil-Bolívia presidido pelos vice-chanceleres com o propósito de retomar as atividades da Comissão Mista Permanente de Coordenação criada em 1988, reformulada em 1994, e atualmente inativa;
- No plano energético, além de acompanhar as negociações sobre gás e energia elétrica no âmbito do CTB, o novo Embaixador poderia fomentar o diálogo e estimular a cooperação em torno do lançamento de programa de biocombustíveis na Bolívia, que poderia ensejar, no futuro, o aumento de exportações da indústria automobilística brasileira;
- Em relação à infraestrutura física, recomendo ao próximo Chefe do Posto seguir monitorando os avanços na integração ferroviária bilateral (inclusive no tocante ao CFBC); fomentar a utilização, pela Bolívia, de facilidades de uso do Porto de Paranaguá; estimular maior participação boliviana nos temas e reuniões da Hidrovia Paraguai-Paraná; e intermediar soluções para a construção da ponte

sobre o Igarapé Rapiirã (entre as localidades de Plácido de Castro/AC e Puerto Evo Morales) e a implementação do "Acordo entre o Brasil e a Bolívia para Construção de uma Ponte sobre o Rio Mamoré entre as Cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerín" (explorar possibilidade de financiamento da CAF, por exemplo);

- Na área ambiental, caberia reforçar a Iniciativa Ramsar para o Pantanal (Brasil, Bolívia e Paraguai) por intermédio da criação de Grupo de Trabalho governamental que zele pela preservação desse importante ativo comum a aos três países;

- Em vista dos atrasos recorrentes na habilitação de empresas exportadoras de carne para o mercado boliviano, seria conveniente adotar estratégia negociadora que leve em conta o interesse boliviano na abertura do mercado para as bananas e outras frutas do Chapare, que, ademais, constituem culturas alternativas para a principal região de origem da cocaína boliviana traficada no Brasil;

- Na área de Combate a Drogas e Temas Conexos, além considerar as possibilidades de colaboração para o fomento a cultivos alternativos à coca na Bolívia, seria recomendável priorizar o desenvolvimento e a prospecção das oportunidades bilaterais e multilaterais de cooperação estruturante na área de inteligência policial, bem como agilizar a realização de mais reuniões dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Bolívia, reconstituídos em 2011; Sugiro também ao próximo Chefe do Posto que trabalhe pela realização, no Brasil do II Binacional de Segurança Brasil-Bolívia;

- Na área cultural, considero essencial manter uma programação cultural substantiva e que promova temas relevantes para o país, com o objetivo de instrumentalizar a diplomacia cultural na consecução de objetivos de política externa e no fortalecimento da inserção internacional do país. Para tanto, é de fundamental importância explorar oportunidades de parceria e de captação de recursos para apoiar as atividades do Centro Cultural Brasil-Bolívia;

- Já a criação de um leitorado brasileiro em La Paz constituiria importante passo no sentido de sanar debilidade identificada nas relações entre os dois países no meio acadêmico.

- Entre as prioridades do Setor Consular, o futuro Embaixador poderia concentrar esforços para o equacionamento de temas específicos: (i) a falta de reciprocidade, em favor dos cidadãos brasileiros na Bolívia, para o tratamento gratuito na área de saúde oferecido aos bolivianos no Brasil; (ii) e as crescentes e variadas dificuldades enfrentadas pela comunidade de estudantes brasileiros na Bolívia (problemas com vistos, reconhecimento de diplomas, extorções e cobranças de taxas abusivas, etc). A realização, em alto nível, da III Reunião do Mecanismo de Consultas Consulares Brasil-Bolívia constituiria oportunidade ímpar para tratar destes e de outros importantes temas da área.